

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Yasmin Ribeiro Gatto Cardoso

Mudanças e fraturas na inteligibilidade jornalística e a mobilização dos povos originários na luta pelo território no Brasil: disputas, aproximações e tensões de uma cobertura

Belo Horizonte
2025

Yasmin Ribeiro Gatto Cardoso

Mudanças e fraturas na inteligibilidade jornalística e a mobilização dos povos originários na luta pelo território no Brasil: disputas, aproximações e tensões de uma cobertura

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Doutor Elton Antunes

Belo Horizonte
2025

301.16	Cardoso, Yasmin Ribeiro Gatto.
C268m	Mudanças e fraturas na inteligibilidade jornalística e a mobilização dos povos originários na luta pelo território no Brasil: [recurso eletrônico] : disputas, aproximações e tensões de uma cobertura / Yasmin Ribeiro Gatto Cardoso. - 2025.
2025	1 recurso online (220 f.): pdf. Orientador: Elton Antunes.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Comunicação – Teses. 2. Jornalismo – Teses. 3. Antropoceno- Teses. 4. Índigenas – Teses. I. Antunes, Elton. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Mudanças e fraturas na inteligibilidade jornalística e a mobilização dos povos originários na luta pelo território no Brasil: disputas, aproximações e tensões de uma cobertura."

YASMIN RIBEIRO GATTO CARDOSO

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof. Elton Antunes - Orientador
DCS/FAFICH/UFMG

Profª Ângela Cristina Salgueiro Marques
DCS/FAFICH/UFMG

Prof. Phelippy Pereira Jacome
DCS/FAFICH/UFMG

Prof. Lucas Milhomens Fonseca
UFAM

Prof. Evandro José Medeiros Lais
UFOP

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025



Documento assinado eletronicamente por Phelippy Pereira Jacome, Professor do Magistério Superior, em 30/06/2025, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.540, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Elton Antunes, Professor do Magistério Superior, em 01/07/2025, às 07:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.540, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Ângela Cristina Salgueiro Marques, Professora do Magistério Superior, em 01/07/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.540, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Lucas Milhomens Fonseca, Usuário Externo, em 02/07/2025, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.540, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Ana Carolina Soares Costa Vinícius, Professora do Magistério Superior, em 17/07/2025, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.540, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seil.ufmg.br/seil/controlador_externo.php?acao=documento_confirma&id_documento_externo=0, informando o código verificador 4225031 e o código CRC 8799772A.

Para Sebastiana, minha avó, ribeirinha e juteira que nunca aprendeu a ler e nem a escrever, mas nos ensinou sobre tudo.

Para Elza, minha mãe, que chegou ao ensino técnico, me criou sozinha e fez tudo que pôde para que meu destino fosse outro.

Para que Valentina, minha filha, entenda a importância de acreditar em um sonho e ir atrás dele.

Para os povos originários que lutam e sonham com outro mundo possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Rafael, companheiro da vida, que foi um suporte carinhoso e paciente ao longo desses quatro anos. Ele cuidou da atividade de reprodução social, zelando pela nossa casa e por nossa filha.

Ao Elton, meu orientador preferido (como costumo brincar), que foi o melhor interlocutor que alguém pode ter. Agradeço todos os dias por ter sido orientada por uma referência tão importante para mim desde a graduação. Obrigada pela leitura atenta e por sempre apontar soluções em meio às crises.

Aos professores Bruno Martins e Carlos d'Andreia, sou grata por contribuírem para minha formação e por serem professores dedicados.

Agradeço aos membros da banca pela generosidade em avaliar meu trabalho.

À minha família que lá do Amazonas sempre torceu por mim: pai, tia Ruti, Aline, Ananda, Enéas Jr; meus milhares de primos e tios.

Aos amigos queridos: os que fiz em Vitória e em Bauru e os que mantenho desde a infância no Amazonas. Em especial a amiga Jéssica Santos, que sempre acreditou em mim quando eu mesmo não podia. À Juliana Cristina e Ewerton Oliveira, que sempre me incentivaram. À minha amiga de infância, Maria de Araújo Silva, que compartilhou desse sonho comigo em muitos momentos, mas não suportou o peso deste mundo.

À turma de doutorado 2021, colegas que, mesmo distante, sempre estiveram presentes e por quem nutro um carinho imenso: Aleone Higídio, Daniel Loiola, Daniel Macedo, Luiza Bodenmuller, Pedro Lavigne, Poliana Sales e Saulo Rios. Ao Dan, que se tornou mais que um colega de turma, um amigo querido.

Ao Wesley, meu fisioterapeuta, que de tanto cuidar das minhas dores, que são muitas, se tornou um amigo.

Ao CNPq por proporcionar que este estudo fosse feito e divulgado no país e fora dele. E também por viabilizar a realização da pesquisa de campo no ATL - 2024, em Brasília.

A todos vocês, meu sincero e “aliviado” obrigado.

“Adiar o fim do mundo é necessário porque, como sabemos, um outro fim de mundo é possível...O fim, por exemplo, daquele outro mundo - o mundo melhor que imaginamos estar construindo sobre as ruínas deste mundo” (Ailton Krenak).

“E assim seja lá como for, vai ter fim a infinita aflição e o mundo vai ver uma flor...brotar do impossível chão” (Chico Buarque).

“O real resiste” (Arnaldo Antunes).

RESUMO

Esta tese investiga a construção daquilo que chamamos de inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena por meio de quatro lugares de observação: a produção textual de veículos jornalísticos específicos; o relato de jornalistas que normalmente cobrem esta pauta; a comunicação feita pelos povos originários; e uma pesquisa de campo no Acampamento Terra Livre (ATL) de 2024. Todos esses lugares de observação são mobilizados por uma questão transversal que é a de compreender os enquadramentos engendrados com e a partir do jornalismo. Entendemos, pois, que a elaboração da inteligibilidade não é uma questão apenas relacionada à percepção dos jornalistas e que ela perpassa esses diversos aspectos. É importante ressaltar que este estudo, ao eleger alguns lugares para examinar como a inteligibilidade jornalística acerca da questão indígena vem sendo construída/narrada/documentada, toma como premissa, a existência de uma materialidade histórica e concreta expressa nos “quadros” a serem investigados. A relevância acadêmica-social desta pesquisa se dá a partir de um momento crucial para os povos originários, o que eles chamam de “Emergência Indígena” e para o mundo, que hoje vive uma nova era geológica: o Antropoceno. Um dos principais marcadores da luta dos povos originários é a questão da demarcação de terras e a perda dos territórios. Ao final do percurso, chegamos a um ponto de inflexão: qual seria, nos materiais examinados, elementos característicos da inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena no contexto brasileiro contemporâneo? Identificamos que essa inteligibilidade jornalística alcança, ainda que de forma variável e incipiente, todas as determinações anunciadas ao longo da pesquisa: o protagonismo do movimento indígena; a luta territorial; o ATL como um definidor de parâmetros e marcador temporal e histórico; a produção comunicativa dos próprios indígenas; o Antropoceno como uma realidade inescapável; o neoliberalismo progressista; o entendimento dos próprios jornalistas; a importância de veículos variados que façam um trabalho mais apurado e extenso; a multiplicação de outras fontes de informação que fraturem a ideia de noticiabilidade.

Palavras-chave: Jornalismo; Inteligibilidade Jornalística; Povos Originários; Território; Antropoceno.

ABSTRACT

This thesis investigates the construction of what we call journalistic intelligibility on the indigenous issue through four observation sites: the textual production of specific journalistic outlets; the reports of journalists who normally cover this issue; the communication made by indigenous peoples; and a field research at the Acampamento Terra Livre (ATL) in 2024. All these observation sites are mobilized by a cross-cutting issue, which is to understand the frames engendered with and from journalism. We understand, therefore, that the elaboration of intelligibility is not a question only related to the perception of journalists and that it permeates these different aspects. It is important to emphasize that this study, when choosing some sites to examine how journalistic intelligibility on the indigenous issue has been constructed/narrated/documentated, takes as its premise the existence of a historical and concrete materiality behind the “frames” to be investigated. The academic and social relevance of this research comes from a crucial moment for indigenous peoples, what they call the “Indigenous Emergency” and for the world, which is currently experiencing a new geological era: the Anthropocene. One of the main markers of the struggle of indigenous peoples is the issue of land demarcation and the loss of territories. At the end of the journey, we reach a turning point: what would be, in the materials examined, the characteristic elements of journalistic intelligibility on the indigenous issue in the contemporary Brazilian context? We identified that this journalistic intelligibility reaches, albeit in a variable and incipient way, all the determinations announced throughout the research: the leading role of the indigenous movement; the territorial struggle; the ATL as a definer of parameters and a temporal and historical marker; the communicative production of the indigenous people themselves; the Anthropocene as an inescapable reality; progressive neoliberalism; the understanding of journalists themselves; the importance of various media outlets that do more accurate and extensive work; the multiplication of other sources of information that fracture the idea of newsworthiness.

Key-words: Journalism; Journalistic Intelligibility; Indigenous Peoples; Territory; Anthropocene.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1:	17
Faixa “Fora Marco Temporal” - Abril/2024	17
Imagem 2:	36
Chegada da Marcha “Nosso Marco é Ancestral” ao Palácio da Alvorada - Abril/2024	36
Imagem 3:	57
Chegada da Marcha “Nosso Marco é Ancestral” na Praça dos Três Poderes - Abril/ 2024	57
Imagem 4 - Início Oficial Agosto Indígena.	67
FONTE - Instagram APIB, 2021.	67
Imagem 5: Post do Dia Internacional dos Povos Indígenas	67
FONTE: Instagram APIB, 2021.	67
Imagem 6: Imagem da chegada dos povos indígenas à Brasília.	68
FONTE: Instagram APIB, 2021.	68
Imagem 7 e 8: Card de pedidos de doação e apoio para acampamento/ card divulgação de live	69
FONTE: Instagram APIB, 2021.	69
Imagem 9: Imagem da programação geral do evento	69
FONTE: Instagram APIB, 2021.	69
Imagem 10: Card da contagem regressiva para o início do evento	70
FONTE: Instagram APIB, 2021.	70
Imagem 11 e 12: Card da contagem regressiva para o início do evento em inglês e espanhol	70
FONTE: Instagram APIB, 2021.	70
Imagem 13 e 14: Print da página do Instagram em que vários artistas manifestam apoio à causa indígena.	71
FONTE: Instagram APIB, 2021.	71
Imagem 15: Fotografia no mastro de Brasília com bandeira escrita FORA BOLSONARO.	72
FONTE: Instagram APIB, 2021.	72
Imagem 16: Fotografia que representa a comunicação indígena em ação.	72
FONTE: Instagram APIB, 2021.	72
Imagem 17 e 18: Capa da Revista Acampamento Terra Livre/ Índice da revista	74
FONTE: Revista Acampamento Terra Livre	74
Imagem 19: Fala e foto da ex-líder da APIB, Sônia Guajajara (Ana Mendes)	76
FONTE: Revista Acampamento Terra Livre	76
Imagem 20: Fotografia de uma manifestação ocorrida dentro do acampamento (Edgar Kanayko). FONTE: Revista Acampamento Terra Livre	76
Imagem 21: Fotografia da reunião das mulheres originárias (Mídia Ninja)	77
FONTE: Revista Acampamento Terra Livre	77
Imagem 22: Fotografia da reunião com a pauta LGBTQIA+ (Juliana Pesqueira)	78
FONTE: Revista Acampamento Terra Livre	78
Imagem 23 : Fotografia do encontro dos povos originários com o então candidato a presidência, Lula (Kamikia Kisedje)	78
FONTE: Revista Acampamento Terra Livre	78
Imagem 24:	83
Concentração para a saída da Marcha “Nosso Marco é Ancestral” - Abril/2024	83

Imagem 25: Gráfico Revista Piauí (2024)	91
Imagem 26: Infografias: Mario Kanno - Revista Piauí (2024)	93
Imagem 27:	109
Imprensa e comunicadores indígenas esperando a marcha - Abril/2024	109
Imagem 28: Fachada da plenária principal - Abril/2024	121
Imagem 29: Alojamento da Delegação Sul e artesanatos para venda - Abril/2024	122
Imagem 30: Tenda APOINME - Dança após deliberações - Abril/2024	123
Imagem 31: Tenda da ANMIGA minutos antes da assembleia - Abril/2024	124
Imagem 32: Assembleia ANMIGA - Abril/2024	125
Imagem 33 e 34: Cartazes com reivindicações das mulheres - APOINME - Abril/2024	126
Imagem 35: Agência Pública (2021)	154
Imagem 36 e 37: A sede da Associação de Mulheres Indígenas Munduruku foi atacada	165
(Foto: AMIM- Wakoborün) - Amazônia Real (2021)	165
Imagem 38: Pré-candidatas indígenas na plenária do ATL - Amazônia Real (2022)	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – INTELIGIBILIDADE JORNALÍSTICA	21
1.1 Jornalismo e conhecimento	21
1.2 As plataformas digitais e a crise epistêmica no jornalismo	27
1.3 Os meandros da inteligibilidade jornalística na contemporaneidade	34
CAPÍTULO 2 - O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA QUESTÃO INDÍGENA	40
2.1 Quadros Interpretativos e os Povos Originários	45
2.2 De Qual Jornalismo Estamos Falando?	51
2.3 Comunicação Indígena: a busca por outra cobertura possível	55
CAPÍTULO 3 – OUTROS QUADROS INTERPRETATIVOS	61
3.1 Organizações indígenas e redes comunicacionais anticoloniais	66
3.2 Pensando a forma acampamento da comunicação indígena: Primavera Indígena (Acampamento Luta Pela Vida - 2021): <i>Instagram</i>	68
3.3 Acampamento Terra Livre (ATL - 2022): Revista Acampamento Terra Livre	75
CAPÍTULO 4 - TERRITÓRIO INDÍGENA: múltiplos fatores envolvidos	86
4.1 Terras Indígenas e o Colapso Ambiental	90
4.2 A Questão do Marco Temporal	94
4.3 Antropoceno: a forma geológica do capital	101
CAPÍTULO 5 – DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS: territórios jornalísticos e caminhos da pesquisa	112
5.1 Análise de enquadramento: uma questão transversal	112
5.2 Os meios jornalísticos	115
5.3 Os jornalistas entrevistados	117
5.4 O ATL como definidor de parâmetros: uma pesquisa de campo	118
5.4.1 Diário de campo	121
CAPÍTULO 6 - ANÁLISES: Folha de S.Paulo	137
6.1 Folha de S.Paulo e o ATL	137
6.1.1 Acampamento Terra Livre 2021 - Onde aparecem as questões indígenas?	139
6.1.2 Acampamento Terra Livre 2022 - Em meio a outras lutas políticas	142
6.1.3 Algumas reflexões	146
CAPÍTULO 7 – OUTROS AGENTES: Ampliando e tensionando os quadros	150

7.1 Agência Pública.....	151
7.1.1 Agência Pública 2021	152
7.1.2 Agência Pública 2022	155
7. 2 Amazônia Real	160
7.2.1 Amazônia Real 2021	161
7.2.2 Amazônia Real 2022	166
7.3 Algumas considerações sobre a cobertura jornalística da Agência Pública e da Amazônia Real	174
CAPÍTULO 8 - COMO OS JORNALISTAS ENTENDEM A QUESTÃO INDÍGENA ?	181
8.1 Para pensar sobre o entendimento dos jornalistas	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS: qual a inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena?	198
REFERÊNCIAS	207

INTRODUÇÃO

Como escrever, pensar e produzir uma tese acadêmica quando o fim do mundo se aproxima? Alguns estudiosos chamam tal destino trágico de antropoceno, crise ambiental, ruptura metabólica, emergência climática ou simplesmente a “Queda do Céu”, já anunciada pelos povos originários há séculos. E estes são apenas alguns termos que tentam explicar a catástrofe ambiental, política, social e econômica que estamos enfrentando no século XXI. Desses conceitos, alguns são exemplificados ao longo da pesquisa, buscando evidenciar qual o cunho teórico e epistemológico que este trabalho assume.

O texto a seguir é o relato de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde o ano de 2021 e, parece, que o efeito de devastação, anunciado pela pandemia de Covid-19 em 2020, só piorou desde então. Ao escrever esta introdução, está em curso uma guerra entre Ucrânia e Rússia que já dura três anos; um massacre perpetrado por Israel contra a Palestina; quase 8 milhões de paquistaneses tiveram que deixar suas casas por conta de eventos climáticos e, a cada nova pesquisa, novas ilhas e cidades são colocadas na rota do desaparecimento por conta do aquecimento global. No Brasil, em 2023, a crise humanitária dos Povos Yanomami, noticiada de forma tardia, deixou milhares de brasileiros comovidos com tamanha crueldade e, em 2024, acompanhamos incrédulos a maior enchente no estado do Rio Grande do Sul, que atingiu proporções devastadoras. E todos os dias somos bombardeados de notícias sobre tragédias advindas de eventos climáticos. Mas o que esses acontecimentos têm em comum? De alguma forma, todos esses eventos interceptam a noção de que a luta por território tornou-se o estágio avançado das mais profundas formas de exploração do capital.

Argumenta-se que todas as tragédias mencionadas acima fazem parte de uma crise que é ambiental e climática, mas devem ser entendidas e relacionadas com outras preocupações vitais. Fraser (2024, p.124) sinaliza que se deve levar em consideração: “a insegurança de meios de vida e a negação de direitos trabalhistas; a opressão étnico-racial-imperial; a despossessão, expulsão e exclusão de migrantes; e a militarização”. Segundo a autora, esses acontecimentos estão entrelaçados e tornam-se exacerbados pelas mudanças climáticas, e deve-se evitar trabalhar com a ideia de um ecologismo reducionista e não entender o aquecimento global como um trunfo que passa por cima de todo o resto. É preciso localizar as dinâmicas sociais subjacentes a essa ameaça, que também compõem outras partes da crise

atual. Considera-se, portanto, o capitalismo como um fator sócio-histórico que impulsiona as tragédias climáticas.

É com base nesse pressuposto que esta pesquisa busca, metodologicamente, pensar a construção daquilo que chamamos de inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena por meio de quatro lugares de observação: a produção textual de veículos jornalísticos específicos; a fala de jornalistas que normalmente cobrem esta pauta; a comunicação feita pelos povos originários; e uma pesquisa de campo no Acampamento Terra Livre (ATL) de 2024. Todos esses lugares de observação são mobilizados por uma questão transversal que é a de compreender os enquadramentos engendrados com e a partir do jornalismo. Entendemos, pois, que a elaboração da inteligibilidade não é uma questão apenas relacionada à percepção dos jornalistas e que ela perpassa esses diversos aspectos. É importante ressaltar que este estudo, ao eleger alguns lugares para examinar como a inteligibilidade jornalística acerca da questão indígena vem sendo construída/ narrada/ documentada, toma como premissa, a existência de uma materialidade histórica e concreta por trás dos “quadros” a serem investigados, por isso a questão do enquadramento perpassa todas as fases. Ressalta-se também a importância deste estudo em comunicação, em tempos de Antropoceno, que tenta localizar os diversos agentes que concebem esta pauta.

A questão indígena ganhou, na última década, novo relevo em segmentos do jornalismo brasileiro e também na mídia internacional. Esse destaque contemporâneo aconteceu por diferentes motivos: o avanço do desmatamento, das queimadas, do agronegócio, do garimpo ilegal, da grilagem e da mineração em reservas indígenas; a paralisação de demarcação de terras (durante os quatro anos do governo anti-indígena de Jair Bolsonaro); o retorno da discussão sobre a votação da lei que altera a questão da demarcação de Terras Indígenas (o PL 490); a onda crescente de violência e assassinatos de indígenas na disputa por terras; a crise climática que se faz cada vez mais presente nos temas do cotidiano.

A cobertura da chamada mídia corporativa se apropriou desta temática de maneira bastante enfática, modificando, inclusive, a forma de nomear os “índios”, descritos agora como “povos originários”, “povos tradicionais”, “povos indígenas” ou “indígenas”, e conferindo maior destaque ao assunto em diversos veículos e plataformas jornalísticas. Quando se pensa na mídia que se apresenta como alternativa ao jornalismo *mainstream*, aquela feita em articulação com ou pelos povos indígenas, devemos considerar que eles conseguiram pautar socialmente muitas reivindicações, que ganharam inclusive ressonância na mídia tradicional.

A inserção semiperiférica do Brasil no cenário capitalista neoliberal e globalizado, atuando fortemente como exportador de *commodities* produzidas pelos setores estratégicos do

neoextrativismo (mineração e agronegócio), tem resultado em um modelo de desenvolvimento que beneficia principalmente grupos transnacionais e elites nacionais, especialmente do setor financeiro. Para sua manutenção, muitos desses negócios se articulam a atividades ilegais que intensificam a degradação ambiental e impõem aos povos indígenas perda de direitos territoriais e situações de violência (Porto; Rocha, 2022).

Para Safatle (2022), o pesadelo que o Brasil viveu mais intensamente no governo bolsonarista, e do qual até hoje ainda sofre resquícios, é resultado de uma dinâmica global capitaneada pelo neoliberalismo. “A verdade é que essa política de choque e fim de padrões mínimos de solidariedade social só poderia ser sustentada pela doutrinação estatal de uma nova moral” (Safatle, 2022, p.71). Tendo sido o último país da América Latina a abolir a escravidão, o Brasil, criado a partir da implementação da célula econômica do latifúndio escravista, pode ser concebido como o maior experimento de necropolítica colonial da história moderna (Safatle, 2022). Essa característica permitiu ao país praticar uma política de “desaparecimento”, extermínio e aniquilação de setores vulneráveis da sociedade, entre eles, os povos indígenas. É partindo deste e neste contexto político, que esta pesquisa quer entender como o jornalismo está noticiando o maior conflito territorial, econômico e político no Brasil, investigando, assim, como tais questões aparecem na mídia jornalística - tanto aquela considerada tradicional - como o jornal Folha de S. Paulo, e também aquelas que não ocupam posições hegemônicas no campo jornalístico, tais como a Agência Pública e a Amazônia Real.

O governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) se declara mais humanista e progressista em relação às pautas indígenas; por isso, as lutas ganharam novo fôlego e algumas conquistas foram alcançadas, mas as ameaças continuam. Com uma bancada no Congresso Nacional e no Senado bastante conservadora, a quem, de fato, interessa legalizar a invasão nas terras indígenas? “A tese do marco temporal nasceu praticamente encomendada pelo setor ruralista, que tem grande influência econômica e coloca cada vez mais representantes nas esferas de decisão” (Cartilha Apib, 2023).

A relevância acadêmica-social desta pesquisa se dá a partir de um momento crucial para os povos originários, o que eles chamam de “Emergência Indígena”. Um dos principais marcadores da luta hoje é a questão da demarcação de terras e a perda dos territórios. A tese do Marco Temporal (PL) 490/2007 foi aprovada pela Câmara e pelo Senado em 2023, se tornou lei e ganhou novo número. A Lei 14.701/2023 tem sido motivo de preocupação e de mobilização constante por parte dos povos originários. Em 2024, uma tentativa de “conciliação forçada” proposta pelo ministro do STF, Gilmar Mendes, levou indígenas e aliados a se retirarem da mesa de negociação por julgarem a proposta inconstitucional e inegociável.

No dia 20 de maio de 2025, outro Projeto de Lei - (PL) 2.159/2021 - foi aprovado nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA) do Senado. A proposta implode o sistema de licenciamento ambiental no país e sua aprovação cria o maior retrocesso na legislação ambiental desde a Constituição de 1988, de acordo com ambientalistas e especialistas. O texto prevê a isenção de licenças para alguns empreendimentos e setores econômicos; confere a estados e municípios o poder de conceder mais dispensas; e generaliza a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), um licenciamento autodeclaratório e automático, sem análise prévia ou controle de órgão ambiental. O PL também ameaça de forma direta povos indígenas e quilombolas, pois considera apenas os territórios dessas populações com regularização já concluída para efeito do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades econômicas que os afetem.

É a partir desta pauta que segue candente e urgente para os indígenas que elegemos a chave de interpretação sobre a questão nesta pesquisa: a discussão sobre território. Pelo menos desde 2019, todas as manifestações feitas pelos povos originários tocam nesse tema. A emergência de investigar este debate, levando em consideração o significado que esse “conceito” têm para os diferentes povos indígenas, demarca um lugar atrativo para pensar a articulação entre como o território é entendido pelos indígenas, como ele reverbera na produção jornalística e a maneira como se produz alguma inteligibilidade sobre o assunto.

Outro ponto relevante para trazer para o debate, é que o território, além de ser um lugar também de moradia/terra, é um lugar de vida, e não só para estes povos, mas também para a humanidade como um todo. Em vários aspectos partilhamos as indicações feitas por Santi e Araújo (2020) acerca da centralidade do território, constatando que “as disputas pelo território têm sido historicamente palavras-chaves na constituição desse movimento social e de suas organizações - e das formas e práticas comunicacionais acionadas pelo e/ou através do Movimento Indígena” (Santi; Araújo, 2022, p.154).

Como objetivo geral, a pesquisa buscou analisar a partir de textualidades jornalísticas representações que tratam a temática do marco temporal e interceptam a questão do território em diferentes aspectos envolvidos e que foram produzidas em veículos noticiosos no período das recentes mobilizações dos povos originários realizadas no Brasil. Já os objetivos específicos visam: a) caracterizar os elementos acionados por narrativas jornalísticas para apresentar as questões indígenas que ganharam destaque nas mobilizações; b) identificar os enquadramentos da questão indígena propostos a partir dessas narrativas jornalísticas; c) compreender a maneira como os temas propostos pelos povos originários aparecem e são descritos pela produção jornalística e d) perceber se há e quais são as nuances de tratamento da

questão indígena que surgem em diferentes configurações jornalísticas. O texto está dividido em oito partes.

No capítulo um, “Inteligibilidade Jornalística”, tenta-se estabelecer alguns apontamentos sobre jornalismo e conhecimento/epistemologia, entendendo o jornalismo como uma modalidade produtora de conhecimento público verificável. Além disso, o debate sobre credibilidade do jornalismo também se faz presente informado por discussões sobre crise epistêmica da profissão. Tal debate organiza reflexões em torno da era da pós-verdade e de como o jornalismo foi impactado por mudanças tão significativas com a chegada das redes sociais. Portanto, com todas essas mudanças, entendemos que a forma do jornalismo reportar um acontecimento foi transformada. No capítulo dois, “O enquadramento noticioso da questão indígena”, apresentam-se alguns mitos e estereótipos que foram criados ao longo dos tempos sobre os povos originários e como eles foram reafirmados pela e na sociedade, em especial nas práticas jornalísticas. Também realizamos uma discussão sobre representação e enquadramento jornalístico e como esses quadros de representação são montados a partir da ação da mídia tradicional e das mídias alternativas e/ou independentes. O objetivo de mostrar diversas pesquisas sobre como os indígenas têm sido representados na imprensa é fazer um mapeamento das produções acadêmicas já existentes sobre o tema, identificando os procedimentos dessas pesquisas e sua contribuição para esta investigação.

Na sequência, o capítulo três nasce da reflexão sobre a construção da inteligibilidade jornalística acerca dos povos originários, sendo possível identificar a existência de outros quadros interpretativos que estão no cenário de disputa. Neste capítulo, pretende-se mostrar, por exemplo, que a comunicação feita pelos indígenas tem ganhado espaço, pondo em circulação enquadramentos distintos daqueles da grande imprensa, tensionando diferentes modalidades de narrativa, apresentando esses sujeitos sob outra ótica e, de certa forma, compelindo o jornalismo a perceber seu protagonismo.

Na seção quatro, “Território indígena: múltiplos fatores envolvidos”, realizamos uma discussão mais ampla sobre a questão do território, tema de articulação entre o jornalismo e a abordagem de assuntos referentes aos povos indígenas nessa investigação. Mas, afinal, por que elegemos território como uma espécie de referencial para fazer esse encadeamento? Consideramos que a luta pela terra é aspecto articulador da ação dos indígenas e define-se como um lugar chave de conflito entre os povos originários e os atores que patrocinam as lógicas de exploração do território contemporaneamente. Nesse sentido, tal questão se transforma em um lugar característico para produção de acontecimentos jornalísticos e nos permite realizar um recorte metodológico para a pesquisa, tomando-o como um elemento temático específico para

mobilizar e examinar os enquadramentos nos discursos noticiosos. Abordamos a discussão do marco temporal, seus meandros, quem está por trás da proposta do projeto de lei, os impactos do PL que foi aprovado e, agora, se encaminha para virar Lei, e os efeitos que, se aprovado, vai gerar para os povos indígenas. Além dessas questões, trazemos as indicações do ponto de vista jurídico sobre o direito originário às terras e também avançamos para o entendimento de que, para os indígenas, a questão do território ultrapassa a ideia de um pedaço de terra.

A parte cinco, “Definições Metodológicas: territórios jornalísticos e caminhos da pesquisa”, dedica-se à apresentação e discussão dos procedimentos de pesquisa aqui empregados. São elencadas as fases da investigação, ressaltando que a análise de enquadramento perpassa todas elas. Nesse sentido, adicionalmente ao objetivo de analisar os “quadros” produzidos sobre a questão indígena em produções do jornalismo contemporâneo, são também apresentados outros elementos que estruturam o olhar desta pesquisa sobre o objeto - elementos esses oriundos da percepção manifesta por profissionais jornalistas acerca do tema e do modo como a pesquisadora foi afetada em sua compreensão da questão indígena, a partir da participação em um evento central para os povos originários. Adota-se a noção de triangulação metodológica (Fígaro, 2014) como fundamento para justificar e entender a metodologia utilizada, evidenciando alguns resultados que serão sistematizados nas considerações finais.

Capítulo 1

INTELIGIBILIDADE JORNALÍSTICA



Imagem 1:
Faixa “Fora Marco Temporal” - Abril/2024

Na tentativa de estabelecer uma compreensão para a noção de inteligibilidade jornalística, este capítulo traz alguns apontamentos sobre jornalismo e conhecimento/epistemologia, entendendo o jornalismo como uma modalidade produtora de conhecimento público verificável. Além disso, o debate sobre a credibilidade do jornalismo também se faz presente, informado por discussões sobre certa crise epistêmica da profissão.

Tal debate organiza reflexões em torno da era da pós-verdade e de como o jornalismo foi impactado por mudanças significativas com a chegada das redes sociais. Portanto, com todas essas mudanças, entendemos que a forma do jornalismo reportar um acontecimento foi transformada.

Capítulo 1 - Inteligibilidade Jornalística

Esta pesquisa busca, metodologicamente, pensar a construção da inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena por meio de quatro instâncias de observação: a produção textual dos meios jornalísticos analisados; a fala de jornalistas que cobrem a questão indígena; a comunicação feita pelos povos originários; e uma pesquisa de campo no Acampamento Terra Livre - ATL de 2024. Todas essas instâncias de observação tem como questão transversal o enquadramento, entendendo também que a elaboração da inteligibilidade não é uma questão apenas da percepção dos jornalistas e que ela perpassa esses diversos aspectos.

É importante ressaltar que este estudo, ao eleger algumas instâncias para analisar como a inteligibilidade jornalística acerca da questão indígena vem sendo construída/ narrada/ documentada, partimos do pressuposto que existe uma materialidade histórica e concreta por trás dos “quadros” que vamos investigar, por isso a análise de enquadramento perpassa todas as fases.

Tentamos fazer um mapeamento da inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena: onde e como ela aparece e quais são as possibilidades de entendimento da questão que nos são permitidas por meio dos quadros referenciais, por isso o enquadramento é só uma das quatro formas que elegi para interpretar o assunto. Acreditamos também que não há como discutir inteligibilidade jornalística sem falar das mudanças pelas quais o jornalismo passou nas últimas décadas.

1.1 Jornalismo e conhecimento

Ao estudar a cobertura jornalística da chamada questão indígena, buscamos a compreensão sobre modos de tratamento que reiteram ou não formas recorrentes de dar inteligibilidade ao assunto. A possibilidade de práticas e discursos que lidem de maneira alternativa com as temáticas que acionam o universo dos povos originários demanda a compreensão e crítica de processos jornalísticos, que se apresentam como lugar privilegiado de “fazer ver e saber” (Charaudeau, 2015) socialmente as diferentes problemáticas que constituem a vida social. O espaço da experiência jornalística se articula como um regime de visibilização, isto é, um conjunto de condições materiais e imateriais para poder fazer crer que o que lemos, vemos e sentimos é a realidade (Góes, 2022).

A análise da cobertura oferece elementos para caracterizar que cultura e que imaginários sociais são recorrentemente acionados pelo jornalismo para apresentar possibilidades interpretativas para a questão indígena. A experiência jornalística indiciada pelos relatos é uma forma de examinar como certa interpretação pública, tomada como típica, se articula por meio de enquadramentos recorrentes, muitas vezes moldados pelo acionamento rápido de uma verdadeira rede de significados disponíveis e que se tornam “paradigmáticos” na cobertura do tema.

Assim, questionamos: dada a visibilidade jornalística e a repercussão pública alcançadas pelo cenário de violência e destruição vivido pelos povos indígenas, qual a inteligibilidade que o jornalismo contemporâneo tem conseguido dar sobre esse assunto? O jornalismo, ao construir suas narrativas, opera gestos de “querer saber” sobre os eventos em tela e indica os modos de inteligibilidade a partir dos quais os compreende. A narrativa noticiosa e o fazer jornalístico direcionam perguntas ao mundo de referência, oferecendo pistas acerca das lentes a partir das quais conferem visibilidade à questão indígena.

Tomamos, aqui, as narrativas jornalísticas como compostas por “textos diversos que, em si mesmos, são pequenas materializações das falas sociais” (Leal, 2006, p. 24). O sistema informativo midiático toma parte dos processos de definição dos acontecimentos públicos, não apenas permitindo que os indivíduos venham a saber de episódios com os quais não têm contato diretamente, mas também os relatos jornalísticos são uma maneira de reagir e perceber juízos e interpretações disseminados socialmente.

Trata-se, assim, de assinalar como o gesto jornalístico implica um “querer saber” configurador dessas narrativas, observando, desse modo, que os relatos jornalísticos organizam determinadas possibilidades de experiências no mundo. Percorremos, de certa forma, o caminho inverso da construção da notícia, refletindo sobre o modo como o jornalismo busca produzir referência estabelecendo uma origem factual. Com isso, é possível caracterizar o jogo de hierarquizações de mostrar e esconder presente em toda e qualquer narrativa, delineando quais informações foram eleitas como de maior destaque entre o novelo de elementos que circundam e atravessam o acontecimento e como o jornalismo as articula. Admitimos, então, a narrativa como composta por fragmentos, obrigatoriamente lacunar, tecida por elementos diversos presentes no fazer jornalístico, aqui refletimos também sobre a dimensão epistêmica da área.

Desse modo, perceber quais perguntas podem ser extraídas de determinadas narrativas é acessar, mesmo que de maneira fragmentária e sob a forma de rastros, as expectativas que deram origem àquele acontecimento, ou seja, direcionamentos por vezes mascarados quando

os fios que dão origem à narrativa já aparecem costurados como uma malha. O quadro geral da cobertura jornalística acerca das questões que envolvem os povos originários, dessa forma, pode indiciar também a existência de iniciativas para rever tais práticas no âmbito do chamado jornalismo *mainstream*.

Assim, a noção de inteligibilidade se refere aqui a uma compreensão do jornalismo como uma modalidade produtora de conhecimento público verificável. A inteligibilidade jornalística busca entender como o jornalismo que lida com as questões indígenas, por meio dos seus textos, encontra maneiras específicas de perceber e falar sobre tais eventos, em suma, de oferecer uma compreensão sobre eles. Dito de outra maneira, discutimos como o jornalismo “sabe o que sabe” acerca da realidade que reporta e de que modo tais afirmações de conhecimento são articuladas e justificadas. Obviamente, a caracterização dessa inteligibilidade jornalística, ainda que escolhido um “ponto de observação” em um meio ou em um conjunto particular de textos de uma publicação específica, não pode ignorar que se trata de tomar o jornalismo também como parte de um todo, uma prática social que envolve uma diversidade de entidades concorrentes e colaboradoras envolvidas na produção, circulação e usos dos conteúdos noticiosos e os discursos que se desenvolvem em torno deles.

Na perspectiva do jornalismo como uma modalidade produtora de conhecimento público verificável, Lisboa e Benetti (2015) trazem alguns apontamentos importantes para reflexão: “Como este conhecimento se constitui?”; “De que modo o jornalismo se torna um conhecimento?”; “Como funciona este processo?”; “A que elementos o sujeito precisa recorrer e o que deve ser acionado para que, ao final, se possa caracterizar o estatuto cognitivo e epistêmico do jornalismo?”. Para as autoras, o jornalismo deve cumprir três condições para que seja considerado conhecimento: as condições da crença, da verdade e da justificação. “Basicamente, o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade, e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso” (Lisboa; Benetti, 2015, p.11). Na perspectiva das autoras, sem isso não existe a possibilidade do jornalismo se tornar conhecimento e não se institui como crença verdadeira justificada. Um dos conceitos centrais desta discussão é o entendimento de credibilidade, que está relacionado diretamente à confiança.

A discussão sobre credibilidade no jornalismo é um debate polêmico, complexo e um dos principais pilares apontados na atividade jornalística. Foi pensando nesse pilar que Lisboa (2012) propôs uma distinção de duas facetas do conceito de credibilidade: “a credibilidade constituída (de quem enuncia) e a credibilidade percebida (efetivamente atribuída pelo interlocutor)” (Lisboa, 2012, p.22). Essa diferenciação nos faz refletir que nem sempre a

credibilidade que o leitor enxerga ou atribui, vai corresponder à credibilidade constituída pelos valores canônicos do jornalismo ou do meio que está noticiando determinado acontecimento.

Com a chegada da internet, acredita-se que reportar determinados acontecimentos ficou mais acessível a um conjunto amplo de agentes e com isso acredita-se que a credibilidade jornalística foi posta em xeque. Entretanto, para Lisboa e Benetti (2015) a credibilidade da imprensa é colocada em questão desde o século 17 e, para elas, não é o debate sobre a existência ou não desta credibilidade que constitui o jornalismo, mas a pressuposição da existência dela para a constituição do jornalismo enquanto conhecimento, pois o leitor precisa ter a confiança de que o discurso jornalístico é credível. Henriques (2014) corrobora esta ideia, afirmando que:

Quem compra um jornal, assiste a um telejornal, ouve um radiojornal ou acompanha as notícias na Internet o faz somente porque acredita na validade das proposições; porque crê na qualidade daquilo que consome. O prestígio de um veículo e o respeito de que o jornalismo goza como “emissor autorizado” estão completamente calcados neste valor: a credibilidade. (Henriques, 2014, p.66).

Para o autor, a credibilidade está baseada em outro princípio jornalístico, que é o da verdade. Lisboa e Benetti (2015) reiteram essa discussão afirmando que, para entender o jornalismo como crença verdadeira justificada, é preciso considerar duas variáveis, que são a verdade e a justificação. Para elas, a verdade no jornalismo se ampara na afirmação que os discursos estão interconectados com a realidade dos fatos.

No caso do jornalismo, as escolhas discursivas, como o recurso a fontes especializadas, a fotografia, os detalhes dos eventos etc., fazem parte de um conjunto de técnicas criadas para transformar o texto jornalístico em um relato crível de fatos da realidade. O leitor não só se torna capaz de reconhecer um texto jornalístico como tal, mas consegue identificar elementos que podem lhe ajudar a medir o grau de fidelidade entre o relato e o fato reportado (Lisboa; Benetti, 2015, p.14).

Várias das chamadas técnicas jornalísticas buscam conferir legitimidade ao texto, fazendo com que os interlocutores enxerguem a narrativa como verdadeira. Mas este debate é muito complexo, pois o jornalismo não é um conhecimento exato e a verdade a que ele aspira é sempre uma aproximação, dessa forma é ela que vai mediar os fatos e criar uma relação de correspondência com a realidade. Ou seja, essa verdade só pode ser consolidada à medida que o interlocutor consegue mesclar a fidedignidade entre relato jornalístico e o acontecimento em si por meio da interpretação.

Por isso a explicitação do uso de técnicas jornalísticas que respaldam o relato é tão importante, pois são esses métodos e esses processos de apuração que vão sustentar a verdade dos acontecimentos, criando confiabilidade. “Essas evidências constituem a justificação, a segunda condição que torna uma crença verdadeira conhecimento. A justificação é aquilo que

pode ser capaz de gerar argumentos em defesa de uma crença” (Lisboa; Benetti, 2015, p. 16). Para as autoras, o jornalismo só vai se tornar conhecimento quando ele for capaz de construir um relato verossímil da realidade baseado nos processos e técnicas jornalísticos que visam reduzir os erros e possíveis relatos falsos.

Os processos e técnicas jornalísticos utilizados para aferir legitimidade aos discursos serão compostos por vários métodos, entre eles a verificação da informação, a credibilidade que o leitor tem com os meios, as condições de recepção, os graus de preferências, gostos, crenças, vivências e os critérios de noticiabilidade. É uma espécie de contrato de comunicação entre o jornalismo e seu público. “Os procedimentos que asseguram os efeitos de verdade e a percepção de credibilidade garantem a existência do contrato - seu descumprimento acarreta tensões e, no limite, ruptura” (Lisboa; Benetti, 2015, p.19).

Para Lisboa e Benetti (2015), entender o jornalismo como um produtor de conhecimento é uma das questões centrais para compreensão de sua natureza epistêmica, e para elas esse conhecimento é uma crença verdadeira justificada e, assim como na filosofia, as condições de verdade e justificação são elementares. Ou seja, o jornalismo se torna conhecimento quando o interlocutor transforma aquilo que seria uma mera convicção em um discurso confiável. Esse grau de confiança só pode ser atingido por meio de procedimentos que visam chegar à verdade, onde a crença simples passa a ser verdadeira e justificada. Para a construção da ideia do jornalismo enquanto uma crença verdadeira justificada, as autoras se apoiam no entendimento de alguns conceitos que são objeto de intenso debate no jornalismo, principalmente nos últimos anos: credibilidade, verdade e justificação. Na busca por ampliar essa discussão, nos valem das contribuições de Carlson (2022) e Ekström e Westlund (2019), que desenvolvem uma investigação sobre os aspectos epistemológicos do jornalismo e mostram como o entendimento de conceitos como verdade, credibilidade, autoridade, verificação de fatos, etc. tem mudado na sociedade contemporânea.

Para Carlson (2022), a epistemologia do jornalismo não deve ser encarada como algo abstrato, mas como uma base concreta para análise das práticas de diferentes agentes que produzem a notícia e, principalmente, como tais práticas são consideradas legítimas. “Assim, o uso de “epistemologia” no lugar de “método” ou “procedimento” ou “prática” é intencional, de maneira a abranger não apenas ações, mas as crenças, entendimentos e argumentos que moldam e justificam essas ações” (Carlson, 2022, p.1). Segundo o autor, o jornalismo, para ser considerado conhecimento, depende que outras pessoas o entendam deste modo e, por isso, tenta responder ao questionamento de: por que achamos que tudo que vemos nas notícias é

verdade?. Ele enxerga esta pergunta como uma das questões centrais para que se entenda a forma como as notícias são legitimadas como conhecimento.

Ekström e Westlund (2019) afirmam que nos últimos anos o interesse de pesquisas acadêmicas sobre a questão da epistemologia cresceu, sobretudo, na busca por respostas para as transformações pelas quais o jornalismo tem passado. Essas mutações perpassam o exercício da própria profissão com o enxugamento de pessoal, a produção e circulação de notícias que hoje seguem uma nova lógica com o advento das mídias sociais, automação de dados, formas de participação do público, entre outras coisas. Para os autores,

O conhecimento oferecido e afirmado valioso nos diferentes subgêneros do jornalismo noticioso é distinto do conhecimento em educação, ciência ou administração pública, embora as epistemologias interajam, como quando as notícias são tratadas como um conhecimento valioso na escola ou na política (Ekström e Westlund, 2019, p. 5).

De acordo com esse preceito, o jornalismo fornece um conhecimento específico, com características próprias de produção que se diferem de outros tipos de conhecimento. Meditsch (1997) corrobora este entendimento ao analisar o jornalismo como “transmissão de conhecimentos ou degradação do saber” e define um caminho intermediário, defendendo o jornalismo como uma forma de produção de conhecimento, que na prática, pode reproduzir e/ou degradar saberes. Para Meditsch (1997), a atividade jornalística transmite conhecimento, nem mais e nem menos do que a ciência, por exemplo, mas transmite de forma diferente e, deste modo, também revela aspectos da realidade que outras formas de conhecimento não são capazes de revelar.

Genro Filho (2012) é outro autor que defende o jornalismo como um produtor de conhecimento e não apenas uma modalidade de produção de informação. Segundo o autor, o jornalismo é uma forma de conhecimento assim como a arte e a ciência, iguala-se a elas, mas ao mesmo tempo se diferencia. O jornalista gaúcho afirma que o jornalismo tem o potencial de realizar um processo de mediação entre os acontecimentos e a vida cotidiana. Mas como pensar o jornalismo como um produtor de conhecimento, mediador da realidade social e/ou como uma crença verdadeira justificada em tempos onde a verdade, a ciência e o conhecimento são postos em xeque diariamente?

Segundo Carlson (2022), os estudos sobre conhecimento não devem ser nunca retirados do contexto social, e quando se está analisando a epistemologia do jornalismo, devemos reconhecer que o processo de digitalização de notícias não impactou somente a forma de produção e circulação delas, mas incidiu profundamente na epistemologia jornalística que, por não ser estática e nem abstrata, muda conforme o contexto ao qual está inserida. Para Ekström

e Westlund (2019), as afirmações de conhecimento do jornalismo também são remodeladas no contexto do jornalismo digital e das mídias sociais, onde a voz “autorizada” do jornalista acaba sendo reformulada, dando a ele um papel de “curador”, que gerencia e dissemina alguns trechos de informação.

O deslocamento do jornalismo refere-se a uma significativa descontinuidade da mídia noticiosa na paisagem midiática, que está intimamente relacionada ao surgimento de plataformas de mídia social. Esse deslocamento tem implicações para a articulação de afirmações de conhecimento, à medida que as relações entre os textos distribuídos e os princípios por trás das notícias estão cada vez mais afrouxados ou obscurecidos (Ekström e Westlund, 2019, p.10).

É importante ressaltar que o conhecimento jornalístico, situado em tempo e espaço específicos, são marcados por mudanças que impactam a atividade em suas estruturas mais profundas, mas se deve reconhecer que os jornalistas acompanham essas mudanças a fim de garantir e reforçar a autoridade epistêmica da atividade. “Mesmo que os textos jornalísticos permanecessem os mesmos através do tempo e do espaço, as mudanças nas condições desses diferentes tempos e espaços afetam a autoridade epistêmica do jornalismo” (Carlson, 2022, p. 5). Ou seja, mesmo com todas essas mudanças, os textos noticiosos são construídos a fim de gerar um saber autorizado onde as práticas jornalísticas não são apenas um modo de gerar conhecimento, mas garantir que este conhecimento seja legítimo. Para o autor, os jornalistas também se engajam e acompanham as mudanças quando estão ameaçados.

Levando em consideração os apontamentos trazidos por Carlson (2022) , Ekström e Westlund (2019) e Lisboa e Benetti (2015), o jornalismo passa por uma série de transformações que colocam tanto a autoridade epistêmica quanto preceitos como verdade e credibilidade em dúvida, mas isso tudo faz parte de aspectos contextuais pelos quais a sociedade tem passado, e, claro, é reflexo também de uma crise epistêmica das instituições de conhecimento. D’Ancona (2018) chama de a “era da pós-verdade”, onde a principal característica contextual é não determinar que é verdadeiro por meio de um processo racional, conclusivo e científico, mas se poder escolher a própria realidade, como quem escolhe a roupa que vai vestir.

1.2 As plataformas digitais e a crise epistêmica no jornalismo

Moretzsohn (2021) traz diversos apontamentos que nos levam a pensar sobre a necessidade e a dificuldade do jornalismo no contexto de crise epistêmica das instituições, principalmente no cenário de proliferação das mídias sociais. Algumas dificuldades que o jornalismo enfrenta com a chegada da internet pontuadas pela autora:

a) o jornalismo perde o seu tradicional lugar de referência como produtor de informação confiável; b) os algoritmos passam a atuar como os novos definidores do agendamento antes estabelecido pelas empresas jornalísticas; c) as fontes e os anunciantes passam a ter condições de atingir seus públicos sem a mediação das empresas jornalísticas; d) o ambiente das redes estimula a ilusão da “horizontalidade”, que apaga hierarquias e relações de poder, alimentando a ideia de que, agora, “todos” estaríamos em pé de igualdade para comunicar; e) a perda do status de mediador da informação pública, considerando que, agora, qualquer pessoa com acesso à internet está potencialmente em condições de divulgar qualquer coisa; f) a internet abre um campo inédito para produção, circulação e consumo de informação; g) as redes sociais tendem a constituir bolhas autorreferentes, que contrariam o potencial de abertura para o mundo oferecido pela nova tecnologia; h) os algoritmos atuam na conformação dessas bolhas e induzem o tipo de informação que cada pessoa deve consumir e disseminar; i) a internet convida ao imediatismo e propicia a simultaneidade, que dificultam o distanciamento necessário a um mínimo de reflexão e incitam o compartilhamento automático de informações sem qualquer verificação, o que é um campo fértil para as chamadas *fake news* (Moretzsohn, 2021, p. 45-46).

As dificuldades apontadas acima, fazem parte de um espectro ainda mais alarmante, a recusa de submissão à fala de alguns especialistas, ao conhecimento referendado e à ciência como modalidade legítima de conhecimento. Existe uma negação de parte da sociedade a todas essas “instituições”, tudo isso calcado num ideal individualista, onde qualquer pessoa pode ser *expert* em determinado assunto. “O momento atual é o da destruição da base comum, tanto epistêmica quanto moral, que cria mundos paralelos e inviabiliza qualquer debate” (Perini-Santos, 2021, p. 242). Não podemos deixar de citar que isso também é reflexo de mudanças no sistema capitalista, onde os trabalhadores da comunicação foram afetados pela ascensão do capitalismo financeiro, pelas alterações no mundo do trabalho e pelo agravamento de um irracionalismo muito presente nas plataformas digitais, que é diretamente estimulado pela extrema-direita no mundo inteiro. Perini-Santos (2022) corrobora Moretzsohn (2021) ao afirmar que houve uma modificação no modo de circulação das informações, diminuindo a quantidade de intermediários, pois qualquer pessoa com acesso à internet e a um computador pode ser transmissor de notícias, sem precisar de mediação, evidência ou verdade.

A eliminação de intermediários também é parte da justificação que os atores eles mesmos se dão acerca do que ocorre. No entanto, mais do que uma ausência de intermediários, o que encontramos é uma substituição dos canais de informação que têm algum tipo de *accountability* epistêmica por canais que têm apenas uma função de coordenação - ou seja, a substituição da mediação epistêmica pela mediação de coordenação. (Perini-Santos, 2022, p.15).

Essa mediação de coordenação possibilita que as informações circulem, por exemplo, em grupos de *Whatsapp*, sem nenhuma verificação. Por isso, esses grupos são construídos por pessoas que têm algum grau de afinidade entre si. A partir do momento em que essas redes sociais se tornam a mediação para difusão de acontecimentos, a confiança na fonte de

informação não importa e qualquer coisa pode ser tida como verdade. Para o autor, a crença tem a função de marcar o pertencimento a um grupo, e os mecanismos de negação da ciência têm raízes mais profundas.

Para Moretzsohn (2021) existe um universo em comum entre o jornalismo e quem o descarta como fábrica de mentiras, pois mesmo que determinados grupos estejam imersos no universo das *fake news*, eles compartilham de critérios que dão legitimidade àquilo que é falso. Ou seja, mesmo que *fake*, a credibilidade continua sendo uma crença, não verdadeira, mas confirmada pela certeza daquele determinado grupo. Por isso, o jornalismo tem uma nova realidade para enfrentar, que é: como lidar com a crença que é falsa? E se precisamos dessa crença para que o jornalismo se torne conhecimento, como lidar com sucessivas tentativas de negação do conhecimento? Por isso é importante que nos atentemos para a crise das instituições epistêmicas que vivemos na contemporaneidade.

Recuperando a ideia de Lisboa e Benetti (2015), onde é afirmado que o jornalismo precisa cumprir três funções para se tornar conhecimento, sendo as condições da crença, da verdade e da justificação. Subentende-se que o interlocutor deve crer que o jornalismo diz a verdade e essa verdade está justificada no seu discurso. Mas vivemos, segundo Moretzsohn (2021) e Perini-Santos (2021; 2022), num momento de profunda crise epistêmica das instituições de conhecimento, onde há negação da ciência e da verdade, para a construção de um conhecimento baseado apenas em crenças e que não condizem com a realidade. Se os sujeitos constroem “realidades” com base em crenças não reais, o jornalismo deve tentar também se construir com base nessas crenças?

Não é objetivo desta pesquisa responder às perguntas que foram colocadas, mas problematizar determinados entendimentos na busca daquilo que estamos chamando de inteligibilidade jornalística, ou seja, não há como discutir jornalismo atualmente sem mencionar a crise epistêmica na qual ele vive, as profundas modificações no mundo do trabalho jornalístico com a plataformização, o impacto do capitalismo financeiro nessas relações, a chegada das *Big Techs*, criando complexos das infotelecomunicações (ITCs)¹ e deixando o setor das ITCs ainda mais concentrados.

Recuperando Carlson (2022) que diz que não podemos discutir nenhuma área do conhecimento retirando-a do seu contexto, com o jornalismo não pode ser diferente. Não se pode falar sobre a inteligibilidade jornalística sem mencionar a cognição hegemônica hoje

¹ Expressão cunhada por Moraes (2000, p.13) para explicar a convergência dos setores de informática, telecomunicações e comunicação.

dominada pelas ITCs e mediada por aparelhos tecnológicos. De acordo com Jurno (2021), diversos tipos de plataformas povoam nosso cotidiano (saúde, trabalho, transporte, redes sociais, etc.) e elas organizam dados e informações, suplantando antigas estruturas e inserindo uma lógica de produção, circulação e conhecimento nos diversos setores sociais. Este processo é chamado de plataformação e não pode mais ser olhado como algo fora da realidade, pois invadiu o cotidiano e mudou a forma de enxergar e entender o mundo.

O uso de artefatos midiáticos para consolidação ideológica não é uma temática nova. Contudo, as plataformas e seus algoritmos inauguraram uma nova fase, dada a infinidade de dados que têm sobre os consumidores e, consequentemente, maior poder de prever e moldar seu comportamento. Assim, essa consolidação ideológica é especialmente eficaz em função da sua ampla penetração no cotidiano e nas atividades rotineiras, além de serem grandes laboratórios que testam e otimizam estratégias constantemente (Jurno, 2021, p. 47).

De acordo com a autora, essas plataformas são mais que simples mediadoras do cotidiano, elas são compostas por dimensões computacionais e políticas que têm interesses embutidos e direcionam o fluxo social de acordo com seu modelo de negócio. Apesar de as plataformas “venderem” a ideia de que são apenas intermediárias entre a realidade social e a digital, já se sabe que elas são máquinas complexas gerenciadas por algoritmos que organizam, elencam e selecionam o assunto que será (in) visibilizado de acordo com os regulamentos preestabelecidos. “Os algoritmos das plataformas podem ser poderosas máquinas ideológicas que se escondem sob um mito de objetividade, camuflando ideias e preconceitos dos humanos que os projetaram” (Jurno, 2021, p. 48). Cada vez mais delegamos poder de decisão para esses artefatos tecnológicos e essas deliberações nos afetam o tempo todo.

É válido ressaltar que essas plataformas são forjadas com a versão do capitalismo do Vale do Silício e os algoritmos devem ser pensados como aparatos tecnológicos e ideológicos que moldam a forma de ver o mundo de acordo com os valores específicos desse modo de produção. De acordo com Morozov (2018) o modelo de capitalismo “dadocêntrico” adotado pelo Vale do Silício transforma os aspectos da vida cotidiana em algo rentável, aquilo que antes era algo pessoal é transformado em uma espécie de *talk show* ao qual devemos alimentar o tempo todo. “(...) tudo vira um ativo rentável: nossos relacionamentos, nossa vida familiar, nossas férias e até nosso sono” (Morozov, 2018, p. 34). Outro aspecto desse capitalismo de dados é a incapacidade de enxergar outros modelos de gestão e organização da infraestrutura comunicacional, além da “epistemologia simplista do Vale do Silício” ter ser tornado um modelo a ser seguido, que impulsiona pesquisas que visam garantir que nenhuma interação, clique ou conversa fique sem registro.

Ainda de acordo com Jurno (2021) quando uma plataforma assegura que seus algoritmos atuam selecionando conteúdos “úteis”, “relevantes”, “recentes” - termos vagos que são utilizados para justificar a seleção matematicamente pensada e alinhada ideologicamente com quem os controla, eles ditam aquilo que será selecionado para ser visto e também aquilo que será excluído. “Dar visibilidade a uma questão, uma informação ou um conteúdo implica necessariamente colocar outros vários na sombra. Ao controlar a (in)visibilidade, eles acabam moldando os “mundos” digitais (...)” (Jurno, 2021, p. 49).

Para Christofolletti (2019) as plataformas são um perigo real e imediato para o jornalismo e não só por atuarem como “atravessadoras” de informação, mas por serem gigantes da internet como o Google, por exemplo, que interferem na atividade de distribuição de informação.

Para as plataformas, não foi suficiente dominar segmentos como o de organização e recuperação de informações (em motores de busca, por exemplo) ou de aproximação de grupos (em redes sociais ou servindo de intermediárias). Atraindo multidões, as plataformas tornaram-se tentaculares e insaciáveis. Ajudaram a conectar bilhões de pessoas no mundo todo e cresceram tanto que, em alguns aspectos, passaram a ser sinônimos da própria experiência de navegar e usufruir da internet (Christofolletti, 2019, p. 48).

As plataformas se impuseram economicamente anulando possíveis concorrentes ou incubando pequenas empresas (*startups*), anexando-as em navegadores próprios. As estratégias são tão diversas, sofisticadas e com bases enormes de usuários que podem ser consideradas como “capitalismo de plataforma” (Srnicek, 2016) já que são a principal vitrine da economia da atenção (Christofolletti, 2019). No jornalismo, essas empresas de tecnologia se apossaram de uma parte importante da etapa do processo jornalístico, a distribuição. As pessoas deixaram de procurar notícias nos portais e passaram a se informar quase que majoritariamente por meio daquilo que as plataformas oferecem, e sempre de acordo com os interesses próprios. A exemplo disso, em abril de 2025, a empresa Google, hoje avaliada em 1 trilhão e 800 bilhões de dólares, foi denunciada por agir ilegalmente para manter o monopólio de algumas tecnologias de publicidade online. O departamento de justiça dos Estados Unidos alegou que essa hegemonia de anúncios da empresa nas redes, permitia que eles cobrassem mais caros em cada anúncio e que ficassem com parcela maior a cada venda. Além disso, o Google privou qualquer tipo de competição com outras empresas, comprando cada possível concorrente, o que prejudica diretamente os consumidores (Folha de S.Paulo, 2025). 90% dos sites de anúncios na internet são clientes do Google, além desse monopólio, a empresa também é uma ferramenta de busca e de recomendação que tem ligação direta com a venda de anúncios, por

exemplo, eles vão recomendar os melhores conteúdos para quem usufrui dos serviços deles e fazer o apagamento de quem não os remunera.

Eis que o jornalismo ficou nas mãos dessas empresas gigantes de tecnologia que não tem sistemas transparentes e que as regras de distribuição e organização de conteúdos são desconhecidas inclusive para quem produz essas notícias, e isso interfere diretamente na inteligibilidade jornalística. Há ainda outro ponto que merece atenção: se essas empresas agem de acordo com interesses privados e não públicos e o modelo de negócios é regido pela livre “viralização” e exposição de conteúdos, pouco importa se aquela informação é verdadeira ou não, o que importa é a quantidade de vezes que ela vai circular. Portanto, temos mais um problema que coloca em xeque a confiança de diversas instituições, inclusive a do jornalismo, que viu nos últimos anos uma proliferação de notícias falsas e desinformação. “O problema não são as *fake news*, e sim a velocidade e a facilidade de sua disseminação, e isso acontece principalmente porque o capitalismo digital de hoje faz com que seja altamente rentável” (Morozov, 2018, p.184).

D’Ancona (2018) elenca algumas problemáticas sobre a cobertura jornalística na era da pós-verdade: a busca desenfreada por publicidade é mais importante que a narração objetiva correta; o que importa não é a verdade, mas o impacto que aquela informação vai gerar no público, e a história contada importa mais que o próprio fato. “Foi a política da pós-verdade em seu estado mais puro: o triunfo do visceral sobre o racional, do enganosamente simples sobre o honestamente complexo” (D’Ancona, 2018, p.29). O colapso da confiança é a base social da era da pós-verdade e se deve ter em mente que as plataformas lucram com afirmações médicas não científicas, teorias da conspiração, visões imaginárias e invenções da realidade. Enquanto isso for motor de cliques não há porque a indústria de mentiras cessar. Portanto, a crise epistêmica que o jornalismo enfrenta é reflexo também da intensa metamorfose que a paisagem midiática sofreu com a revolução digital.

O que ficou conhecido como “Web 2.0” não era apenas um fenômeno tecnológico: substituiu as hierarquias pela recomendação par a par, as deferências pelas colaborações, os encontros agendados pelos *flash mobs*, a informação de propriedade particular pelo software de código aberto e o consumo passivo de mídia eletrônica pelo conteúdo gerado pelo usuário. Prometeu democratização numa escala sem precedentes. E, sob vários aspectos, cumpriu a promessa. (D’Ancona, 2018, p.50).

Ainda segundo o autor, esses mesmos gigantes da tecnologia que promoveram este cenário em escala global, também se tornaram os beneficiários de quantidades infinitas de informação, superando todos os bancos de dados, sistemas de arquivo e bibliotecas que já existiram na história da humanidade. Outro fator crucial nesse processo é a distribuição das informações, que hoje estão concentradas nas mãos das grandes empresas de tecnologia que

propiciam um cenário favorável para a disseminação de notícias falsas, desinformação, hiperinformação, intensificação de ideias do senso comum e definição do padrão de gosto dos usuários.

De acordo com Moretzsohn (2017), os grandes conglomerados de mídia sempre foram responsáveis pela reiteração da ideologia dominante. Com a “revolução digital” essa função passou a ser das ITCs, que são grandes complexos que se concentram nas mãos de poucos e retroalimentam de forma reificante gostos e padrões de comportamento. Moretzsohn e Schneider (2022) falam sobre a produção social da ignorância no ambiente de hiperinformação que também é produzida pelas ITCs. Os autores entendem a ignorância não apenas como falta de informação, mas como uma espécie de conhecimento precário que é fabricado por meio da circulação massiva de informação desqualificada.

Para Moretzsohn e Schneider (2022) existe inclusive uma produção do gosto capitaneado pelos complexos de infotelecomunicações. Para os autores, a formação do gosto (sentimentos, afetos, percepção e conhecimento) é a essência sensível da ideologia, e se ela se situa na esfera da pós-verdade, do neoliberalismo e da desinformação existe cada vez menos a probabilidade de termos ideias contra-hegemônicas, ou seja, os padrões dominantes tendem a se perpetuar.

A formação dos gostos é mediada pelo conjunto de experiências de vida dos sujeitos. Em meio a essas experiências, a relação de todos com as ITCs ocupa uma parte cada vez maior em nossa rotina, seja no tempo de estudo ou trabalho, seja no tempo “livre”. A capilaridade seletiva dos fluxos informacionais contemporâneos tecnologicamente mediados, viabilizada pela vigilância digital, permite ao mesmo tempo um mapeamento dos gostos e uma ação mais customizada sobre eles do que os tradicionalmente produzidos por pesquisas de consumo e pela indústria cultural convencionais (Moretzsohn e Schneider, 2022, p. 119).

O conhecimento que as plataformas começam a ter sobre as preferências e rejeições dos indivíduos torna-se gigantesca, já que cada passo é monitorado, desde o *feed* das redes sociais até às compras em cartões. Esses dados são usados com fins comerciais e políticos e vão se tornando perigosos porque se formam em torno de ideias preferencialmente fascistas e mobilizam a opinião pública por *fake news* e ideais ultraconservadoras.

Refletindo um pouco sobre as referências estigmatizantes e discriminatórias narradas pela imprensa tradicional sobre os povos indígenas, algo debatido no próximo capítulo e tentando alinhar com as considerações tecidas sobre a inteligibilidade jornalística, não podemos esquecer que o jornalismo também sofre cruzamentos e determinações dessa nova forma de sociabilidade trazida pelas redes e pelos complexos de infotelecomunicações. Vale dizer que o “fenômeno da tecnologia” é sempre social, reflexo do capitalismo de dados ou

capitalismo comunicativo (Dean, 2021), da plataformização do trabalho (Grohmann, 2020), da sociedade da vigilância (Zuboff, 2021).

Se as empresas de tecnologia são grandes conglomerados midiáticos que reiteram padrões de consumo, ideias e comportamentos, como se pode pensar em uma representação jornalística que fuja dos estereótipos numa esfera plataformizada cuja principal característica é a viralização de conteúdos que não necessariamente condizem com a verdade?

Alguns autores acreditam que a solução para esse problema pode ser o fim do jornalismo tradicional, que por muito tempo e ainda hoje noticia sob uma perspectiva estereotipada, principalmente das minorias sociais, mas talvez tenhamos que nos apegar à uma prática que ainda parte do princípio de relatar a “verdade”. Ou talvez a solução esteja nos novos arranjos jornalísticos, nas mídias alternativas ou na nova onda do jornalismo de subjetividade. O fato é que nenhuma dessas categorias atinge tanto o público quanto aquelas criadas e produzidas com base em imaginários delirantes, que vão ter mais cliques e mais circulação, portanto, mais lucro. “Conteúdo controverso, altamente emotivo e estimulante é lucrativo porque é psicologicamente excitante e recompensador (ele libera dopamina e outras endorfinas no cérebro ao longo das sinapses de prazer-recompensa)” (Hirst, 2021, p. 94).

1.3 Os meandros da inteligibilidade jornalística na contemporaneidade

Ao pensarmos sobre a inteligibilidade jornalística na contemporaneidade, vários pontos são passíveis de reflexão, a primeira delas é a crise no mundo do trabalho do jornalista; a segunda é a crise epistêmica em torno do conhecimento, que também afeta o campo jornalístico. É inegável que as instituições de saber enfrentam uma verdadeira crise gnosiológica engendrada pelo avanço do neoliberalismo como ideologia hegemônica e do fascismo, que é a forma política do Antropoceno². “Conforme podemos testemunhar mundo afora, o fascismo é a política oficial do Antropoceno (assim como o capitalismo, o seu sistema econômico)” (Valentim, 2018).

Há algo em comum nessas crises: a chegada e a hegemonização da comunicação pelas plataformas sociais. Os problemas elencados provém de uma lógica de produção do capitalismo comunicativo, que é a forma do capitalismo tardio que materializa valores centrais nas tecnologias de comunicação em redes (Dean, 2021).

² Este conceito está sendo discutido no capítulo 4.

Entender o presente em termos de um capitalismo comunicativo tem repercussões para o modo como pensamos a comunicação, a subjetividade e o campo social. Primeiramente, sob as mensagens de comunicação, estão os contribuidores. A ideia de uma mensagem como algo enviado por um emissor a um receptor para obter uma resposta desse receptor não se sustenta mais. As mensagens agora são contribuições para um conteúdo que circula (Dean, 2021, p. 8).

As informações são contribuições para aquilo que vai circular e, como apresentado por Morozov(2018), D’Ancona (2018) e Hirst(2021), o conteúdo que tem maior chance de circulação será o controverso, o emotivo, irracional e visceral. A mensagem não precisa ser necessariamente entendida ou verdadeira, ela só precisa circular. “A produção comunicativa se destina mais à circulação que ao uso (atraindo a atenção e não ampliando o entendimento). Palavras e imagens circulam, mas fazem isso apartadas do significado” (Dean, 2021, p.9). Na contramão do entendimento apologético de “Aldeia Global” (1960), a comunicação em rede não desfaz as hierarquias, pelo contrário, ela a fortalece.

Para pensar a temática deste capítulo, levamos em consideração o debate exposto acima e nos alinhamos às ideias de Hall et al. (2016) entendendo as notícias enquanto uma prática de produção de conhecimento que nos possibilita saber e conhecer o mundo. Mas esta forma social de conhecimento é resultado final de um processo que se inicia na escolha e na seleção de acontecimentos noticiáveis. O resultado final do trabalho jornalístico está sempre imbricado em uma série de questões, mas com a hegemonização das plataformas digitais, esse processo sofre outros tipos de interferência. De acordo com Hall et. al. (2016), o jornalismo precisa noticiar o mundo a partir de uma perspectiva inteligível, por isso, os acontecimentos devem estar organizados e definidos de acordo com o conhecimento do público e inseridos num contexto social.

Este processo - a identificação e a contextualização - é um dos mais importantes, através do qual os acontecimentos são “tornados significativos” pelos *media*. Um acontecimento só “faz sentido” se puder colocar-se num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem - mesmo de forma rotineira - de tais “mapas” culturais do mundo social, não poderiam, “dar sentido” aos acontecimentos (...) que constituem o conteúdo básico do que é “noticiável” (Hall et al., 2016, p. 311).

Portanto, o jornalismo, ao reportar acontecimentos, precisa acionar os mapas de significados que já constituem a base do conhecimento social. Ou seja, os acontecimentos noticiáveis se baseiam num quadro de referência determinado pelo conhecimento social ou pelo senso comum, que tende a ser o padrão hegemônico. São os quadros de referência que constituem o processo fundamental por meio dos quais os *media* tornam o mundo inteligível. “Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social - constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de

modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (Hall et al, 2016, p. 311). Existe um pano de fundo constituindo um consenso na sociedade e dando significados às coisas, logo, os membros de uma sociedade partilham uma quantidade comum de conhecimentos culturais ou de mapas de significado. E são os pontos de vista consensuais da sociedade que a representam como se não existissem ideias contrárias, disruptivas ou conflitos de interesse. Por isso, quando os *media* noticiam um acontecimento, eles estarão dentro da moldura de consenso e dentro de enquadramentos com significados e interpretações que pertencem a todos de forma comum. “Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica básica da vida cotidiana” (Hall et al, 2016, p. 313).

Conforme elencado ao longo deste capítulo, pensar a inteligibilidade jornalística na contemporaneidade exige diversas considerações, como por exemplo, a crise epistemológica e gnosiológica da área e a hegemonização das plataformas sociais como principais distribuidoras de informação. Também precisamos entender que o ato de tornar um acontecimento inteligível no jornalismo perpassa meandros que envolvem a própria profissão, as rotinas produtivas, os “valores notícias”, o aparato de objetividade, imparcialidade, etc, e mais recentemente o jornalismo passou a operar também com base no assunto que pode “viralizar” dentro das plataformas. Desta forma, pensar a inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena nos leva a vários pontos de reflexão.

O ato de representar no jornalismo precisa estar conectado com o código do público, com o eixo de recepção, com um mapa de sentido existente que tende a ser consensual e hegemônico. Por isso, ao olhar para os enquadramentos, que são compostos na sua grande maioria pela ideia consensual, é importante analisar a questão. Existe uma concepção sobre o que é o indígena na sociedade, e esse quadro de referência é estereotipado (como veremos no capítulo 2), mas esse cenário de representação está em disputa. A luta dos povos indígenas foi e tem sido fundamental para a construção de novos quadros de referência. Destaco ainda a existência de um movimento de fora para dentro do país que coloca a contradição em pauta, na qual várias entidades internacionais têm assumido o discurso de importância dos povos indígenas para a humanidade, e isso resvala na ideia consensual. Vimos, mais intensamente, nos últimos cinco anos, o crescimento da temática indígena na política (desde disputa de eleições orquestradas até a criação do Ministério dos Povos Indígenas), nas novelas, nos programas de televisão, no jornalismo, no mundo da moda, da música, dos *influencers*, e mais indígenas ficaram conhecidos mundo afora, principalmente durante e após o governo Bolsonaro.

Esse protagonismo produzido pela luta indígena obrigou, de certa forma, os *media* a olharem para a questão de outro modo. Dentro desse contexto, pensar a inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena é refletir sobre “essas mudanças” e sobre os novos quadros de sentido produzidos. Hall et al. (2016) endossam a existência de uma adequação dos novos quadros em busca de novos consensos. São os tais acontecimentos problemáticos, disruptivos e/ou fraturantes que rompem o “ideal comum” e ameaçam a ordem e o consenso da sociedade, por isso tornam-se tão perigosos. Segundo o autor, os *media* tendem a colocar esses novos quadros dentro de molduras já existentes. Ou seja, vão noticiar o acontecimento, mas vão fornecer também as possíveis formas de compreensão. E é em busca de analisar essas fraturas que esta pesquisa também se apoia.

Capítulo 2

O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA QUESTÃO INDÍGENA



Imagem 2:
Chegada da Marcha “Nosso Marco é Ancestral” ao Palácio da Alvorada - Abril/2024

Neste capítulo, abordamos a questão indígena e o enquadramento noticioso, apresentando alguns mitos e estereótipos que foram criados ao longo dos tempos sobre os povos originários e como eles foram reafirmados pela e na sociedade, em especial nas práticas jornalísticas. Também realizamos uma discussão sobre representação e enquadramento jornalístico e como esses quadros de representação são montados pela mídia tradicional e pela mídia alternativa e/ou independente. O objetivo de trazer diversos trabalhos sobre como os indígenas têm sido representados na imprensa é de fazer um mapeamento das produções acadêmicas já existentes sobre o tema, identificando os procedimentos dessas pesquisas e sua contribuição para nossa investigação.

Capítulo 2 - O Enquadramento Noticioso da Questão Indígena

Segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2022, o Brasil possui 305 etnias reconhecidas, 274 línguas oficiais e 1,7 milhões de indígenas. Tais grupos étnicos estão divididos nas cinco regiões brasileiras, concentrados em sua maioria na região Norte do país, que detém 45% dessa população, com destaque para o Estado do Amazonas, que sozinho tem 29% do total.

Segundo Cunha (2012), a história dos indígenas no país foi sendo construída pelos brancos a partir do chamado “descobrimento”, o que foi decisivo no modo de representação desses povos. Ainda no século XVI, a imagem que se vulgariza sobre os indígenas é de canibais, cães, antropófagos, selvagens, luxuriosos, sodomitas. E, aos poucos, tal imagem construída sobre os indígenas é banalizada, dividindo-os entre bons, maus, leais e traiçoeiros.

São traiçoeiros e não enfrentam os inimigos em campo aberto, senão lhe armam ciladas. Comem sua caça crua e mal assada, a omofagia que prenuncia o que constitui o paroxismo da selvageria, sua antropofagia alimentar (...). Distingue-se assim um canibalismo de vingança - o dos Tupi - e um canibalismo alimentar, dos bárbaros Aimoré, dos Oitacá, e alguns mais (Cunha, 2012, p. 49).

A autora destaca que essas são oposições clássicas que foram criadas no século XVI, entre uma antropofagia nobre, de vingança, ou uma desumana, bestial e até mesmo do demônio. “Pelo fim do século, estão consolidadas (...) duas imagens de índios que só muito tenuamente se recobrem: a francesa, que o exalta, e a ibérica, que o deprecia. Uma imagem de viajante e outra de colono” (Cunha, 2012, p. 50).

Ao longo dos séculos, as imagens construídas sobre os povos indígenas foram se modificando, mas isso não significa que elas abandonaram perspectivas relacionadas ao “mundo dos selvagens” ou às “civilizações primitivas”. Segundo Gonzaga (2021), vários mitos foram sendo criados sobre os indígenas e, assim como essas narrativas foram sendo construídas, elas foram sendo disseminadas. Destacamos aqui os mitos elencados pelo estudioso: a nomeação dos povos como índios; a ideia genérica do uso do arco e flecha; a caracterização de que indígenas não gostam de trabalhar e são preguiçosos, canibais, violentos e matam crianças; a ideia de que indígenas possuem muitas terras; a informação reiterada de que indígenas estão desaparecendo do Brasil.

Para Gonzaga (2021) é de extrema importância que esses mitos sejam quebrados para que a representação dos indígenas seja não apenas ajustada para referências não estigmatizantes e discriminatórias, mas que a existência de tais povos seja assegurada. Sobre o primeiro mito indicado, “entende-se que o emprego do termo “índio” é indevido e desrespeitoso. “(...) As

etnias indígenas foram invisibilizadas e sobre elas foi mantido um ‘apelido’ pejorativo que perdura desde Cristóvão Colombo” (Gonzaga, 2021, p. 2). Ou seja, índio é apelido utilizado de forma a desqualificar o outro.

Quando a palavra índio é utilizada por grande parcela da sociedade brasileira, nota-se que é atribuído o sentido do desdém do apelido, ou seja, de maneira pejorativa, traduzindo pensamento que visa ao estereótipo e a construir uma ideologia a fim de macular a imagem do indígena e à ideologia (Chauí, 1984, p. 119).

Sobre a narrativa que discorre acerca da ideia de que o “verdadeiro” indígena é aquele que usa arco e flecha, Gonzaga (2021) explica que há uma imensa diversidade no universo indígena e que o habitante da mata é só uma delas, pois existem indígenas espalhados por toda a região brasileira, cada um com sua peculiaridade. “Isso faz com que seja infundado o conceito de que indígena de verdade é somente aquele que vive nu na mata, com uma pena na cabeça, portando um arco e flecha e vivendo em uma oca” (Gonzaga, 2021, p.18). Essa ideia do arco e flecha é reiterada por diversas vezes, e nela estão contidos vários outros entendimentos, inclusive sobre o uso contemporâneo de objetos tais como telefone celular, roupas, até costumes como ver televisão, tomar refrigerante, ter acesso à internet, entre outros aspectos, sempre apresentados no sentido de caracterizar os indígenas de maneira negativa.

Já o mito de que “indígenas não gostam de trabalhar e são preguiçosos, canibais, violentos e matam crianças” se alimenta de ideias produzidas e reiteradas desde a época da colonização. Cunha (2012) corrobora esta concepção ao afirmar que a imagem vulgarizada dos indígenas como canibais também provocou o debate sobre a sexualidade, que foi classificada como luxuriosa e sodomita. “A sexualidade indígena, como é de se prever, suscitou grande interesse tanto entre cronistas filosofantes quanto entre gestores de alma” (Cunha, 2012, p.47). Outra dúvida que circulava entre os jesuítas, no século XIX, era se os indígenas eram humanos. “Até por uma questão de orgulho nacional, a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas, privadamente ou para uso interno no país, a ideia da bestialidade, da fereza, em suma da animalidade, era comumente expressa” (Cunha, 2012, p.58). Já para a ideia de que os indígenas possuem muitas terras,

(...) de maneira geral, esta espécie argumentativa é sustentada por agropecuaristas, latifundiários, madeireiros e grandes corporações extrativistas, ou seja, frações da população que possuem anseios econômicos e almejam apropriar-se das áreas indígenas e das riquezas ambientais nelas constantes. Porém, não são somente as elites financeiras que propagam referidas ideias, ao passo que a imprensa e mídia brasileiras têm sido largamente responsáveis por divulgarem e tonificarem manifestações em favor das mesmas (Gonzaga, 2021, p. 38).

De forma simplória, esta narrativa reitera que as terras indígenas não devem ser demarcadas, pois esses povos já “possuem muita terra”, logo, eles não precisam que seja legalizada a posse, como previu a Constituição de 1988. Ou seja, quando se fala em demarcação de terras e marco temporal, existe um entendimento defendido por amplos setores sociais de que isso não precisa (e não deve) ser feito.

Por fim, o último mito indicado pelo autor, aquele que diz que os indígenas estão desaparecendo no Brasil, nada mais é do que um reforço de certo estereótipo, pois acredita-se que indígenas são aqueles grupos que vivem isolados, sem considerar que eles estão espalhados no país inteiro, de diversas formas, em ambientes urbanos, não apenas em agrupamentos tradicionais, como indígenas isolados. “Então, por estarem fugindo dos padrões estereotipados, pressupõe-se a sua redução e o seu desaparecimento” (Gonzaga, 2021, p. 82). Vale dizer que de 2010 para 2022 (ano da realização do último censo populacional) houve um aumento de 89% da população indígena. Devemos levar em consideração que a metodologia de coleta de dados mudou, contando com a ajuda de líderes comunitários e considerando dados de outros lugares, além do espaço das reservas indígenas.

A imagem que foi construída dos indígenas na época da colonização, os mitos segundo Gonzaga (2021), resultam do entendimento dos “desbravadores”, e que não era um consenso: os franceses os exaltavam e os ibéricos os depreciavam, uma se origina dos relatos de viajantes e a outra dos colonizadores (Cunha, 2012).

Esses mitos e ideias foram criados e perpetuados como verdadeiros e únicos e nada mais são que um conjunto de convicções arraigadas no senso comum que, criados e reiterados de forma incessante, dão origem a estereótipos culturais que, “visibilizados nos processos socializantes, numerosas vezes resultam em preconceitos, mesmo que sejam rechaçadas pelas convicções pessoais” (Gonzaga, 2021, p. 25). Esse estereótipo está engendrado na sociedade, inclusive na imprensa brasileira, que durante muitos anos tem tratado a questão dos indígenas como um assunto do “outro”.

Braga e Campos (2012) a invisibilidade e subalternidade do indígena no âmbito da mídia indica um conjunto de representações que formam uma memória coletiva de sujeitos não-indígenas, cuja lembrança é reiterada pelos agentes midiáticos. Ou seja, mais do que uma disputa entre grupos, “a relação entre indígenas e não-indígenas está toda ela construída a partir de situações potencialmente comunicativas e, portanto, monolíticas, todavia tratadas e construídas como se fossem contratos de comunicação” (Braga e Campos, 2012, p.20).

Portanto, tais estereótipos vão dizer o que é normal ou anormal, excluindo tudo aquilo que é diferente e criando barreiras do que é aceitável de acordo com valores e costumes ocidentais/europeus/capitalistas tomados como naturais. Para Cabecinhas (2002)

Os estereótipos seriam generalizações abusivas, irracionais e perigosas. A sua mudança seria difícil, exigindo uma longa educação crítica. Os estereótipos negativos sobre determinadas minorias étnicas justificariam os comportamentos discriminatórios em relação às mesmas, contribuindo para a manutenção do *status quo* (Cabecinhas, 2002, p.2).

Essas generalizações abusivas e irracionais tendem a afastar as minorias retratadas daquilo que define os seres humanos para poder associá-los àquilo que é próprio de animais, gerando desumanização desses povos (Gonzaga, 2021). É perceptível que os indígenas estão socialmente associados a uma série de mitos e estereótipos, e vários estudos no campo da comunicação midiática reiteram esta problemática. Kaseker, Galassi e Ribeiro (2022) fizeram uma sistematização dos estereótipos mais comuns sobre os povos indígenas nas narrativas hegemônicas no Brasil, destacamos:

Atrasado: estaca zero da civilização; estão acabando; devem ser superados para a evolução da humanidade; entrave ao desenvolvimento; **Bárbaro:** índio bravo, resistente à colonização/civilização ingênuo; **Bom selvagem:** servil, leal ao branco, puro; **Exótico:** extensão da natureza, pitoresco, estranho, esquisito; **Índio genérico:** redução dos povos indígenas a um tipo de índio idealizado; ignora a diversidade étnica; aquele que anda nu, mora na floresta e não fala português; **Integrado/aculturado:** índio que deixou de ser índio porque tem acesso a objetos e modos de viver considerados do branco; **Não humano:** comparável a animais, necessidade de ser civilizado; **Preguiçoso:** não gosta de trabalhar, sem ambição; **Sensual:** promíscuo, viril, erótico; **Invasor:** que não respeita a propriedade privada, comunista (Kaseker, Galassi e Ribeiro, 2022, p.74-5).

Os mitos e estereótipos elencados aqui constroem princípios interpretativos que vão definir, de certa forma, representações dos povos originários na sociedade, que fazem parte de uma cultura pública. O jornalismo é um dos atores sociais que se apropria desses enquadramentos, construindo, tensionando ou replicando essas formas de representação. As representações estão fortemente presentes na sociedade e, por isso, elas aparentam ser ou se apresentam como um retrato do mundo, negociados e disputados entre os diferentes agentes sociais. Elas instauram ou sancionam, homologam e naturalizam certos vieses, expressam entendimentos por vezes contraditórios, pois, no âmbito do discurso midiático, sugere-se que este é o modo de ser da sociedade, o que acaba legitimando determinados estereótipos, sejam eles étnicos, raciais, de gênero ou profissionais. E a partir daí é que se estabelecem padrões “normais” ou “modelos” de imagens, sejam elas pejorativas ou idealizadas, de populações, minorias e categorias sociais (Soares, 2009).

Assim, a pesquisa das representações na cultura mediática tem como focos mais recorrentes de investigação as representações da mulher, de minorias e de etnias, embora, em princípio, qualquer assunto possa ser objeto de estudo (Soares, 2009, p. 20).

O jornalismo, por ser um relato particular dos acontecimentos, constrói uma narrativa sob determinado ponto de vista, e se espera que ele reporte a realidade, cumprindo assim o contrato de comunicação midiática (Charaudeau, 2015). A discussão sobre representação jornalística é uma das questões mais complexas para o campo. Segundo Soares (2009) ao longo da história da comunicação, diversos teóricos abordaram o conceito de maneiras diferentes, mas sempre destacando os vieses implícitos contidos nas representações por meio de conceitos como enquadramento ou *framing* (Entman, 1991), representação (Hall, 1997) e agendamento (McCombs, 2004).

Soares (2009) infere que os conceitos de agendamento e enquadramento se destacam nas pesquisas sobre as formas de representação jornalística. Nesta pesquisa, entendemos o enquadramento como uma das formas de representação no jornalismo porque “permite salientar o caráter construído da mensagem, revelando sua inclinação implícita, em textos aparentemente objetivos, imparciais e com função meramente referencial” (Soares, 2009, p.58). Segundo o autor, as representações não são apenas informações pontuais, mas tratam de maneiras pelas quais os agentes compreendem a vida social e agem de acordo com tal compreensão.

Nessa perspectiva, o conceito de enquadramento (*framing*) vem sendo utilizado como uma forma de tornar inteligível a ação em dados contextos, para evidenciar que informações podem ser “selecionadas, valorizadas, destacadas, omitidas ou atenuadas, relacionadas a outras, (...), de modo a produzirem representações diferentes de uma mesma situação” (Soares, 2009, p. 21). Para Entman (1991), quando há um reforço e uma repetição de ideias em detrimento de outras, os enquadramentos vão tornar alguns acontecimentos mais visíveis e outros não, o que no geral não é de fácil detecção, porque o processo de escolha de determinadas palavras, imagens, fontes, no primeiro momento, parece natural, mas que, se comparados com outros textos, podemos perceber qual foi o quadro produzido. “Os fatores essenciais do enquadramento são a seleção dos aspectos de uma realidade percebida e a saliência dada a eles, promovendo, assim, uma definição da situação, uma interpretação causal, uma avaliação moral” (Entman, 1993, p. 52).

No âmbito específico dos textos jornalísticos, vários elementos podem permitir interceptar tais processos interpretativos: “os enquadramentos de notícias são construídos por

palavras, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais enfatizadas na narrativa noticiosa” (Soares, 2009, p.57). Por meio do conceito enquadramento, que é uma forma de mostrar modos de construção da representação jornalística, é possível analisar a capacidade dos meios de produção e disseminação de formas implícitas de se interpretar o mundo, que está entranhada na estrutura das notícias e participa dos processos de construção das representações públicas.

2.1 Quadros Interpretativos e os Povos Originários

Os estudos elencados a seguir revelam os enquadramentos produzidos pela imprensa tradicional e nos dizem que a representação jornalística sobre os povos indígenas tem se mostrado problemática, perpetuando diversos estereótipos, entendendo que a “estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença” (Hall, 2019, p.191).

Acosta e Cruz (2019) ao analisarem notícias publicadas no portal G1 e na Carta Capital sobre o Acampamento Terra Livre (ATL), de 2017 inferem que os veículos, por terem perfis editoriais muito distintos, falam de forma diferente do mesmo acontecimento. No caso do G1, os indígenas são colocados como violentos, armados com flechas e que entram em “confronto” com policiais e, ao realizar a manifestação, eles impedem a circulação de trabalhadores em Brasília. Já na Carta Capital, a abordagem é diferente. Em primeiro lugar, indígenas são entrevistados para falar do ATL, dos motivos pelos quais estão acampados, sinalizando legitimidade à luta indígena. De acordo com as autoras, os veículos de comunicação, de forma geral, tendem a apresentar o indígena muito ligado a figuras exóticas, sempre com cocar, flechas e penas na cabeça. Um estudo feito por Melo (2012), que analisou a cobertura dos jornais “Diário de Pernambuco” e “Jornal do Commercio” sobre os indígenas de Pernambuco, concluiu que:

(...) índio só entra na pauta da imprensa em questões muito específicas: em primeiro lugar, *quando é vítima ou autor de violência*; em segundo, *quando representa algo exótico e inusitado, ou seja, no enfoque do inesperado*. Questões como saúde, educação, ciência, terra e cultura indígenas não são enfocadas ou são tratadas segundo o senso comum formado sobre o índio, conceitos concebidos a partir da ideologia da classe dominante (...) (Melo, 2012, p. 5, grifos nossos).

Outra pesquisa com resultados bastante parecidos foi a de Otre (2007), que analisa como os indígenas do Mato Grosso do Sul, estado de tradição agrária e berço de fazendeiros e pessoas ligadas ao agronegócio, são retratados nos sites regionais de notícias “Campo Grande News” e “Midiamax”. A autora concluiu que a representação que é feita pelos jornais acaba

prejudicando a relação entre indígenas e não-indígenas: os fazendeiros são aqueles que produzem e os indígenas como os que nada produzem e não oferecem benefícios para o estado.

Também ao analisar a cobertura sul-mato-grossense feita pelo jornal online “Campo Grande News”, em relação à violência policial contra os Guarani Kaiowá na cidade de Caarapó/MS, no estado que mais registra violência contra indígenas, Costa e Silva (2019), constataram que o jornal utiliza por diversas vezes o termo “invasão” para se referir às ações feitas pelos originários nas terras tradicionalmente pertencentes a estes povos. Tal abordagem reafirma estereótipos de indígenas invasores, violentos e ladrões.

Ijuim e Bueno (2023), por sua vez, examinam o jornal online Campo Grande News investigando o modo como ele veiculou as notícias sobre a tese do Marco Temporal em setembro de 2021, período em que o STF voltou a discutir a questão. Os autores verificaram que em 19 notícias analisadas, apenas dois manifestantes indígenas foram entrevistados. Não existe pluralidade de vozes e falta contextualização sobre o que significa a tese do Marco Temporal. Segundo os autores, as notícias parecem boletins informativos que avisam motoristas para evitar as áreas bloqueadas.

Não há nenhum empenho para detalhamentos e, quando há alguma explicação sobre o que é o Marco Temporal ou o porquê de os povos indígenas se articularem em nível estadual – e nacional, ao considerar também o grande acampamento contra a PL 490 que estava acontecendo em Brasília no mesmo período – esta é feita de maneira resumida, até simplista. Na maioria das vezes, a menção de que os bloqueios nas estradas foram realizados em protesto à tese nem figurava no primeiro ou segundo parágrafos do texto, considerado o espaço destinado a informações essenciais para que o leitor entenda o fato de maneira rápida e eficiente (Ijuim; Bueno, 2023, p. 8).

Ainda de acordo com Ijuim e Bueno (2023), em mais da metade dos textos analisados, a palavra utilizada para se referir aos indígenas era “índio”, termo ultrapassado, colonialista e que homogeneiza as mais de 305 etnias existentes no Brasil. Outro destaque é que as notícias criminalizam e culpabilizam os indígenas, o que gera uma imagem negativa deles. Ao concluir o estudo, os pesquisadores inferem que as notícias publicadas pelo Campo Grande News, um dos principais jornais do berço do agronegócio, tendem sempre a reforçar estereótipos.

Outra pesquisa feita pelos mesmos autores sobre a cobertura do marco temporal na Folha de S.Paulo concluiu que as notícias sobre esta temática deixam a desejar, pois “pautas relativas aos indígenas, em especial nos casos de violência física ou invasão territorial, geralmente são produzidas de maneira superficial e descontextualizada” (Ijuim e Bueno, 2024, p. 96-97). Isso acaba reproduzindo uma visão excludente que é pautada em padrões racistas e alimenta a noção dicotômica de “nós” e “eles/outros”. Para Ijuim e Bueno (2024) essa dicotomia que coloca os originários como o “outro” acontece desde os títulos das notícias e manchetes, nomeando-os como os sujeitos que atrapalham o *status quo*.

Para Neves, Corrêa e Tocantins (2016) a invenção do “índio” é resultado das formas simbólicas produzidas sobre esses povos a partir do século XVI, onde a nudez e a antropofagia ganharam imenso destaque, pois “era necessário inventar um indígena selvagem, desprovido de racionalidade, a fim de que toda sorte de desrespeito aos direitos humanos fosse justificada” (Neves; Corrêa; Tocantins, 2016, p. 1). Segundo os autores, quando um acontecimento relacionado aos indígenas ganha destaque internacional e requer que o país faça algo relacionado a isso, as chances de eles entrarem como pauta no jornalismo tradicional são maiores e acontecem com mais frequência, muito por conta da proeminência, impacto e da repercussão que esta pauta pode ganhar por ter merecido atenção da mídia informativa no exterior. Em contraponto a isto, é totalmente possível um absoluto silenciamento sobre os indígenas. Eles concluíram ainda que as produções midiáticas seguem alguns padrões, que produzem silenciamentos e a reafirmação de estereótipos.

Mendes (2019), ao estudar a representação dos indígenas no Portal G1, na subseção para o estado do Acre, entre os anos de 2013 a 2018, traz reflexões bastante parecidas com as elencadas pelos autores citados anteriormente. Ao analisar 29 textos jornalísticos, a autora chama atenção para o uso excessivo de fontes oficiais em detrimento das falas dos indígenas; os originários são homogeneizados, pois ao noticiar sobre determinado povo, não se especifica a qual etnia pertencem, utilizando genericamente apenas a palavra “indígena” e “índio”; e os estereótipos do exótico e do atrasado são reiterados.

Já Silva (2022) pesquisou sobre a presença dos indígenas no televisivo Jornal Nacional, telejornal de maior prestígio da emissora Rede Globo e o de maior audiência no país, no período de 8 de junho a 12 de setembro de 2021, encontrando um total de 8 matérias que se referiam a estes povos. O estudo conclui que os indígenas não são utilizados como fontes, a imagem mais utilizada é deles segurando arco e flecha ou outros elementos utilizados para caça, levando o telespectador a pensar que os indígenas estão sempre em posição de ataque, que são os agressores e não as vítimas. Segundo a autora, o jornal dá alguma visibilidade para a população originária, mas não dá voz a eles. “As notícias os sujeitam no dito e no não dito, os indígenas a inferiores, marginais, criminosos, selvagens, tutelados pelo Estado, etc.” (Silva, 2022, p.44).

Em um estudo recente sobre como os jornais locais, do interior do Rio Grande do Sul, noticiam acontecimentos relacionados aos povos indígenas, Sebastiany e Rosa (2023) trazem dados bastante parecidos com os dos estudos anteriores. Uma das principais características apontadas por eles revela, mais uma vez, que os indígenas são retratados de forma genérica, sem mencionar o povo ou grupo étnico ao qual eles pertencem:

O procedimento de generalização, em “indígenas”, pode ser entendido como um gesto de os jornais tentarem alavancar as suas próprias visibilidades, principalmente se levarmos em conta mecanismos de busca como o Google ou até mesmo as redes sociais digitais, que priorizam o uso de palavras-chave para acelerar a entrega de resultados. Ou seja, trata-se de um gesto de visibilizar o jornal, enquanto os Kaingangs permanecem no âmbito do silenciamento e da invisibilidade (Sebastiany; Rosa, 2023, p. 9).

Como nos demais estudos, os autores afirmam que ao utilizar o termo “indígena” os jornais locais silenciam outros termos que poderiam gerar diferentes sentidos, bem como atua na manutenção de sentidos dominantes.

Os estudos mencionados (Acosta e Cruz 2019; Melo, 2012; Otre, 2007 ; Costa e Silva 2019; Ijuim e Bueno 2023 e 2024; Neves, Corrêa e Tocantins 2016; Mendes, 2019; Silva, 2022; Sebastiany e Rosa 2023) sobre os quadros interpretativos dos povos indígenas na mídia tradicional apontam de forma uníssona para uma cobertura midiática problemática, que tende a fazer uma caracterização fortemente estereotipada dos povos tradicionais. Mas, principalmente, apontam que esta cobertura produz, segundo tais estudos, um apagamento das questões indígenas. Por meio de uma série de técnicas e estratégias jornalísticas, tais como a seleção de fontes, a escolha de palavras e imagens, a construção de estereótipos, a ênfase em determinados aspectos e a minimização de outros, produz-se uma “versão dos fatos” tomados como “a” realidade que concorre para a construção de uma percepção pública das questões em jogo (Meneses, 2014)

O que nos chama atenção é que, mesmo em estudos mais atuais, as conclusões reforçam inferências de investigações que foram feitas há alguns anos, e o padrão de representação, de certa forma, ainda permanece. É a partir desses elementos que nossa pesquisa investiga particularmente aspectos da representação jornalística dos originários e os impactos dela na construção dessa inteligibilidade jornalística, que é montada num padrão estereotipado e com um regime de invisibilização constantemente reafirmados e que se atualizam. Para Hall (2016) o processo de estereotipagem produz uma estratégia de separação, que diferencia o “normal” do “anormal”, excluindo tudo aquilo que é diferente.

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (insiders) e “forasteiros” (outsiders), entre nós e eles (Hall, 2016, p. 192).

É nesse constante processo de reiteração de estereótipos que os povos indígenas são colocados quase sempre como não pertencentes e não merecedores seja de dignidade, de vida ou de território. Mas tais representações não são as únicas. Também nos propomos a olhar, na pesquisa, para a construção da inteligibilidade jornalística fora da mídia *mainstream*, analisando outros materiais, aqueles da Agência Pública e da Amazônia Real. Por ser proposta da pesquisa examinar também esses arranjos jornalísticos que estão fora da chamada grande mídia, apresentamos alguns estudos realizados tanto sobre a Amazônia Real quanto sobre a Agência Pública, a fim de mapear produções acadêmicas já existentes sobre o tema.

Em uma pesquisa recente sobre o jornalismo desenvolvido pela Amazônia Real, Souza e Miguel (2023) apontam que o site consegue se aprofundar na maioria dos temas propostos. “A cobertura jornalística analisada evidencia que há um modo de se dizer e informar discrepante da superficialidade e do véu da objetividade pregada pelo *mainstream* midiático” (Souza; Miguel, 2023, p.22). As autoras também apresentam, contudo, as fragilidades da narrativa jornalística feita pela Amazônia Real, afirmando que ela traz a concepção do jornalismo convencional e que, mesmo colocando em relevo fontes minoritárias, que não apareceriam no jornalismo convencional, as fontes mais utilizadas são as oficiais. O estudo conclui que, mesmo com essas fragilidades, o jornalismo praticado é engajado e comprometido com a questão ambiental e com as desigualdades e injustiças sociais.

Já o estudo realizado por Bragança (2019), que buscou investigar como a Agência Pública utilizou as fontes num projeto intitulado “Amazônia Pública” – voltado para noticiar sobre a complexidade das discussões acerca das consequências socioambientais das usinas do Complexo Hidrelétrico do Rio Tapajós, oeste do Pará, e seus desdobramentos, em matérias veiculadas no site nos anos de 2014 e 2015 –, concluiu que a Pública consegue utilizar uma pluralidade de vozes, dando destaques para fontes que, na grande mídia, ficariam invisibilizadas. Para Bragança (2019), as escolhas editoriais da Agência Pública tendem a oferecer protagonismo àqueles agentes que, nas relações de poder, sobre esse tema, seriam excluídos e buscam ainda construir contra-narrativas em relação ao discurso hegemônico, sensibilizando o leitor para as pautas socioambientais.

Em outra pesquisa realizada sobre o jornalismo desenvolvido pela Amazônia Real, Bassi (2020) conclui que, nas reportagens analisadas, as formações discursivas dos textos enfrentam a exploração ambiental e o descaso político e econômico na região Amazônica, o que, segundo a autora, cumpre o papel ideológico de meio independente. “O conceito socioambiental está ancorado em discursos de aprofundamento, denúncia, investigação e luta política em conservar o ambiente, o território e o cuidado com a natureza da região amazônica”

(Bassi, 2020, p.119). Para a autora, a Amazônia Real consegue trazer pautas importantes sobre a Amazônia e sobre a questão de território, que muitas vezes ficam diluídas na mídia tradicional, dando visibilidade a grupos subalternizados e reduzindo estereótipos. A pesquisa de Salvo e França Rodrigues (2021) traz resultados que corroboram com o estudo de Bassi (2020).

Ao analisar o site da Amazônia Real, os autores constataram que as principais fontes de informação das reportagens são lideranças indígenas e organizações comunitárias. Os personagens que constroem as narrativas, em sua maioria indígenas, quilombolas e ribeirinhos, são tratados de forma prioritária em detrimento de fontes especialistas. Os autores concluem que a Amazônia Real é portadora de vozes dos povos tradicionais, lideranças e organizações, bem como de especialistas e pesquisadores envolvidos com questões da região. Além de ter um olhar mais próximo e de “dentro”, o enquadramento dado pela agência de notícias valoriza as perspectivas locais. “A agência produz sentidos sobre uma Amazônia povoada, humanizada, múltipla, diversa e heterogênea, que não se permite reduzir as questões ambientais” (Salvo e França Rodrigues, 2021, p. 21). Para eles, o jornalismo que vem sendo feito pela agência se configura como uma forma contra-hegemônica que resiste às concepções colonizadoras e homogeneizantes sobre a região.

Costa e Martins (2020), ao analisarem como coletivos jornalísticos online construíram narrativas sobre a pandemia de Covid-19 na Amazônia Legal no Brasil, no qual destacamos a Agência Pública, por ser nosso objeto de investigação, concluíram que a inovação se fez presente no jornalismo a fim de superar a crise profissional e de credibilidade que ficou muito presente na pandemia. Além disso, a maioria das reportagens tratava de temas sociais pertinentes à região, principalmente sobre povos originários e outras minorias, o que, segundo os autores, reafirma o papel desses meios na promoção de direitos humanos e transparência sobre os acontecimentos. Como destaque, Costa e Martins (2020), sinalizam que as práticas mais inovadoras propostas por esses coletivos jornalísticos foram: a forma variada de financiamento, na construção de narrativas contra-hegemônicas, na forma de participação do público, bem como na prática colaborativa com outras publicações e na checagem de fatos.

As pesquisas elencadas acima, tanto as que abordam o enquadramento dos povos indígenas na grande mídia quanto os estudos que discorrem sobre como as questões da Amazônia, dos povos tradicionais, entre outros temas, são abordados pela mídia “alternativa” servem como uma espécie de moldura que nos dá um panorama sobre como o jornalismo, seja ele independente ou *mainstream*, tem noticiado sobre as pautas dos povos originários. Os estudos expostos acima nos dizem que os quadros interpretativos sobre os indígenas feitos pela

mídia tradicional tendem a manter os estereótipos, enquanto que os feitos pela mídia alternativa reduzem esse padrão de representação.

Essas reflexões nos levam a tentar entender quais movimentos estão sendo feitos pelo jornalismo para lidar com a questão indígena na contemporaneidade e em que medida apenas reiteram formas recorrentes de representação dos povos originários ou se podemos vislumbrar algum tipo de fratura nesse quadro interpretativo. Nossa hipótese parte da noção de que a práxis jornalística passou por avanços nos últimos anos, mas, a depender do assunto noticiado, os enquadramentos repetem o padrão de estereótipos e silenciamentos das populações tradicionais, reiterando o discurso hegemônico.

2.2 De Qual Jornalismo Estamos Falando?

A noção de inteligibilidade, está sendo pensada aqui em relação ao jornalismo como uma modalidade produtora de conhecimento público verificável, uma forma de produzir compreensão sobre o mundo, mas, ao mesmo tempo e em necessária articulação com saberes outros, no nosso caso, aqueles que acionam ideias de território. Segundo Cavalcante (2013), para a maioria dos povos indígenas, a questão do território transcende o entendimento dele como fonte de recursos. O território se expressa enquanto abrigo e lugar de conexão com a ancestralidade, por isso é um conceito central aqui.

A relação entre jornalismo e conhecimento já foi tematizada por diferentes autores e tradições (Park, 2008; Genro Filho, 1987; Meditsch, 1992, 1997), portanto, adotamos nesta pesquisa a premissa de que se conhece algo por meio do jornalismo. E queremos saber qual a inteligibilidade produzida pelo jornalismo sobre os povos indígenas na contemporaneidade e de que forma isso vem sendo feito.

Do ponto de vista do lugar em que essa produção jornalística é efetivada, a investigação se apoia em análises que serão feitas na chamada mídia jornalística tradicional (Moraes, 2013), no que aqui chamamos de mídia jornalística semi-estabelecida (Mattoni, 2017) e mídia jornalística independente e/ou alternativa (Moraes; Ramonet; Serrano, 2013; Downing, 2002; Peruzzo, 2008, 2009; Karppinen; Moe, 2016).

No primeiro caso, entende-se que o jornalismo que faz parte dessa mídia tradicional é muitas vezes tomado como jornalismo de referência (Zamin, 2014). Segundo a autora, os termos “jornalismo de referência”, “imprensa de referência” ou “jornal de referência” “comumente têm sido empregados em investigações brasileiras como modo de delimitação de

objeto de estudo, justificativa ou estratégia metodológica” (Zamin, 2014, p. 919). Sabemos que a noção de *mainstream* é polissêmica e passível de diversas interpretações, em diferentes campos disciplinares como sociologia, economia da mídia e estudos de jornalismo, e, sobretudo, diante das mudanças no ambiente contemporâneo de produção jornalística (Steensen et al., 2023). Mas a inflexão geral, conforme o contexto teórico ou político em que é utilizado, aponta para modalidades de um jornalismo comercial, institucionalizado, muitas vezes criticado por sua submissão a lógicas de mercado ou poder hegemônico e em contraste com arranjos considerados alternativos (ativista, comunitário, etc.).

Portanto, admitindo tal flexibilidade semântica, em uma formulação basicamente descritiva, entendemos que por jornalismo de referência temos

(...) as seguintes características: *ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural), e possuir índices elevados de tiragem e circulação* (Zamin, 2014, p. 931, grifos nossos).

A partir desta compreensão, entende-se que é o jornalismo de referência que opera reivindicando uma compreensão hegemônica do que se entende por jornalismo e mantém relações, em dado contexto histórico, e se define por certos posicionamentos em temas políticos e econômicos, culturais e sociais, possibilitando um entendimento abrangente à sociedade acerca destes temas. Nesse bojo, entende-se o jornal Folha de S. Paulo como parte desse jornalismo de referência. Portanto, todas as vezes que usarmos os termos “mídia/jornalismo tradicional”; “mídia/jornalismo *mainstream*”; “mídia/jornalismo corporativo” estamos nos referindo a esse jornalismo que opera a partir de uma compreensão hegemônica.

Já o outro universo jornalístico a ser observado em nossa investigação, e conceitualmente melhor caracterizado, é aquele referido à noção de mídia semi-estabelecida (Mattoni, 2017). Para a autora, a mídia semi-estabelecida se distingue de uma mídia tradicional e uma alternativa, não só como um conceito, mas na forma do fazer jornalístico, do alcance e da repercussão.

A mídia semi-estabelecida tem uma posição intermediária, pois depende parcialmente do mercado de mídia para sustentar o negócio, mas podem também ser apoiadas economicamente por fundos públicos ou partidários. (...) podem empregar funcionários pagos e jornalistas profissionais, mas frequentemente depende do trabalho voluntário de jornalistas não-profissionais. (...) tem uma circulação relativamente mais ampla do que a mídia alternativa, mas não é capaz de alcançar o público de massa como a mídia tradicional (Mattoni, 2017, p. 81).

Dentre todas essas características, a mídia semi-estabelecida também tem um viés político editorial bem definido, operando na intersecção entre jornalismo e política; nesta categoria analisamos a Agência Pública. Olharemos também para o site da Amazônia Real, outro campo do universo jornalístico, que classificamos como um arranjo alternativo e/ou independente.

No próprio site, a definição dada pela equipe é a seguinte: “agência de jornalismo independente e investigativo sem fins lucrativos” (Site Amazônia Real). Karppinen e Moe (2016) descrevem a mídia independente afirmando que ela existiria para além da autoridade do estado ou dos interesses comerciais e que teria um modo específico de produção de conteúdos que é alternativo àquele feito na mídia *mainstream*. Para os autores, a noção de mídia independente no contexto contemporâneo se refere também ao jornalismo nativo da internet que é insubordinado financeiramente ao “legado da indústria de mídia” e recorre ao financiamento coletivo (Karppinen e Moe, 2016).

Segundo Peruzzo (2009), as iniciativas populares, comunitárias e/ou alternativas se concentram mais na centralidade do conjunto da práxis jornalística que se estabelece do que no formato do veículo utilizado. Para ela, o que vai importar e diferenciar essa mídia é a importância que ela tem para a comunidade.

Imprensa alternativa trata-se de uma vertente que reúne processos de comunicação basicamente jornalísticos, que podem assumir feições mais amplas, de caráter autônomo e, por natureza, não alinhados aos padrões dos meios de comunicação convencionais, governos e demais setores que representam as classes dominantes. Os canais alternativos de maior porte se constituem em alternativa enquanto fontes de informações (Peruzzo, 2009, p. 140-1).

A autora ainda destaca que entre as marcas da comunicação popular, comunitária e alternativa atual estão a diversidade de concepções político-editoriais que trazem enfoques mais críticos e as formas inovadoras de comunicação como os sítios colaborativos, blogs e etc.. Essas descrições apresentadas por Peruzzo (2009) coadunam com as definições que foram apresentadas nas pesquisas sobre a Amazônia Real que estão elencadas acima.

A escolha por meios de comunicação na mídia tradicional, semi-estabelecida e na mídia alternativa e/ou independente ocorre por conta da perspectiva político-editorial de cada um deles e o modo como acolhem ou não temas, questões e referências que são caras aos povos indígenas e que podem pôr em circulação outros enquadramentos relativos a essa temática. A opção por investigar a construção da inteligibilidade nesses universos jornalísticos diferentes se dá porque entendemos que eles geram possibilidades distintas de abordar os enquadramentos. Segundo Mattoni (2017), na mídia semi-estabelecida o viés político-editorial é bem mais definido. Na de referência temos vários elementos para a produção do texto que

começam no projeto editorial da publicação e vão até onde a notícia vai circular. Na mídia independente temos um “jornalismo realizado sem vinculação econômica ou editorial a grandes grupos empresariais, na perspectiva de contraposição à mídia convencional” (Lima, 2009, p.34).

Sabemos que existem diversas vertentes de classificação e conceituação sobre jornalismo independente, alternativo, radical, contra-hegemônico, popular, comunitário (Moraes; Ramonet; Serrano, 2013; Downing, 2002; Peruzzo, 2008, 2009; 2024; Karppinen; Moe, 2016) e também sobre a mídia semi-estabelecida (Mattoni, 2017), mas, ao selecionar a Agência Pública classificando-a como mídia semi-estabelecida e a Amazônia Real classificando-a como independente, também entendemos que ambas fazem parte dos chamados novos arranjos jornalísticos e que são uma possibilidade de reorganizar o trabalho de forma independente e alternativa aos conglomerados de mídia como forma de resistência (Figaro; Nonato, 2021) .

Os novos arranjos jornalísticos trazem mudanças no sistema midiático, pois o conceito de periodicidade é executado de outro jeito e é desterritorializado, o trabalho é feito por meio das plataformas digitais e se caracterizam, sobretudo, por trazerem pontos de vistas diferentes daquele apresentado pelo jornalismo de referência.

Desse modo, tratar de temas como a questão feminina, mulheres negras, mães, formação de jovens, sustentabilidade, meio ambiente, cinema, futebol, política, direitos humanos, movimentos sociais, eleições exige certo compromisso com valores sociais mais amplos, desvinculados imediatamente de interesses econômicos hegemônicos. **Esses temas são, do ponto de vista editorial, tratados de maneira progressista, humanista e de viés que transita do democrático ao popular** (Figaro; Nonato, 2021, p.33, grifos nossos).

Ou seja, para esta pesquisa, a classificação de qual tipo de jornalismo é feito pela Agência Pública e pela Amazônia Real (se alternativo, independente, comunitário, semi-estabelecido) não importa muito, o que é fundamental aqui é o entendimento de que ambos são classificados como novos arranjos jornalísticos, que buscam, acima de tudo, narrar outra versão dos acontecimentos diferentes do discurso hegemônico, formando outra possibilidade de composição da inteligibilidade jornalística sobre os povos originários.

Enfim, o campo da mídia tem centros e margens e nele há hierarquias entre meios informativos. Eles abrangem públicos menos ou mais amplos, correspondem em graus diversos aos critérios vigentes de qualidade jornalística e obtém menor ou maior credibilidade diante de um público que está, também ele, em posições desiguais. Nesse sentido, a investigação discute o modo como as pautas indígenas da atualidade são interceptadas pelo trabalho do jornalismo, tanto o que é feito pela imprensa tradicional quanto o que é elaborado pelos novos arranjos.

Para discutir os enquadramentos informativos no trato com a questão indígena, consideramos o jornalismo como parte do sistema midiático, e por estar dentro dele, funcionando de acordo com seus preceitos. A mídia jornalística estabelece operações que implicam em fixar sentidos e ideologias que interferem na formação da opinião pública e no imaginário social, e atuar com a capacidade de se apropriar de diferentes vocabulários para que caibam dentro de si todos os léxicos, sempre a serviço de suas conveniências particulares, e de afirmar o mercado como valor supremo, trazendo o individualismo e a competição como prerrogativas e apresentando-o como o “único” capaz de compreender os anseios da sociedade (Moraes, 2013). “Esse modelo está associado à lógica concentracionária e expansivamente reprodutiva do mercado e da cultura tecnológica, cujos os eixos preponderantes são a digitalização, a virtualização, a mercantilização simbólica e a internacionalização” (Moraes, 2013, p. 20-21). O teórico finaliza enfatizando que os projetos mercadológicos e editoriais variam, menos em um ponto: eles sempre vão operar para a reprodução do consumo e preservação das hegemonias constituídas.

A troca do termo “índio” por “indígenas” no jornalismo *mainstream* significou uma “mudança” significativa na forma de mencionar os originários? Até que ponto essa mudança não é apenas uma incorporação de um novo léxico num sistema que se diz mais plural e onde cabem todos os vocabulários? Mesmo com essa mudança de termo, a representação jornalística ainda estereotipa os indígenas? É na busca de tentar entender esses deslocamentos que iremos operar, entendendo que os enquadramentos não são estáticos, são dinâmicos e se desenvolvem ao longo dos anos, de acordo com a mudança das estruturas políticas, nas alterações do entendimento dos jornalistas e agentes que atuam na processualidade da produção informativa, nas reconfigurações das instituições jornalísticas e de acordo com a redefinição das estruturas das elites, podendo por vezes absorver e/ou mudar o discurso (Soares, 2009).

2.3 Comunicação Indígena: a busca por outra cobertura possível

Ao analisar o enquadramento noticioso da questão indígena, com base nas pesquisas realizadas e demonstradas acima, percebe-se que algumas reiteram estereótipos e outras os diminuem. Desta forma, podemos inferir que a inteligibilidade jornalística sobre os povos indígenas está em disputa, onde os enquadramentos tradicionais sofrem tensionamentos e as

ações comunicacionais feitas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)³ devem ser levadas em consideração.

Alinhado a perspectivas como a de Milhomens (2021), que aponta que “a produção comunicacional dos povos indígenas tem se mostrado um exemplo de resistência, luta e originalidade”, objetivamos nessa seção indicar como modos de vivência territorial dos indígenas aparecem de maneira decisiva na configuração das ações comunicacionais da APIB e como essa forma de narrar traz outra perspectiva para a questão indígena.

Para tanto, apresentamos, no próximo capítulo, uma análise temática centrada na Revista “Acampamento Terra Livre” e em publicações realizadas pela entidade nas redes sociais (*Instagram*) no entorno de dois eventos: Primavera Indígena - “Luta pela Vida: a maior mobilização indígena dos últimos tempos” (2021) e Acampamento Terra Livre (2022). Uma das principais pautas da APIB é unificar a luta dos povos originários em todo o país. Mas, para além de uma associação bem estruturada, a articulação se destaca por ações de comunicação contínuas, como manutenção de *site* institucional e perfis nas redes sociais (*Instagram*, *Twitter*, *Facebook* e *YouTube*), contando com número expressivo de seguidores, curtidas, comentários e *reposts*, que instituem as práticas comunicacionais também como instância da sua territorialidade.

Em vários aspectos, partilhamos de indicações feitas por Santi e Araújo (2020) acerca da centralidade do território para as práticas comunicacionais do movimento dos povos indígenas, constatando que “as disputas pelo território têm sido historicamente palavras-chaves na constituição desse movimento social e de suas organizações - e das formas e práticas comunicacionais acionadas pelo e/ou através do Movimento Indígena” (Santi e Araújo, 2022, p.154). Destacamos, porém, que é preciso verificar como a comunicação se estabelece em marcos mais específicos às práticas do movimento, que a nosso ver se dá, por exemplo, em instâncias como a concepção de acampamento indígena vislumbrada nessas práticas comunicacionais.

Postulando a construção de uma comunicação anticolonial e em ruptura com imaginários subalternizantes dos indígenas (Oliveira, 2018), a entidade empreende ações que

³ A APIB foi criada por várias entidades de lutas dentro do movimento indígena no Acampamento Terra Livre - ATL no ano de 2005. O objetivo do ATL é tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações. A APIB é uma referência nacional do movimento indígena do país, tendo representação em todo território brasileiro sendo composta pela COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo ; Conselho Terena - Conselho do Povo Terena; Aty Guasu - Grande Assembléia do povo Guarani; CGY - Comissão Guarani Yvyrupa; ARPINSUDESTE - Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste e ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul.

envolvem a utilização dos mais diferentes recursos e linguagens nos ambientes das mídias digitais, com produção de conteúdo voltado para diversos segmentos, das comunidades indígenas ao jornalismo corporativo, dos múltiplos agentes sociais às instâncias do poder público. Tais iniciativas comunicacionais, muitas vezes sinalizadas como “independentes”, “alternativas”, “periféricas”, “ativistas”, “colaborativas” (Pereira e Di Felice, 2021; Peruzzo, 2022) e mais recentemente caracterizadas como práticas etnocomunicacionais (Araújo e Santi, 2022), se inscrevem em experiências pouco estudadas fora de uma abordagem altamente normativa dos estudos tradicionais, em especial do jornalismo, que as identifica fundamentalmente com a rubrica de “em oposição” ao formato “central”, “hegemônico”, “*mainstream*” etc.

O fato é que tais iniciativas, se vistas, por exemplo, em torno de práticas da comunicação jornalística, primam não apenas pelo tensionamento e reavaliação crítica de valores jornalísticos tradicionais e por apontar a necessidade de inclusão e envolvimento de novos agentes sociais nos processos jornalísticos, em um esforço de organizar e obter espaço às vozes que tradicionalmente não ganham acesso na mídia de referência. São especialmente formas emergentes de experiências comunicacionais/jornalísticas que, a nosso ver, no modo como lidam com a questão dos povos indígenas e a maneira como as narrativas se produzem, são também formas comunicacionais renovadas que sinalizam perspectivas estimulantes para a investigação e se mostram reconhecidas pelo repertório jornalístico das mídias informativas mais tradicionais. Tais iniciativas podem

(...) evidenciar experiências outras da comunicação que subvertem tanto na forma quanto nos usos dos meios o que entendemos por comunicação, trazendo não só ações comunicacionais diferenciadas seja na experiência de produção da forma de vida em si, seja nas suas aparições públicas, quanto desafios comunicacionais de natureza epistêmica (Oliveira, 2020, p.49).

Nesse conjunto articulado de ações, interessa-nos examinar a comunicação que se apresenta como iniciativa prática considerada não apenas alternativa ao quadro da mídia corporativa, mas que é realizada pelos próprios agentes indígenas. Procuramos sinalizar o modo como elas se propõem a imaginar a sua luta (e nesse caso a questão do território é definitivamente central) com formas de narrar que inextricavelmente se relacionam com modos de vida – e que são outros modos de pensamento em uma tentativa de “narrar uma outra experiência de existir” (Brum, 2021).

Pretendemos indicar, no próximo capítulo, de que maneira se evidenciam elementos de arranjos que renovam compreensões do quadro contemporâneo das práticas comunicacionais,

com destaque para a problematização da existência de “modelos” (em especial no universo de comunicações jornalísticas), da busca de outras referências narrativas, e da sua articulação com novos atores e novos formatos institucionais. Iremos verificar, dentre outros aspectos, como algumas dessas iniciativas se definem por propostas radicalmente contextualizadas (Grossberg, 2015) nas e pelas experiências dos povos indígenas.

Cabe afirmar que nossa intenção não é fazer uma comparação entre a cobertura *mainstream* e a que é feita pelos povos originários, mas mostrar que existe outra forma de enquadrar a questão indígena. Os originários hoje detêm uma comunicação desenvolvida e organizada e se colocam como atores dentro do ecossistema jornalístico, forçando a grande imprensa a olhar para os quadros que vêm sendo produzidos por eles. O capítulo três é uma forma de mostrar esses outros quadros interpretativos.

Capítulo 3

OUTROS QUADROS INTERPRETATIVOS



Imagem 3:
Chegada da Marcha “Nosso Marco é Ancestral” na Praça dos Três Poderes - Abril/ 2024

Ao refletirmos sobre a construção da inteligibilidade jornalística sobre os povos originários, é perceptível que existem outros quadros interpretativos em disputa. Neste capítulo, pretendemos mostrar que a comunicação feita pelos indígenas tem ganhado espaço, pondo em circulação outros enquadramentos distintos daqueles da grande imprensa, tensionando diferentes modalidades de narrativa, apresentando esses sujeitos sob outra ótica e, de certa forma, compelindo o jornalismo a não ignorá-los.

Capítulo 3 - Outros Quadros Interpretativos

Várias são as iniciativas comunicacionais indígenas, a exemplo da “Mídia Índia”; da “Mídia Terena”; da “Mídia Indígena”; da “Uhiri - Associação Yanomami”; entre vários outros coletivos e “*influencers*” indígenas que surgem constantemente. Contudo, queremos destacar aqui a comunicação feita pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB⁴) que reúne representantes de todos os biomas do país. Diversos autores (Kaseker, Galassi e Ribeiro, 2022; Araújo e Santi, 2022; Milhomens, 2021, 2022; Guilherme e Lacerda, 2022; Kolling e Muller, 2021) têm ressaltado a importância da comunicação indígena para a elaboração de outros quadros interpretativos sobre os povos originários, destacando a autorrepresentação como espaço de disputa política de identidades em luta. Para Kaseker, Galassi e Ribeiro (2022) a autorrepresentação indígena subverte aquela construída pelo poder hegemônico, pautada pelos modos de vida ocidentais, e celebra a diferença.

Ainda que os efeitos da representação negativa não sejam suprimidos o imaginário social, muito menos deslocados de um polo a outro, é a partir da representação positiva que a autorrepresentação toma corpo estratégico para constituir-se um espaço de visibilidade, reivindicação e contestação de narrativas deturpadas pelo estereótipo (Kaseker, Galassi e Ribeiro, 2022, p.67).

Segundo as autoras, os estereótipos existentes sobre os povos indígenas são imagens pré-fabricadas desde a colonização que, repetidas de forma incessante, ficaram gravadas no imaginário coletivo, fazendo dele a forma predominante de interpretar o mundo. Por isso a autorrepresentação é importante, pois desafia a reprodução desses estereótipos. As organizações indígenas têm ocupado o espaço midiático, principalmente, mas não apenas na internet, e esse movimento epistemológico (Kaseker, Galassi e Ribeiro, 2022) no contexto da cultura digital, tem sido protagonizado por jovens indígenas. Podemos destacar algumas iniciativas audiovisuais como o projeto Vídeo nas Aldeias (VNA) do indigenista Vincent Carelli, pioneiro em colocar os indígenas como protagonistas em produções audiovisuais; Vídeo Kaiapó; a Associação Cultural de Realizadores Indígenas (ASCURI), do Mato Grosso do Sul, formada por indígenas Guarani, Kaiowá e Terena, entre outras.

⁴ A associação é uma referência nacional do movimento indígena do país, tendo representação em todo território brasileiro sendo composta pela COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Conselho Terena - Conselho do Povo Terena; Aty Guasu - Grande Assembléia do povo Guarani; CGY - Comissão Guarani Yvyrupa; ARPINSUDESTE - Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste e ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul.

A autorrepresentação tem sido crucial para que os indígenas se apropriem das tecnologias cognitivas e interajam com elas, transformando o modo como eles se veem e são vistos, possibilitando a autoconsciência de como se constroem o imaginário e a memória do que é ser indígena (Kaseker, Galassi e Ribeiro, 2022, p.79).

Para as autoras, a 1ª Assembleia Nacional de Líderes Indígenas, realizada em 1974, em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foi um marco importante para a definição de uma política da identidade indígena e, a partir daí, os originários ganharam protagonismo em diversas áreas, inclusive na comunicação midiática. Essa política de fortalecimento da identidade baseou-se especialmente no uso da comunicação e da autorrepresentação, demarcando assim, outras possibilidades de representação que não fossem as do indígena genérico, estereotipado e parado no tempo.

Mesmo antes do movimento de autorrepresentação, podemos mencionar Mário Juruna, eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro (1982-1986), cuja imagem carregando um gravador para registrar o que os brancos diziam foi destaque em diversos noticiários. A imagem de Ailton Krenak pintando o rosto de preto numa sessão da Assembléia Nacional Constituinte representa outro momento marcante difundido pelas emissoras de televisão aberta e jornais da época. Como ele, Marcos Terena, Davi Yanomami e Paulinho Paiakan (Kayapó) foram nomes que ganharam repercussão internacional por seu trabalho político. A formação de produtores audiovisuais indígenas a partir de projetos como o Vídeo nas Aldeias, Projeto Kaiapó e ASCURI foi outro fator importante nesse processo de virada, que se deu a partir da segunda metade da década de 1990. Esse movimento, contudo, intensifica-se a partir da segunda década dos anos 2000 com o surgimento das etnomídias como Rádio Yandê e Mídia Índia, além dos influenciadores digitais como Cristian Wariu, Célia Xakriabá e Tukumã Pataxó (Kaseker, Galassi e Ribeiro, 2022, p.81-2).

Para nós, há outro marco importante para o fortalecimento da identidade cultural, política, comunicacional, de luta e resistência dos povos indígenas do Brasil: a APIB, criada em 2005 no Acampamento Terra Livre. “A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) é uma instância de aglutinação e referência nacional do movimento indígena no Brasil” (Site da Apib). A comunicação feita pela entidade é organizada e possui representação em todos os biomas. Como eles mesmos se descrevem, a articulação foi criada de baixo para cima, resultado de um acampamento e visando fortalecer a união dos povos, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas. Kolling e Muller (2021, p. 205) asseguram que “a Apib surge num momento de aproximação com o Estado, com a possibilidade de maior diálogo e de conquistas de mais espaços nas instâncias participativas de tomadas de decisões sobre a política indigenista nacional”.

Outro momento de extrema importância da APIB para o movimento indígena foi durante a Pandemia de Covid-19, que por meio do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, foi realizado um levantamento de números de indígenas contaminados e mortos pelo vírus, bem como quais os povos que foram atingidos. Esse mapeamento só foi possível devido a essa iniciativa, já que os casos eram subnotificados pelo governo e, a partir desses dados, que eram atualizados diariamente, foram organizados mapas e tabelas para serem disponibilizados para a mídia nacional e internacional em diferentes idiomas.

Para a comunicação com as entidades não indígenas, a Apib e suas organizações parceiras organizaram um blog (quarentenaindigena.info) e produziram constantemente releases, tabelas e PowerPoint de forma didática e clara, notas de repúdio às ações governamentais e notas à imprensa. O contato e os fluxos de informação com os meios de comunicação regionais, nacionais e internacionais intensificaram-se. Muitas lives e debates virtuais foram promovidos pelas organizações indígenas e eventos, que tradicionalmente eram realizados presencialmente, como Acampamento Terra Livre, ocorreram de forma virtual. Campanhas, como a “Vacina Parente”, com a realização de lives, podcasts, entrevistas com profissionais de saúde, textos informativos e charges, foram realizadas (Kolling e Muller, 2021, p.210).

Oliveira et al.(2023) corroboram esta ideia ao afirmar que, além das lutas históricas por visibilidade contra uma interpretação que os estigmatiza, os indígenas também precisam resistir à invisibilização nos meios de comunicação tradicionais, e isso aconteceu na comunicação no período da Covid-19, na qual os indígenas tiveram uma estratégia para evitar a invisibilização e também para que o mundo soubesse o que estava acontecendo dentro dos territórios, afirmando que:

(...) as narrativas se constituem em subversão do modelo midiático tradicional, produzindo e circulando informações que consideram relevantes, independentemente da agenda imposta pelo jornalismo. O domínio das ferramentas da comunicação digital demonstra que a busca por canais autônomos coloca as comunidades indígenas do Brasil na arena onde estão expostas à luta e aos debates políticos. Assim, elas dispõem da possibilidade de garantir a autonomia da emissão de mensagens, seleção dos assuntos e experiências que querem ver narradas; e da realidade que reconhecem a partir de suas perspectivas de vivências (Oliveira de et al., 2023, p. 85).

As autoras também identificam que, além da comunicação feita pelos povos originários na época da pandemia subverter o modelo midiático tradicional, existe uma resistência que busca desafiar o senso comum e se posiciona publicamente contra um sistema social, político, cultural, moral, religioso, organizacional e/ou civilizacional (Wainberg, 2017). E foi desta forma que a associação conseguiu apresentar uma narrativa singular, particularizando as etnias sem hierarquizar o sentido da experiência indígena na pandemia, ou seja, todo o coletivo estava sofrendo com a chegada da doença. O projeto de divulgação da situação da Covid-19 nos

territórios foi estratégico e gerou visibilidade para os povos silenciados e esquecidos, semeando uma experiência participativa e horizontal de comunicação que deve ser ampliada. “Suas articulações comunicativas seguem os moldes da ação coletiva priorizada pelos povos indígenas contra uma posição colonizada historicamente, apagada e silenciada”. (Oliveira et al, 2023, p. 86).

Kolling e Muller, (2021) afirmam que, partindo da perspectiva da necessidade de um projeto decolonial, a comunicação é fundamental para a criação de outros espaços, de outros quadros e da possibilidade de não estar isolado. “(...) pois esse é um projeto que exige exatamente que o sujeito condenado se desvie de qualquer coisa que promova o isolamento e o fechamento, e que emergja como um questionador, pensador, teórico, comunicador” (Kolling e Muller, 2021, p. 211). Por isso a importância das ações políticas e sociais do movimento estarem integradas à comunicação.

Ressaltamos ainda as melhorias que foram sendo feitas nos processos comunicacionais do movimento indígena e, sobretudo, no da Apib (que é o que mais nos interessa), sempre buscando autonomia e protagonismo. Ao realizar uma análise nos materiais produzidos pela associação ao longo dos anos, observa-se um processo crescente de especialização e aperfeiçoamento do trabalho comunicacional, com apropriação de habilidades de edição, gravação, fotografia, captação de vídeos, escrita, etc., possibilitando a criação de uma nova esfera de conhecimento sobre si. Além de ser uma comunicação organizada em rede com representantes de etnias espalhadas pelo país. Ainda de acordo com Kolling e Muller (2021) o fortalecimento das causas indígenas ocorreu paralelamente à estruturação das suas estratégias de comunicação.

Kolling e Muller (2022) ressaltam que a comunicação realizada pelas iniciativas indígenas na pandemia de Covid-19, das quais elas destacam a Apib e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), é alternativa, mas não apenas porque não estão nos conglomerados de mídia, mas por ser:

alternativa em seu discurso, em sua organização, em suas práticas, por trazer conteúdos e discursos que questionam as instituições e o atual modelo econômico, que apresentam caminhos diferenciados, que ampliam a democracia e ao abrir espaço à diversidade, rompem com o silenciamento das vozes indígenas, permitindo a eles contar a sua história a partir da sua perspectiva (Kolling e Muller, 2022, p. 190).

Desta forma, é importante pensar que o movimento indígena, por meio de suas práticas comunicacionais, fazem emergir a necessidade do campo jornalístico valorizar novas epistemologias e metodologias, considerando outros modos de conhecer, entender e narrar o mundo. Nesse sentido, é que observamos a comunicação que se materializa por meio do

Acampamento Terra Livre (ATL), evento anual organizado desde 2004, que reúne lideranças e representantes de diversas etnias indígenas de todo o país. O acampamento Luta pela Vida ocorreu de 22 de agosto a 2 de setembro do ano de 2021 em Brasília, contando com 6 mil indígenas de 176 povos que ficaram acampados na capital federal durante 10 dias. Durante esses dias, as principais pautas trataram: da demarcação de terras e da pressão junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) na votação do PL 490; das mortes por Covid-19 e o total descaso do governo federal; da violência que se expande nas reservas indígenas. Uma série de atos, marchas, vídeos, textos e manifestos foram realizados e publicados em todas as redes sociais e também no site oficial da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB. Segundo a associação, foram feitas um total de 3100 publicações, alcançando um número de 15 milhões de pessoas nas redes sociais. Para a análise deste evento, examinamos postagens feitas no *Instagram*.

O segundo evento que destacamos é o Acampamento Terra Livre, realizado de 4 a 14 de abril de 2022, também em Brasília. Com vasta programação e a celebração de 18 anos de Acampamento, o ATL 2022 teve como tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, marcando posição contrária ao chamado “governo genocida”. Nos últimos dois anos, o evento tinha sido realizado de forma online por causa da pandemia. Por isso, em 2022, os indígenas também voltavam a estar nas ruas de Brasília. “Estamos enfrentando pautas urgentes que ameaçam nossas vidas e tradições. A demarcação dos nossos territórios segue como bandeira principal, de forma que a defesa pela vida contra a agenda de destruições é nossa prioridade” (Apib, 2022). Nesse caso, nosso olhar se volta para a Revista Terra Livre, que foi produzida pela APIB em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO.

Para examinar materiais comunicacionais dos dois eventos que marcaram o movimento indígena do Brasil nos últimos dois anos, escolhemos apontar enquadramentos presentes neles, levando em consideração os elementos visuais e narrativos, conforme a metodologia do enquadramento multimodal (Rizzotto; Prudencio; Sampaio, 2017). A partir de uma abordagem dedutiva, lastreada em dada compreensão do contexto sociocultural e da conjuntura política que envolvia a luta dos povos indígenas naquele momento no país, realizamos uma análise textual, apontando o modo como certos temas propuseram molduras de sentido específicas às ações realizadas por meio dos acampamentos. Em uma análise comparativa dos diversos fragmentos, estivemos atentos aos diferentes modos comunicativos dos textos: a identificação de palavras-chave (usadas, por exemplo, na legenda ou *hashtags* da postagem) e o modo como indicavam os temas e as perspectivas abordadas na postagem; a análise de imagens e as

informações e valores que apresentam; o estilo de linguagem e a maneira como configura o ponto de vista dos publicadores.

Analisados de forma distinta, mas, ao mesmo tempo, de maneira articulada, cada aspecto estudado contribui para a construção do entendimento desses discursos. Na análise da imagem, destacam-se “os níveis conotativo e ideológico (que) buscam responder, respectivamente, quais são os significados sociais inseridos nos símbolos e como as imagens são construídas de maneira a moldar a percepção da audiência” (Rizzotto; Prudencio; Sampaio, 2017, p.116). Quando se parte para análise da narrativa,

(...) características como dramatização e o uso de expressões emocionais definem o grau de narratividade geral em um artigo; indícios de gênero podem nos dizer a que tipo de gênero narrativo um artigo corresponde; e os atores podem ser identificados como cumprindo papéis narrativos particulares (...)” (Wozniak et al, 2014, p. 7, tradução nossa).

Conforme a teoria do enquadramento, os recortes produzidos nos textos midiáticos são formados por definição do problema, diagnóstico das causas do problema, julgamentos morais e indicação de soluções. A escolha desse procedimento de análise ocorre, então, por entendermos que estudar a inter-relação entre os dois modos representacionais da informação – texto-verbal e visual – é fundamental para compreender a presença de significados para além do registro.

Sabemos que essa abordagem, a partir do exame desses fragmentos de textos sobre os eventos, apresenta limitações analíticas, tais como certa dificuldade para identificação de enquadramentos não previstos em categorias pré-definidas, a presença mais marcada dos vieses de quem conduziu a pesquisa e a dificuldade para análise de enquadramentos que não estejam mais claramente expressos no material analisado. E, no âmbito específico da análise de enquadramento multimodal, há também a crítica de que, ao tentar aproximar a análise narrativa das formas visuais, pode haver uma perda interpretativa. Mas, em geral, os autores enfatizam a realização desse procedimento pela maior possibilidade de relacionar narrativas, quadros e imagens, podendo ter a capacidade de analisar mais objetos e traçar comparações entre meios. Portanto, “a análise multimodal abrange, assim, as representações visuais e textuais da informação, bem como as duas possíveis construções comunicativas da notícia, quais sejam, o enquadramento e a narrativa” (Rizzotto; Prudencio; Sampaio, 2017, p.115).

3.1 Organizações indígenas e redes comunicacionais anticoloniais

Segundo Milhomens (2021) é somente nas últimas décadas que a questão indígena

começa a ser tratada de forma diferente pelos governos da América Latina. “(...) menos pela preocupação em resolver problemas seculares relacionados a essas populações, e mais pelo reordenamento geopolítico da economia mundial” (Milhomens, 2021, p. 18). É por meio desses recursos naturais que o sistema capitalista se retroalimenta, e essas *commodities* estão em sua maioria dentro ou próximo das reservas indígenas. Para entender a problemática dos povos indígenas, é preciso que compreendamos que o avanço do capitalismo dentro das terras indígenas tem causado etnocídio dessas populações e, em casos extremos, o genocídio. É resultante desse genocídio, ou como prevenção dele, que os povos indígenas estabeleceram uma série de pautas reivindicatórias.

Nesse sentido, o conjunto diverso de povos indígenas e a amplitude de suas ações demonstram algumas das características de suas estratégias, que vão desde *a pauta por reconhecimento territorial, preservação de suas culturas, ineditismo e criatividade de suas ações coletivas, até a apropriação tecnológica de ferramentas e processos comunicacionais e mediações em espaços de representatividade no âmbito nacional e internacional* (Milhomens, 2021, p.19, grifos nossos).

Para Gonzaga (2021) é necessário descolonizar o olhar para ver tais pautas dos indígenas de outra maneira. A mudança do uso do termo índio para “indígenas” ou “povos originários”, por exemplo, não se refere apenas a uma questão de nomenclatura, pois o termo índio, utilizado por grande parte da sociedade brasileira de forma pejorativa, “visa ao estereótipo e a construir uma ideologia a fim de macular a imagem do indígena” (Gonzaga, 2021). Além disso, o termo “índio” generaliza os povos e omite toda a diversidade existente entre eles.

É assim, a partir da articulação dessas pautas, que os povos originários têm se apresentado como protagonistas nesse processo de reivindicação, e as lutas encampadas por eles têm se concretizado não só nas esferas “reais” da política institucional, mas também em ações nas esferas “virtuais” de grandes proporções: as ferramentas comunicacionais advindas da internet, que começaram a compor a agenda de lutas dos indígenas. “Essa estratégia surge a partir de características comuns de um movimento internacional dos povos indígenas, (...), que começava a compreender que, além dos protestos em seus territórios e países, eram necessárias estratégias midiáticas” (Milhomens, 2021, p.23). Para que esse objetivo fosse atingido, os povos indígenas contaram com uma rede de colaboradores e organizações sensíveis à causa. A relação dessas organizações com a mídia tradicional e também com a mídia alternativa foi importante para ampliar essa rede de visibilidade.

A relação entre organizações indígenas e suas redes comunicacionais anticoloniais é,

portanto, parte constitutiva de uma história de resistência, luta e sobrevivência. Essas redes sempre incluíram formas de comunicação próprias como rituais, festas e, contemporaneamente, o uso de tecnologias modernas como o rádio, a televisão e a internet (Kolling e Müller, 2021). Por meio dessas redes, os povos indígenas foram capazes de compartilhar informações, mobilizar-se, organizar-se politicamente e lutar por seus direitos. Tais ações, contemporaneamente, podem ser compreendidas naquilo que Farias e Gomes (2021) chamam de fluxos ativistas, “redes de práticas e produtos – discursivos, sonoros, imagéticos, audiovisuais – que, de maneira articulada, organizam, mobilizam e expressam afetos, alianças e ecologias de pertencimento, disputando modos de sentir e valores” (Farias e Gomes, 2021, p.293). Tais fluxos em torno da luta indígena compõem a luta pela demarcação de terras, relacionada sempre com variadas questões, tais como luta antirracista ou contra a desigualdade de gênero, de maneira orgânica e diversa, em uma articulação constituinte aberta e viva entre cultura, tradição e território (Farias e Gomes, 2021).

3.2 Pensando a forma acampamento da comunicação indígena: Primavera Indígena (Acampamento Luta Pela Vida - 2021): *Instagram*

A primeira postagem feita no *Instagram* da APIB, em agosto, foi realizada no dia 1, marcando o início da chamada “Primavera Indígena”.



Imagem 4 - Início Oficial Agosto Indígena.

FONTE - Instagram APIB, 2021.

Na postagem, existe uma comemoração pelo fato do Agosto Indígena ter se tornado parte do calendário oficial do Estado de São Paulo. “Há anos o movimento indígena constrói uma série de atividades no mês de agosto por conta do Dia Internacional dos Povos Indígenas (09 de agosto). Vidas indígenas importam muito!” (Instagram Apib, 2021). A imagem escolhida destaca um grupo de indígenas mulheres, reforçando a ideia de coletividade e destacando um gesto de ação guerreira.

Outro *post* importante para ser analisado é o do dia 9 de agosto, Dia Internacional dos Povos Indígenas.



Imagem 5: Post do Dia Internacional dos Povos Indígenas
FONTE: Instagram APIB, 2021.

A publicação chama atenção para a resistência de 500 anos, para a descolonização, reconhecimento e valorização dos povos indígenas. Destaca-se:

Há 521 anos esta terra é marcada por violações, pelo racismo e genocídio. São séculos de tentativas de subjugação de povos, de culturas e de territórios. Hoje, quando não são apenas armas dilacerando corpos, canetas assinam leis de extermínio. Quando não são apenas criminosos atacando diretamente, governos se omitem do seu dever de proteção. E por mais que as lutas se sobreponham, não permitiremos! Somos os primeiros desta terra, antes de o Brasil ser Brasil (Instagram Apib, 2021).

Os indígenas marcam posição nesse Dia Internacional dos Povos Indígenas, afirmando que o Brasil já pertencia à eles antes da invasão, e reafirmam que não aceitarão nenhuma gota a mais de sangue e que vão resistir.

No mesmo dia 9 de agosto, outra postagem destaca a seguinte fala: “Decidimos Não Morrer”.



Imagem 6: Imagem da chegada dos povos indígenas à Brasília.

FONTE: Instagram APIB, 2021.

Dia 9 de agosto celebra a resistência dos povos indígenas, no Brasil e no Mundo. Também é um dia que nós povos originários manifestamos contra os retrocessos dos direitos e dos desmontes das políticas públicas, principalmente nesse atual governo. Infelizmente por causa da omissão do governo Brasileiro no combate a pandemia da covid 19, de acordo com os dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) 1.116, indígenas no Brasil perderam suas vidas por causa desse vírus. Nós povos indígenas do Brasil, mais de 305 povos, falantes de 274 línguas diferentes, sofremos dia a dia ataques as nossas Terras, destruição de nossas florestas, perseguição as nossas lideranças e morte de nossos jovens, como o recente assassinato brutal da Jovem Daiane Kaingang, 14 anos, Terra Indígena Guarita, Rio Grande do Sul (Instagram Apib, 2021).

Mais uma vez, a palavra resistência aparece em destaque, o descaso do governo federal é citado, o número de mortes de indígenas por Covid - 19, os ataques sofridos por causa de terras e o assassinato de jovens indígenas é colocado como pauta. Uma luta unificada, mas com o texto chamando a atenção para a diversidade de povos que se juntam nessa resistência. A imagem dá conta dessa diversidade étnica, em posição de dança ritual.



Imagem 7 e 8: Card de pedidos de doação e apoio para acampamento/ card divulgação de live

FONTE: Instagram APIB, 2021.

As mobilizações em torno de arrecadação de dinheiro, doações e chamamento para uma aliança internacional para o acampamento também foram pautas constantes nas publicações da página. As imagens apresentam rostos em tom de altivez, muitas vezes com destaque para indígenas mulheres e/ou em posição guerreira. Outro ponto crucial ao longo do agosto indígena foi o lançamento do Dossiê Internacional de Denúncias, contendo 55 páginas que reúnem uma série de relatos de graves violências sofridas pelos indígenas em todos os âmbitos. A maior parte do documento aponta que o que vem acontecendo com os indígenas é um projeto do ex-presidente Bolsonaro. O dossiê foi publicado em português, inglês e espanhol.



Imagem 9: Imagem da programação geral do evento

FONTE: Instagram APIB, 2021.

Com a aproximação dos dias do acampamento “Luta pela Vida”, uma série de postagens foram realizadas trazendo a programação, fazendo uma contagem regressiva para a chegada dos povos em Brasília e apresentando uma sequência de pedidos de apoio e doações. As publicações feitas mais próximas ao início do acampamento foram disponibilizadas em português, inglês e espanhol. O Dossiê foi lançado também nessas línguas, acentuando a percepção dos indígenas de que eles precisam ter outros países e povos olhando para sua luta. Conforme aponta Milhomens (2021), os originários compreenderam que, para além de protestos nos seus territórios, eles necessitam de estratégias comunicacionais para que a luta fosse amplificada, inclusive na criação de um movimento internacional de povos indígenas.



Imagem 10: Card da contagem regressiva para o início do evento
FONTE: Instagram APIB, 2021.

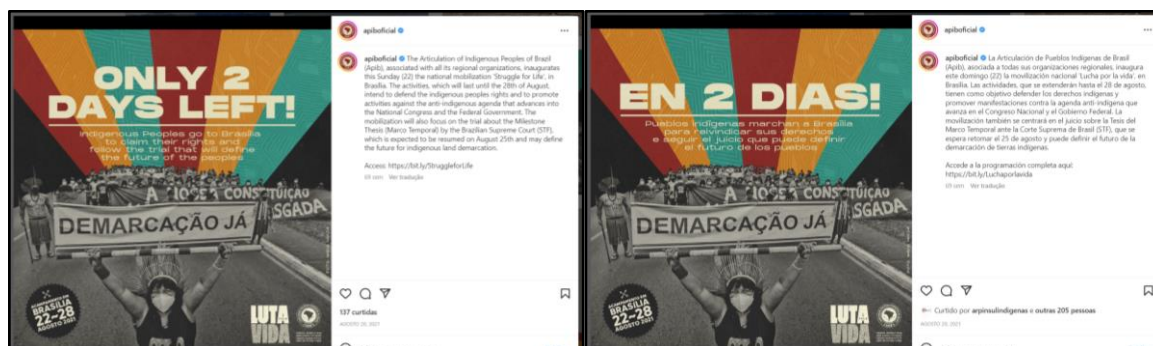


Imagem 11 e 12: Card da contagem regressiva para o início do evento em inglês e espanhol
FONTE: Instagram APIB, 2021.

Outra estratégia utilizada pela APIB foi trazer depoimentos e falas do segmento artístico do Brasil, nos quais eles pediam a demarcação de terras indígenas, diziam não ao genocídio indígena, cobravam a volta da efetividade dos órgãos de proteção, etc. Os segmentos artístico e intelectual do país foram acionados diversas vezes pelos povos indígenas, em grande parte decorrente da necessidade deles obterem visibilidade pública ampla e sugerir um somar forças com tais “celebridades”, como uma maneira de fazer a sociedade brasileira se identificar com a causa. Vários atores, atrizes, cantoras e cantores de grande visibilidade cederam espaço nos próprios perfis do *Instagram* para a realização de *lives*, ora feitas somente com os povos indígenas, que traziam para o debate diversos temas e principalmente denúncias, ora com a realização de uma espécie de entrevista/conversa entre o “artista” e o indígena que estava ali naquele momento. Estimulou-se um quadro de “comoção nacional” para que os problemas fossem notados, principalmente aqueles que geraram denúncias e não tiveram qualquer ação ou resposta por parte do poder público.

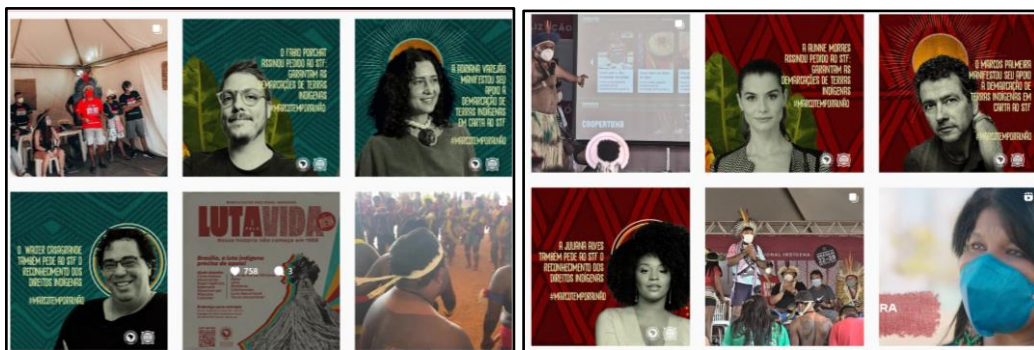


Imagem 13 e 14: Print da página do *Instagram* em que vários artistas manifestam apoio à causa indígena.

FONTE: *Instagram* APIB, 2021.

Chamamos atenção aqui para as próximas duas publicações mencionadas, que, a nosso ver, dentre as muitas publicações feitas no *Instagram* da APIB no período analisado, resumem com propriedade a luta e a busca dessa comunicação mais emancipatória, feita pelos próprios indígenas. Na primeira publicação abaixo, os indígenas demarcam que o evento foi a maior mobilização indígena desde 1988, se colocam como combatentes de uma pandemia global (que matou dezenas de indígenas), da mineração e do agronegócio, colocam em questão a autodemarcação de seus territórios e bradam: Demarcação Já e Não ao Marco Temporal. A fotografia é de dois indígenas em cima do mastro da Praça dos Três Poderes, com a bandeira Fora Bolsonaro. A foto, feita com o ângulo de baixo para cima, engrandece os indígenas, a vista da foto é como se eles estivessem com o poder nas mãos, e destaca-se o detalhe para as máscaras de proteção sendo utilizadas por eles, objeto de uso totalmente negado pelo ex-presidente.

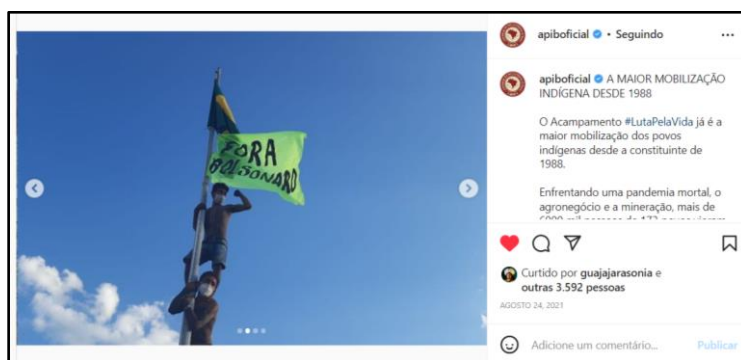


Imagem 15: Fotografia no mastro de Brasília com bandeira escrita FORA BOLSONARO.

FONTE: *Instagram* APIB, 2021.

A MAIOR MOBILIZAÇÃO INDÍGENA DESDE 1988. O Acampamento [#LutaPelaVida](#) já é a maior mobilização dos povos indígenas desde a Constituinte de 1988. Enfrentando uma pandemia mortal, o agronegócio e a mineração, mais de 6000 mil pessoas de 173 povos vieram a Brasília lutar contra o Marco Temporal que será julgado no STF amanhã, quinta-feira (25), às 14:00H. Marchando rumo à vigília,

carregam mais de 1300 placas de autodemarcação de seus territórios. Em defesa da vida, os povos cantam com a força dos encantados: [#DemarcaçãoJá](#) e [#MarcoTemporalNão](#) ! (Instagram Apib, 2021).



Imagem 16: Fotografia que representa a comunicação indígena em ação.

FONTE: Instagram APIB, 2021.

Já a segunda publicação inicia com: “Comunicação indígena em ação! Agora somos nós que narramos nossas histórias” (Instagram Apib, 2021). O destaque é a câmera de um celular nas mãos de uma indígena. A fotografia de segundo plano agora passa a ser feita por esse celular, que expressa uma clara tomada de posição em que se produz um relato do acontecimento *com* o acontecimento, em que a representação e relato fazem parte ação que se desenrola na luta indígena. Na tela do telefone está acontecendo uma *live* ao vivo da marcha dos indígenas, onde eles portam as placas de autodemarcação, estão com acessórios de luta (cocar e pinturas corporais) para enfrentar o inimigo e a máscara facial para proteção contra o vírus da Covid-19.

Ao analisar esta série de publicações no *Instagram* da APIB, percebemos que os enquadramentos produzidos são não apenas totalmente direcionados às causas indígenas - com a indicação precisa dos problemas e seus responsáveis, e de que a luta indígena é contínua e feita dentro e fora das aldeias - mas também que mostram as diferentes dimensões da existência dos povos de maneira relacionada. É válido salientar que a maioria das fotografias, dos cards pensados para o *Instagram*, das imagens de divulgação são previamente elaboradas e pensadas a fim de se comunicar com o público. O texto utilizado também condiz com a plataforma em questão: não é muito grande, traz *hashtag*, *@* e a possibilidade de replicação.

Os povos indígenas se apresentam como guardiões das terras, querem a posse e controle do território, e nunca se mostram em posição subalterna. Apontam todo o tempo para ações de descolonização, reconhecimento e valorização de suas causas e de suas terras. O *storytelling*

remete sempre para dimensões ancestrais articuladas ao aqui e agora, fazendo com que os pontos de início e fim dos relatos estejam em redefinição e ao sabor das causas que acionam a defesa do território. São contra o desmatamento, o avanço do agronegócio e da mineração, contra a tese do Marco Temporal, contra o ex-governo, temas reiteradamente explicitados. Mas tais tomadas de posição se dão por meio de elementos verbo-visuais apresentados de modo a relacionar: traços do ambiente natural como uma entidade viva, que deve ser respeitada e cuidada; processos de tomada de decisões que acentuam imagens coletivas e formas de governança participativa; elementos da memória e identidade cultural, onde estão enraizados mitos, ritos, línguas, tradições e costume.

Mesmo a visibilidade buscada com a mobilização dos segmentos artístico e intelectual do país, repercutindo o Agosto Indígena, enfatiza a ideia de comunidade ou da reunião em torno de algo comum, não prescinde do sentido de reunião presente na forma do acampamento. Reúne, nas formas comunicacionais, ações de resistência e maneiras de obter visibilidade com a perspectiva de fundar territórios que promovam a construção de novas formas de organização social para que favoreçam o compartilhar das experiências.

3.3 Acampamento Terra Livre (ATL - 2022): Revista Acampamento Terra Livre⁵

Para o exame do segundo evento, o Acampamento Terra Livre - 2022, escolhemos analisar a Revista Terra Livre, que foi produzida pela APIB em parceria com a FLACSO. A Revista conta com um total de 91 páginas e celebra os 18 anos de acampamento e também a volta presencial da manifestação, realizada de forma online nos últimos dois anos por causa da pandemia de Covid. A revista também demarca o ano eleitoral de 2022 e o sentencia como o “Último Ano do Governo Genocida”, além de colocar a política como um território indígena, a fim de construir um novo futuro. “Estamos enfrentando pautas urgentes que ameaçam nossas vidas e tradições. A demarcação dos nossos territórios segue como bandeira principal, de forma que a defesa pela vida contra a agenda de destruições é nossa prioridade” (Terra Livre, 2022). A revista é dividida em sete seções (Figura 18).

⁵ Revista em PDF: https://apiboficial.org/files/2022/06/ATL2022_REVISTA_v3.2.pdf



Imagem 17 e 18: Capa da Revista Acampamento Terra Livre/ Índice da revista
FONTE: Revista Acampamento Terra Livre

Na apresentação, é feita uma espécie de resumo do que vai ser comentado ao longo da publicação. Na seção “18 anos do Acampamento Terra livre” ressalta-se o início do acampamento em 2004, que surgiu a partir de uma ocupação de povos indígenas no sul do país e que rapidamente teve adesão de lideranças indígenas de outros lugares do país. A mobilização começou denunciando falta de esclarecimentos sobre para onde iria a Nova Política Indigenista pactuada com o então presidente, Luís Inácio Lula da Silva. O ATL inaugurou, então, um marco para o movimento no país, “consolidando as estruturas para a contínua mobilização nacional dos Povos Indígenas do Brasil, possibilitando formalmente a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em novembro de 2005” (Terra Livre, 2022). E é por meio dessa série de mobilizações que os indígenas obtiveram diversas conquistas.

Na “Linha do Tempo”, é feito um pequeno resumo das lutas enfocadas por eles em cada evento, quantos participantes estiveram presentes e as principais pautas de reivindicações. Chamamos atenção para a informação de que em 2004, no primeiro acampamento, 150 indígenas participaram do evento. Em 2021, último registro da revista, foram mais de 5 mil participantes. Mas o crescimento do ATL não se deu somente em número de participantes, mas na abrangência do movimento, que ao longo dos anos foi agregando mais povos. As pautas trazidas ao longo desses 18 anos giram sempre em torno da questão do território, saúde e educação precárias, conflitos enfrentados pelos indígenas, destruição da floresta, expressas muitas vezes em cartas de repúdio e comunicados aos presidentes do Brasil. Dentre todos esses

temas, o mais pautado e central ao movimento é a questão da demarcação de terras, do território e das reservas indígenas. Daí o nome da revista: Terra Livre.

A realização do acampamento de 2022, comemorativo pelos 18 anos de ATL, ganhou um espaço a mais dentro da revista. O registro das atividades foi realizado diariamente e as atividades foram descritas detalhadamente, em caráter de relato. O texto que registra o acontecimento diário tem uma forma jornalística: a pessoa (não é identificada) que escreve fala dos acontecimentos, conversa com as lideranças e dá destaque para suas falas. No texto, a ênfase é sobre o ano político e sobre como os indígenas estão se engajando também neste cenário. Com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, o direcionamento do relato é o de explicar porque os indígenas tiveram que marcar presença também na esfera política institucional, disputando a representação parlamentar e ocupando cargos públicos para a defesa dos povos e de seus territórios. As fotografias que acompanham os textos, feitas ao longo das atividades, são de responsabilidade de diferentes pessoas/instituições. Das 37 páginas dedicadas somente ao ATL 2022 selecionamos alguns textos que oferecem uma visão de conjunto do movimento realizado pela publicação. O texto referente ao dia 4 de abril, início oficial do acampamento, destaca falas da então coordenadora executiva da APIB, Sônia Guajajara, e a posiciona como figura central da reunião não só neste dia, mas ao longo de todo o ATL 2022. É evidente a estratégia midiática e política feita pelos povos originários, já que Sônia, na ocasião, era a candidata vista com mais chances de alcançar uma vaga na política parlamentar. Nas fotografias, ela aparece sempre de mãos dadas com algum outro indígena, como que sugerindo uma “autorização” para representá-los.



Imagem 19: Fala e foto da ex-líder da APIB, Sônia Guajajara (Ana Mendes)
FONTE: Revista Acampamento Terra Livre

Outra publicação emblemática é a que trata da reunião de vários advogados indígenas na tentativa de colocar o então presidente Bolsonaro como réu em corte internacional. O texto evidencia a tentativa de se pôr em debate a invasão dos territórios indígenas pelos brancos. Neste mesmo dia, indígenas “de todo o país” marcharam em defesa da demarcação dos seus territórios. A fotografia é feita por um indígena, Edgar Kanayko, também participante da APIB.



Imagem 20: Fotografia de uma manifestação ocorrida dentro do acampamento (Edgar Kanayko). FONTE: Revista Acampamento Terra Livre

Também tem proeminência o texto que relata que os indígenas dedicaram dois dias do acampamento para tratar da questão de gênero e LGBTQIA +. No debate sobre a questão de gênero, a ênfase é para as mulheres originárias e a força que elas têm para aldear a política,

realçando mais uma vez a figura de Sônia Guajajara. No texto produzido, tem-se uma sessão - “Parenta vota em Parenta” - que, novamente, reitera a reunião articulando ancestralidade e ações em um quadro contemporâneo: “Nós pelas que nos antecederam, nós por nós e nós pelas que virão” (Terra Livre, 2022).



Imagem 21: Fotografia da reunião das mulheres originárias (Mídia Ninja)
FONTE: Revista Acampamento Terra Livre

Ao tratar da pauta LGBTQIA+ o texto realça a ideia de colorir a luta em defesa dos territórios com o lema: “Tire seu preconceito do meu caminho que eu quero passar com meu cocar” (Terra Livre, 2022).



Imagem 22: Fotografia da reunião com a pauta LGBTQIA+ (Juliana Pesqueira)
FONTE: Revista Acampamento Terra Livre

Por fim, sinalizamos ainda os relatos voltados para tratar da presença ao longo do ATL do candidato à presidência, Lula, ao qual o movimento entregou uma carta aberta anunciando o seu apoio à candidatura como Presidente da República. O candidato Lula se comprometeu a atender uma série de reivindicações dos originários expressas no documento, que apresentava 5 eixos de demandas.



Imagem 23 : Fotografia do encontro dos povos originários com o então candidato a presidência, Lula (Kamikia Kisedje)

FONTE: Revista Acampamento Terra Livre

O texto final do ATL 2022 apresenta um resumo da luta indígena nos últimos anos, das pautas candentes neste momento histórico de retomada de território e da busca pela retirada de um genocida do poder.

Nesse processo de retomada do país, implodido pelo governo Bolsonaro, e de construção do Brasil que queremos, estamos dispostos e prontos a contribuir, como o fizemos ao longo desses mais de 500 anos. Queremos ser protagonistas dos nossos planos de vida, exercer a nossa autonomia em nossos territórios e o nosso direito de participação na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas que nos dizem respeito (Terra Livre, p. 71, 2022).

Segundo a APIB, nos 10 dias de mobilização, 8 mil pessoas permaneceram acampadas; mais de 200 povos indígenas estiveram presentes; 4 atos foram realizados para demarcar Brasília e pautar a luta dos movimentos sociais; 25 plenárias ocorreram com debates e participação de 130 lideranças; 208 pessoas foram cadastradas para atuar como comunicadores na cobertura colaborativa; 137 veículos de imprensa foram cadastrados; 977 matérias foram publicadas em 50 países. Também foi fortalecida a incidência política nacional e internacional com reuniões com as embaixadas da Noruega, Alemanha, Canadá, Reino Unido e Estados

Unidos. Foram realizadas duas denúncias formais para a ONU e para o Parlamento Europeu, sem contar com reuniões com o STF e com o TSE.

O enquadramento da revista, expresso tanto na forma textual quanto visual, deixa a luta indígena em evidência o tempo todo; a construção do texto e as fotografias escolhidas foram pensadas para comunicar ao leitor, de forma ao mesmo tempo precisa e abrangente, as demandas indígenas em questão. Com o produto produzido e o modo como as informações são apuradas, compiladas e editadas, resta evidente que os povos originários buscam potencializar a ação política. Além da tomada de posição de precisarem derrubar o “genocida” - forma com a qual eles, por diversas vezes, se dirigem ao então presidente Bolsonaro - para que continuem vivendo, o foco é posto nos problemas e nas demandas. O evento em si não é ponto de chegada, mas sim de partida; o acampar, para eles, é uma forma de trazer os problemas enfrentados para que *os brancos lidem com eles*, mostrando resistência. A forma da revista, com suas imagens e relatos verbais, enfatiza novamente a ideia de reunião, a dimensão ritual de celebração e guerra do acampamento. A revista se apresenta como parte de um fluxo em que os textos se orientam sempre para acentuar o modo decisivo dos povos indígenas em lidar com o território.

Os textos verbais e as imagens mostram em articulação elementos físicos do espaço, aspectos da identidade cultural, características de modos de vida e referências a saberes ancestrais. Os textos e imagens referem e expressam reiteradamente formas de assembleia e discussão de povos indígenas (com presença e participação de não-indígenas) com ênfase a elementos coletivos de organização, reverência a lideranças coletivas ou membros experientes da comunidade, cenas de conversa e celebração próprios a cosmologias ameríndias, em uma tentativa de dobrar a comunicação a um “léxico” mais próximo do mundo indígena. Trata-se de formas comunicacionais que operam como “aldeamentos” simbólicos, com dimensões provisórias e permanentes, onde esses povos originários se expressam e estabelecem sua presença (se localizam), decidem as demandas mais urgentes, criam laços de resistência, e elaboram manifestos e cartas construídas coletivamente pelos mais de 200 povos indígenas. Não é à toa que quase todas as fotografias escolhidas para compor a revista mostram os indígenas e as indígenas sempre em posição de luta, combate e resistência.

Os fragmentos de objetos comunicacionais escolhidos para análise nesta seção derivam de acampamentos feitos pelos povos originários nos últimos dois anos. Ao buscar a etimologia da palavra acampamento, alguns significados bélicos ganham destaque nesse contexto: “instalação de tropa(s) em barracas de campanha”; “conjunto de barracas ou tendas instaladas para abrigar a tropa”. De alguma maneira, os povos indígenas operam atualmente como uma tropa em defesa da vida - não só a deles - mas a garantia da vida de toda humanidade. São os

últimos bastiões da defesa do “céu”. “Quando a floresta acabar e as entranhas da terra tiverem sido completamente destroçadas pelas máquinas devoradoras de minérios, as fundações do cosmos ruirão e o céu desabarará terrível sobre todos os viventes” (Kopenawa; Albert, p.14-15, 2015). Mas essa figura bélica nem sempre dá conta da natureza do espaço de mobilização política e articulação entre os diferentes povos indígenas, de resistência e celebração que se realiza nos acampamentos. E também do modo como o acampamento tem esse papel de fortalecer as redes de solidariedade entre os povos indígenas e outras organizações da sociedade civil, da construção de alianças estratégicas com outros movimentos sociais. É certo que, quando citamos os povos originários como últimos bastiões em defesa do céu, fazemos referência à proteção de algumas terras que hoje só estão intocadas porque são reservas indígenas ou, como assinalam Pinassi e Di Guastalla (2022), as reservas indígenas são a última fronteira a serem destruídas pelo capital, talvez a nossa única chance de recriar a Terra como um lugar de vida pulsante e não de morte latente.

Nessa luta, há para nós um evidente enquadramento, na comunicação dos acampamentos, da relação entre “guerra e festa”, forma importante para compreender a cultura e a cosmologia dos povos indígenas brasileiros. A luta em defesa dos seus direitos (e dos direitos da Terra) se dá também como um momento de celebração e renovação das relações sociais e cosmológicas. Para os indígenas, a guerra é uma atividade sagrada, que envolve não apenas a luta física, mas também rituais e práticas que buscam garantir a proteção espiritual dos guerreiros e a interação com as forças cósmicas. Nesse sentido, o acampamento reúne celebrações como forma de preparação para a “guerra”, pois permite aos guerreiros e guerreiras se conectarem com os seus ancestrais, com os espíritos e com as divindades, fortalecendo sua coragem e determinação. Ao mesmo tempo, é um momento de celebração da vida e da convivência social.

O enquadramento presente nos textos relativos aos dois eventos mostram os povos indígenas como protagonistas da sua história, evidenciando formas de narrar distintas, em alguns aspectos, da chamada “grande mídia” ou das formas de comunicação não posicionadas, que em geral buscam destacar aspectos episódicos ou sem explicitar relações entre dimensões e fenômenos variados. Os dois acampamentos comunicacionais trazem demandas urgentes dos povos indígenas, mas explicitam em vários momentos enquadramentos nos quais a questão do “território” é representada e apresentada como algo muito maior, relacional, em que lutar por um pedaço de terra que lhes é de direito é apenas uma das dimensões.

Assim, a nosso ver, essa prática comunicacional feita pelos indígenas se mostra emancipatória, autorreferencial e anticolonial, que rompe com o imaginário subalterno destes

povos (Oliveira, 2018) e está em oposição a lógica colonial e hegemônica de fazer comunicação, buscando fugir do raciocínio instrumentalista e de exploração de recursos próprios a maneiras de lidar com o espaço de formas capitalistas.

Destacamos ainda a ideia do comum e do coletivo, muito presente no acampamento e nos próprios objetos analisados. É inegável dizer que a luta dos povos originários hoje é por uma manutenção de sua existência comunal, que se torna cada vez mais difícil uma vez que o capitalismo avança sobre suas terras em suas variadas formas (a grande mineração, o agronegócio, a extração industrial, a criação de gado, o desmatamento, a construção de hidrelétrica, etc.). “A forma comunal indígena e a propriedade privada burguesa são duas formas de reprodução social absolutamente incompatíveis” (Pinassi e Di Guastalla, p. 93, 2022). Para os autores, os indígenas sobreviventes - seja do genocídio colonial, da Covid-19 ou da violência presente hoje em seus territórios - acreditam ainda que, para sobreviverem, precisam estar unidos e se lançam sozinhos na defesa daquilo que eles acreditam.

Grupos de homens, mulheres, crianças e velhos caciques montam sentinela na densa floresta, formam cordões sanitários de proteção contra a covid-19, bloqueiam estradas, retomam seus territórios, se necessários abatem o invasor com suas armas certas, **aprendem a língua, os gestos e os códigos de fé e moral dos forasteiros** e chegam até mesmo estabelecer acordos provisórios com o lado oposto (Pinassi e Di Guastalla, p. 95, 2022, grifos nossos).

Talvez, por meio do acampamento e suas ações comunicacionais, quando a APIB - considerando-a aqui como uma forma de expressão desse coletivo - se apropria da linguagem dos meios digitais, das estratégias de redes, de “viralização” de conteúdo e da fórmula do que funciona nas redes sociais, eles não estejam tão sozinhos. Pensar e decidir juntos, destacar o planejar e realizar coletivo do trabalho, são quadros de sentido que amarram esse acampamento comunicacional. Estar isolado não é um enquadramento possível.

Ao analisar esses “outros quadros interpretativos”, conseguimos inferir algumas questões importantes e essenciais para pensar a construção da inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena: as redes de comunicação dos povos originários fazem circular outros enquadramentos sobre a temática; a comunicação indígena pressiona o discurso noticioso *mainstream*, elencando fontes, temas e modos de narrar distintos que o jornalismo não pode ignorar; e, para o ATL, existe uma preparação de materiais “institucionais” para orientar a imprensa como manuais de boas práticas, *folders* de divulgação, etc.

Capítulo 4

TERRITÓRIO INDÍGENA: MÚLTIPLOS FATORES ENVOLVIDOS



Imagem 24:
Concentração para a saída da Marcha “Nosso Marco é Ancestral” - Abril/2024

Nesta seção realizamos uma discussão mais ampla sobre a questão do território, tema de articulação entre o jornalismo e a abordagem de assuntos referentes aos povos indígenas em nossa investigação. Mas afinal, por que elegemos território como uma espécie de referencial para fazer esse encadeamento? Consideramos que a luta pela terra é aspecto articulador da ação dos indígenas e define-se como um lugar chave de conflito entre os povos originários e os atores que patrocinam as lógicas de exploração do território contemporaneamente. Nesse sentido, tal questão se transforma em um lugar característico para produção de acontecimentos jornalísticos e nos permite realizar um recorte metodológico para a pesquisa, tomando-o como um elemento temático específico para mobilizar e examinar os enquadramentos nos discursos noticiosos.

Abordamos a discussão do marco temporal, seus meandros, quem está por trás da proposta do projeto de lei, os impactos do PL que foi aprovado e, agora, se encaminha para virar Lei, e os efeitos que, se aprovado, vai gerar para os povos indígenas.

Além dessas questões, trazemos as indicações do ponto de vista jurídico, sobre o direito originário às terras e também avançamos para o entendimento de que, para os indígenas, a questão do território ultrapassa a ideia de um pedaço de terra.

Capítulo 4 - Território Indígena: múltiplos fatores envolvidos

A questão indígena sempre foi alvo de incongruências no Brasil. De um lado os órgãos federais responsáveis pela regulamentação das terras indígenas, que pertencem a esses povos por direito; e por outro lado, os interesses econômicos nas terras onde esses povos habitam. Foram essas disputas de terras que levaram ao genocídio de grande parte dos indígenas no país, envolvendo múltiplos atores, desde o capital internacional até setores poderosos da sociedade brasileira.

O não indígena desconhece a história do Brasil feita pelos povos indígenas. A falta de acesso a informações relacionadas à questão indígena foi uma política estabelecida pelo Estado brasileiro para negar a identidade indígena e estabelecer a partir da ignorância uma campanha de desqualificação dessa cultura e desses povos (Oliveira, 2018, p.308).

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) tem como função identificar, delimitar, demarcar, regular e monitorar as terras indígenas. De acordo com a Fundação, existem 782 terras indígenas no país, que correspondem a 13,82% do território nacional; dessas 782 TI's, 145 estão em processo de demarcação e seis com portaria de interdição.

Conforme Almeida (2018), a disputa por terras no Brasil é uma das principais causas de morte, e as populações indígenas são as mais atingidas com isso, pois elas perdem não só a vida, mas também o direito constitucional às terras, assegurados na Constituição de 1988. Desde a época da colonização até os dias de hoje, tem-se mantido uma atitude errônea em relação às populações indígenas do Brasil, como se a história delas fosse apenas parte da história dos povos brancos. Nos últimos anos, a tentativa de “integração” desses povos à nação gerou a descaracterização e a subjugação dos indígenas.

Políticos, empresários do agronegócio, da mineração e de diferentes atividades industriais têm expressado publicamente o entendimento de que as terras indígenas não podem ficar ‘intocáveis’⁶. Para esses agentes, as terras precisam gerar algum tipo de lucro para o país. A questão indígena é, portanto, uma questão aguda e crônica e vem sofrendo ataques mais incisivos desde 2019, no contexto político conservador, patriarcal, rural e escravista (Paes Manso, 2020) no qual viveu o país e até hoje sofre fortes resquícios dessa política, que se mostra intolerante com as minorias e com as diversas comunidades tradicionais. Para Safatle, o pesadelo que o Brasil viveu mais intensamente no governo bolsonarista é resultado de uma dinâmica global capitaneada pelo neoliberalismo. “A verdade é que essa política de choque e

⁶ A mineração em terra indígena com nome, sobrenome e CNPJ: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-02/a-mineracao-em-terra-indigena-com-nome-sobrenome-e-cnpj.html>

fim de padrões mínimos de solidariedade social só poderia ser sustentada pela doutrinação estatal de uma nova moral” (Safatle, 2022, p.71). O país foi criado a partir da implementação da célula econômica do latifúndio escravista e, sendo o último país da América Latina a abolir a escravidão, o Brasil pode ser concebido como o maior experimento de necropolítica colonial da história moderna (Safatle, 2022). Essa característica permitiu ao Brasil praticar uma política de “desaparecimento”, extermínio e aniquilação de setores vulneráveis da sociedade, entre eles, os povos indígenas.

Quando se pensa nos povos indígenas, detentores de “terras improdutivas”, essa intolerância se expressa não só na forma simbólica, mas na violência física cotidiana. É cada vez mais comum ver notícias sobre assassinatos de indígenas pela questão da terra. Segundo Ribeiro (2015), é provável que na época da invasão a população indígena brasileira chegasse a cinco milhões.

(...) supomos que aqueles 5 milhões de indígenas de 1500 se teriam reduzido a 4 milhões um século depois, com a dizimação pelas epidemias das populações do litoral atlântico, que sofreram o primeiro impacto da civilização pela contaminação das tribos do interior com as pestes trazidas pelo europeu e pela guerra. No segundo século, de 1600 a 1700, prossegue a depopulação provocada pelas epidemias e pelo desgaste no trabalho escravo, bem como o extermínio na guerra, reduzindo-se a população indígena de 4 para 2 milhões (Ribeiro, 2015, p. 107).

A dizimação indígena não parou por aí. Ainda segundo o autor, no terceiro século - 1700 a 1800, mais outro milhão de indígenas foram exterminados, reduzindo o montante de dois milhões para um. No último censo realizado em 2022, estima-se que existam cerca de 1.694.836 indígenas no país, um aumento de 88,82% desde o recenseamento anterior (2010), que contabilizou 896.917; atualmente, os indígenas correspondem a 305 povos e 274 línguas reconhecidas (IBGE, 2024).

Um relatório publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) afirmou que o ano de 2022 foi marcado pela intensificação da violência contra os povos originários, e isso foi reflexo de quatro anos de um governo contrário às causas indígenas e que não demarcou nenhuma terra.

Em 2022, essa postura se refletiu no alto número de casos registrados nas categorias conflitos por direitos territoriais, com 158 registros, e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, com 309 casos que atingiram pelo menos 218 terras indígenas em 25 estados do país (Cimi, 2022).

Além de todas essas violências, o ano de 2022 também foi marcado por diversos assassinatos de indígenas, lideranças e indigenistas. Casos bastante emblemáticos foram o de Bruno Pereira, do jornalista britânico Dom Phillips e de Gustavo Silva da Conceição, um jovem Pataxó de 14 anos que foi brutalmente assassinado durante um dos vários ataques a tiros

efetuados por grupos que os indígenas definem como “milicianos” no extremo sul da Bahia. Com o aumento da presença ilegal de madeireiros, caçadores, garimpeiros, pescadores e grileiros, os invasores começaram a utilizar armamento mais pesado e a truculência só aumentou. “Essa situação ficou explícita em casos como o dos povos Munduruku, no Pará, e Yanomami, em Roraima e Amazonas” (Cimi, 2022). Um exemplo contemporâneo do quão prejudicial é a invasão desses garimpeiros é a Terra Indígena Yanomami, que tinha cerca de 20 mil garimpeiros em seu território e sofria ataques armados de forma sistemática. Além da tentativa de extermínio com força armada, os Yanomami também foram diretamente afetados com o avanço do garimpo, fazendo com que várias doenças se espalhassem pelo território, levando à crise humanitária que acompanhamos por meio dos noticiários nacionais e internacionais.

De acordo com o último relatório do Cimi, publicado em 2024, a violência contra os povos indígenas persistiu, e o ano foi marcado por ataques aos direitos e poucos avanços na demarcação de terras. As expectativas para o ano de 2023 eram grandes devido à posse do governo Lula, mas as disputas em torno dos direitos indígenas nos três Poderes da República refletiram na continuidade de violações e violências contra os originários.

O primeiro ano do novo governo federal foi marcado pela retomada de ações de fiscalização e repressão às invasões em alguns territórios indígenas, mas a demarcação de terras e as ações de proteção e assistência às comunidades permaneceram insuficientes. O ambiente institucional de ataque aos direitos indígenas foi espelhado, nas diversas regiões do país, pela continuidade das invasões, conflitos e ações violentas contra comunidades e pela manutenção de altos índices de assassinatos, suicídios e mortalidade na infância entre estes povos (Cimi, 2024, p. 8)

O relatório destaca os avanços inegáveis do governo na política de assistência indígena, como por exemplo: a criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas (MPI); a nomeação de lideranças indígenas para a chefia da Funai e também da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai); a declaração de Emergência Nacional de Saúde e o início de uma grande operação de desintrusão no território Yanomami, que apontaram na direção de uma mudança efetiva em relação à política indigenista. Mas logo a realidade política se impôs, e o Congresso, hoje ocupado em sua maioria por ruralistas e agentes do agronegócio, começou a atacar os direitos indígenas de diversas formas, mas sobretudo por meio do PL 490/2007, que foi transformado em Lei 14.701/2023. O Poder Legislativo agiu em contraposição ao STF, que julgou o caso durante anos e considerou a tese do marco temporal inconstitucional, elegendo os direitos territoriais indígenas como “cláusulas pétreas” da Constituição Federal, ou seja, não podem ser alteradas ou restringidas. Todo esse contexto refletiu em poucos avanços na demarcação de

terras indígenas e na continuidade de casos de invasão, danos ao patrimônio indígena e conflitos relativos a direitos territoriais (Cimi, 2024).

Os dados atualizados revelam que em 2023 houveram 276 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio em pelo menos 202 territórios indígenas em 22 estados do Brasil. Os conflitos também foram intensificados, principalmente nos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraná.

A disposição do governo federal em explorar petróleo na foz do Amazonas, a priorização orçamentária ao agronegócio e o apoio a grandes projetos de infraestrutura e de exploração minerária em conflito com povos indígenas, como a ferrovia “Ferrogrão” e as investidas de empresas estrangeiras sobre o território Mura, no Amazonas, também compuseram este cenário (Cimi, 2024, p.8).

Constituído por 14 mil pessoas e dividido em 44 aldeias, o povo Mura luta contra uma grande mineradora estrangeira, a Potássio do Brasil, instalada em Autazes no ano de 2009. Desde sua fundação, estabeleceu-se um conflito contra o povo Mura, que resiste em entregar o território para a mineração. Os Mura têm pelo menos duas graves acusações contra a empresa: invasão e construção de poços de prospecção sem consulta prévia aos povos e assédio permanente na tentativa de comprar terras, mediante conversão de ribeirinhos e ameaças materiais contra os indígenas, tudo isso para domínio do território (Pinassi e Di Guastalla, 2022).

Para Pinassi e Di Guastalla (2022), desde o princípio das invasões coloniais, o Brasil alimentou a cobiça dos europeus, mas a dinâmica de exploração da Amazônia é mais recente, da época da Ditadura Militar. A partir de 1964, ela foi porta de entrada para o avanço do capitalismo no Brasil, levando o Estado a estabelecer vários projetos com a justificativa de avanço. A partir disso, várias empresas também se alocaram na Amazônia com a justificativa de desenvolvimento e assim se instalaram e continuam até hoje, muitas delas, dentro de reservas indígenas. De acordo com as autoras essa, é nova configuração da ocupação capitalista na Amazônia: “garimpo ilegal, grandes mineradoras estrangeiras, agronegócio, indígenas, o aparato repressivo do Estado e as subvariantes de cada um desses grupos (tráfico, milícias, igrejas neopentecostais etc.)” (Pinassi e Di Guastalla, 2022, p.39).

Com a indústria 4.0 demandando cada vez mais minérios, os milenares povos indígenas, vistos como empecilho ao desenvolvimento da região, sofrem os reflexos diretos do capitalismo, que, para existir, precisa crescer e se expandir cada vez mais rápido, destruindo tudo que for impedimento para o “progresso”.

Uma coisa é certa: a forma comunal que os indígenas vivem e a propriedade privada burguesa do capital são totalmente incompatíveis e, para o capital avançar, o choque entre elas tem que acontecer e tem acontecido todos os dias em diversos territórios indígenas do Brasil. E desta forma, os indígenas sobreviventes se lançam sozinhos em defesa de seus territórios para garantir a existência comunal e coletiva do grupo, com a certeza de que “(...) as terras indígenas são a última fronteira a ser arrastada pelo capital, a nossa derradeira chance de recompor a Terra como lugar de vida e não de morte” (Pinassi; Di Guastalla, 2022, p. 92).

4.1 Terras Indígenas e o Colapso Ambiental

O último estudo realizado pelo MapBiomias, publicado em 2024, trouxe dados importantes sobre a importância das Terras Indígenas (TI) na preservação de vegetação nativa original em vários ecossistemas. Os dados apontam que a conservação do bioma é quase total, tendo perdido apenas 1% de toda área de vegetação nativa durante os anos da realização do estudo (1985 e 2023). O dado se torna ainda mais importante quando se faz a comparação do mesmo período de estudo em áreas privadas, que perderam 28% da vegetação nativa. Ainda de acordo com o projeto, o Brasil possui hoje 64,5% de território coberto por vegetação nativa, em 1985 eram 76%. “Os estados com maior proporção de vegetação nativa são Amapá (95%), Amazonas (95%) e Roraima (93%). Já os estados com menor proporção de vegetação nativa são Sergipe (20%), São Paulo (22%) e Alagoas (23%)” (MapBiomias Brasil, 2023). Um dado que chama atenção é que a maior parte de vegetação nativa do Brasil está localizada em áreas demarcadas e/ou homologadas. De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA) é na Amazônia Legal, que engloba também os estados do Amapá, Amazonas e Roraima, que se encontra a maior concentração de TI's e que mantém a vegetação nativa praticamente intocada.

As informações do estudo publicado pelo Mapbiomas reforçam a importância da demarcação das terras indígenas para a garantia do futuro do país e do planeta. As TIs são menos propensas à perda de carbono por degradação, ou seja, por derrubada de espécies específicas de árvores e, atualmente, 19% da vegetação nativa está em território indígena (MapBiomias Brasil, 2023).

Outra pesquisa feita pelo ISA, “As florestas precisam das pessoas, assim como as pessoas precisam das florestas”, no ano de 2022, concluiu que nos últimos 35 anos, os povos indígenas protegeram mais de 20% de toda a vegetação nativa do país e provaram, por meio de dados, o papel fundamental dos Povos Indígenas e Tradicionais na defesa das florestas brasileiras, além de possuírem tecnologia social no manejo tradicional da florestas,

promovendo importantes contribuições na recuperação de áreas degradadas. A investigação aponta também que as TI's, bem como as Reservas Extrativistas, apresentam melhores resultados na preservação do meio ambiente quando comparadas às Áreas de Proteção Ambiental (APA's).

Os altos índices de preservação revelados pelo estudo se dão pelo conjunto de conhecimentos e práticas dos Povos Indígenas e Tradicionais no manejo das florestas. (...) esse resultado só é possível porque esses povos têm formas de convívio com a natureza que refletem a essência de qualquer estratégia de conservação ambiental. Povos Indígenas e populações tradicionais possuem outras concepções de natureza e, conseqüentemente, outras formas de interagir com o meio ambiente. Os saberes desses povos e suas práticas de manejo estão mesclados às paisagens. Além disso, os modos de ocupação tradicional promovem barreiras contra o desmatamento e favorecem a regeneração florestal (Oviedo; Doblas, 2022, p. 1, grifos nossos).

A investigação aponta para a seguinte equação (Povos Indígenas = Floresta em pé) e destaca que os originários atuam de forma definidora para a proteção das florestas, bem como da vegetação nativa, auxiliando na manutenção de vida de várias espécies, e isso tudo acontece numa relação de interdependência entre os diversos agentes, sejam eles humanos ou não-humanos (Ingold, 2011). Demarcar mais Terras Indígenas parece ser uma boa decisão para evitar um colapso ambiental ainda mais grave. Destacamos novos estudos que reforçam a importância de as florestas serem mantidas em pé, sobretudo, as Amazônicas de reserva indígena.

Um estudo pioneiro feito por cientistas do Brasil e da Alemanha revela que pela primeira vez os ruralistas terão prejuízos se o Congresso continuar investindo contra áreas demarcadas. O Congresso Nacional hoje é composto por 340 deputados e senadores da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o que equivale a 57% do total. Desse montante, calcula-se que entre cem e duzentos compõem o núcleo duro da bancada ruralista, que tende a votar em bloco para defender a qualquer custo os interesses dos grandes proprietários rurais.

A investigação aponta que 80% da área coberta por lavouras e pastagens no país dependem diretamente das chuvas geradas pelas florestas mantidas de pé nas terras indígenas da Amazônia, e pela primeira vez foi feito o cálculo de quanta água circula nos “rios voadores” gerados nesses territórios e que caminho eles percorrem, levando umidade para o resto do continente. A pesquisa “Manutenção das Terras Indígenas é fundamental para a segurança hídrica e alimentar em grande parte do Brasil” foi publicada em forma de nota técnica, tendo o hidrólogo Caio Mattos, pós-doutorando da UFSC, como primeiro autor. A reportagem da

Revista Piauí publicou esses dados de forma menos técnica em dezembro de 2024⁷. Já era de conhecimento dos pesquisadores que as árvores da Amazônia lançavam na atmosfera enormes quantidades de vapor d'água que são transportados pelo vento a outras regiões, formando chuvas que irrigam as terras agrícolas - por isso chamado de “rios voadores”, mas o ineditismo da investigação foi calcular a contribuição específica das TI's na formação dessa massa úmida, mostrando que o setor agropecuário depende da conservação e das práticas de manejo que os povos tradicionais dão à floresta. “A área alcançada pelas chuvas abarca 18 estados e o DF e inclui trechos do Cerrado, Pantanal, Pampa e da Mata Atlântica. Os 9 estados mais beneficiados são responsáveis por 57% da renda do agronegócio do país” (Mattos et al, 2024, p.5). Outro resultado foi a conclusão de que o Paraná é o estado mais impactado por essas chuvas, tendo 25% da precipitação advinda das terras indígenas da Amazônia. Outros estados como Acre e Mato Grosso do Sul têm 20% da precipitação oriunda de terras amazônicas. O gráfico produzido pela Revista Piauí tenta explicar os dados da nota técnica.



Imagem 25: Gráfico Revista Piauí (2024)

O agronegócio, responsável por 22% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2024, sofreu impactos diretos com ondas de calor e estiagem em determinados períodos e, com

⁷ [80% do agro brasileiro depende da chuva gerada pelas terras indígenas da Amazônia](#)

o agravamento da crise climática, esse cenário tende a se intensificar. Em 2025, temos acompanhado a alta dos preços de vários alimentos. A expansão do preço de determinados produtos resulta da soma de vários fatores, mas há algo comum em todos eles: os efeitos das mudanças climáticas. Aqui, destaco dois produtos bastante consumidos pelos brasileiros: o ovo e o café. O ovo ficou mais caro, e um dos motivos é o aumento das temperaturas. Em condições climáticas normais, uma galinha é capaz de pôr um ovo a cada 25 horas, mas as condições não são as mesmas. Com o calor, as aves reduzem a ingestão de ração e ingerem menos nutrientes, e isso influencia na produção do número de ovos, a casca fica mais fina e o produtor vai ter mais ovos trincados e com menos possibilidade de aproveitamento. Desta forma, as granjas tiveram uma queda de 5% na produtividade. Em 2024, o Brasil sofreu uma das piores secas das últimas décadas, afetando diretamente regiões produtoras de café, sobretudo, os produtores de café arábica, que dependem de clima ameno e chuvas regulares para se desenvolver, por isso o produto também teve um aumento de 40% em um ano por conta da falta de chuvas nas lavouras durante a etapa de desenvolvimento, o que resultou num estoque baixo.

A maior parte da produção agrícola do país precisa de chuva para se manter, logo, o estudo feito por cientistas brasileiros em parceria com instituições estrangeiras traz uma conclusão óbvia: se o desmatamento aumentar, os rios voadores vão diminuir, logo, o agronegócio vai perder dinheiro.

As áreas de agricultura que dependem da irrigação pela chuva tiveram um déficit hídrico médio de 37% entre 2013 e 2017, conforme estatísticas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que o volume de chuva que caiu é 37% menor do que as lavouras precisavam para crescer em condições ideais (Mattos et al., 2024, p. 13).

Como o país já sofre com déficit hídrico, se o desmatamento continuar aumentando, a insegurança alimentar e econômica do país pode chegar a níveis alarmantes. E, mesmo com todas essas informações, os setores do agronegócio tentam avançar sobre as terras indígenas. A bancada no Congresso faz o que pode para que novos territórios não sejam demarcados e lutam para que as TI's já demarcadas sejam abertas para atividades de mineração, agropecuária, entre outras. “É como se serrassem o galho da árvore que sustenta eles próprios. Parecem não se dar conta de que os proprietários rurais estarão entre os maiores prejudicados com a diminuição das chuvas que ocorrerá se áreas florestais forem derrubadas” (Esteves, 2024, p.2). E a principal linha de frente da disputa em torno dessas questões tem sido a chamada tese do marco temporal. Um dos principais objetivos do estudo que calculou a influência das terras indígenas sobre a chuva no Brasil é municiar a discussão do marco temporal, que segue em

curso nas instâncias de poder, beneficiando os ruralistas e prejudicando diretamente os povos originários.

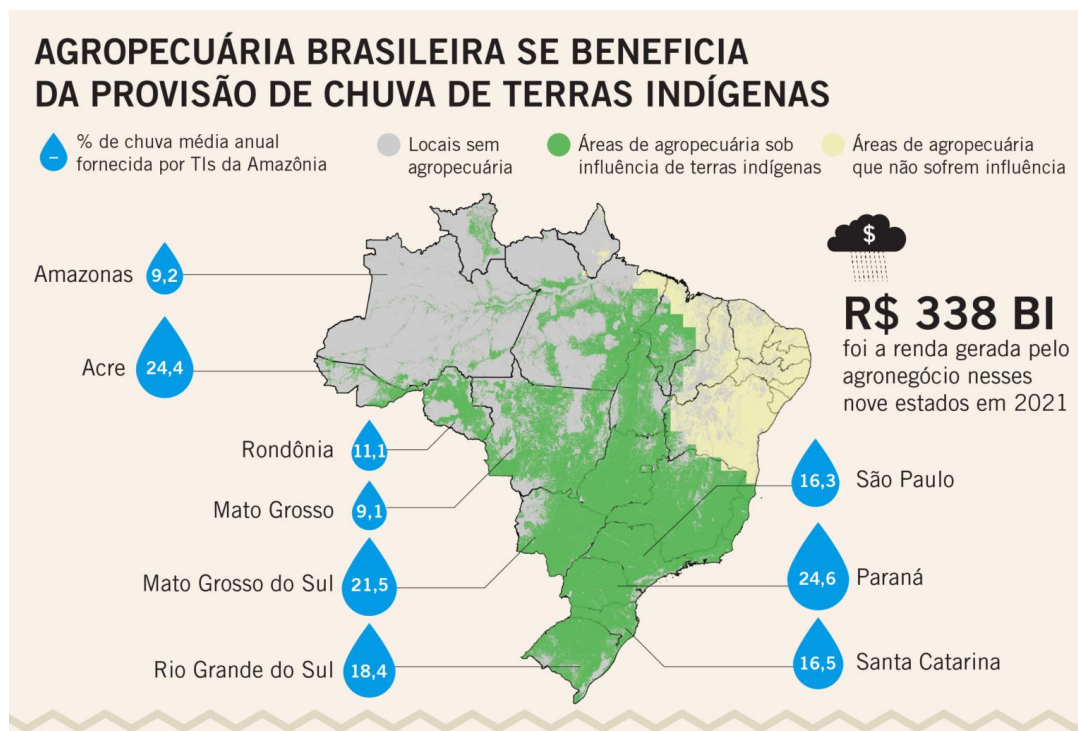


Imagem 26: Infografias: Mario Kanno - Revista Piauí (2024)

O Instituto Serrapilheira, responsável por este estudo, tem financiado projetos de ciência e jornalismo científico no país e busca mostrar em dados que a lei do marco temporal prejudica diretamente os principais entusiastas desse plano.

4.2 A Questão do Marco Temporal

A famigerada tese do marco temporal começou a ser discutida no judiciário em 2009, no julgamento do caso Raposa Terra do Sol; na época, o mesmo parecer que autorizou a demarcação das terras indígenas impôs, naquele caso específico, uma série de condicionantes chamada de “salvaguardas institucionais”, e entre elas estava o critério do Marco Temporal. A partir daí, vários instrumentos foram utilizados para anular a demarcação em terras indígenas, e comunidades inteiras foram expulsas de seus territórios. Desde então, as organizações indígenas e o Ministério Público Federal recorreram da decisão, pedindo que a Corte decidisse se os condicionantes se aplicavam automaticamente para todas as terras, e abriu-se a discussão sobre essas “salvaguardas”. Em 2013, o STF analisou os recursos e decidiu que os

condicionantes se aplicavam apenas ao julgamento da Raposa Terra do Sol, o que não significou que os juristas e parlamentares, favoráveis em sua grande maioria ao agronegócio, não continuassem usando essas regras (Cartilha APIB, 2023).

A partir de 2016, com a ascensão de Michel Temer à presidência e uma série de retrocessos no país, no ano seguinte, mais especificamente em 20 de julho de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Parecer n. 01/2017/GAB/CGU/AGU que obrigava a Administração Pública Federal a aplicar as 19 condicionantes que o STF estabeleceu no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, institucionalizando a tese do Marco Temporal. De imediato, várias regras de demarcação foram revistas pela Funai, e os pedidos que já estavam encaminhados voltaram para serem analisados segundo os “novos padrões” (Cartilha APIB, 2023). Em 2018, o Deputado Jerônimo Goergen propôs que o marco temporal fosse instituído por meio de lei. É importante citar que também no legislativo o Projeto de Lei (PL) 490/2007 do Deputado Homero Pereira, que tem por objetivo alterar o “Estatuto do Índio” (Lei nº 6.001/1973) sugeriu que as terras indígenas sejam demarcadas por lei, ou seja, que a demarcação passe pela aprovação do legislativo. Ou seja, apenas por meio do legislativo, o marco temporal seria implementado.

Já com Bolsonaro no poder, sem nenhuma terra indígena demarcada, as discussões sobre o marco temporal voltaram a aparecer mais intensamente desde o ano de 2021, ano de intensas mobilizações indígenas por conta da nova votação que foi suspensa em setembro de 2021. Com retorno agendado para junho de 2023, mais especificamente no dia 7 de junho, o debate foi retomado no Supremo Tribunal Federal - STF, mas foi interrompido novamente no dia 14 de junho com o pedido de vistas do ministro André Mendonça, que tinha o prazo de até 90 dias para avaliar a ação.

O debate foi retomado no dia 30 de agosto de 2023, assinalando mais um capítulo da disputa que coloca em lados opostos a ala ruralista e as comunidades indígenas. No dia 21 de setembro, o Supremo Tribunal Federal - STF barrou a aplicação da tese do marco temporal na demarcação das terras indígenas, considerando-o inconstitucional; uma semana depois da negação do STF, o Senado aprovou uma lei que utiliza a tese do marco temporal como regra para demarcação de terras indígenas, que já havia sido aprovada na Câmara. Após essas votações divergentes, o documento seguiu para a sanção do presidente Lula que, em outubro, sancionou a Lei 14.701 com 34 vetos, que trata do reconhecimento, demarcação, uso e gestão de terras indígenas. Um dos principais e mais polêmicos vetos é o que estabelece que os indígenas só podem ter direito às terras que estavam ocupadas até 5 de outubro de 1988.

Entre as justificativas do veto ao marco temporal, o presidente argumenta que a iniciativa do Legislativo contraria o interesse público e incorre em vício de inconstitucionalidade “por usurpar direitos originários” já previstos na Constituição. Ele ainda lembra que a tese do marco temporal também já foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — decisão que, segundo a Presidência da República, possui repercussão geral (Agência Senado, 2023).

O presidente também suspendeu qualquer tipo de exploração econômica nas TI's com ou sem cooperação de indígenas e de não indígenas e rejeitou o trecho que ampliava as possibilidades de indenização para as terras ocupadas de “boa-fé” entre vários outros indeferimentos. Com articulação da bancada ruralista, boa parte do texto vetado por Lula foi revertido pelo Congresso Nacional e foram mantidas vedações a três dispositivos: o que flexibilizava o contato com indígenas isolados (que deve ser evitado ao máximo e acontecer apenas em casos de auxílio médico ou utilidade pública), o que permitia o uso de transgênicos dentro dos territórios e o que abria brecha para revisão de demarcações por “acultramento” (Folha de S.Paulo, 2023). Ao rejeitar e atropelar todos os vetos presidenciais, os parlamentares fixaram nessa lei os pré-requisitos para que uma área seja considerada como terra tradicionalmente ocupada.

O texto foi aprovado na íntegra pelo Congresso Nacional no dia 28 de dezembro de 2023 e definiu que os povos indígenas somente têm direito à demarcação das áreas que ocupavam até 5 de outubro de 1988 - data da promulgação da Constituição Federal. A decisão de deputados e senadores contraria o STF, rejeita os vetos do presidente, além de instituir o marco temporal e aprovar uma série de outras medidas que ameaçam a conservação das terras indígenas, como a possibilidade de exploração de recursos naturais e a abertura de empreendimentos econômicos em áreas demarcadas, e vai contra os povos indígenas, que estão recorrendo da decisão.

A Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e outras entidades pedem que a lei seja declarada inconstitucional e que os direitos dos povos indígenas são direitos fundamentais, logo, cláusulas pétreas. Uma das pautas trazidas por essas entidades é a questão ambiental, afirmando que a lei fragiliza o meio ambiente uma vez que abre brechas para o desmatamento nas terras indígenas, que são, comprovadamente, as mais conservadas.

Alvo de uma série de ações de inconstitucionalidade e manifestações de entidades democráticas que alertam sobre a incoerência da lei frente à Constituição, a Apib pediu ao STF para suspender os efeitos da lei 14.701/2023. Numa tentativa de conciliação com o Congresso, o STF criou uma comissão de tarefas para trabalhar, ao longo do ano de 2024, em cima de um novo texto que “agradasse” os políticos. A comissão é presidida por Gilmar Mendes, ministro que é publicamente contrário aos direitos indígenas. Vale ressaltar que a Apib saiu da mesa de

conciliação, alegando que não aceitava negociar violações a direitos garantidos na Constituição.

É inadmissível que os povos do Brasil que têm a maior contribuição para a conservação das florestas, dos biomas, da biodiversidade e que são aqueles que mais têm capacidade de fazer frente à emergência climática e ao desenvolvimento sustentável do país sejam submetidos a um processo de conciliação fora da lei, com esse nível de pressão, chantagem e preconceito (Carta Manifesto da Apib, 2024).

A conclusão dos trabalhos da comissão estava inicialmente prevista para o dia 27 de fevereiro de 2025. Mas, Gilmar Mendes anunciou a suspensão dos trabalhos da comissão por 30 dias. A decisão atende a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) por mais tempo para avaliar a proposta apresentada. A próxima audiência de conciliação foi marcada para o dia 26 de março, e o ministro também prorrogou a conclusão dos trabalhos da comissão para o dia 2 de abril de 2025 (Agência Senado). Não bastasse a aprovação da tese do marco temporal, o Senado agora discute incorporar a tese à Constituição, o que, se acontecer, tornará mais difícil sua revogação no futuro. A proposta, de autoria do senador Hiran Gonçalves (PP-RR), aguarda votação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da casa.

Enquanto isso, mesmo em territórios já demarcados, as violências de todos os tipos continuam crescendo, e os indígenas continuam mobilizados para que a lei, já aprovada, não seja incorporada à Constituição, o que significaria um retrocesso sem precedentes. Para pensar a questão do marco temporal do ponto de vista jurídico, Cunha e Barbosa (2018) afirmam que

(...)os direitos originários dos índios sobre as terras por eles ocupadas tradicionalmente precedem à demarcação delas, que essa demarcação é um direito dos índios constitucionalmente estabelecidos, que esse direito à demarcação só será totalmente satisfeito quando abranger todas as áreas por onde se estendem aquelas terras. Logo, sempre que a demarcação cobrir limites inferiores a essas terras, seus ocupantes têm direito à correção para que a demarcação abranja a totalidade da área (Cunha; Barbosa, 2018, p. 41).

E esse direito vale tanto para as áreas demarcadas depois da data de promulgação da Constituição de 1988 como para aquelas que foram realizadas antes, reconhecendo que os indígenas têm direitos originários sobre estas terras. A terra é colocada como um elemento essencial para o pleno exercício dos direitos dos povos indígenas e contém uma estreita relação com os aspectos culturais e identitários do grupo. Vale destacar que quando falamos sobre terra, o entendimento adotado neste trabalho é que ela transcende a ideia de um pedaço de chão, representando o espaço onde a vida dos indígenas se desenvolve.

Não há índio sem terra. A relação com o solo é marca característica da essência indígena, pois tudo o que ele é, é na terra e com a terra. Daí a importância do solo para a garantia dos seus direitos, todos ligados de uma maneira ou de outra à terra. É o que se extrai do corpo do art. 231 da Constituição. É nela e por meio dela que se organizam. É na relação com ela que forjam seus costumes e tradições. É pisando o

chão e explorando seus limites que desenvolvem suas crenças e enriquecem sua linguagem, intimamente referenciada à terra. Nada é mais importante para eles (...) (Cunha;Barbosa, 2018, p.54).

Portanto, para garantir o pleno direito dos povos tradicionais, deve-se identificar e delimitar suas terras, pois este território não é só um lugar de moradia, mas a soma de habitação, atividade laboral, preservação ambiental e toda atividade física e cultural do grupo. Para Zibechi (2022) a questão do território é fundamental para ser discutida quando se fala sobre a questão indígena, pois “sem território não somos nada, não conseguimos nos ancorar como sujeitos coletivos e nos desmanchamos no ar como dizia Marx” (Zibechi, 2022,p. 19). Para o autor, o território é como uma arca que possui vínculos sólidos, capaz de salvar os povos daquilo que Kopenawa (2015) chama de “A Queda do Céu” ou, apenas, o fim do mundo. O território é um espaço em que se constrói coletivamente uma nova forma de organização de sociedade.

Os territórios dos movimentos são espaços nos quais os excluídos garantem a sobrevivência diária. Isso significa que agora os movimentos estão começando a tomar nas próprias mãos a vida cotidiana de seus integrantes. Passaram a ser produtores, e isso representa um dos maiores êxitos dos movimentos nas últimas décadas, pelo que se supõe em termos de autonomia e de capacidade de criar um mundo novo distinto do hegemônico pelo capital (Zibechi, 2022, p. 51).

O território, para além de uma espaço coletivo, também é lugar de conexão dos indígenas com seus antepassados e suas tradições. “(...) é definido pelos indígenas que certos espaços físicos são um meio estrito de conexão com seus antepassados, de efetuarem a conservação da própria cultura e de sobreviverem (...)” (Gonzaga, 2021, p.56).

Para os povos originários, a dimensão de território ultrapassa “um pedaço de terra”; para eles, é um espaço de construção e manutenção da vida. Portanto, negar a eles um direito que também é constitucional, é censurar a construção da existência indígena. “Esses direitos de existir e de estar em uma terra, não nascem com o reconhecimento do Estado, mas são anteriores, nascem com o nascimento do povo ou comunidade” (Cunha; Barbosa, 2018, p.87). À essa negação de direitos dá-se o nome de genocídio ou etnocídio, que é o já vem acontecendo com muitas comunidades indígenas.

A tipificação dos crimes contra esse direito de existir enquanto grupo é chamado de genocídio, que é matar, exterminar pessoas da mesma etnia, motivado pela diferença, é o extermínio físico do povo, população, ou de parte dela. Mas há outro crime, nem sempre tipificado, que é o etnocídio, que é a destruição da possibilidade de um grupo étnico continuar existindo, que é tão grave quanto o genocídio, apesar de não se tratar da morte física individual de cada membro do grupo. Não raro, os dois crimes estão associados (Cunha; Barbosa, 2018, p. 89).

Para os autores, existem basicamente dois direitos que devem ser garantidos ao indígenas: o primeiro, o direito de existir, que implica em diversas questões, entre elas a possibilidade de poder usar seus idiomas, praticar suas festas culturais e religiosas em liberdade, o que interfere diretamente no direito territorial, entendendo esse território como um lugar de uso coletivo e não individual, que não se confunde com direito à moradia, por exemplo; não é uma casa ou um apartamento. O direito é de ser e continuar sendo, o que geralmente conflita diretamente com interesses econômicos, como uso de recursos naturais e da própria terra. “Trata-se de um direito coletivo de um grupo social diferenciado, é um lugar onde possa estar coletivamente, em geral, é o lugar onde vive e provê o seu sustento material” (Cunha; Barbosa, 2018, p. 90).

O segundo direito deriva diretamente do primeiro: é o direito territorial ou o direito à terra. Para os autores, se um povo existe, ele precisa estar em algum lugar, e se ele está em algum lugar que não pode praticar sua cultura ou promover a sua vida enquanto um povo, ele está em risco, e o risco é de etnocídio.

Essa relação entre existência física e lugar de estar, quer dizer, a existência da comunidade e seu território, é uma relação que completa, ou realiza, o direito coletivo. Por isso, a luta dos povos destituídos de seu território, a luta pela sobrevivência da comunidade ou povo, é a luta pela terra, mas não pela propriedade individual da terra, não por qualquer terra, mas pelo território, lugar, que possibilite viver e realizar suas tradições (Cunha; Barbosa, 2018, p.91).

Ou seja, os povos tradicionais possuem uma relação coletiva com a terra, pois não atribuem valor de troca à terra, não a consideram mercadoria, por isso não querem abrir mão de seus territórios, pois se desfazer deles equivale abdicar da própria existência. Inclusive, com o entendimento que a terra precisa de uma natureza viva. “(...) o pertencimento à terra e a relação com natureza que a cobre são contrárias a formação social e econômica do capitalismo, que tem a terra como mercadoria que tanto mais vale quanto mais vazia estiver” (Cunha; Barbosa, 2018, p. 91).

Segundo Cavalcante (2013), para a maioria dos povos indígenas, a questão do território transcende o entendimento dele como fonte de recursos. O território se expressa enquanto abrigo e lugar de conexão com a ancestralidade. Do mesmo modo, quando os indígenas anunciam a “luta pela vida”, não se trata apenas de uma questão de saúde, vacinas e remédios, mas de algo que alcança uma dimensão inevitavelmente coletiva. Entendem que garantir a saúde dos indígenas é garantir a vida na Terra e, conseqüentemente, a vida da humanidade.

A nossa luta não é apenas para preservar a vida dos nossos povos mas da humanidade inteira, hoje gravemente ameaçada pela política de extermínio e devastação da Mãe Natureza promovida pelas elites econômicas – que herdaram a ganância do poder colonial, mercantilista e feudal expansionista (Apib, 2021).

Para Souza Filho (2015), a terra virou mercadoria, logo, capital, e por isso ela deixou de ser vista apenas como fornecedora de utilidade para a vida para ser uma mercadoria que se compra, se vende e se acumula. “Passou a ser capital. Como capital sequer necessita produzir para ter valor, basta está disponível para produzir, eis o problema, tudo que está em cima atrapalha” (Souza Filho, 2015, p. 58). Nessa lógica, o maior valor da terra se dá quando ela está vazia, e é por isso que a ocupação feita pelos povos tradicionais, pela natureza ou por edificações protegidas como patrimônio cultural são consideradas obstáculos para a livre comercialização desta terra.

Segundo o autor, na América Latina, desde a colonização, a política de integração dos povos tradicionais, que tinha como objetivo torná-los trabalhadores ou proprietários individuais de lotes de terras, eliminaria o povo enquanto uma existência coletiva para liberar território para ser transformado em capital, portanto o maior empecilho não são as florestas, mas sim os povos e suas culturas.

Ao lado da política de integração funciona uma ideologia da negação da existência dos povos que tem sido muito mais eficaz que a integração. Ao se negar a existência de um povo indígena ou tribal se nega a ocupação que as pessoas fazem da terra e, então, é questão de, criminalizando-os, expulsá-los da terra que, imediatamente fica passível de esvaziamento, neste caso a natureza já não conta (Souza Filho, 2015, p. 66).

Por isso, a discussão sobre território é problemática em vários sentidos, uma vez que para os povos indígenas as terras que ocupam não são mercadoria, e sim, um lugar de vida, manutenção de tradições e costumes, visto que as cosmovisões indígenas são contrárias às ocidentais, em particular, na forma de relação que é estabelecida entre o meio ambiente e as pessoas. Segundo Quijano (2000), os indígenas não têm um conceito de propriedade privada, mas sim, de comunidade, considerando a terra como um bem comum sagrado. Portanto, ao tirá-los de suas terras, acontece o processo de negação da existência desses povos, levando-os ao desaparecimento e ao etnocídio.

De acordo com Zibechi (2022) o massacre que vem acontecendo com os povos indígenas é uma forma de dominação e, para o autor, há uma guerra colonial contra esses povos que visa se apropriar de bens comuns.

Pressupondo a aniquilação daquelas parcelas da humanidade que são obstáculos para o roubo desses bens, seja porque vivem sobre eles, porque resistem a ser espoliados, seja simplesmente porque sobram, no sentido mais cruel de serem desnecessários para a acumulação de riqueza (Zibechi, 2022, p. 27).

A partir do entendimento dos “brancos” que o território indígena é uma mercadoria, os povos originários sofrem reiteradas formas de violência. A tese do marco temporal que foi transformada em lei, e que hoje (março de 2025) o Congresso está em luta para anexar na Constituição, nada mais é que um reflexo direto do capital sobre essas terras. Não é aceitável para o capitalismo que determinado território fique intocado, sem a ação destrutiva do homem. Os estudos recentes que provam a importância das terras indígenas para a manutenção de ciclos saudáveis de chuva, sem entrarmos em escassez hídrica, foram realizados na tentativa de argumentar com os principais entusiastas, leia-se setores do agronegócio, que manter as florestas em pé pode gerar mais lucro do que derrubá-las. Uma investida que tenta argumentar onde se pode ter alguma chance de consideração, que seria o fator econômico, porque o argumento que as terras pertencem originalmente aos indígenas não tem surtido efeito.

Essa maneira que o capital encontrou de transformar tudo em mercadoria tem impactado o planeta de diversas formas, inclusive, em sua forma geológica. De acordo com estudos recentes, vivemos hoje na Era do Antropoceno, onde o planeta é modificado diretamente pela ação humana. Mas o que esse assunto tem a ver com a questão indígena? Ou, mais especificamente, com a questão do território (recorte elencado para este estudo)?

Conforme tudo que foi exposto até aqui, já está comprovado que as reservas indígenas ajudam na conservação de vegetação nativa, contribuem para a boa distribuição de chuva no país, ajudam a atmosfera a eliminar os GEE e impedem o desmatamento. Além desses fatores, podemos destacar que o manejo característico dos povos originários tem papel fundamental na formação de diferentes paisagens no Brasil, que utilizam recursos naturais sem colocar em risco nenhum ecossistema, o que ajuda na conservação da biodiversidade do país. De acordo com dados da ONU (2024) as terras indígenas protegem 80% da biodiversidade do planeta, sendo que os povos originários representam apenas 5% da população global. Portanto, os indígenas, alguns cientistas e indigenistas têm defendido que a demarcação de terras indígenas deve se tornar uma política efetiva de ação contra a crise climática do Antropoceno.

4.3 Antropoceno: a forma geológica do capital

Segundo estudos recentes, o Antropoceno, que é considerado o novo período geológico após o Holoceno, que durou cerca de 10 a 12 mil anos, representa aquilo que os cientistas têm chamado de ruptura antropogênica na história do planeta (Foster, 2023). Essa discussão foi formalmente introduzida na ciência pelo climatologista Paul Crutzen no ano de 2000 e resume a ideia de que os seres humanos se tornaram a principal força geológica crescente que afeta

diretamente o futuro do sistema terrestre. A data que marca essa nova era é polêmica: muitos cientistas apostam que foi a partir da Revolução Industrial (fim do século XVIII), mas o surgimento do Antropoceno remonta mais precisamente ao fim da década de 40 e início de 50.

Evidências científicas recentes sugerem que houve pico por volta de 1950, marcando uma Grande Aceleração do impacto humano sobre o meio ambiente, e o traço estratigráfico mais dramático da ruptura antropogênica encontra-se na precipitação de radionuclídeos provenientes dos testes com armas nucleares. Desse ponto de vista, podemos entender que o Antropoceno corresponde mais ou menos à ascensão do movimento ambientalista moderno, que começou com protestos liderados por cientistas contra os testes nucleares realizados acima do solo, após a Segunda Guerra Mundial (...) (Foster, 2023, p. 257).

Mesmo que o conceito de Antropoceno só tenha sido estabelecido pela ciência moderna e que se tenha cada vez mais certeza que sua base física foi a Grande Aceleração, que ocorreu pós Segunda Guerra Mundial, o termo foi pensado por cientistas que se concentraram nas mudanças dramáticas entre a relação homem-natureza, sobretudo, ocasionadas pela ascensão do capitalismo, com a Revolução Industrial, a colonização e a elevação do uso de combustíveis fósseis.

Com o avanço do capitalismo, houve um super crescimento da utilização de vários fatores que incidem negativamente no planeta, e isso prejudica o metabolismo entre pessoas e natureza. Portanto, o conceito atual de Antropoceno, reflete o aumento da conscientização do “papel cada vez mais acelerado dos motores antropogênicos na ruptura dos processos biogeoquímicos e dos limites planetários do sistema terrestre” (Foster, 2023, p. 254) e também é um aviso que a configuração atual do mundo está formando uma fase ecológica cada vez menos propícia à manutenção da diversidade biológica e da vida humana. Vale dizer que o conceito de Antropoceno é importante para discutir os rumos da civilização da Terra porque ele une pesquisas sobre o estado geológico, histórico, natural, social, sobre o clima e o capitalismo.

Para os cientistas e para esta pesquisa, a crise do meio ambiente é a questão mais urgente e importante do nosso tempo, destacando sobretudo, o papel preponderante do capitalismo nessa relação. De acordo com Marques Filho (2018) a característica do capitalismo no século XXI é a tendência ao colapso ambiental, portanto, “conservar o que resta da biosfera tornou-se a condição primeira de possibilidade não apenas de avanços sociais, mas da simples manutenção de qualquer sociedade organizada” (Marques Filho, 2018, p. 39).

O Brasil tem estado na vanguarda do retrocesso, principalmente desde o governo de Bolsonaro, quando o assunto é meio ambiente. De acordo com o Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) só

aumentaram nos últimos anos, tendo umas das maiores taxas de crescimento do mundo, e mais da metade dessa elevação vem do desmatamento e de incêndios nas florestas a mando de fazendeiros. “O desmatamento é, sobretudo, obra do agronegócio, indissociável do capital corporativo internacional e da grande propriedade rural” (Marques Filho, 2018, p. 137). A destruição dos biomas do país resulta de uma grande coalizão de interesses do capital internacional e de setores poderosos da sociedade rural e escravocrata do Brasil. Os principais componentes são:

As madeireiras, os frigoríficos e as empresas da soja e da pecuária. A pecuária é responsável por 70% a 75% do desmatamento da Amazônia. Para o agronegócio é muito mais lucrativo desmatar que operar sem desmatamento (...); (2) os laboratórios e as indústrias de mecanização rural, fertilizantes, agrotóxicos e sementes transgênicas, as *trades* de madeira, soja, minérios e outras *commodities*; (3) As mineradoras e as corporações do petróleo; (4) As construtoras e as gestoras de usinas hidrelétricas e de estradas para o escoamento da produção agropecuária (...); (5) O parque siderometalúrgico do país, produtor de ferro-gusa a partir do carvão vegetal; (6) O sistema financeiro que irriga essa estrutura industrial; (7) O Estado brasileiro, sejam quais forem as coalizões partidárias no poder, controladas que são, em parte pelas corporações que dominam os ramos de negócios mencionados nos seis itens acima (Marques Filho, 2018, p. 135).

E o desmatamento é só a ponta do *iceberg* pelo qual o capitalismo age para continuar se expandindo. E é um dos atos mais atroz de destruição da natureza, que mata de maneira direta e imediata o maior número de formas de vida em escala planetária. “O desmatamento invade, como um câncer, o organismo social e o organismo natural. Como câncer social, ele é o império da brutalidade e do crime organizado” (Marques Filho, 2018, p. 138). Ainda de acordo com o autor, o desmatamento é sempre o ponto de partida ou o fator crucial para o agravamento de todos os desequilíbrios da biosfera. Podemos citar também outros agravantes para o colapso ambiental: a crise dos recursos hídricos; problemas com lixo, esgoto, resíduos sólidos urbanos, plásticos, pesticidas e intoxicação industrial como um todo; os combustíveis fósseis, etc.

Saito (2024) afirma que os objetos feitos pela humanidade estão mudando o planeta de forma drástica e, dentre os diversos fatores que se somam, como os citados acima, podemos destacar também o aumento do dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera. O dióxido de carbono é um dos gases de efeito estufa que absorvem o calor da superfície e aquecem a atmosfera, permitindo que os seres humanos e outras espécies sobrevivam. Mas desde a Revolução Industrial, os humanos começaram a utilizar enormes quantidades de carvão e combustíveis fósseis, como petróleo, e assim os níveis de emissão de CO₂ cresceram muito. “A concentração desse gás na atmosfera antes da Revolução Industrial era de 280 ppm, e, em 2016, ultrapassou

os 400 ppm na Antártica pela primeira vez em 4 milhões de anos. Esse número segue subindo” (Saito, 2024, p. 14).

Marques Filho (2018) corrobora, dizendo que foi somente a partir do século XIX que as economias industriais começaram a emitir enormes quantidades de gases provenientes da queima de combustíveis fósseis. “As concentrações de gases de efeito estufa, dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O) aumentaram desde 1750 por causa da atividade humana” (Marques Filho, 2018, p. 313). E essa grande concentração de gases excede as maiores quantidades registradas nos últimos 800 mil anos. Mas quem são os maiores responsáveis pelas emissões de GEE? De acordo com o *World Resources Institute*, em 2012, os principais setores econômicos foram responsáveis por grande parte das emissões, sendo: 64% advindas da produção de energia (fora da agricultura), 13% gerados pela agropecuária, sendo mais da metade advindas exclusivamente da pecuária (54%) e 11% provieram da ação do homem no solo, em geral desmatamento e extração de madeira. As florestas tropicais eram responsáveis por absorver 18% do CO₂ adicionado à atmosfera a cada ano pela queima de combustíveis fósseis, o que diminuía substancialmente o impacto climático, é o que Marques Filho (2018) chama de “subsídio gratuito da natureza”.

(...) tal “subsídio” tende a diminuir com o desmatamento, as emissões de CO₂ e suas concentrações atmosféricas aumentam ano a ano. As emissões atmosféricas de CO₂ *per capita* não cessaram de crescer após ano no período 1950-2010. Em média, cada indivíduo do planeta emitiu em 2010 mais do dobro de CO₂ que um indivíduo em 1950 (Marques Filho, 2018, p. 318).

Pesquisas recentes trazem dados ainda mais alarmantes. De acordo com um relatório apresentado pela ONU em 2021, o planeta entrou em rota de aquecimento que excede em muito os limites críticos para evitar mudanças climáticas catastróficas. De acordo com o Boletim de Gases de Efeito Estufa da Organização Meteorológica Mundial (OMM), a concentração de dióxido de carbono (CO₂) em 2020 foi 149% superior aos níveis anteriores à industrialização, batendo outro recorde anual. Alves (2023) destaca: “A concentração de CO₂ na atmosfera atingiu 421 partes por milhão (ppm) em maio de 2022 e deu um pulo um ano depois, estabelecendo um novo recorde global no mês de maio de 2023, com 424 ppm”. Para o pesquisador, esse dado é muito preocupante, já que deveríamos diminuir as emissões de gases e não aumentar 3ppm em 12 meses.

Para além das atividades econômicas e sua distribuição *per capita*, outro fator que chama atenção na divisão da responsabilidade dos maiores emissores de Gases de Efeito Estufa

(GEE): os 10% mais ricos da humanidade emitem a maior parte de GEE de acordo com os níveis de consumo.

Os 10% mais ricos da humanidade são responsáveis por praticamente metade das emissões antropogênicas de CO₂ e os 30% mais ricos, por 79% delas, ao passo que os 70% mais pobres são responsáveis por apenas 21% dessas emissões antropogênicas e a metade mais pobre da população do planeta é responsável por apenas 10% (Marques Filho, 2018, p.319).

Em 2017 esses dados foram atualizados:

A contribuição (dos três bilhões de pessoas mais pobres do planeta para as emissões globais de CO₂) é de cerca de 5%. Esses três bilhões compreendem sobretudo agricultores de subsistência, cujos meios de vida serão gravemente impactados, ou mesmo destruídos, com megasecas de um a cinco anos, ondas de calor ou grandes inundações (Xu; Ramanathan, 2017, p. 14).

Um estudo recente do Carbon Majors, divulgado pelo The Guardian, revela que 36 empresas de combustíveis fósseis são responsáveis por metade das emissões globais de dióxido de carbono (CO₂) desde o início da era industrial. “De acordo com o estudo, as emissões cumulativas dessas empresas entre 1854 e 2023 totalizaram mais de 1,2 trilhão de toneladas de CO₂, o equivalente a 50% de todas as emissões industriais no período” (EcoDebate, 2025). Ainda de acordo com o estudo, entre as empresas listadas estão as gigantes do setor petrolífero Saudi Aramco, Chevron, ExxonMobil, Shell e BP, além de produtoras de carvão e gás natural.

O relatório aponta também que, apesar dos compromissos públicos feitos por essas empresas em reduzir a emissão de gases e adotar práticas mais sustentáveis, a maioria continua investindo fortemente em exploração e produção de combustíveis fósseis. “O estudo não apenas quantifica as emissões históricas, mas também traça uma linha direta entre as atividades dessas empresas e os impactos climáticos atuais, como ondas de calor extremas, furacões mais intensos e o aumento do nível do mar” (EcoDebate, 2025).

É importante trazer esses dados porque, ao mesmo tempo que temos um pequeno grupo responsável pela maior parte de emissões de gases de efeito estufa, que é a parcela mais rica do mundo, e inversamente proporcional a esse quantitativo, é a população mais pobre da sociedade que sofre os efeitos mais intensos da crise climática, e temos muitos exemplos disso. “Portanto, os danos causados pela crise ambiental não são sofridos da mesma maneira por todas as pessoas do planeta. O impacto ambiental associado à produção e consumo de alimentos, energia e matérias-primas é distribuído de forma desigual” (Saito, 2024, p. 27).

Por exemplo, de acordo com cientistas, até 2100 os picos de calor serão altíssimos, e estima-se que a mudança climática vai ser a principal causa de morte de trabalhadores no século XXI, e os trabalhadores agrícolas sofrerão diretamente com isso. “A OMS estima que entre

2030 e 2050 a mudança climática causará milhões de mortes a mais por ano e a proporção de mortes por estresse térmico aumentará mais depressa que as mortes causadas por qualquer outro fator” (Angus, 2023, p. 114). Ao longo dos anos, várias pequenas descobertas e previsões sobre o destino da Terra e da humanidade foram sendo construídas por cientistas de diversas áreas e apontando para uma nova forma geológica do planeta, o Antropoceno.

Por ser uma definição recente, os debates sobre como e quando ele começou são perenes. Ao contrário da definição geológica de quando o Antropoceno começou, que tende a ser mais precisa, a busca pela origem social e econômica desse período pode ser definida por uma série de mudanças que foram ocorrendo na atmosfera, não sendo produzidas por um único evento, mas sendo o resultado de dois séculos de desenvolvimento capitalista. Não é difícil achar pesquisas que apontem os fatores destruidores da expansão econômica a nível global. “O impulso para produzir cada vez mais “coisas” está enchendo nossos rios de veneno e nosso ar de gases que alteram o clima. Os oceanos estão morrendo, (...) e o solo está sendo erodido muito mais rapidamente do que é capaz de se recuperar” (Angus, 2023, p. 125). Mas mesmo com tudo isso, o ritmo de crescimento segue a todo vapor.

A ideia de expansão sem fim é uma política promovida por ideólogos de todas as formações políticas, de social-democratas a ultraconservadores, pois a linguagem do capital parece unir todas as tendências. Definidos por John Stuart Mill como *o homo economicus*, nós somos um ser que faz qualquer coisa para obter a maior quantidade de coisas necessárias, luxos e vantagens com menos trabalho e esforço físico. E é desta forma que a Terra está sendo destruída.

Já há algum tempo existem apontamentos sobre os impactos da industrialização no mundo, debates sobre o que fazer, convenções políticas e climáticas. Um exemplo dessas “grandes” convenções é a Conferência das Partes (COP) que acontece anualmente desde 1995 e tem por objetivo juntar lideranças de vários países para discutir a mudança do clima e decidir os próximos acordos. Com algumas conquistas pírias, a COP se tornou mais uma reunião protocolar que define pactos que em sua maioria não são cumpridos. Este ano, 2025, a COP 30 acontecerá em Belém (PA). Pela primeira vez o Brasil, detentor da maior biodiversidade do planeta e nona maior economia do mundo, sediará o evento. Portanto, há mais de três décadas existem debates para evitar uma crise climática sem precedentes e, efetivamente, pouca coisa mudou. O capitalismo, que se reinventa a cada crise, inclusive, a ambiental, desta forma, assumiu um *ethos* de “amigo da natureza”, com diversos produtos verdes. Algumas mercadorias são provenientes de reflorestamento, reciclagem e reuso de resíduos, e as práticas sustentáveis na produção também são incentivadas, bem como o consumo consciente. Um

destaque válido, é que todos esses produtos “verdes” são mais caros, não sendo acessíveis a maior parte da população. Portanto, temos a falsa ideologia de que existe um capital “verde”, simpático às causas ambientais, que vai continuar se expandindo e extraindo, mas com consciência. “(...) o crescimento econômico, quer tenha ou não a coroa “verde”, aumenta inevitavelmente o impacto ambiental” (Saito, 2024, p. 77).

Angus (2023) afere que o crescimento do sistema capitalista não é resultado do sistema de lucros, mas uma espécie de obsessão, um capricho coletivo de todos os governos. Voltado para a troca, o capital explora o trabalho e a natureza para obter ganhos, por isso toda vez que as grandes empresas têm que fazer a escolha entre proteger o futuro da humanidade e ou ganhar mais, a opção de lucrar vem sempre primeiro. O capitalismo quer se expandir infinitamente, mas a Terra não é infinita. Sabemos que não existe capitalismo consciente porque o desperdício, a poluição e a destruição ecológica estão no DNA do sistema, e a acumulação cada vez maior de capital é uma característica definidora do sistema e causa primordial da crise ambiental global (Angus, 2023). Harvey afirma que

(...) É importante que o capital vista o manto da responsabilidade ambiental como fundamento legítimo do ambientalismo das grandes empresas do futuro. Desse modo, ele poderá dominar os discursos ecológicos - isto é, definir a natureza segundo seus termos e tentar resolver a contradição entre capital e natureza de acordo com seus interesses de classe. (...) quanto mais dominante for o motor econômico do capital nas várias transformações sociais que constituem o capitalismo mundial, maior será o domínio das regras que regem a relação metabólica do capital com a natureza nos discursos públicos e nas políticas públicas (Harvey, 2016, p. 234).

Ou seja, o capitalismo “verde” é mais um forma do sistema continuar dominando as relações de produção, já que não existe capitalismo sem a destruição da natureza, bem como é insuperável o conflito entre o tempo da natureza e o tempo do capital - “entre os processos cíclicos do sistema terrestre que se desenvolveram ao longo de milhões de anos e a necessidade do capital de produção, entrega e lucro rápidos” (Angus, 2023, p.138).

De acordo com Saito (2024) é quase impossível a redução das emissões de gases de efeito estufa enquanto tivermos crescimento econômico. Para o autor, é preciso apostar num decréscimo econômico e mudar o sistema, pois o capitalismo traz a escassez e o comunismo traz a abundância. É a partir do comunismo que seremos capazes de resgatar o “comum”. Outra aposta de Saito (2024) é o conceito de bem viver (*buen vivir*), tradução para a espanhol de uma palavra indígena equatoriana.

A expressão se espalhou pela América do Sul e hoje é usada pela esquerda ao redor do mundo todo. **A revisão dos valores para aprender mais com a sabedoria dos povos indígenas, para além de perseguir o desenvolvimento econômico ao estilo ocidental**, passou a ser espalhada pelo mundo (Saito, 2024, p. 198, grifos nossos).

Um dos maiores aprendizados que os povos originários podem dar à humanidade é a ideia de uma vida comunal, onde o valor não está nas mercadorias, mas na mãe-terra. Os verdadeiros bens são as coisas dadas pela floresta: a água, os peixes, frutos, caça e as árvores (Kopenawa; Albert, 2015). Precisamos traduzir para os brancos, o povo da mercadoria, que a “Queda do Céu” é a expressão máxima do acúmulo de capital, do crescimento econômico desenfreado, cujo único limite é o extermínio da própria humanidade. O “povo mercadoria” precisa saber que “se continuarem seguindo esse mesmo caminho, é verdade, acabaremos todos morrendo. Isso já aconteceu com muitos outros habitantes da floresta nesta terra do Brasil, mas desta vez creio que nem os brancos vão sobreviver” (Kopenawa; Albert, 2015, p.372).

O bem viver ou o viver comunal trata-se de uma filosofia originária, com reflexos muito concretos, e que deu sentido a diversas organizações políticas da América Latina. Partindo do princípio da reciprocidade entre os seres humanos, da convivência respeitosa com sujeitos da natureza e com profundo respeito pela terra, os indígenas conseguem ter outras experiências que podem assegurar o futuro da humanidade.

Um dos grandes ensinamentos que os povos indígenas têm nos transmitido, desde tempos imemoriais, é o de saber conviver com a Mãe Terra, dedicando-lhe respeito, amor e profundo zelo. Na visão desses povos, a terra é mais do que simplesmente o lugar onde se vive. Ela é sagrada, é capaz de fazer germinar e de acolher plantas, animais e uma infinidade de seres vivos, além dos humanos, compondo assim ambientes onde a vida frutifica em todo o seu esplendor. Assim sendo, a terra está na base do Bem Viver (Bonin, 2015, p.1).

Segundo a autora, o conceito de Bem Viver é totalmente contrário ao modelo de desenvolvimento capitalista, que considera a terra e a natureza apenas como produtores de mercadorias. Pautado numa visão individualista, o modelo econômico preza pela ideia do “se dar bem”, conceito este que está na contramão da ideia de bem viver/ bom viver (Mura, 2019). “O Bem Viver das culturas indígenas pode ser reinterpretado para se tornar um projeto de vida concreto, capaz de revolucionar nossas maneiras de pensar, nossas formas de interagir com a natureza e nossas relações humanas” (Bonin, 2015, p.2).

A importância desse modelo de vida não se pauta em criar uma ruptura imediata, mas em criar um novo horizonte. Ou seja, o bem viver, encampado pelos originários, é mais do que um objetivo individual da “causa indígena” é uma referência de preservação da vida no planeta que resgata os saberes ancestrais, mas não de forma utópica, e sim entendendo-o como um tempo que possibilita a continuação do presente e do futuro. Por isso, ao encampar o lema “é tempo de retomada ancestral” devemos ir além do entendimento místico, utópico e sobrenatural. A ancestralidade reivindicada pelos indígenas mostra seus impactos na materialidade da vida contemporânea, a exemplo da forma diferenciada de manejo da terra,

como mostram os estudos acima elencados. Crary (2023,p.179) corrobora esse pensamento afirmando que “há reservas enormes de conhecimento e de ideias de todas as eras - sobretudo no Sul global e entre os povos indígenas - a respeito de técnicas de subsistência e do cultivo que precisam ser recuperadas”.

Um dos objetivos desse capítulo foi mostrar que, ao discutir a questão indígena, mais precisamente o debate sobre território, nosso recorte para interpretar a questão, existem múltiplos fatores envolvidos. A causa indígena parece uma questão isolada, mas mostramos que ela é universal. Ao expor os inúmeros aspectos que envolvem a questão do território, a crise climática desponta como algo primordial, cuja demarcação das terras indígenas tem sido colocada como uma ação efetiva contra o fim do mundo e as razões estão expostas acima. Outra intenção deste capítulo foi mostrar que, ao fazer as análises, vamos nos basear nessas questões. Ao fazer um debate profundo do assunto, pretendemos destacar os vários quadros que não aparecem no jornalismo convencional. A questão da demarcação não é apenas uma questão de lei, o garimpo não acontece do nada, a mineração não é um ente sobrenatural que chega nas TI's; tudo isso ocorre gerenciado por grandes empresas, com nome e CNPJ.

Capítulo 5

DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS: TERRITÓRIOS JORNALÍSTICOS E CAMINHOS DA PESQUISA



Imagem 27:

Imprensa e comunicadores indígenas esperando a marcha - Abril/2024

O capítulo cinco dedica-se à apresentação e discussão da metodologia empregada nesta pesquisa. São aqui elencadas as fases da investigação, ressaltando que a análise de enquadramento perpassa todas elas. Nesse sentido, adicionalmente ao objetivo de analisar os “quadros” produzidos sobre a questão indígena em produções do jornalismo contemporâneo, são também apresentados outros elementos que estruturam o olhar desta pesquisa sobre o objeto - elementos esses oriundos da percepção manifesta por profissionais jornalistas acerca do tema, e do modo como a pesquisadora foi afetada em sua compreensão da questão indígena, a partir da participação em um evento central para os povos originários. Adota-se o conceito de triangulação metodológica (Fígaro, 2014) como fundamento para justificar e entender a metodologia utilizada.

Capítulo 5 - Definições Metodológicas: territórios jornalísticos e caminhos da pesquisa

5.1 Análise de enquadramento: uma questão transversal

Como mencionado no capítulo um, esta pesquisa busca, metodologicamente, refletir sobre a construção da inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena por meio de quatro instâncias de observação: a produção textual dos meios jornalísticos analisados; o relato de jornalistas que cobrem a questão indígena; a comunicação feita pelos povos originários; e uma pesquisa de campo no Acampamento Terra Livre - ATL de 2024. Todas essas instâncias de observação têm o enquadramento como questão transversal, compreendendo-se, ainda, que a elaboração da inteligibilidade não se restringe à percepção dos jornalistas, perpassando esses múltiplos aspectos. É importante ressaltar que esta pesquisa, ao eleger determinados eixos para analisar como a inteligibilidade jornalística acerca da questão indígena vem sendo construída, narrada e documentada, parte do pressuposto de que existe uma materialidade histórica e concreta subjacente aos “quadros” investigados. Por essa razão, a análise de enquadramento permeia todas as fases do estudo.

Considera-se, para tanto, que a análise de enquadramento envolve um fator extrínseco à composição da notícia: uma realidade histórica da qual o jornalismo busca tratar. Assim, para analisar o que foi selecionado, enfatizado e, inclusive, excluído, é necessário ter o domínio do contexto histórico em que esses “quadros” emergem e são produzidos. Por essa razão, um capítulo dessa pesquisa é dedicado à discussão da questão indígena, visando fornecer subsídios teóricos e conceituais sobre a temática. Pelo mesmo motivo, optou-se por analisar os textos produzidos durante a realização do Acampamento Terra Livre, a maior e mais significativa manifestação indígena, que concentra as discussões mais relevantes no âmbito cultural, político e econômico dos povos originários, debatendo também assuntos fundamentais como agronegócio, mineração e meio ambiente.

A partir disso, pretende-se observar como as práticas jornalísticas abordam a mobilização dos povos originários na luta pelo território no Brasil, considerando, igualmente, os aspectos da percepção manifesta tanto dos produtores de informação jornalística quanto dos sujeitos que são “objeto” da visada jornalística. Para isso, o estudo detém-se no exame dos textos jornalísticos, compreendendo que eles são produzidos de múltiplas maneiras.

Apresentamos, portanto, algumas considerações acerca da noção de enquadramento, procedimento metodológico recorrente na análise de materiais jornalísticos. (Soares, 2009;

D'angelo e Shaw, 2018). Segundo Soares (2009), a análise de enquadramento permite evidenciar vieses implícitos na produção jornalística. O autor enfatiza que os elementos centrais do enquadramento são a seleção e a ênfase, destacando, contudo, três níveis da análise: seleção, ênfase e exclusão. O enquadramento no jornalismo pode ser relacionado a um padrão de cobertura que estrutura e organiza o significado dos noticiários. O conceito abrange tanto um “esquema” mobilizado por jornalistas para compreender, interpretar e expressar aquilo que se considera os fatos em diferentes formatos textuais (visuais, verbais, sonoros etc.), quanto, de forma relacional, os quadros de sentido ativados pela audiência ao ser interpelada por essas mensagens: “um frame revela uma estrutura interpretativa que atravessa todo o processo comunicativo, orientando a produção de formas simbólicas e sua leitura” (Mendonça e Simões, 2012, p.16). Na formulação clássica de Entman, “enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes num texto comunicativo, de modo a promover uma definição de problema particular, uma interpretação causal, avaliação moral e ou recomendação de tratamento” (Entman, 1993, p.52).

Em sua revisão de literatura sobre a análise de enquadramento, Sarmento (2019) pontua aspectos relevantes para a adequada compreensão desse conceito. A primeira ideia que a autora apresenta é a de que a análise de enquadramento é um conceito “guarda-chuva” que abriga entendimentos distintos e por vezes divergentes. Contudo, a autora assegura de antemão que a premissa central do enquadramento reside na investigação da maneira como os meios de comunicação propõem perspectivas específicas de interpretação para determinados acontecimentos.

Na revisão crítica dessa literatura, entendemos que esses estudos tentam responder a, pelo menos, três questões principais, nem sempre juntas; que vão desde uma tentativa de pensar a ontologia do quadro até sua operacionalização. São elas: a) o que são quadros e enquadramentos, b) onde estão, quem detém e para que os quadros são utilizados; c) como os quadros são encontrados (Sarmento, 2019, p.100).

Sarmento (2019) amplia a discussão conceitual ao apresentar as diferentes compreensões de autores da área. Segundo ela, há pouca divergência sobre a natureza desses quadros, e a maioria dos estudos aponta que são molduras de interpretação que selecionam certos aspectos da realidade, salientando-os e organizando a interpretação a seu respeito. Trata-se da forma de perceber determinados acontecimentos, estabelecendo limites que possibilitam a construção de inteligibilidade sobre o acontecimento, tornando-o compreensível na interlocução jornalística. Uma das principais contribuições da autora é a identificação de percursos por meio dos quais a análise de enquadramento se desenvolve, em consonância com

os pressupostos goffmanianos, entendendo que os quadros de sentido, com destaque para os midiáticos, interagem entre si.

Portanto, os quadros funcionam como princípios de organização, tradução e compreensão dos acontecimentos sociais, visando construir inteligibilidade sobre a informação tanto para quem a produz quanto para quem a recebe. “(...) não há relação social ou comunicação sem a construção de pacotes interpretativos: são eles que guiam as nossas ações mais ordinárias aos contextos mais específicos de interação” (Sarmiento, 2019, p. 104). Os quadros também não possuem apenas fins estratégicos e “atuam” igualmente em conformidade com o contexto sócio histórico. Por exemplo, ao se construir uma “moldura” sobre determinada minoria com o intuito de mudar sua representação social, esse uso estratégico não ocorre em uma “folha em branco”, mas se constrói sempre em relação aos valores e situações que, simultaneamente, modificam esses quadros e são por eles modificados.

Segundo Sarmiento (2019), os quadros não são propriedades dos sujeitos, sejam eles individuais, coletivos ou institucionais, não estão fixos em lugares determinados e manifestam-se invariavelmente a partir das interações sociais contextualmente situadas. A análise de enquadramento visa identificar os quadros midiáticos, auxiliando na compreensão de como os meios de comunicação constroem, ao longo do tempo, molduras interpretativas sobre temas específicos, aos quais eles dão ênfase, selecionam ou excluem.

Por essa razão, ao noticiar determinado acontecimento, no âmbito dos procedimentos de sua prática profissional, o jornalista seleciona o que considera mais relevante, o que merece destaque, e as fontes a serem ouvidas. Dessa forma, constrói um texto que reporta a realidade, mas uma realidade potencialmente influenciada pelos padrões editoriais do veículo e pela visão de mundo do repórter, de acordo com o contexto onde está inserido. O resultado da ação do jornalista se combina com uma série de outras operações editoriais (linha editorial, processos de edição) e com a relação estabelecida com a audiência, fazendo com que o enquadramento demande a ação de sujeitos e agentes, não seja algo produzido meramente em uma instância individual.

Compreende-se que os enquadramentos não são estáticos; eles se desenvolvem ao longo do tempo, influenciados por mudanças nas estruturas políticas, pela compreensão dos jornalistas e dos órgãos de imprensa, e pela redefinição das estruturas das elites, podendo absorver ou mudar o discurso (Soares, 2009).

Assim, alguns assuntos e seus enquadramentos podem mudar do campo incontestado para o campo contestado do discurso jornalístico, por meio dos esforços desafiadores propostos por diferentes agentes, entre os quais se encontram os movimentos sociais.

Em razão desses desafios e porque o consenso da elite às vezes entra em crise, as notícias podem conter inconsistências, o que sublinha a necessidade de abandonar definições mecânicas de hegemonia, já que contradições e enquadramentos opostos, às vezes, aparecem nos textos. Os movimentos sociais estão entre os mais importantes desafiantes dos valores hegemônicos e sua habilidade de fazê-lo depende da sua eficácia em influenciar o discurso dos meios (Soares, 2009, p.7).

Parte-se, portanto, do pressuposto de que o enquadramento é o que define a compreensão de um acontecimento jornalístico no momento de sua seleção jornalística, organizando a cognição do mundo por meio de esquemas de interpretação. Deste modo, são princípios interpretativos, e não meros ângulos ou perspectivas de abordagem. As dimensões dos quadros (*framings*) possibilitam identificar as regras e as instruções que orientam uma determinada situação e o envolvimento dos atores nela, funcionando muitas vezes como uma espécie de contexto. Compreende-se também que esses enquadramentos se situam no interior dos sistemas de mídia, abrangendo as relações entre os jornalistas e o ambiente de trabalho/das redações, bem como as interações com os receptores das mensagens midiáticas e entre os atores, grupos e organizações de diferentes campos sociais. Integram uma cultura pública - uma espécie de cultura comum ou mesmo senso comum - aqueles entendimentos compartilhados de forma mais ou menos ampla pela sociedade ou por uma comunidade específica.

Entende-se, ainda, que os enquadramentos operam no jornalismo ao fornecerem um quadro de sentido ou um contexto para o relato apresentado em uma notícia. Atuam como ponto de comparação para explicar os eventos narrados, situando o que ocorre e aparece como significados cristalizados para compreensão de novos eventos. Como aspectos decisivos, os enquadramentos moldam interpretações ou juízos que configuram acontecimentos, auxiliando na conformação de uma visão que pode ser incorporada como uma espécie de verdade.

5.2 Os meios jornalísticos

Nesta pesquisa, os meios jornalísticos analisados são: Folha de S.Paulo; Agência Pública e Amazônia Real. A seleção dessas mídias informativas considerou a diversidade da paisagem jornalística, bem como os princípios de atuação postulados por tais meios. No caso da Folha de S. Paulo, trata-se de um dos principais jornais brasileiros da grande mídia corporativa em termos de circulação nacional. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) de junho de 2024, o periódico somava 857.930 assinaturas pagas e 797 mil exemplares de tiragem média diária, ocupando a primeira colocação no país. Além disso,

o jornal também desperta especial interesse dos pesquisadores por ter sido fonte fundamental de notícias em períodos da história política recente do Brasil e por se apresentar como interlocutor privilegiado de elites políticas e econômicas (Barbosa, 2021).

A Agência Pública é considerada a primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil, destacando-se pela distribuição de seus conteúdos para grandes portais - como UOL, Folha de S.Paulo, Metrópole, entre outros -, e pela republicação de suas matérias em sites de 18 países. A Amazônia Real, por sua vez, também se apresenta como agência de jornalismo investigativo, ressaltando o seu caráter independente e sua origem no Norte do Brasil, com o lema de conferir visibilidade às populações e problemáticas da Amazônia. Com uma editoria intitulada “Povos Indígenas”, a Amazônia Real também reverbera seus conteúdos para jornais nacionais e internacionais.

O *corpus* da pesquisa é composto por notícias, reportagens, entrevistas e artigos de opinião que interceptam, de alguma forma, a questão do marco temporal em 2021 e 2022, com foco no mês de abril. Consideraram-se também materiais de março (mês anterior ao ATL) e de maio (mês posterior ao ATL), a fim de investigar se houve repercussão do evento. O recorte temporal do material de pesquisa justifica-se por corresponder a períodos de intensa mobilização dos povos indígenas, com a realização de inúmeras atividades e manifestações.

O foco nos materiais publicados nesse período decorre da compreensão de que eles funcionam - devido à realização dos “acampamentos” e à importância que estes adquirem na cena pública em termos de conflito e debate propostos pelos povos originários - como “momentos de crise” ou “pontos críticos”, no sentido atribuído por Fairclough (2001). Como assinala o autor, “mudanças sociais não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem” (Fairclough, 2001, p. 25). Esses pontos críticos indicam processos de mudança significativa ou tensão em um discurso ou prática social, podendo revelar as estruturas de poder subjacentes e as ideologias em disputa. Isso proporciona a possibilidade de investigar o mundo social por meio, no contexto desta reflexão, dos relatos jornalísticos.

Para a identificação dos textos jornalísticos, utilizou-se o evento “Acampamento Terra Livre” como um dos “indexadores” para mapeamento do “conteúdo”. Adicionalmente, buscou-se a ocorrência dos termos “indígena”, “índio”, “povos originários”, “acampamento”. A coleta de dados foi realizada mediante a extração manual de todas as matérias publicadas nos três meios selecionados. O ATL de 2021 ocorreu entre 5 e 30 de abril (em formato online, devido ao isolamento imposto pela pandemia do coronavírus). Em 2022, o Acampamento

Terra Livre foi realizado de 4 a 14 de Abril de 2022. O levantamento resultou no seguinte quantitativo de matérias por meio jornalístico⁸:

Folha de S.Paulo:

- 2021 (coleta de 3 de abril a 1º de maio): 52 materiais.
- 2022 (coleta de 27 de março a 1º de maio): 43 materiais.

Agência Pública:

- 2021 (coleta de 25 de março a 26 de abril): 3 matérias.
- 2022 (coleta de 10 de março a 26 de abril): 5 matérias.

Amazônia Real:

- 2021 (coleta de 30 de março a 7 de maio): 8 textos.
- 2022 (coleta de 3 de março a 21 de abril): 10 textos.

5.3 Os jornalistas entrevistados

O exame da percepção dos jornalistas sobre seu desempenho na produção de notícias e reportagens orienta-se, em certa medida, pela identificação de uma lacuna entre o papel jornalístico que atribuem a si e o que efetivamente se materializa na produção. Há um conjunto de orientações, um *script* que norteia a condução do trabalho e a produção textual. A partir de entrevistas em profundidade com jornalistas que cobriram os eventos relacionados às manifestações contra o “Marco temporal” nos meios selecionados, buscou-se entender como esses profissionais formulam sua compreensão acerca da questão indígena e refletem sobre as maneiras de transformá-la em relato jornalístico.

O critério de seleção priorizou conversar com profissionais que trabalhassem com a questão indígena, e/ou com meio ambiente (editoria frequentemente utilizada por mídias *mainstream* para noticiar sobre os povos originários) e com temas concernentes à temática. Para esse fim, foram realizadas entrevistas em profundidade com, pelo menos, um/a jornalista de cada um dos meios escolhidos que produziu matérias que atendessem aos critérios elencados mencionados nos meses de março, abril e maio dos anos analisados. Nesse sentido, a entrevista procurou fazer com que os/as jornalistas refletissem sobre os papéis que desempenham na cobertura do assunto, quais as orientações utilizam para lidar com a temática e os questionamentos que apresentam para compreender e traduzir o assunto. Objetivou-se

⁸ Link para acesso dos materiais analisados: [Materiais para análise](#)

obter um depoimento que revelasse como os profissionais lidam com suas convicções, dificuldades e entendimentos ao abordarem a questão indígena. A narrativa dos/das jornalistas foi utilizada como mais um elemento para a compreensão da prática jornalística, que parcialmente se efetiva nos textos da cobertura.

As entrevistas basearam-se em um roteiro semi-estruturado⁹ e buscaram levantar elementos para a compreensão das dimensões ético-morais, atitudes e percepções das/dos profissionais no processo de configuração do relato desses acontecimentos. A nosso ver, as entrevistas com os profissionais favorecem a compreensão daquilo que foi privilegiado ou do modo como eles/elas compreendem as questões que orientam a produção dos diferentes relatos jornalísticos.

As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas com auxílio da ferramenta TurboScribe (versão gratuita) para identificação das partes mais relevantes. Posteriormente, foram selecionados os trechos que contribuem para o entendimento da inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena. A análise concentrou-se no reconhecimento de temas e padrões, procurando identificar pressupostos e perspectivas acionadas pelos profissionais considerando-se as questões da pesquisa e elementos extraídos da fundamentação teórica. Todas as entrevistas foram realizadas com a concordância das/dos profissionais manifesta em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE¹⁰).

Foram entrevistados cinco jornalistas: dois da Folha de S.Paulo; dois da Amazônia Real e um da Agência Pública. A principal dificuldade encontrada foi localizar profissionais que trabalhassem com essa temática e estivessem dispostos a participar da pesquisa. Tentou-se contato com outro jornalista indicado pela Agência Pública, mas, infelizmente, não houve retorno.

5.4 O ATL como definidor de parâmetros: uma pesquisa de campo

O ATL, que levou à criação da APIB, é considerado o maior encontro indígena das Américas e tem como objetivo principal reivindicar os direitos desses povos, fortalecer a luta pela demarcação de terras e promover a valorização das culturas indígenas. O ATL é um espaço de mobilização política e articulação entre as diferentes etnias indígenas, em que são discutidas estratégias de resistência e fortalecimento das comunidades. Seu papel também inclui o

⁹ O roteiro da entrevista aplicada aos jornalistas está disponibilizado nos anexos da pesquisa.

¹⁰ O modelo do TCLE que foi assinado pelos jornalistas está nos anexos da pesquisa.

fortalecimento das redes de solidariedade entre os povos indígenas e outras organizações da sociedade civil.

O evento recebe a presença de diversas organizações não-governamentais, movimentos sociais e artistas que apoiam a luta dos povos indígenas e contribuem para a divulgação das suas demandas e reivindicações. Durante o evento, são realizadas assembleias, debates, manifestações culturais e atos públicos, que buscam chamar a atenção da sociedade e das autoridades para a situação dos povos indígenas no Brasil. Assim, além da produção de visibilidade, os acampamentos servem como espaços de construção de novas formas de organização social, onde as pessoas podem compartilhar suas experiências, trocar ideias e construir alianças.

Nesse sentido, os fluxos ativistas indígenas (Faria e Gomes, 2021; 2025) articulados em torno das práticas comunicacionais poderiam ser interpretados, numa aproximação ligeira, apenas como apropriação e uso pelos povos originários de práticas e de estratégias comunicacionais já socialmente disseminadas, de forma análoga ao próprio acampamento. “O ATL, efetivamente, vai ao encontro de uma maneira organizativa própria dos brancos. É uma instância criada, de certa forma, para os brancos e em razão deles. Esses instrumentos, contudo, também são armas dos brancos que os indígenas domesticam a seu favor” (Brunoro e Tannus, 2020, p.140).

A percepção de semelhança nas práticas comunicacionais deve, então, se fazer acompanhar da devida consideração aos modos e elementos ameríndios que igualmente configuram tais processos. Existe uma espécie de *forma acampamento da comunicação*, relacionada a aspectos da cosmologia dos indígenas brasileiros - diversa e variável segundo cada grupo étnico -, que se articula a partir de diferentes instâncias, tais como as relações de interdependência entre seres (humanos e não humanos), o reconhecimento da multiplicidade de mundos, a centralidade da dimensão da ancestralidade e a conexão com ciclos e ritmos da natureza. Essa “*forma acampamento da comunicação*” refere-se, assim, a um conjunto de práticas comunicacionais preexistentes e disseminadas pelas distintas comunidades indígenas, que se incorpora à realização do ATL, concebido não apenas como evento, mas como um acampamento comunicacional.

O Acampamento Terra Livre (ATL) de 2024 aconteceu entre os dias 22 e 26 de abril em Brasília, no Eixo Cultural Ibero-Americano. A 20ª edição do acampamento teve como tema “Nosso Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui” e reuniu cerca de oito mil pessoas. A decisão de realizar uma pesquisa de campo no ATL fundamentou-se em dois motivos principais: primeiramente, por ser este o maior evento de manifestação dos povos indígenas do

Brasil; em segundo lugar, porque parte dos materiais jornalísticos analisados se refere a períodos de realização do ATL, momentos que, teoricamente, apresentam grande efervescência noticiosa, dado o reconhecimento do eventos como o maior do gênero no país.

Para converter o trabalho de campo no evento em dados para esta pesquisa, algumas questões foram previamente definidas de maneira a direcionar nossa aproximação. Partimos do pressuposto de que o jornalismo possibilita que se conheça alguma coisa - seja o repórter em processo de apuração ou o público consumindo algo noticiado. Esse conhecimento ou saber é construído sobre ou propondo uma esfera de referência comum. Consequentemente, algumas perguntas norteadoras foram elencadas: 1. Qual é esse comum que se forma para o jornalismo durante o ATL? 2. Como e onde o jornalismo aparece no ATL? (locais de presença; postura dos profissionais; preparação dos indígenas para a interação com a imprensa - como materiais disponíveis, distribuição de documentos, pessoas escaladas para falar etc.) 3. De que maneira o ATL se constrói jornalisticamente (por exemplo, através da leitura de notícias no local, compartilhamento em redes sociais)? 4. O ATL faz menção à grande mídia? Como pesquisadora e jornalista, também me cadastrei como imprensa buscando observar a atuação dos profissionais. Questionei: Por onde se movimentavam? Quem procuravam? Como se apresentavam? Busquei identificar se, “de dentro do acampamento”, emergiram variações no que se entende por mídia tradicional, independente e alternativa.

O diário de campo foi concebido como instrumento para que eu pudesse apreender o modo como, durante o ATL, o acampamento se revelava jornalisticamente em sua própria existência - tanto para os profissionais quanto para os próprios indígenas. Uma pergunta norteadora: Como um ATL se transforma em uma realidade jornalística? Busquei também perceber elementos que me permitissem ver “de dentro” como a questão do marco temporal se manifestava, utilizando-a como uma espécie de “indexador” para posterior análise do noticiário e da questão indígena na pesquisa, refletindo sobre quais elementos dessa vivência no ATL poderiam permear todo o texto da pesquisa. A reflexão central é, sobretudo, que a partir dessa pesquisa de campo, “falarei do ATL” também a partir da perspectiva de quem esteve presente ali. É importante ressaltar que não se pretendeu realizar uma etnografia, no seu sentido mais tradicional e convocado pelo campo da pesquisa antropológica, mas sim empregar procedimentos de investigação que reconhecessem e articulassem na prática de pesquisa elementos variados - textos, atores, materialidades, linguagem - que acabam por se conformar nos relatos jornalísticos.

Para tanto, elaborei uma espécie de caderno de campo de forma mais livre, registrando o que foi possível e da maneira que se mostrou mais funcional naquele momento, atentando

para as contingências, protocolos pouco sistemáticos, estranhamentos e pequenas surpresas. Priorizei a observação dessas questões sem procedimentos padronizados, considerando minha presença no local e buscando perceber o que me afetava e como isso ocorria.

Na tentativa de responder a questão norteadora “como um ATL se transforma em uma realidade jornalística?”, algumas considerações podem ser levantadas: primeiramente, observa-se que os indígenas se preparam de diversas maneiras para que o ATL ganhe visibilidade noticiosa, o que inclui a elaboração de materiais para distribuição, cartilhas, manuais de boas práticas, a designação e preparação de porta-vozes, a organização de coletivas de imprensa e, sobretudo, uma comunicação estrategicamente articulada. Em segundo lugar, constata-se uma intensa cobertura do ATL por meio das mais variadas redes sociais, desde os canais oficiais da APIB e das associações que compõem a articulação, até de perfis “*influencers*” indígenas e personalidades que representam os povos originários em espaços de poder. De modo geral, a imprensa presente no evento buscava prioritariamente sempre fontes que eram os porta-vozes “oficiais”, que foram elencados pela assessoria de comunicação da entidade. Indígenas com adornos exuberantes também eram frequentemente solicitados para as fotografias.

Havia um espaço reservado aos jornalistas, onde a maioria permanecia, esperando algo acontecer ou reportando o que estava ocorrendo. Não se observou uma movimentação significativa da imprensa para além do espaço da plenária principal, local onde, teoricamente, ocorriam as discussões mais importantes. Nos espaços de discussão secundários, para além da cobertura feita pela organização do próprio evento ou das associações, era raro ver outro trabalho jornalístico. Portanto, com base nessas observações iniciais, pensar jornalisticamente a construção do ATL revela-se uma questão complexa e com muitas facetas.

5.4.1 Diário de campo

O acampamento configura-se como um evento gigantesco, com múltiplas atividades acontecendo simultaneamente, inúmeras delegações acampadas e barracas comercializando produtos indígenas. Em 2024, a estrutura apresentou modificações: além da plenária principal, onde os assuntos que abrangiam todos os povos eram abordados, diversas outras ocorriam ao mesmo tempo. Cada uma possuía programação prévia, as discussões centrais concentradas na plenária principal, enquanto problemáticas mais específicas de cada localidade eram discutidas em seus respectivos espaços. Diariamente, havia uma intensa programação, com alguns atos externos (como as marchas) e também programação cultural à noite.

O evento iniciou-se oficialmente dia 22 de abril, embora as delegações tenham começado a chegar dia 21 (domingo). Cada dia possuía uma temática diferente. Nos dias 22 e 23 de abril, não estive presente de forma presencial, apenas acompanhei o evento por meio das redes sociais e dos canais de comunicação da própria APIB. Os temas desses dias foram, respectivamente: “Resistência Indígena” e “Direitos Indígenas não se negociam”. A partir de quarta-feira, dia 24 de abril, passei a acompanhar o evento presencialmente (manhã, tarde e noite). Os parágrafos subsequentes consistem em relatos da pesquisa de campo, contudo, cabe um adendo sobre as noites culturais do ATL, que foram recheadas de atrações indígenas das mais diversas áreas (poetas, cantores, dançarinos, rappers, etc.) A diversidade mostrou-se notável, constituindo uma oportunidade para a sociedade não-indígena também conhecer esses artistas.



Imagem 28: Fachada da plenária principal - Abril/2024



Imagem 29: Alojamento da Delegação Sul e artesanatos para venda - Abril/2024

24 de abril de 2024 - Tema do dia: Políticas pelo Bem Viver Indígena

O dia foi marcado por discussões sobre saúde, educação e meio ambiente na tenda principal. Na plenária dedicada à saúde e bem viver, a principal discussão feita foi sobre a saúde mental das populações indígenas em geral. Foram apresentados dados mostrando as populações que mais fazem uso de medicamentos psicotrópicos e as áreas onde há maior incidência de suicídio (especialmente entre jovens de 14 a 24 anos). Apontou-se também que os maiores índices de suicídio, ingestão de psicotrópicos e bebidas alcoólicas ocorrem onde há maior incidência de disputa por territórios. É o que eles chamam de “guerra” por território. A violência contra mulheres nos territórios também foi um tema de destaque. Além disso, discutiu-se a saúde dos povos indígenas LGBTQIAPN+, com relatos sobre falta de assistência, doenças e exclusão dentro e fora de suas comunidades. Durante os debates, ocorreram alguns desentendimentos entre indígenas e os representantes governamentais dos órgãos responsáveis pela saúde indígena. Observa-se uma certa disputa entre os povos quanto à forma de condução das políticas de saúde. Os indígenas reivindicaram ações efetivas nas agenda de clima e meio ambiente.



Imagem 30: Tenda APOINME - Dança após deliberações - Abril/2024

25 de abril de 2024 - Tema do dia: Sempre estivemos aqui

A quinta-feira mostrou-se o dia mais intenso de todos. A expectativa de todos os presentes no ATL - indígenas, participantes, pesquisadores e imprensa - era para a marcha “Nossa Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui”, realizada à tarde. O ato levou às ruas de Brasília aproximadamente 9 mil pessoas, sendo 8 mil indígenas acompanhados por integrantes de outros movimentos sociais. Durante a manhã, diversas plenárias foram realizadas, tendo a questão do território como tema central. Na apresentação do “Diagnóstico Territorial das Terras Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME” um estudo iniciado em 2022, realizado em parceria com a Fundação Ford por uma equipe de quatro pesquisadores (dois indígenas e dois não indígenas) – os responsáveis explicaram que o objetivo transcende o diagnóstico da realidade fundiária dos territórios da APOINME e a abordagem da questão da terra, incluindo também a investigação da violência sofrida pelos indígenas. A pesquisa encontra-se em estágio avançado e alguns resultados foram apresentados. A plenária sobre o cenário atual dos Territórios Indígenas e a retirada de direitos na Amazônia, por sua vez, abordou de forma incisiva a questão da mineração e como ela afeta os povos. Participaram dessa discussão específica representantes dos Mundurukus, Yanomamis, Kayapós e o Conselho Indígena Mura (CIM).

A crítica principal direcionou-se à empresa de mineração Potássio do Brasil, com a comunidade indígena produzindo uma crítica bastante incisiva que relacionava o assunto à questão do sistema capitalista. Outro problema destacado nas falas da plenária foi a alegação de que a empresa estaria “corrompendo” alguns indígenas do povo Mura, facilitando sua presença nas terras por meio da contratação de uma minoria de indígenas. Um pedido de ajuda ao poder público foi feito para que essa situação fosse solucionada. Ressaltou-se que nem todo povo Mura concorda com a mineração, apenas algumas lideranças. Na assembleia os povos denunciaram a utilização de drones por parte da empresa, como uma forma de vigilância, ameaça e coação. Chamou atenção também a crítica ao potássio produzido pela empresa, insumo para fertilizantes utilizados pelo agronegócio, apontado como um dos maiores responsáveis por mortes e violência contra os povos indígenas. A situação da língua Mura, em processo de desaparecimento, também foi tema da mesa, com um chamado à ação, além do consenso sobre a necessidade de lutar contra o garimpo e a mineração em terras indígenas.

Paralelamente às atividades da plenária principal, participei também da plenária feita pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que manteve uma tenda no acampamento e teve atividades durante todos os dias.



Imagem 31: Tenda da ANMIGA minutos antes da assembleia - Abril/2024

Na plenária da ANMIGA, no dia 25 de abril de 2024, a discussão central girou em torno da luta das mulheres indígenas por espaço de fala. Diversas participantes afirmaram que sua presença no ATL não se restringe a danças apresentações quando solicitadas; elas vêm também para se expressar, participar das decisões e reivindicam espaço para isso. Exigem o direito de

tomar decisões conjuntamente com os homens indígenas. “Queremos estar em espaços de decisão e não apenas de dança”. A violência doméstica foi outro tema abordado, com relatos de mulheres que sofrem violência por parte de seus companheiros, questão ainda considerada tabu dentro dos territórios. Frequentemente, as circunstâncias de violência são muitas vezes exacerbadas pelo consumo de bebida alcoólica e a facilidade com a qual esses produtos chegam em suas terras, em geral por intermédio de garimpeiros. A associação entre violência e luta por território foi novamente acionada pelas originárias. Um aspecto interessante nesta plenária foi perceber a existência de algumas discordâncias entre elas, principalmente quanto à questão de como gerir certas atitudes, mas sempre com respeito à tradição da indígena mais velha, a anciã, ser a primeira a falar e todas devem respeitar. Havia um consenso entre jovens e anciãs sobre a necessidade de erradicar a violência contra as mulheres e de garantir sua inserção nos espaços coletivos de decisão e de fala. Em alguns momentos, foram mencionados alguns casos de violência que levaram mulheres indígenas à morte, todos eles envolveram garimpeiros ou jagunços armados, incluindo a ocorrência de estupro ou abuso sexual. Relatou-se que esses homens ofereciam bebidas para as jovens, aliciando-as ou/e estuprando-as. Outro ponto de consenso entre as originárias foi a urgência de eliminar todas as formas de violência dentro ou fora dos territórios.



Imagem 32: Assembleia ANMIGA - Abril/2024

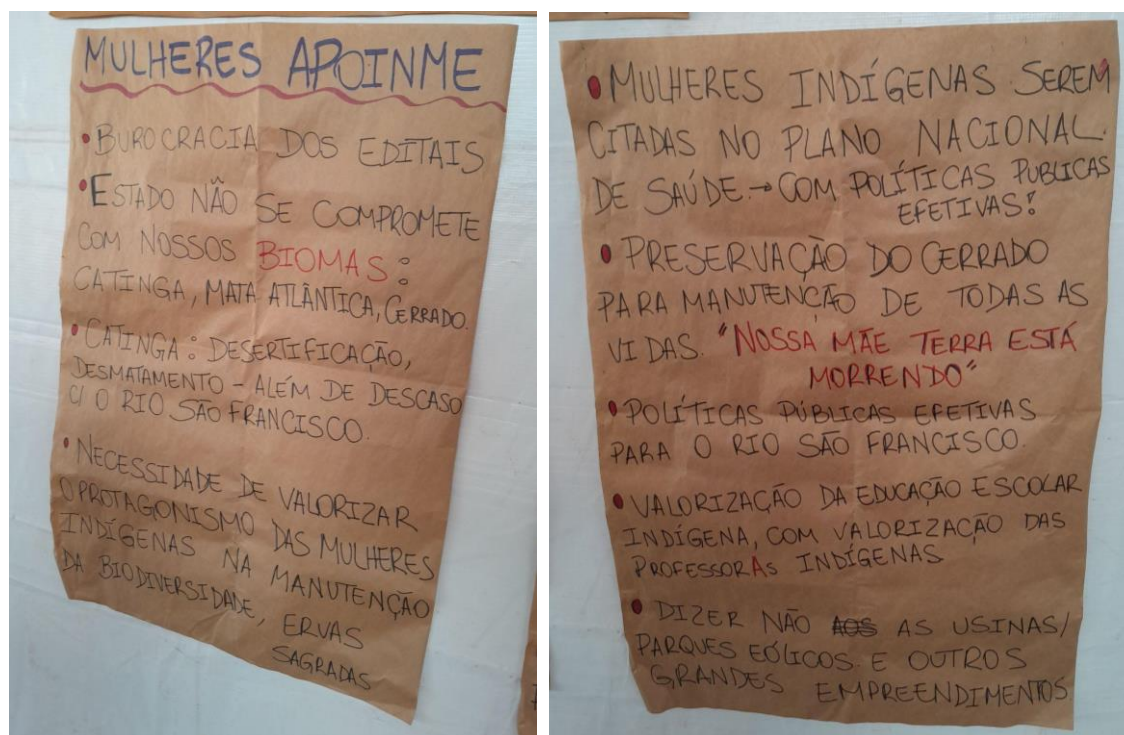


Imagem 33 e 34: Cartazes com reivindicações das mulheres - APOINME - Abril/2024

A Marcha: Nosso Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui - com início previsto para às 15h, partiu do complexo Ibero-Americano em direção ao Palácio do Planalto, reunindo todos os povos que estavam acampados e diversos movimentos sociais. Um esquema de segurança bastante amplo foi montado envolvendo tanto a organização indígena quanto a polícia do Distrito Federal. Um dos acordos de segurança estabelecido previa que os originários não usassem “armas tradicionais” ao longo do percurso. Estavam presentes na marcha jornalistas de diversos meios de comunicação (TV Câmara; EBC; G1; UNB TV; Folha de S.Paulo) e várias mídias de iniciativas internacionais. Havia vários carros de som ao longo do ato, mas um carro principal com alto-falante permitia um rodízio de representantes indígenas em seus pronunciamentos. Nada muito programado, mas todos os povos tiveram oportunidade de se manifestar. Majoritariamente, as intervenções pediam celeridade no processo de demarcação de terras e se opunham ao PL 490 do Marco Temporal. Ao passar em frente ao Ministério dos Povos Indígenas, houve um reconhecimento da importância da criação da pasta para a causa, mas também se cobrou do governo federal que a mera existência do ministério não é suficiente: é preciso avançar, principalmente no que diz respeito à demarcação de terras.

O presidente Lula também foi bastante mencionado ao longo da manifestação, cobrado para tomar ações mais concretas. Embora se reconhecesse a afinidade de seu governo com as pautas indígenas, em contraste com o “governo genocida anterior”, demandava-se maior

firmeza em suas decisões. Nos dois anos anteriores, Lula foi convidado para participar do ATL, ocasiões em que fez discursos pré-campanha e um mea culpa ante a construção de Belo Monte. Em 2024 foi diferente, os indígenas não convidaram o presidente para participar, ele apenas recebeu algumas lideranças que lhe entregaram uma carta manifesto ao fim da marcha.

Alguns veículos de comunicação têm dito que o ATL excluiu a presença de Lula na mobilização, mas na verdade quem está sendo excluído são os povos que não têm tido suas Terras demarcadas. Na iminência da Amazônia brasileira sediar a COP 30, temos pouco a comemorar enquanto nossos direitos territoriais e nossos saberes ancestrais não forem compreendidos como a principal solução para a emergência climática¹¹ (Apib, 2024).

Em um documento elaborado no primeiro dia de ATL e endereçado aos três poderes, os indígenas argumentam que, ao longo dos vinte anos de existência do acampamento, não há muito que se comemorar, destacando a contínua luta e resistência em um momento considerado crucial para os povos indígenas do Brasil. Os povos indígenas sustentam ainda que, apesar da mudança de governo, as ameaças aos territórios, culturas e direitos persistem, e enfatizaram que, no ano mais quente da história, a emergência indígena permanece evidente. Questionam Lula sobre a justificativa de que os governadores precisam de tempo para a negociação das terras, afirmando que eles não têm mais tempo para esperar. “O tempo que queremos é o tempo de ação imediata, onde cada segundo conta para honrarmos nossa ancestralidade e para proteger o futuro de nossas gerações e da humanidade” (Apib, 2024).

Observou-se uma situação bastante curiosa: durante a marcha, o aparato policial do Distrito Federal foi todo mobilizado, transmitindo a impressão de que Brasília estivesse sitiada por alguma força hostil. Todas as unidades de patrulhamento foram escaladas para fazer “a segurança” dos participantes do ato e também dos moradores, dos transeuntes e dos trabalhadores do Planalto. Enquanto os indígenas foram instruídos a não portar suas armas tradicionais ao longo da marcha, a tropa de choque de Brasília estava bem armada. De forma inusitada, diversas pessoas, inclusive eu, compartilham a mesma percepção e indagação: Onde estavam todos esses policiais no fatídico 8 de janeiro de 2023? Ao chegar à sede do governo, a marcha encerrou-se com diversas manifestações, incluindo atos, discursos e cantos indígenas. Foi a maior e a mais intensa manifestação da qual já participei.

26 de abril de 2024 - Tema do dia: Diga ao povo que avance!

¹¹ Documento completo disponível em: <https://apiboficial.org/2024/04/22/vinte-anos-de-acampamento-terra-livre-e-a-urgencia-da-acao/>

No último dia de ATL, algumas delegações, principalmente aquelas provenientes de regiões mais distantes iniciaram o seu retorno. Sem um roteiro predefinido, circulei pelas delegações, ouvi algumas reivindicações dos povos indígenas e participei da última coletiva de imprensa, bem como da plenária final. A coletiva de imprensa foi organizada pela Assessoria de Comunicação da Apib, contando com três pessoas responsáveis para responder às perguntas: o coordenador executivo da Apib, Kleber Karipuna; o coordenador executivo da Apib pela Apoinme, Dinaman Tuxá, e o coordenador jurídico da Apib, Maurício Terena. Vários meios jornalísticos marcaram presença, já que era a última coletiva de imprensa oficial e o último dia de acampamento. Estavam lá: Agência Pública (2 jornalistas); Folha de S.Paulo (1 jornalista); Sumaúma (1 jornalista); EBC (1 jornalista e um cinegrafista); Agência de notícias Associated Press (1 jornalista) e Agência Brasil (1 jornalista). Ao final do dia, a plenária final apresentou uma carta que consolidava todas as solicitações e demandas que foram formuladas ao longo dos dias de acampamento. O documento final foi intitulado “Terra, tempo e luta: Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil”¹².

Os representantes da Apib fizeram um balanço da 20ª edição do ATL e da marcha principal, afirmando que os indígenas cumpriram os acordos estipulados com a segurança do DF. Reafirmaram a cobrança ao presidente Lula referente à necessidade de demarcação de terras e anunciaram os próximos passos jurídicos a serem adotados pela entidade para que os acordos avancem. Anunciaram a entrega dos documentos ao presidente no dia anterior (dia da marcha) e atualizaram a situação do de trâmite do PL 490 no Supremo Tribunal Federal (STF), bem como suas repercussões nos demais poderes. Segundo o advogado e assessor jurídico da Apib, Maurício Terena, os direitos dos povos indígenas são direitos fundamentais e não admitem retrocesso, sendo a demarcação de terras cláusula pétrea. Contudo, existe nos bastidores dessa discussão uma disputa entre o STF e o Congresso. Embora o STF tenha julgado o projeto de lei inconstitucional, sinaliza agora uma postura de não divergência com o Congresso, como se existisse um limite implícito, estabelecido pelo Legislativo, à sua atuação. Essa aparente nova delimitação estabelecida por parte do Supremo surpreendeu a todos, principalmente os indígenas, que viam na ação do poder judiciário uma solução.

Representantes da Apib afirmaram que, em uma última reunião com a Corte, foi afirmado que o Judiciário não interferiria na condução da pauta no Congresso. Naquele momento, a estratégia dos indígenas consistia em buscar diálogo com o ministro Edson Fachin, segundo eles um dos

¹² Carta da plenária final - Terra, tempo e luta: Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil: <https://apiboficial.org/2024/04/26/terra-tempo-e-luta/>

mais sensíveis à causa. Ao declarar a inconstitucionalidade do Marco Temporal, o STF sinalizou que a aprovação da lei representaria um retrocesso. No entanto, segundo Maurício Terena, essa flexibilização por parte da Corte naquilo que já havia sido decidido gerou grande apreensão na Apib, impondo a busca por novas soluções e estratégias, uma vez que a segurança jurídica foi abalada, deixando os indígenas em um limbo. O coordenador executivo da Apib, Kleber Kariyuna, abordou a questão climática, associando-a diretamente à discussão do marco temporal. Kariyuna também avaliou positivamente o ATL, destacando a participação de 8 mil indígenas de mais de 200 povos e a expressiva participação internacional, com representantes indigenistas da América Latina, África, Indonésia, e a participação da jornalista Maria Ressa, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2021.

Questionados sobre as futuras estratégias relativas ao julgamento da tese do marco temporal, os representantes da Associação dos Povos Indígenas do Brasil afirmaram ter ciência de que se trata de um veredicto de natureza política. Declararam ser o momento de reorganizar e realinhar as estratégias, manifestando a intenção de dialogar com cada um dos ministros, em especial com Edson Fachin. Outra questão dirigida às lideranças indígenas referiu-se à sua avaliação dos acontecimentos da semana anterior, em associação com a realização do ATL. Eles enfatizaram o perfil de direita e ruralista do Congresso Nacional; a relutância dos poderes em entrar em conflito; a percepção de que o apoio do STF aos indígenas vai “até a página B”; e a declaração do ministro Gilmar Mendes de que o STF não teria declarado o marco temporal inconstitucional - enfatizaram que, segundo eles, contradiz o posicionamento anterior da Corte. Anunciaram, ainda, uma nova tentativa de diálogo com o ministro Luís Roberto Barroso, considerado mais sensível à causa, e a intenção de ampliar a presença indígena nas esferas de poder.

Foi interessante observar, na coletiva de imprensa, as perguntas formuladas pelos colegas jornalistas, depois do advogado atualizar informações sobre o andamento do julgamento e manifestar certa frustração com a condução do processo. A jornalista da Agência Pública indagou: “como os indígenas ficam depois dessa nova derrota?” E a pergunta feita pelo colega da Folha de S.Paulo: “o que disse o Gilmar Mendes? Como fica a política diante disso?” Embora a pergunta feita não defina o resultado final da notícia, pude constatar que o enfoque dado ao que nos foi relatado seria diferente, levando-me a refletir que tal variação é reflexo da política editorial de cada veículo ali presente.

A comunicação realizada pela Assessoria de Comunicação da Associação dos Povos Indígenas do Brasil é outro aspecto que merece destaque, que pude observar de perto estando presente no ATL. Minha pesquisa inicialmente previa investigar a comunicação indígena produzida pela associação, incluindo entrevistas com os responsáveis pela comunicação da APIB. Contudo,

devido a um impedimento por parte da própria organização - que alegou experiências negativas anteriores com pesquisas acadêmicas sobre eles -, essa participação foi vetada. No entanto, apresento nesta seção metodológica uma análise que fiz de algumas produções midiáticas da APIB, mesmo sem a possibilidade das entrevistas. A comunicação indígena busca construir outra comunicação possível, em uma tentativa de evidenciar que a construção da inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena deve, necessariamente, considerar a comunicação que os próprios indígenas estabelecem, e que se encontra em constante aprimoramento. Inscrevi-me como integrante da imprensa para facilitar o acesso mais direto e a circulação, e também para estar próxima da assessoria de comunicação. Dias antes do início do ATL, recebemos um manual de boas práticas¹³ com orientações sobre a conduta durante a cobertura. Os releases também foram disponibilizados e, ao final do evento, os jornalistas tiveram acesso à um conjunto de informações sistematizadas¹⁴, o que demonstra organização e senso de responsabilidade por parte dos comunicadores indígenas.

Esses três dias intensos de participação e pesquisa de campo na maior manifestação indígena do Brasil permitiram-me visualizar diversas questões, sendo a principal delas, a meu ver, a constatação de que a demarcação das terras indígenas é a pauta mais necessária e urgente para a sobrevivência desses povos e da humanidade. Praticamente todas as problemáticas enfrentadas pelos povos originários contemporaneamente perpassam a questão do território, o que reforçou a convicção de que a escolha desse tema como uma espécie de moldura para entender a questão, analisar os materiais jornalísticos e entrevistar os jornalistas foi uma decisão bastante acertada. As violências sofridas pelos povos indígenas - disputa por terras, suicídio, o aumento do consumo de álcool, violência doméstica contra as mulheres, abuso sexual, estupro, proliferação de doenças de diversas naturezas (de malária a doenças sexualmente transmissíveis), o etnocídio em curso dos Yanomamis - são expressões e reflexos da luta por território. A maior incidência desses problemas ocorre em áreas de intenso conflito territorial, fato relatado e constatado pelos próprios indígenas. Um trecho da carta final que resulta do ATL 2024, que merece destaque por corroborar as considerações aqui apresentadas, diz:

Também ressaltamos que, assim como fizeram nossos ancestrais, resistiremos até o fim, mesmo que isso signifique colocar em jogo nossas próprias vidas, para proteger o que é mais sagrado para nós: nossa Mãe Terra. Estamos comprometidos com o direito de viver com dignidade e liberdade, buscando o bem viver das gerações atuais e futuras dos nossos povos e da humanidade. O que nos preocupa não é a morte. Esta, nós conhecemos de perto. Morte e vida são parte dessa serpente do tempo que transita

¹³ Manual de Boas Práticas ATL 2024 - APIB:

https://apiboficial.org/files/2024/04/boas_pra%CC%81ticas_atl_2024.pdf

¹⁴ Documento de “Atendimento de imprensa do ATL 2024 - APIB”: <https://docs.google.com/document/d/1z-16vzfJ0JBNSMa1SQWl39MZcCvX0Qd0Lja2aFUhDKI/edit>

sobre a terra, dentro das águas e na copa das árvores mais altas. O que nos preocupa é a covardia de quem tenta dominar o tempo indomável e busca lucrar com as nossas mortes. Nesta declaração afirmamos: NÃO HÁ MAIS TEMPO PARA VOCÊS! (Carta Final da Apib, 2024).

Uma das ideias centrais desta pesquisa é buscar compreender a inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena, por meio da análise dos objetos selecionados, visando identificar como e onde a pauta dos povos originários aparece e quais são os “quadros” produzidos acerca do assunto. A decisão de examinar também aspectos da comunicação produzida pelos indígenas e de participar do ATL como uma pesquisa de campo visa construir uma espécie de “lente da realidade”. A intenção é examinar os enquadramentos não apenas a partir da análise textual e das entrevistas com jornalistas, mas também sob uma perspectiva informada por esse campo social e empírico, buscando definir quais são os enquadramentos centrais dos indígenas quando o assunto é o território. Como eles próprios enquadram essa questão?

Não é objetivo deste estudo estabelecer qualquer tipo de comparação entre a comunicação dos meios analisados e aquela produzida pelas mídias indígenas, mas sim observar questões consideradas fundamentais por eles quando se discute território. Pode-se inferir que os principais quadros de sentido produzidos pelos povos originários acerca do território gravitam em torno de: sua sobrevivência e a da humanidade; o combate ao garimpo, à mineração e ao agronegócio; e direito ancestral às terras.

5.5 Bases para a metodologia: apontamentos

Conforme mencionado, esta pesquisa busca refletir sobre a construção da inteligibilidade jornalística acerca da questão indígena por meio de quatro instâncias de observação: a produção textual dos meios jornalísticos; o relato de jornalistas que cobrem a questão indígena; a comunicação produzida pelos povos originários; e uma pesquisa de campo no Acampamento Terra Livre (ATL) de 2024. Para explorar esses quatro eixos, a análise de enquadramento é utilizada como um conceito transversal que intercepta e orienta nosso olhar sobre todos esses territórios investigados, possibilitando a reflexão sobre a forma metodológica.

Em consonância com os pressupostos teóricos de Fígaro (2014), entendemos que existem diversas controvérsias sobre a utilização de técnicas quantitativas em pesquisas com perfis qualitativos. Tais divergências consideram os contrastes epistemológicos entre

pesquisas com finalidade de generalizações estatísticas e o caráter descritivo e analítico das abordagens qualitativas. Contudo, autores como Flick (1998), Denzin e Lincoln (2006) convergem ao legitimar a coerência de pesquisas que recorrem a múltiplas técnicas, desde que haja coesão em relação aos objetivos propostos pela investigação. Nessa linha de discussão, destaca-se que pesquisas qualitativas podem recorrer a múltiplas estratégias de análise, como a análise semiótica, da narrativa, do conteúdo, do discurso, de enquadramento, de arquivos, a fenomenológica e, até mesmo, as estatísticas, tabelas, gráficos e números (Fígaro, 2014). É a essa combinação de abordagens metodológicas que se vai denominar de triangulação.

De acordo com Günther (2006), a triangulação visa utilizar diferentes abordagens metodológicas na análise do objeto empírico, a fim de precaver possíveis distorções que poderiam advir da aplicação de um único método ou teoria. Denzin e Lincoln (2006) corroboram essa perspectiva afirmando que o uso de vários métodos, ou triangulação, demonstra a tentativa de assegurar uma compreensão mais complexa do fenômeno investigado. Para esses autores, a triangulação constitui um método robusto para validação de uma pesquisa. “É a alternativa para se empreender múltiplas práticas metodológicas, perspectivas e observadores em uma mesma pesquisa, o que garante rigor, riqueza e complexidade ao trabalho” (Denzin e Lincoln, 2006, p. 19). Para Fígaro, a abordagem da triangulação serve aos objetivos da pesquisa e, nesse sentido, “contribui para que os resultados alcançados possam ser verificados a partir de variados aspectos” (2014, p. 128).

Partindo desses pressupostos, compreende-se que nenhum método isolado é capaz de apreender um fenômeno social em suas complexidades. Por essa razão, ao buscar compreender a inteligibilidade jornalística da questão indígena na contemporaneidade, optou-se por investigar essas múltiplas instâncias. Nesse processo, noções teóricas, metodologia, categorias de análise e empiria aparecem sempre em articulação no ato da pesquisa. Os textos (reportagens ou materiais analisados) nos dão a dimensão de como os mídias jornalísticas noticiam, enquadram e representam a questão. As entrevistas com os jornalistas fornecem subsídios para a compreensão da perspectiva dos profissionais acerca da questão indígena e de que modo essa perspectiva se reflete na transformação do tema em relato noticiável. Fígaro (2014) discute o preconceito em relação à funcionalidade da entrevista como método de pesquisa, mas ressalta que ela é um dos instrumentos mais utilizados em estudos de Comunicação. “A entrevista é um diálogo construído pelo pesquisador/entrevistador que, orientado pelos objetivos de sua pesquisa, elabora um roteiro de perguntas que possa levá-lo a obter os dados necessários para as indagações de seu projeto” (Fígaro, 2014, p.130).

Compreende-se também que o enquadramento jornalístico é produtor de sentido, e essa produção de sentido baseia-se em uma realidade concreta. Nesse contexto, a pesquisa de campo assume papel como definidora de parâmetros, uma vez que a participação no ATL possibilitou-me entender meandros mais profundos e contraditórios da principal pauta dos povos originários: a questão territorial. A análise da comunicação indígena revelou a existência e a elaboração de outros quadros interpretativos, bem como uma organização comunicacional que possibilita aos diversos agentes do do ecossistema midiático o acesso a outras fontes e/ou outros ângulos alternativos. Conforme demonstrado no capítulo três, a comunicação indígena apresenta crescente organização, o e isso a coloca em um cenário de disputa narrativa.

ANÁLISES

CAPÍTULO 6

ANÁLISE:

FOLHA DE S.PAULO

6. Análise: Folha de S.Paulo

6.1 Folha de S.Paulo e o ATL

Como mencionado anteriormente, o Acampamento Terra Livre (ATL) é um fórum de mobilização política e convergência entre distintas etnias indígenas, onde se deliberam estratégias de resistência e fortalecimento das comunidades. Ademais, desempenha a função de consolidar as redes de solidariedade entre os povos indígenas e outras entidades da sociedade civil. Trata-se de um encontro privilegiado em que se problematizam práticas discursivas que tratam da condição dos povos indígenas no Brasil. Os dias de produção jornalística durante a realização dos ATL ocorrem em momentos de tensão e contestação político-social, produtivos para examinarmos eventuais elementos de desarticulação e rearticulação das práticas discursivas do jornalismo.

A cobertura noticiosa, orientada pelo evento discursivo mais amplo da realização dos acampamentos, permite verificar a emergência ou não de novos significados na representação jornalística da questão indígena, se ocorre alguma mudança nos mecanismos da inteligibilidade jornalística e como ela se dá. Para tanto, tratamos de dois aspectos relacionados a partir do modo como Fairclough (2001) aborda a questão das mudanças discursivas. Por um lado, observamos a maneira como o relato jornalístico incorpora falas de agentes que se identificam com as causas indígenas - a chamada intertextualidade manifesta. Além disso, examinamos se e como os textos jornalísticos selecionados produzem a representação dos discursos indígenas – a interdiscursividade (Fairclough, 2001). Assim, procedemos à investigação de posicionamentos discursivos jornalísticos que emergiram no período da realização dos ATL de 2021 e 2022, valendo-nos inicialmente de uma aproximação ao material por meio de uma análise de conteúdo, na acepção utilizada por Leal, Antunes e Vaz (2012) e desdobrada e desenvolvida por Góes (2022).

Para identificação dos textos jornalísticos, utilizamos o evento “Acampamento Terra Livre” como um dos “indexadores” para mapear o “conteúdo”. Buscamos também a ocorrência dos termos “indígena”, “índio”, “povos originários”, “acampamento”. Realizamos a coleta de dados por meio da extração manual de todos os artigos publicados na Edição Folha de S. Paulo de forma online entre os dias três de abril e 1º de maio de 2021 (o ATL de 2021 foi realizado entre cinco e 30 de abril) e entre os dias 27 de março e 1º de maio de 2022 (o ATL 2022 foi realizado durante os dias quatro a 14 de abril). As datas de início e término da coleta, para além

dos marcos das duas edições do ATL, visam dar conta das edições de domingo do jornal antes e depois dos eventos, dias em geral dedicados a uma cobertura jornalística mais apurada de fatos ocorridos ou a ocorrer no período. No que se refere ao período do ATL 2021, coletamos 52 unidades textuais e em relação ao período de 2022 foram 43 relatos jornalísticos, assim distribuídos segundo as editorias identificadas pela publicação:

Tabela 1: Distribuição de textos da Edição Folha de S.Paulo com referência a questão indígena

Nome editoria	2021	2022
Ambiente	10%	19%
Ciência	2%	0%
Cotidiano	4%	23%
Economia	2%	5%
Ilustrada	6%	5%
Ilustríssima	2%	0%
Mercado	4%	0%
Mundo	40%	0%
Opinião	10%	12%
Painel	4%	0%
Poder	15%	5%
Saúde	2%	0%
Colunas e Blogs	0%	28%
Editorial	0%	2%
F5	0%	2%
Fonte: Elaborado pela autora		

Ainda que passando por mudanças significativas nas últimas décadas, o cenário jornalístico brasileiro permanece com o jornal Folha de S. Paulo assumindo certo protagonismo na chamada mídia *mainstream* e corporativa. Observar as operações jornalísticas do periódico, para nós, diz menos sobre a realização de um estudo específico acerca desse meio e mais sobre aspectos relevantes que são postos em circulação no ambiente informativo midiático e que irão de algum modo repercutir no ecossistema jornalístico. A Folha é um agente de referência nesse quadro, e aquilo que publica irá de algum modo reverberar no cenário das opiniões partilhadas em diferentes ambientes de discussão e plataformas de circulação de informações.

Realizado esse primeiro mapeamento do material coletado, procedemos a uma análise de enquadramento, a partir de abordagem conceitual que postula a ideia da existência de correlações entre a forma como as notícias são construídas e o modo como elas serão interpretadas. A principal contribuição deste tipo de estudo é perceber, a partir dos textos publicados, como a mídia informativa tem (ou não) alterado seu comportamento em relação a

certas coberturas, identificar onde ela mantém determinadas representações e tentar inferir a partir desse material publicado motivações para tais procedimentos.

Segundo Soares (2009), o enquadramento consegue pôr em evidência alguns vieses que estão implícitos na produção jornalística, especialmente nas operações de seleção, ênfase e exclusão. Assim, podemos relacionar o enquadramento no jornalismo não apenas a padrões de cobertura que estruturam e organizam o significado dos noticiários. Sua caracterização se dá por indícios manifestos nos conteúdos dos relatos e por uma condição meta-comunicativa da interlocução jornalística, expressa pela articulação e interdependência entre estruturas cognitivas, modelos culturais e esquemas discursivos (Antunes, 2009). O *frame* agencia formas de composição do relato de maneira a instituir um processo de referencialização da realidade e construir formas sociais para sua inteligibilidade. Pensados no âmbito das processualidades jornalísticas, os enquadramentos são construídos relacionalmente no modo como o jornalismo se inscreve na vida social.

Destaca-se que os enquadramentos não são estáticos, são dinâmicos e se desenvolvem ao longo dos anos, de acordo com a mudança das estruturas políticas, nas alterações do entendimento dos jornalistas e agentes que atuam na processualidade da produção informativa, nas reconfigurações das instituições jornalísticas e de acordo com a redefinição das estruturas das elites, podendo por vezes absorver e/ou mudar o discurso (Soares, 2009). Para a análise do enquadramento, buscamos perceber como a questão indígena é representada nas matérias publicadas. Para tanto, observamos de que maneira os itens propostos pelos povos originários e que organizam os acampamentos aparecem representados no noticiário do periódico no período indicado; quais as circunstâncias ou temáticas estão associados à representação da problemática indígena; o que é deixado à parte ou silenciado nessa representação; quais os agentes jornalísticos acionados (pessoas e/ou instituições participantes/integrantes dos relatos) e o contexto fornecidos nas notícias como úteis para interceptar as questões indígenas.

6.1.1 Acampamento Terra Livre 2021 - Onde aparecem as questões indígenas?

O acampamento acontece desde 2004 e, de acordo com a APIB, é a maior assembleia dos povos e organizações indígenas do Brasil, e geralmente acontece todo mês de abril. Os acampamentos de 021/2022 ocorreram após a eclosão da pandemia, ocasião na qual muitos indígenas perderam a vida, os conflitos em torno de terras aumentaram e o avanço da mineração em terras indígenas alcançou níveis incontroláveis com o aval do então executivo federal, cuja

ação pode ser sintetizada na proposição do Projeto de Lei 191/2020 (Brasil, 2023) a favor da mineração em terras indígenas. Como já mencionado, nenhuma terra foi demarcada desde a posse do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019, e o avanço da violência contra os povos tradicionais ganhou ainda mais impulso.

Diante deste cenário, os ATL do ano de 2021 e de 2022 foram momentos de grande manifestação dos povos indígenas. No ano de 2021, o “acampamento virtual”, como os originários intitularam, alcançou 5.714.243 pessoas nas redes sociais da APIB, sendo considerado a maior mobilização virtual dos povos indígenas do Brasil. Já no ano de 2022, no retorno do formato presencial do acampamento, várias delegações indígenas de todas as partes do país saíram em caravana para Brasília, onde permaneceram acampados por um mínimo de cinco dias, reunindo mais de cinco mil participantes. Várias *lives* foram realizadas, panfletos divulgados, programações extensas cumpridas, as páginas nas redes sociais sofreram intensa divulgação da programação do acampamento e dos motivos da sua realização.

Se não restam dúvidas da dimensão do ATL na luta por uma “aparição pública” da questão indígena em ações entabuladas pelos povos originários, não se pode dizer o mesmo do seu significado para o material noticioso oriundo do jornalismo mainstream. Não encontramos nenhum texto que tratasse especificamente do ATL de 2021, nos 52 materiais jornalísticos que identificamos. Os relatos que referenciam os povos indígenas aparecem divididos no período nos mais diversos cadernos, concentrados nas editorias “Poder” (que trata dos acontecimentos relacionados majoritariamente à política institucional), “Ambiente” (que tem como vetor as questões relacionadas ao meio-ambiente), “Mundo” (que reúne fatos variados com a marcação da localização geográfica fora do país) e “Opinião” (artigos de base argumentativa em que um autor defende um ponto de vista sobre determinado tema).

Se o ATL não aparece mencionado, ao fazer uma análise geral do material publicado, identificamos alguns pontos que nos auxiliam na compreensão da maneira como esse material jornalístico encena a luta dos originários e como eles são representados. Na maioria das vezes em que os povos indígenas aparecem no jornal, eles são citados por meio de “outro acontecimento” jornalístico, de outra fonte, de outra perspectiva e, na maioria das vezes, considerando um nomeado “interesse internacional”. Por exemplo, no dia 19 de abril de 2021, na editoria Mundo, a matéria intitulada “EUA esperam que Bolsonaro diga que não vai mais tolerar desmatamento ilegal” (Dias; Coletta, 2021) informa que os Estados Unidos esperam que o então presidente do Brasil entre em acordo com as populações originárias e diminua o desmatamento ilegal. Tal fato é reportado como o evento fundamental para que se firme um

acordo entre o governo Biden e o governo Bolsonaro. Na reportagem “Brasil não tem que ser mendigo, diz Mourão sobre pedido de apoio a Biden” (Carvalho, 2021), o jornal cita ao longo do texto essa tensão entre Bolsonaro e os povos indígenas, fala do desmatamento, das queimadas, mas em nenhum momento evidencia como esses fenômenos atingem diretamente os povos indígenas.

Dos 52 materiais analisados, 23 deles (40%) tratam do debate internacional da questão ambiental, ora enfatizando informações sobre os recursos que o governo norte-americano do presidente Joe Biden deixou de dar ao Brasil, ora tratando sobre a quantia que o ex-presidente Bolsonaro queria receber para preservar a Amazônia.

Ao longo de todo o mês de abril, quando ocorreu o ATL e que também é celebrado o “dia dos povos indígenas”, a maioria das matérias não trouxe representantes dos povos originários como fonte de informação. Chamamos a atenção para um texto específico, intitulado “Cacique Raoni manda recado a Joe Biden e pede que ignore Bolsonaro, presidente ruim” (Zanini, 2021). Este é um dos poucos relatos no qual um indígena aparece com protagonismo, com vários trechos da fala da referida liderança colocados ao longo da notícia e que tem ao final, na versão digital do jornal, o vídeo que o indígena enviou ao presidente norte-americano. Raoni, uma das lideranças indígenas mais importantes do país, merece destaque no jornal porque enviou um recado ao presidente norte-americano.

Em pouco mais de um mês, a Edição Folha de S. Paulo publicou 52 materiais jornalísticos que se referiram à questão do desmatamento ilegal, das queimadas, da mineração em terras indígenas, e da cobrança pela comunidade internacional do cumprimento de metas de proteção de florestas. Tais assuntos interceptaram a questão indígena, mas nenhum deles teve como núcleo estruturante o impacto que todos esses eventos, que ocorrem em áreas de reservas, causam à população indígena. E esses povos não foram sequer solicitados a se manifestar sobre qualquer impacto.

O texto “A partir da Amazônia, Biden definirá se Brasil ainda tem lugar no mundo” (Amaral, 2021) sinaliza o enquadramento básico da cobertura do jornal: a disputa Biden x Bolsonaro sobre o corte de recursos e as verbas para proteção da Amazônia que o governo brasileiro deixou de receber desde o início da gestão do então presidente. A principal pauta do jornal ao longo do mês de abril de 2021 foi a posição de rebaixamento em que o Brasil é colocado em relação aos Estados Unidos. O jornal dirigiu seu olhar para um contexto internacional de debate, e com isso noticiou alguns acontecimentos que afetam diretamente a vida dos povos originários.

É importante mencionar que o tema do ATL de abril de 2021 foi “Nossa luta ainda é pela vida. Não é apenas um vírus!” (APIB, 2021). No site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, ao se noticiar sobre o início do Abril Indígena, é enfatizado que mil indígenas perderam a vida em virtude da pandemia da covid-19. Mesmo em luto pelas vidas perdidas, eles estavam fazendo sua manifestação online porque precisavam reivindicar os direitos garantidos pela Constituição. Porém, mais de um ano depois da eclosão da pandemia, já com o reconhecimento público da responsabilidade do governo federal pela escalada de mortes no país, não existe qualquer menção do jornal sobre tal fato.

Assim, a questão ambiental aparece como uma chave interpretativa central para referenciar os povos indígenas. Alguns relatos chegam a mencionar uma suposta vontade que o presidente norte-americano Joe Biden tem em fazer com que os originários sejam ouvidos, mas nenhum texto publicado vai além dessa breve menção aos indígenas. Para o jornalismo da Folha de S. Paulo, quando se fala em queimadas, desmatamento ilegal, mineração, dentre outras ações de impacto para o meio ambiente, os originários aparecem mencionados por outros agentes na cena jornalística que alertam que “precisamos falar com os indígenas e ver o que eles acham”. Mas, de fato, ninguém fala com eles.

Em 2021, a narrativa jornalística reitera um discurso hegemônico em que as questões relativas aos indígenas, quando noticiadas, são acionadas por outros agentes, especialmente do campo político institucional e econômico. Há pequena incorporação de falas de representantes dos povos originários. Ao mesmo tempo em que são referidos, a menção aos indígenas é para constatar o seu desaparecimento do relato jornalístico. A narrativa do tempo presente em que os indígenas são peças-chaves é, assim, a de reiteração de um processo de apagamento, um passado que insiste em não passar.

6.1.2 Acampamento Terra Livre 2022 - Em meio a outras lutas políticas

Em 2022, no período de realização do ATL, o jornal é mais incisivo ao noticiar algo sobre as questões relativas aos povos originários. O uso de expressões como genocídio, vulnerabilidade, direitos de povos isolados, terra, território e retrocessos de direitos humanos tornam-se a tônica dos textos analisados. A Folha permanece, como no ano anterior, criticando as ações do governo Bolsonaro também a partir do olhar internacional e evidenciando como a política do então mandatário (até o final de 2022) ampliava a visão negativa que os países tinham do Brasil em relação à questão ambiental. Os relatos feitos pelo jornal em vários

momentos destacam o que agentes políticos chamam de irresponsabilidade do então presidente em buscar “legalizar” a mineração realizada em terras indígenas e do quanto tal iniciativa era pauta central das ações do seu governo. Destacou-se nesse caso como tais ações refletiram em processos de assédio e retaliação de servidores de órgãos de proteção aos indígenas e ao meio ambiente.

As terras indígenas também são apontadas como chave para o cumprimento das metas climáticas no Brasil, Colômbia, México e Peru, segundo um relatório divulgado pelo Instituto de Recursos Mundiais (WRI) e repercutido pelo jornal. O instituto é um *think tank* que atua como organização não governamental ambientalista fundada e sediada nos Estados Unidos. Outro tópico que orbitou a pauta jornalística do período foi a revelação da crise humanitária que envolvia os Yanomamis. A primeira matéria que fala sobre o assunto é um relato publicado na editoria “Ilustrada” (seção que traz a cobertura voltada para temas da cultura, artes e espetáculos) apresentando uma exposição que estava acontecendo no Museu de Arte de São Paulo (MASP). A matéria, intitulada “Luiz Zerbini recria massacres de um Brasil que o governo Bolsonaro busca repetir” (Moraes, 2022), fala da exposição artística que retrata como ao longo da história os Yanomamis vem sofrendo com doenças trazidas pela atividade dos garimpeiros e sinaliza a maneira como o governo federal estava criando cenários para novos massacres ao incentivar o garimpo nas terras indígenas.

Uma segunda matéria que fala mais especificamente sobre os povos indígenas trata de um conflito ocorrido na Terra Yanomami, no qual cinco indígenas ficaram feridos e dois foram mortos. Segundo a reportagem “Conflito provoca duas mortes na Terra Indígena Yanomami, em Roraima” (Conflito [...], 2022), publicada em 13 de abril de 2022, o conflito ocorreu entre comunidades indígenas, uma que seria contra e outra favorável ao garimpo. Os garimpeiros teriam incentivado o conflito fornecendo armas para os indígenas a favor da mineração. Ao longo do texto, é citado que o Ministério Público Federal (MPF) pediu que a Justiça Federal obrigasse à União retomar a proteção na terra indígena contra o garimpo ilegal. Está em destaque no relato o fato de que o MPF afirma que o que vem acontecendo com os Yanomamis é uma tragédia humanitária e que eles correm risco de serem dizimados. No texto é apresentado o relatório “Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”, produzido pela Hutukara Associação Yanomami (Hay) e que foi lançado no mesmo dia em que ocorreu o conflito. O jornal informa que o relatório revelou como 273 comunidades e 16 mil pessoas são afetadas pelo garimpo ilegal, ou seja, 56% da população indígena sofre com as consequências dessa prática, com a eclosão de muitos casos de malária,

ingestão de água contaminada e violência no território. O texto é finalizado com a fala do vice-presidente da Hutukara, Dário Kopenawa: “O meu povo está sofrendo. Pedimos o apoio da população para se unir ao nosso grito de socorro para a retirada imediata dos garimpeiros do nosso território”(Conflito [...], 2022). Nesta matéria, a Folha de S. Paulo dedica mais espaço para reproduzir a fala de representantes dos povos indígenas sobre a tragédia humanitária que ocorria na Terra Yanomami. Ao longo do período analisado, ainda foram publicadas mais quatro matérias que relatam sobre os Yanomamis, e todas elas falam sobre os impactos trazidos pela mineração às terras indígenas e aos indígenas. A questão da desnutrição, o aliciamento dos povos, os casos de estupro, de doenças e de ameaças também são apresentados pelo jornal. O material aparece nas editoriais “Cotidiano”, que em geral trata da cobertura de fatos nas áreas de educação, urbanismo, violência, saúde pública, comportamento, e que às vezes desdobra-se na seção “Ambiente”. Em 2022, no período analisado, as duas seções responderam por 42% do material publicado. Com destaque, outros 40% estiveram a cargo de textos opinativos.

Chamamos ainda a atenção para duas outras matérias, uma do dia 19 de abril, “comemorando” o “Dia do Índio” (Rossi, 2022), e a outra do dia 21 de abril (Kumarua; Tupinambá, 2022). Na primeira delas, publicada no caderno Cotidiano, o escritor indígena Daniel Munduruku conta em entrevista que o “dia do índio” remonta ao imaginário de alguém com pena na cabeça, rosto pintado e que mora numa oca. Destaca que o termo correto a ser utilizado deveria ser originário, que sugestiona a ideia de alguém que já estava aqui antes da chegada dos colonizadores. O entrevistado ressalta também que o termo índio enfatiza um aspecto genérico e que os povos indígenas são muito heterogêneos.

O segundo texto destaca a mesma pauta lembrando que a data, criada há mais de 70 anos, ainda é ensinada nas escolas, o que só alimenta a ideia preconceituosa e carregada de estereótipos. Essa edição da Folha apresentou uma rememoração sobre o assassinato do indígena Galdino, queimado vivo há 25 anos por cinco jovens residentes em Brasília.

Diferente do apagamento verificado em 2021, o ATL de 2022 aparece como pauta da edição Folha de S. Paulo, articulando um enquadramento para a questão indígena marcado pelo contexto político e distinto do que emergiu no ano anterior. A primeira matéria que refere o evento trata da candidatura de Sônia Guajajara a deputada federal (Bergamo, 2022). A então coordenadora executiva da APIB é apoiada por artistas, ambientalistas e apoiadores da causa indígena, e sua candidatura faz parte de uma campanha intitulada “Chamado pela Terra”, que pretende fortalecer a participação de mulheres indígenas no pleito de 2022.

O primeiro material específico sobre o ATL 2022 traz o título “A democracia é de nossa natureza” (Guajajara; Terena, 2022), argumentando que o Movimento Indígena fazia a mais eficiente oposição ao governo federal. O artigo opinativo sobre o 18º Acampamento é escrito pelos indígenas Sônia Guajajara e Eloy Terena e se destaca por apresentar outros modos de compreensão da experiência dos povos originários distintos daqueles até então mostrados pelo material informativo do próprio jornal. Os autores destacam que os caciques só tomam decisões depois de consultarem todas as pessoas em suas aldeias, e que, para eles, a democracia é uma coisa tão natural quanto o entendimento de amor e respeito à Mãe Terra. Os autores do texto enfatizam que este acampamento é a maior mobilização da história, com sete mil participantes de 200 povos, afirmam que a democracia brasileira nunca esteve tão ameaçada como agora e que eles se colocam como a oposição mais eficiente ao governo federal. A invasão de garimpeiros na região do rio Tapajós também é citada, bem como a contaminação gerada por eles. Destacam ainda que no Brasil existem mais de 900 mil indígenas, mas com apenas um representante no Congresso Nacional.

O terceiro material a ser destacado informa no título que “Lula promete ministério a indígenas e faz mea-culpa em visita a acampamento” (Teixeira, 2022). Na matéria, o centro do relato volta-se para o então candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva, que visitou e discursou durante o acampamento assegurando que, com sua eleição, iria criar um ministério para os indígenas a ser gerido por eles mesmos. O relato do jornal ressalta a crítica feita a Lula durante sua presença no acampamento pela construção de Belo Monte e reporta que o então candidato afirma ter aprendido o que não fazer. Outro destaque dado no texto é em relação à questão da demarcação de terras, que Lula se compromete a identificar, delimitar, declarar, demarcar e homologar as terras indígenas e não deixar que nada seja feito sem a autorização dos originários.

Por fim, destaque também para o texto “Acampamento em Brasília quebra tabu e impulsiona candidaturas indígenas” (Gabriel, 2022), que apresenta a corrida eleitoral que se fez presente nas discussões no acampamento. O relato diz ter sido a primeira vez que o tema foi debatido como uma das principais pautas do ATL, com a ideia de demarcar territórios e aldear a política, enfatizando que, depois de muitos anos, os indígenas resolveram “entrar para a política do branco”. Assim, em 2022, podemos apontar que os indígenas tiveram destaque na Folha de S. Paulo nos mais variados assuntos, em especial nessa temática das candidaturas indígenas. Mas, cabe também registrar, tais relatos muitas vezes ainda são marcados por uma intertextualidade com pressuposições negativas (Fairclough, 2001), sinalizando para elementos

narrativos marcados pela surpresa ou pela indicação de que a ação política proposta é algo que não faz parte da realidade dos indígenas.

6.1.3 Algumas reflexões

Ao examinar elementos desse trabalho jornalístico, a partir da análise de textos publicados pelas edições da Folha de S. Paulo relacionados ao período de realização dos Acampamentos Terra Livre nos anos de 2021 e 2022, é possível perceber aspectos de uma interpretação da questão indígena no país que permanecem e outros que se modificam. Ambos moldam maneiras como as pessoas não apenas podem perceber e entender eventos contemporâneos, mas incidem na forma como tal problemática será lembrada no futuro.

Cabe lembrar que, se abordamos os enquadramentos em uma perspectiva relacional, os esquemas interpretativos mobilizados pelos profissionais devem ser pensados como articulados ao ambiente de prática jornalística, com todas as suas condicionantes organizacionais. A Folha de S. Paulo é uma empresa produtora de informação, e seu noticiário está sujeito a processos de produção segundo uma lógica mercadológica. A identificação de roteiros e regras que emergem da atividade jornalística nesse ambiente é importante para compreensão mais abrangente do modo como a cobertura da questão indígena se deu no periódico. Mas é imperativo indicar que rotinas produtivas e a maneira do chamado jornalismo corporativo ou *mainstream* operar não são suficientes para “explicar” uma dada cobertura. Os processos jornalísticos são complexos e exigem dos profissionais conhecimentos sobre os povos indígenas não apenas derivados dos processos formativos relacionados à profissão. As situações de prática jornalística como em uma cobertura supõem a perícia que se desenvolve no trabalho, mas também o reconhecimento de que se lida com dilemas que demandam exercício de julgamento e desnaturalização de certos códigos de compreensão da realidade. Do contrário, certas representações estereotipadas são repetidas e reforçadas no discurso jornalístico, que contribui para que se mantenham como hegemônicas.

Os textos publicados com destaque e em maior volume no período se concentraram em questões específicas. Em 2021, a abordagem marcada por uma preocupação internacional acerca da preservação da Amazônia e do desmatamento, pondo em relevo um suposto embate entre Joe Biden e Jair Bolsonaro, se fez presente ao longo de toda narrativa. Em quase todas as ocasiões em que o jornal tratou de desmatamento ou avanço da mineração em terras indígenas, por exemplo, o enquadramento visava o problema dos fundos não repassados por outros países

e, também, o que especificamente o governo dos Estados Unidos expressava acerca do problema. Por várias vezes, o representante da Casa Branca aparece para citar a necessidade do então presidente do Brasil consultar os povos indígenas sobre tais questões. O *abril indígena* ou o ATL de 2021, que foi realizado online, restou totalmente apagado na cobertura, exatamente no ano em que a APIB afirma ter tido o maior número de pessoas alcançadas pelas atividades do acampamento.

Já na cobertura do ATL 2022, a narrativa predominante posicionou no centro da cena a questão política relacionada a perspectivas eleitorais, pondo em relevo tanto as candidaturas indígenas quanto a visita do então ex-presidente e candidato Lula ao acampamento. Nesse enquadramento, os relatos dobram-se às ações dos povos indígenas no acampamento, em que são destacados processos de quebra de tabus na relação com a política institucional. As lideranças, indicia-se na cobertura, contribuem para a reescrita da história, evidenciando a cultura, os costumes, as tradições, a língua, entre outras nuances que envolvem os povos da floresta. Os relatos, em alguma medida, apresentam os povos indígenas também como protagonistas em suas lutas por direitos e preservação da natureza. Nesse contexto, os indígenas tornam manifestas formas de compreender a dimensão do conflito como constitutiva da sua ação política, para além da circunstância específica de naquele momento apresentarem uma situação de aliança com um representante do campo político institucional. O relato jornalístico não ignora o gesto de *mea culpa* exigido do aliado político pela construção da barragem de Belo Monte no rio Xingu, que afetou comunidades indígenas da região, quando o Partido dos Trabalhadores esteve no poder anteriormente. E o relato também incorpora a discussão das promessas de campanha sobre a criação de um Ministério dos Povos Indígenas.

A disputa política é apresentada ao longo do *abril indígena* como aspecto legítimo da luta e resistência dos originários. A narrativa jornalística promove destaque aos indígenas no tratamento das questões ambientais, em parte assumindo uma das perspectivas presentes no ATL 2022 de apresentar os indígenas como seres decisivos para lidar com o caos climático.

De toda maneira, é notável como, nos dois períodos analisados, a cobertura sobre os povos originários é por vezes ancorada por outro assunto, como se para falar dos indígenas e dos problemas enfrentados por eles a imprensa *mainstream* precisasse da validação de agentes ou temas externos. Em 2021, o debate internacional sobre a Amazônia esteve no centro das atenções, já em 2022, a questão política apareceu fortemente pautada na agenda de Lula, como se apenas com tais agendas fosse possível trazê-los para a pauta jornalística.

E se as candidaturas indígenas adquirem relevo e indicam singularidades e alguma novidade no manejo da política institucional, tal perspectiva se combina com um tratamento voltado para a percepção da ação indígena como algo insólito e como “quebra de tabus”. A política dos indígenas é apresentada como uma pauta identitária, como se as reivindicações dos originários fossem assunto apenas das etnias e não interferissem diretamente nas formas de organização social e na manutenção da vida no planeta. Por fim, ao realizar a análise de enquadramento e abordar os “aspectos enfatizados e selecionados” acerca dos povos indígenas, faz-se necessário lembrar daquilo que foi excluído na cobertura. Enquadramentos compõem operações jornalísticas que visam não apenas dar visibilidade a determinados acontecimentos, mas, no mesmo movimento, por meio da seleção, ênfase ou exclusão, organizam o que Góes (2022) chama de regimes de invisibilização.

Em 2021, ano pandêmico, o destaque do jornal foi para temáticas como do desmatamento, da preocupação do governo dos Estados Unidos com a Amazônia, ou da falta de repasse de fundos prometidos por outros países. As vozes indígenas alertavam, todavia, que a principal pauta estava na sobrevivência, no luto pelos anciões, na luta contra o vírus e o alto número de mortes, assuntos não mobilizados pelo jornal. Já em 2022, o jornal destaca o erro admitido e as promessas de campanha feitas pelo candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como a entrada dos indígenas na política institucional, discurso evidenciado como “quebra de tabus”. Ao utilizar como parâmetro o que estava sendo publicado e colocado em relevo pelos povos indígenas, percebemos que para eles a entrada na “política dos brancos” se justificava como uma estratégia de sobrevivência e manutenção de seus territórios. Seria pertinente, portanto, que a Folha explicitasse que “aldear a política” e tomar as rédeas das esferas decisivas intercepta questões materiais pelas quais eles lutam e que estavam diretamente ameaçadas pela possível continuidade do ex-governo, totalmente contrário às pautas indígenas. Então, a decisão de entrar para a política não se deu apenas por uma vontade de “quebrar tabus”, mas sim, por falta de opção ao confronto.

Chamamos atenção, por fim, para outro aspecto relevante percebido ao longo das análises que foi a maneira como, reduzida a um tema, a problemática dos indígenas aparece alocada nas editorias de “mundo”, “cotidiano”, “poder”, “meio ambiente”, mas, sobretudo, em colunas e blogs, e artigos de opinião, na parte onde se explicita que “essa opinião não reflete o posicionamento do jornal”.

Capítulo 7

OUTROS AGENTES: AMPLIANDO E TENSIONANDO OS QUADROS

Capítulo 7 - Outros agentes: Ampliando e tensionando os quadros

Nesta pesquisa, o enquadramento é compreendido como uma forma de representação no jornalismo, pois “permite salientar o caráter construído da mensagem, revelando sua inclinação implícita, em textos aparentemente objetivos, imparciais e com função meramente referencial” (Soares, 2009, p.58). Nessa perspectiva, o conceito de enquadramento (*framing*) tem sido utilizado como uma forma de tornar inteligível a ação em dados contextos, para evidenciar que informações podem ser “selecionadas, valorizadas, destacadas, omitidas ou atenuadas, relacionadas a outras, (...), de modo a produzirem representações diferentes de uma mesma situação” (Soares, 2009, p. 21). A compreensão de que o enquadramento possibilita entender como o jornalismo representa um acontecimento e/ou o torna fato inteligível fundamenta a escolha da análise de enquadramento como uma questão transversal nesta pesquisa.

O conceito de enquadramento, compreendido como um instrumento para revelar os modos de construção da representação jornalística, permite analisar a capacidade dos meios de produzir e disseminar formas implícitas de interpretação do mundo, as quais estão entranhadas na estrutura das notícias e participam dos processos de construção das representações públicas. Portanto, a análise de enquadramento permite pontuar questões, dentre as quais se destaca que o enquadramento define “o que está acontecendo aqui”, organizando a compreensão do mundo por meio de esquemas de interpretação que não são meros ângulos de abordagem. Esses esquemas operam no jornalismo com o intuito de fornecer um quadro de sentido ou um contexto para o acontecimento, o qual acaba por incorporar uma visão que será apresentada (e definida) como “verdade”. Os enquadramentos são acionados para fornecer um quadro de sentido e/ou um contexto para o relato apresentado em uma notícia.

Reitera-se que os quadros (enquadramentos) não são estáticos; são mutáveis, variam e se desenvolvem ao longo do tempo, em consonância com as modificações das estruturas sociais e políticas. As mudanças também ocorrem mediante a alteração do entendimento dos jornalistas e/ou agentes que atuam na processualidade da produção informativa, bem como nas reconfigurações das instituições jornalísticas, de acordo com a redefinição das estruturas das elites, podendo, por vezes, absorver e/ou modificar o discurso (Soares, 2009).

Portanto, na análise do enquadramento, busca-se perceber como a questão indígena é representada nas matérias publicadas. Para isso, observa-se de que maneira os itens propostos pelos povos originários, e que estruturam os acampamentos, aparecem representados

no noticiário do periódico no período indicado; quais as circunstâncias ou temáticas estão associadas à representação da problemática indígena; o que é omitido ou silenciado nessa representação; quais os agentes jornalísticos são acionados (pessoas e/ou instituições participantes/integrantes dos relatos) e qual o contexto fornecido nas notícias como relevantes para interceptar as questões indígenas.

7.1 Agência Pública

A Agência Pública, fundada por repórteres mulheres, é considerada a primeira agência de jornalismo investigativo do Brasil sem fins lucrativos. Com reportagens de fôlego, rigorosa apuração e princípio de defesa dos direitos humanos, a agência distribui conteúdo para grandes portais como UOL, Folha de S.Paulo, Metrôpoles, entre outros veículos, e garante publicação de seus conteúdos em sites de mais de dezoito países. Na seleção de materiais para a análise desta pesquisa, foram coletadas, entre os dias 25 de março e 26 de abril de 2021, duas entrevistas e uma reportagem, todas na editoria “Socioambiental”. Em 2022, a seleção compreendeu o período entre os dias 10 de março e 26 de abril, totalizando três textos do gênero entrevistas, um ensaio fotográfico e uma reportagem. Uma entrevista foi publicada na editoria “Poder/Socioambiental”; outras duas entrevistas e o ensaio fotográfico foram classificados na editoria “Clima”; e a reportagem, em “Clima/Poder”. Os períodos de coleta em ambos os anos foram distintos na tentativa de abranger um volume maior de conteúdo, considerando que a Agência Pública produz materiais que demandam apuração extensa.

Para a identificação dos textos jornalísticos, utilizou-se o evento “Acampamento Terra Livre” como um dos “indexadores” para mapear o “conteúdo”. Buscou-se também a ocorrência dos termos “indígena”, “índio”, “povos originários”, “acampamento”, e a coleta de dados foi realizada por meio da extração manual de todos os conteúdos publicados.

Realizado esse mapeamento inicial do material coletado, procedeu-se a uma análise de enquadramento, a partir de uma abordagem conceitual que postula a ideia da existência de correlações entre a forma como as notícias são construídas e o modo como serão interpretadas. A principal contribuição deste tipo de estudo reside em perceber, a partir dos textos publicados, como a mídia informativa tem (ou não) alterado seu comportamento em relação a certas coberturas, identificar onde ela mantém determinadas representações e inferir, a partir desse material publicado, as motivações para tais procedimentos.

7.1.1 Agência Pública 2021

O primeiro material analisado é uma entrevista com a médica indígena Myrna Cunningham, presidente do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (Filac), que elaborou um relatório junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre a conservação das florestas, publicada dia 25 de março de 2021. Previamente à entrevista, apresenta-se uma contextualização dos pontos principais do relatório, enfatizando que são os povos indígenas que têm efetivamente evitado o desmatamento das florestas, principalmente nos territórios demarcados e protegidos. Essa afirmação fundamenta-se em dados científicos: “Pesquisas apontam que, entre 2000 e 2012, a taxa de desmatamento em florestas dentro de terras indígenas demarcadas foi 2,8 vezes menor do que fora dessas áreas na Amazônia boliviana, 2,5 vezes menor na parte brasileira e duas vezes menor na porção colombiana” (Anjos, 2021). Críticas ao governo Bolsonaro também são evidenciadas, principalmente pela não demarcação de terras indígenas e obstaculização de processos em andamento. A fala da entrevistada sugere que a elaboração do relatório contribui para elucidar essas questões, uma vez que ele apresenta dados empíricos sobre a importância das áreas demarcadas.

A entrevista busca, a todo momento, destacar a importância dos povos indígenas, inclusive para a mitigação da crise climática. A médica destaca que as áreas controladas por indígenas “têm uma taxa mais baixa de desmatamento e, portanto, ainda guardam muita biodiversidade. Isso ajuda na redução da fome, porque as pessoas que vivem nesses territórios podem ter acesso a alimentos tradicionais” (Anjos, 2021). Outro destaque importante na entrevista é a forma de manejo tradicional das florestas, desenvolvida pelos povos originários, que contribui para a proteção da mata. O modelo econômico extrativista também é criticado, pois esse modelo expulsa as comunidades dos territórios, forçando-as a morar em centros urbanos desprovidos de estrutura, o que prejudica diretamente seus vínculos com a língua e com a cultura. De acordo com a médica, a proteção das florestas está diretamente ligada aos povos originários. O fato de o Brasil, em 2021, ter Jair Bolsonaro como presidente, o qual se posicionava publicamente contrário às causas indígenas, também teve destaque. Enfatiza-se o conhecimento milenar que os indígenas acumularam durante gerações. A entrevistada destaca ainda tanto o conhecimento tangível (como manejar a floresta) quanto o intangível (orações e presenças de espírito) dos indígenas, reconhecendo a importância de se considerar os aspectos materiais.

O protagonismo das mulheres indígenas também é colocado em pauta, ressaltando-se seus papéis centrais de liderança e conhecimentos medicinais. A morte por Covid-19 dentro dos territórios também é destacada, já que vários anciãos morreram levando consigo aprendizados milenares sem que tivessem cumprido seu ciclo de transmissão aos mais novos. Por fim, a médica entrevistada afirma que não é só o Brasil que está na contramão da valorização dos povos indígenas, mas, devido à dimensão continental do país, essa situação é particularmente preocupante. A supremacia branca também é citada como um fator regressivo que deixa as questões ainda mais graves.

A reportagem “Indígenas Guarani e Kaiowá foram espancados com socos, chutes e coronhadas”, de 29 de março, é o segundo material analisado. O texto relata que funcionários da Fazenda Querência, cujo proprietário foi denunciado pela morte do cacique Nísio Gomes em 2011, atacaram os indígenas. A fazenda localiza-se próxima ao território dos indígenas, que a reivindicam como parte de seu território tradicional, de onde foram retirados na década de 1910 e transferidos para a Terra Indígena Amambai, criada pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na cidade de mesmo nome. Um dos proprietários da Fazenda Querência foi denunciado e preso pela morte do cacique, mas atualmente encontra-se em liberdade. Um destaque do texto é a fotografia dos indígenas violentados, a Agência Pública reproduziu a imagem do perfil Aty Guasu no Instagram.



O indígenas Guarani e Kaiowá atacados sofreram lesões no rosto, cabeça e costelas, segundo o prontuário médico

Imagem 35: Agência Pública (2021)

A reportagem cita que o medo tomou conta do “*tekoha* – lugar onde se é”, em Guarani, e relata vários episódios de violência sofridos pelos indígenas, que não podem combater pessoas armadas. Destaca ainda que episódios como esse não aconteciam desde 2016. Merece

destaque a fala de um representante da Aty Guasu¹⁵, que afirma que este ataque não teve como objetivo apenas expressar aversão aos indígenas, mas faz parte de um plano de deixar claro que é possível matar e intimidar os originários, já que agora contam com o “suporte” do governo federal.

O material recupera o acontecimento de 2011, a morte do cacique Nísio Gomes, afirmando que o acirramento dos ataques aos indígenas ganhou visibilidade internacional após a liderança ser assassinada a tiros, dias após a ocupação indígena de uma área da Fazenda Nova Aurora. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o cacique foi morto a mando de fazendeiros e seu corpo nunca foi encontrado. No texto torna-se explícito que a agressão aos indígenas por parte dos fazendeiros ocorre por causa de disputa por terra, da qual os indígenas se recusam a sair, por se tratar de um território tradicional, sendo uma área de conflito permanente. “Os fazendeiros querem tirar a qualquer custo os indígenas dali. E os indígenas insistem em permanecer ali e exigem a demarcação. A briga é pela posse da terra mesmo” (Anjos; Pina, 2021). A reportagem destaca também que a demarcação dessa área está paralisada na Funai desde 2012, e os indígenas continuam a ocupar a área que formalmente pertence a três fazendas. De acordo com o antropólogo responsável pelo relatório técnico para demarcação, não há interesse político em demarcar esse território e, por isso, os indígenas do *tekoha* ficam completamente vulneráveis a diversos tipos de violência.

O terceiro e último material analisado de 2021 é uma entrevista publicada na editoria “Socioambiental”, em 26 de abril, intitulada: “Maria Leusa Munduruku sobre garimpo ilegal: “Estamos em um estado muito grave de ameaças físicas”. A entrevista inicia retratando o cenário de horror vivenciado pelos indígenas do Alto Tapajós devido ao garimpo ilegal. Maria Leusa Munduruku é uma liderança que atua contra o garimpo no sudoeste do Pará; ela relata seus medos, mas diz que não dá para recuar na luta. “Ameaçada há anos por sustentar posição de resistência à mineração em seu território, ela tem sentido as intimidações recrudescerem nos últimos meses devido à escalada do conflito com os garimpeiros” (Anjos, 2021). A situação é tão grave que o MPF-PA solicitou ao STF a atuação da Polícia Federal para a proteção dos Mundurukus no município de Jacareacanga, epicentro do conflito, localizado a mais de 1,7 mil km da capital Belém. De acordo com a liderança, os criminosos aliciaram um pequeno grupo de indígenas que tem representado os interesses do garimpo e ameaçado os mundurukus contrários à atividade. “Eles [garimpeiros e apoiadores] falam sempre que nós queremos a

¹⁵ A Aty Guasu, uma das setes organizações regionais de base que compõem a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

legalização do garimpo, mas isso é mentira. Os caciques sempre falam que não aceitamos a legalização do garimpo dentro do nosso território” (Anjos, 2021).

O enfoque da entrevista menciona o aliciamento que os indígenas sofrem por parte dos garimpeiros e também destaca a existência de indígenas pró-garimpo que agem para enfraquecer o grupo, fazendo diversas ameaças. Os ataques às sedes de organização são recorrentes, mas, mesmo com tantas agressões, os indígenas não recuaram; pelo contrário, intensificaram as mobilizações, fizeram várias denúncias e se fortaleceram. Uma das perguntas da entrevista que chama a atenção é: “Como o garimpo tem afetado a vida dos Munduruku ultimamente?” A resposta é: “Estamos ficando na miséria sem rio e sem floresta, com tudo destruído. Estamos com nossos filhos doentes, perdendo nossos anciãos pela Covid por conta da invasão, e perdendo peixe, principalmente naquela regiões [mais] invadidas” (Anjos, 2021).

O texto evidencia, implicitamente, que o governo federal (de Jair Bolsonaro) não apoia a causa indígena e, por isso, os “brancos” que sempre rondavam as Terras Indígenas (TI’s) agora se sentem autorizados a agredir fisicamente e de forma mais recorrente. “Eles mostraram a cara com aquela doação [empresários fizeram vaquinha para levar comitiva de indígena a Brasília neste mês] incentivando os indígenas a [se manifestar] para aprovar o PL. Realmente, os parentes se perderam” (Anjos, 2021). Ao ser indagada sobre como é viver sob ameaças, Maria Leusa afirma que eles tomam muito cuidado, não tem mais tanta liberdade para sair de casa, mas a comunidade não sente medo não recuará. Destaca o protagonismo feminino na luta Munduruku, a falta de confiança na polícia e a circulação de informações falsas via redes sociais, dizendo que os caciques são a favor do garimpo. “E não nos calamos, vamos continuar nessa luta, continuar gritando, pedindo socorro, resistindo” (Anjos, 2021).

7.1.2 Agência Pública 2022

O primeiro material analisado do ano de 2022 é uma entrevista com Joenia Wapichana - até então única deputada federal indígena eleita - publicada na editoria Poder. A conversa com a liderança indígena faz parte de uma série especial de “Aliados”, foi publicada na editoria “Poder/socioambiental” e veiculada em 10 de março de 2022. As “Entrevistas dos Aliados” são entrevistas exclusivas com personalidades relevantes da atualidade. A cada dois meses, os membros do Programa de Aliados podem sugerir nomes, votar para escolher quem será entrevistado pela equipe da Agência Pública e ainda enviar suas próprias perguntas. O texto inicia com a afirmação de Joenia de que a mineração deve ser mantida longe das terras

indígenas e com um resumo do cotidiano de seu primeiro mandato: “luta e sofrimento”. A principal luta da deputada é evitar a aprovação do PL 191/2020, que visa regularizar a mineração e a geração de energia elétrica nas terras indígenas sem a garantia de que os habitantes dos territórios ancestrais tenham poder de decidir sobre o futuro de suas comunidades. “O grande sonho de Bolsonaro é ser um garimpeiro dentro de terra indígena, ele não esconde isso de ninguém” (Scofield; Anjos, 2022). O destaque no início da entrevista recai sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia que suscitou debate sobre a falta de fertilizantes para o agronegócio brasileiro, discurso encampado por Bolsonaro. Contudo, um levantamento do jornal O Estado de S. Paulo (Estadão) mostrou que a maior parte das minas de potássio do Amazonas localizam-se fora das terras indígenas, ao contrário do que o presidente sugere.

Considerando que 2022 foi um ano eleitoral, a entrevista dá ênfase à fala da líder, que expressa o desejo de ter ao lado dela representantes indígenas de todos os estados brasileiros. Ela ressalta, ainda, a importância de votar em candidatos originários nas eleições. “Acho que esse é o ano da coerência e do compromisso: não basta dizer que apoia os povos indígenas se você vota a favor de projeto que os massacra e tira seus direitos” (Scofield; Anjos, 2022). A deputada menciona a importância de candidaturas indígenas para que possam lutar juntos, aponta a disputa eleitoral como uma necessidade atual dos povos originários e afirma que o Congresso Nacional vai ter sempre um “parente”. Ao ser questionada sobre o convívio com os colegas, a deputada afirma que, por conta do distanciamento imposto pela pandemia, os embates são menos diretos. Ela relata que sempre busca o consenso da base aliada e enfatiza que algumas pautas, como a ambiental, indígena, econômica e de privatização, geram mais polêmicas do que outras. De acordo com Joenia, não é suficiente um governante declarar apoio aos indígenas se ele vota a favor de projetos que os massacram e lhes retiram direitos. A deputada afirma também que mesmo em meio à alianças políticas, certos direitos são inegociáveis, como a aprovação de mineração em terras indígenas. A entrevista destaca ainda a importância do movimento para a sociedade e o fato de que, atualmente, os indígenas começam a ser percebidos sob uma nova perspectiva.

O segundo texto analisado foi veiculado em 07 de abril de 2022 na editoria “Clima” com o título “A Funai parou de ajudar as pessoas que estão defendendo a floresta, diz líder Kayapó”. A entrevista foi realizada com Doto Takak Ire durante a realização do ATL do mesmo ano. Ao longo da conversa, o líder Kaiapó afirma que desde 2019, ano em que Bolsonaro assumiu a presidência, as invasões aos territórios tornaram-se mais frequentes. Nos quase 5 mil hectares da TI Menkragnoti, que compreende os estados do Pará e Mato Grosso, vivem cerca

de 1.200 indígenas — o povo Mebêngôkre Kayapó Mekrãgnoti divide o espaço com os grupos isolados do Iriri Novo e de Mengra Mrari. Destaque para o enfraquecimento de órgãos de proteção aos indígenas desde o governo Temer e da defesa dos territórios realizada pelos próprios indígenas, que, cercados por mineradores, criaram bases de vigilância para monitorar e “diminuir os estragos”.

Toda semana, um grupo de seis indígenas segue o rio e monitora os locais de risco portando suas armas tradicionais e se guiando a partir dos aprendizados provenientes de capacitações sobre a forma de abordagem, oferecidas pelo Ibama de 2010 a 2019 — com a chegada do governo Bolsonaro, o programa também foi paralisado. Como parte do Programa de Proteção Territorial, os guerreiros abordam e dialogam com os invasores, além de monitorar os resultados via satélite (Scofield, 2022).

Ao longo do texto, há destaque para a questão do garimpo, cujos índices de invasão e destruição aumentaram significativamente ao ser colocado em pauta e apoiado pelo governo da época. Outro tema recorrente ao longo da entrevista é a desestruturação da Funai promovida pelo governo Bolsonaro. “Antigamente, a Funai ajudava os povos indígenas, ajudava na fiscalização, ajudava a proteger a floresta. Mas depois quando o Bolsonaro assumiu, a Funai não existe mais e não está atuando mais nas aldeias” (Scofield, 2022). O líder indígena destacou ainda que os madeireiros e garimpeiros passaram a exercer influência significativa no órgão e, desse modo, várias iniciativas foram descontinuadas, além da cooptação de vários indígenas para atuarem em atividades ilícitas. O PL 191 também foi posto em pauta argumentando-se que, mesmo com as atividades serem consideradas ilegais, já ocorriam muitas invasões. Com a aprovação do PL, a situação se agravaria. Ao ser indagado sobre a importância do ATL para os indígenas, a liderança afirma que é nesse evento que eles compartilham as necessidades e se ajudam mutuamente, destacando a importância do encontro, que deve ser transmitido de geração para geração. Outra ênfase na entrevista foi sobre como as mudanças climáticas também afetam os indígenas: não chove quando deveria; os peixes desaparecem, também em consequência do garimpo, reiterando-se a afirmação de que são os indígenas os defensores das florestas. Destacam-se ainda as perguntas sobre como os indígenas, por meio de seus conhecimentos ancestrais da terra, conseguem recuperar áreas afetadas pelos brancos. “Quando a gente chegou lá não tinha peixe nenhum, mas cinco anos depois, com a presença dos Kayapós, que prenderam barco, prenderam arma, prenderam caça e pesca dos caras, cinco anos depois a gente viu os efeitos e que os peixes voltaram” (Scofield, 2022). Por ser ano eleitoral, o líder indígena afirmou que há um consenso entre eles para votar em Lula e não em Bolsonaro, mesmo reconhecendo que Lula tenha cometido erros, como a construção da usina de Belo Monte.

O terceiro material analisado é um ensaio fotográfico de 8 de abril de 2022, publicado na editoria “Clima” e intitulado: “Indígenas de todo o Brasil ocupam Brasília em defesa de seus direitos e territórios”, com a linha fina: “Com cerca de 7 mil indígenas de 200 povos, o 18º Acampamento Terra Livre busca “retomar o Brasil”, “demarcar territórios e aldear a política””. Este texto foi escolhido porque, além do ensaio fotográfico, apresenta uma matéria jornalística, fruto da parceria da repórter e da fotojornalista.

Ao longo do ensaio jornalístico, há total destaque para a importância do Acampamento Terra Livre, realizado todos os anos em Brasília, e que em 2022 contou com a participação de 7 mil indígenas de 200 povos. A pauta do acampamento é evidente: defesa da demarcação de TI’s, oposição ao PL 191/2020 (legaliza mineração nos territórios) e oposição ao PL 490/2007 (tese do Marco Temporal, discutida no capítulo 4). Ao estabelecermos uma relação deste texto com os outros materiais analisados de 2022, tanto na entrevista com a deputada Joenia Wapichana quanto com o líder Kayapó, percebe-se que a discussão fundamental girava em torno dos debates sobre os PL’s acima citados. A carta aberta elaborada pelos povos originários contra o projeto que libera a mineração sem permitir aos povos a decisão final sobre o destino de suas próprias terras foi publicada um dia antes da marcha - que costuma ser o principal ato dentro do acampamento. “O governo atual quer promover a especulação imobiliária sobre os territórios indígenas e incentivar a invasão do agronegócio” (Scofield; Anholete, 2022). Inclusive, registram-se falas de Joenia e Doto Takak Ire. De acordo com a deputada, os PLs são “totalmente contrários ao interesse público, só afetam a vida dos mais fracos, dos mais vulneráveis, dos povos indígenas e de quem defende o meio ambiente”. Para o líder Kayapó “É um processo criminoso, e, se for o caso do Congresso aprovar [o PL 191], a gente vai ter que ir ao Supremo, pedir pro Supremo barrar esse papel que quer destruir o nosso futuro, o nosso sonho” (Scofield; Anholete, 2022). No final do ensaio, a repórter divulga o evento e menciona que nos corredores do ATL se ouvem várias línguas. Existem 274 línguas indígenas no Brasil. O enquadramento dado às fotografias¹⁶ mostra os indígenas em luta e busca apresentar o funcionamento do ATL para além de representações estereotipadas.

A reportagem “Indígenas se articulam para formar bancada indígena no Congresso e parlamentos estaduais”, publicada em 12 de abril, inicia destacando que, até o ano de 2022, somente dois indígenas haviam ocupado assentos na Câmara dos Deputados e nenhum deles havia chegado ao Senado. O primeiro foi o xavante Mário Juruna, que se elegeu em 1982; a

¹⁶ Os ensaios da Agência Pública não estão disponíveis para republicação. As fotografias podem ser acessadas por este link: [Ensaio](#).

segunda foi Joenia Wapichana, primeira mulher indígena a se tornar deputada federal, eleita no pleito de 2018 pelo partido Rede Sustentabilidade de Roraima. Entre o término do mandato de Juruna — que quase foi cassado por confrontar os militares — e o início da gestão de Wapichana, o Congresso brasileiro permaneceu 30 anos sem nenhum representante dos povos originários. Para evitar que isso aconteça novamente, a Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib) e o Parlamento Indígena do Brasil (ParlaÍndio) começaram a se articular para lançar candidaturas competitivas e criar uma “bancada indígena ou do cocar”.

A abordagem da reportagem noticia a existência das candidaturas indígenas sempre apresentando-as como parte de um processo coletivo, já que todas as decisões sobre as eleições passaram pelas instâncias deliberativas dos povos indígenas, e a oficialização aconteceu durante o ATL. Estes trechos da reportagem corroboram esse entendimento.

Para decidir quais nomes teriam suas campanhas encabeçadas pela articulação, a entidade criou um ranking de prioridades. Serão preferidos, segundo Guajajara, os candidatos indígenas que sejam indicados pelo movimento por meio das associações regionais, estejam em partidos progressistas e tenham maior potencial e viabilidade eleitoral. Parte da estratégia foi delimitada entre 20 a 26 de fevereiro de 2022, no Fórum Nacional de Lideranças Indígenas, na Baía da Traição, no estado da Paraíba (Scofield, 2022).

Já o ParlaÍndio definiu cinco critérios para escolher seus candidatos. De acordo com documento de estratégia eleitoral elaborado pelo grupo, a seleção foi feita com base no **histórico de luta no movimento indígena, liderança e legitimidade na comunidade, qualificação pessoal para exercer o mandato, legitimidade no próprio povo e popularidade, e capacidade de articulação política dos interessados** (Scofield, 2022, grifos nossos).

Um destaque significativo ao longo da reportagem é a explicação, por parte da repórter, do processo de organização das candidaturas que, além de ser uma decisão coletiva, envolveu encontros de formação política com cientistas políticos. Estes explicaram o funcionamento da democracia e do sistema eleitoral brasileiro para os indígenas em diversas regiões do país. “Não é nosso trabalho, não é nossa cultura, é uma cultura do outro, mas por conta dos problemas que nós viemos enfrentando, nós precisamos nos apropriar dessas culturas, e uma delas é a política partidária” (Scofield, 2022). A decisão de ingressar na “política dos brancos” não foi uma opção, e sim uma necessidade, dado que os direitos indígenas estavam sendo destruídos de forma mais intensa em 2019-2022. A eleição de Joenia também foi apresentada como um exemplo de quebra de paradigmas, a partir da qual os indígenas passaram a acreditar na possibilidade de ocupar esses espaços. No ATL de 2022, também ocorreu a campanha de “Parente vota em Parente”, uma iniciativa para conscientizar os povos indígenas, e um trabalho similar estava sendo desenvolvido nos territórios. “Estamos tentando desconstruir aquilo que

disseram sobre nós. Por isso, esse ano a gente vem ainda com esse incentivo para que os parentes votem em parentes e que tragam outros votos de fora para os parentes também” (Scofield, 2022).

O último texto de 2022 analisado é uma entrevista com Toya Manchineri, assessor político da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). “Eleger indígenas é “mudar estrutura do Estado” a favor dos povos, diz liderança amazônica” publicado em 14 de abril. A entrevista reforça a questão das candidaturas indígenas e também o compromisso assumido por Lula durante o acampamento de criar um ministério indígena e homologar todos os territórios pendentes até o final de um eventual mandato.

Mais uma vez, reforçam-se as seguintes informações: a necessidade dos indígenas ingressarem na política; a desestruturação de todos os órgãos ambientais pelo governo Bolsonaro; a afirmação de que são os indígenas que defendem o meio ambiente e estão na vanguarda dessa proteção; mais uma vez a construção de Belo Monte durante o governo do PT foi colocada em pauta, e o entrevistado argumentou que, pelo menos sob a gestão de Lula, a possibilidade de diálogo existe. A reportagem ressalta, em vários momentos, que a decisão dos povos originários de ingressar na política foi coletiva e partiu do entendimento que eles precisavam estar inseridos no sistema para lutar pelos seus próprios direitos.

7.2 Amazônia Real

A Amazônia Real identifica-se como uma agência de jornalismo independente e investigativo que confere visibilidade às populações e questões da Amazônia. Busca contar histórias da Amazônia e de sua população, principalmente daquelas que não recebem destaque na grande imprensa. “A Amazônia Real também defende que as populações tradicionais sejam protagonistas de suas próprias narrativas” (Quem somos - site Amazônia Real). A Amazônia Real (AR) é também o único meio analisado nesta pesquisa que possui uma editoria específica destinada às questões dos povos originários, intitulada “Povos Indígenas”. Em 2021, a coleta foi realizada entre 30 de março e 7 de maio, totalizando oito reportagens, todas publicadas na editoria “Povos Indígenas”. Já em 2022, a coleta ocorreu entre 3 de março e 21 de abril, resultando em doze reportagens - 11 na editoria “Povos Indígenas” e uma na editoria “Política”.

Para identificação dos textos jornalísticos, utilizou-se o evento “Acampamento Terra Livre” como um dos “indexadores” para mapear o “conteúdo”. Buscou-se também a

ocorrência dos termos “indígena”, “índio”, “povos originários”, “acampamento”, e a coleta de dados foi realizada por meio da extração manual de todos os conteúdos publicados.

Realizado esse mapeamento inicial do material coletado, procedeu-se a uma análise de enquadramento, a partir de uma abordagem conceitual que postula a ideia da existência de correlações entre a forma como as notícias são construídas e o modo como elas serão interpretadas. A principal contribuição deste tipo de estudo reside em perceber, a partir dos textos publicados, como a mídia informativa tem (ou não) alterado seu comportamento em relação a certas coberturas, identificar onde ela mantém determinadas representações e inferir a partir desse material publicado motivações para tais procedimentos.

7.2.1 Amazônia Real 2021

A primeira reportagem analisada, de 30 de março, inicia com a história de Eldo Carlos Gomes Barbosa, 41 anos, indígena da etnia Shanenawa, que contraiu Covid-19 em 2020, enfrentou um tratamento difícil e perdeu o avô. A reportagem inicialmente foca na trajetória individual de Barbosa para, subsequentemente, demonstrar a universalidade de sua experiência, representativa da realidade de inúmeros indígenas. Destaca-se a falta de atendimento médico em diversas comunidades indígenas, a carência de testes rápidos e assistência, o elevado número de indígenas infectados pela Covid e, aliada a esse cenário, a disseminação de muitas notícias falsas (fake news) sobre a vacina. Indígenas não aldeados precisavam comprovar sua identidade étnica para poder tomar a vacina e, diante de tantas dificuldades dentro e fora dos territórios, observou-se uma valorização da medicina tradicional. O texto ressalta que o Estado do Acre registrou um recorde de mortes e destaca que as comunidades indígenas afetadas estavam desprovidas de políticas de proteção tanto do governo federal quanto do estadual.

A reportagem publicada em 05 de abril mostra a violência contra os indígenas Guarani-Kaiowá. “Eles já chegaram batendo e xingando, chamando de vagabundo, que só queremos roubar a terra deles e que a gente tinha que morrer”, disse o indígena Guarani-Kaiowá Vitorino Franco, de 37 anos, à agência Amazônia Real sobre o momento de terror que vivenciou em 16 de março. Alguns destaques incluem: o incentivo presidencial para que a população ande armada e a reivindicação pelo território Tekoha Guaiviry. “Os Guarani-Kaiowá chamam o Tekoha Guaiviry na língua indígena de “lugar onde se é” (Camilo, 2021). Para eles, trata-se de uma ocupação tradicional, onde existe um cemitério de antepassados. A Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciou o estudo de demarcação do território em 2008, mas o processo encontra-

se paralisado no órgão desde 2012. O texto contextualiza que os capangas das fazendas passam em frente à aldeia para fazer ameaças e os indígenas temem por suas vidas. “Não há dúvidas de que o crime esteja relacionado com a disputa de terra envolvendo os indígenas e os fazendeiros da região. A Polícia Civil investiga o caso como um crime comum, alegando que não há elementos para relacioná-lo a um conflito agrário” (Camilo, 2021). Os indígenas alegam que o conflito se iniciou no século XX, quando foram expulsos por colonizadores para o plantio de erva-mate. Dali, foram transferidos para a Terra Indígena Amambai, criada pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

A partir da [re]ocupação, o conflito agrário se estabeleceu entre os indígenas e os proprietários rurais. Nos últimos dez anos, registraram-se diversas investidas por parte dos fazendeiros para retirar os Guarani-Kaiowá do local. Em 18 de novembro de 2011, o grande cacique da comunidade, Nísio Gomes, de 55 anos, foi assassinado. O caso recebeu cobertura da imprensa internacional, com publicações no jornal *The New York Times* e TV *Al Jazeera*. De acordo com o relatório “Violência contra os Povos Indígenas do Brasil” do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), publicado em 2011, pistoleiros contratados por um grupo de fazendeiros da região invadiram o acampamento para expulsar os indígenas. Contudo, Nísio e outros indígenas não recuaram e enfrentaram os pistoleiros com bordunas e machadinhas. Os pistoleiros começaram a atirar e atingiram Nísio no pescoço e no braço. Antes de morrer, o cacique ainda desferiu um golpe de machadinha na perna de um dos criminosos. No relatório, Valmir Gomes, um dos filhos de Nísio e irmão de Genito, a atual liderança, relata ter presenciado os pistoleiros jogando o corpo do pai na carroceria de uma caminhonete e fugindo do local. O corpo do cacique nunca foi encontrado, e a comunidade não pôde enterrar de forma digna seu grande líder no *tekoha* – um ritual sagrado para a cosmologia dos Guarani Kaiowá. O mesmo episódio de violência foi abordado pela Agência Pública. Nesta reportagem da Amazônia Real, também se identificam os perpetradores da violência, incluindo fazendeiros e suas propriedades, mencionam-se condenações judiciais que não resultaram em punições efetivas, e cita-se a empresa encarregada da “segurança” dos fazendeiros.

O texto de 08 de abril destaca os efeitos da pandemia na saúde mental das famílias indígenas e a ausência de consideração para o atendimento psicológico destinado a esses povos. Ao perceber a vulnerabilidade dos povos originários, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) decidiu prestar assistência psicológica para as famílias afetadas pela pandemia e a procura tem sido expressiva. Estão sendo distribuídos folders informativos sobre saúde mental,

em português e na língua Wapichana. Destaca-se que o luto é vivenciado diariamente de forma coletiva, e o ritual de despedida tornou-se uma situação particularmente difícil.

Um exemplo é a quebra do ritual de despedida, onde as famílias não estão podendo fazer o velório. Antes do vírus, as famílias tinham o costume de compartilhar utensílios, gostavam de tomar a bebida indígena caxiri na mesma cuia, e hoje isso não pode mais ser compartilhado. Eles não fazem mais almoços comunitários onde reuniam as famílias, nem fazem mais suas comemorações tradicionais (Montel, 2021).

Enfatizam-se as tradições indígenas que estão sendo rompidas, como o sepultamento realizado fora do território. O atendimento desumanizado, mesmo após um ano de pandemia, e o completo abandono por parte do governo federal levaram os povos originários a recorrer à medicina tradicional e a realizar bloqueios em estradas, visando impedir a entrada de pessoas contaminadas em seus territórios.

O quarto material, intitulado “Prefeitura de Boa Vista quer usar vacinas de indígenas”, aborda o remanejamento de vacinas destinadas aos indígenas para outros grupos, desconsiderando o fato de que muitos indígenas morreram em decorrência da Covid-19. O motivo alegado era a suposta recusa da vacina por parte dos indígenas. A reportagem destaca também a falta de investimento em vacinas pelos governos federal e estadual, bem como o desvio de doses. Coordenadores da saúde indígena afirmam que a recusa à vacina é mínima, sendo o principal problema o armazenamento dos imunizantes. “Para o tuxaua, as notícias de que os povos indígenas não querem se vacinar não são verdadeiras. O que ocorre é a falta de um trabalho de conscientização dentro das comunidades” (Montel, 2021). O negacionismo propagado pelo então presidente da república também foi abordado.

A reportagem “A luta dos Tembé contra invasores, queimadas e Covid-19” tem como tema central o desmatamento no Pará. Os focos de queimadas consumiram com rapidez árvores centenárias, afugentaram ou mataram os animais, como jabutis e macacos, na Terra Indígena Alto Rio Guamá (Tiarg), localizada na divisa do Pará com o Maranhão. Um elemento proeminente no texto é a relação intrínseca entre os indígenas e a natureza. “O que eu sinto é que um pouco de nós indígenas está se acabando, porque o índio tem uma relação muito próxima com a floresta, com a natureza. Isso [as queimadas] descaracteriza o índio, porque o índio vive na floresta, ele é da floresta” (Pedrosa Neto, 2021). As entrevistas para a matéria foram realizadas remotamente devido à pandemia de Covid-19. Os relatos dos caciques foram impactantes, pois evidenciavam o intenso sofrimento causado pelos incêndios, além da existência do vírus. Destaca-se o seguinte trecho da reportagem:

Ao chegar na cancela que separa o território tradicional das numerosas fazendas e colônias da região, o cacique Reginaldo explicou que antes da descoberta do fogo

próximo às aldeias Cajueiro e Ka'a kyr, os 40 homens de diferentes comunidades que integram o grupo dos Guardiões da Floresta revezavam-se para tentar impedir a entrada da Covid-19. As queimadas mudaram os planos. Era preciso combater a ameaça de destruição dos 280 mil hectares do território – um dos mais antigos a ser demarcado pelo Estado brasileiro, e palco de inúmeros conflitos agrários, perseguições e ameaças diretas à vida de lideranças indígenas, que resistem (Pedrosa Neto, 2021).

Outro ponto importante mencionado no texto é que os “guardiões da floresta” surgiram em decorrência da completa inação por parte dos órgãos responsáveis. Os conflitos relacionados ao território são um tema recorrente na reportagem, que detalha os agentes envolvidos, identificando os tipos de madeira extraída ilegalmente e os responsáveis por essa exploração. A luta pelo território e a ocupação da TI por posseiros, madeireiros e grileiros são apresentadas como um problema histórico na Tiarg. A vigilância, tanto em relação às queimadas quanto à Covid-19, é realizada pelos próprios indígenas. “A floresta tem vida igualmente os indígenas, a natureza se destruindo a gente também se destroi” (Pedrosa Neto, 2021). Ao final da reportagem, há um vídeo intitulado “Entre o fogo e a Covid 19”.

Em 21 de abril, a reportagem “Cheia e Covid-19 colocam em risco a segurança alimentar de aldeias do Acre” demonstra, mais uma vez, que as catástrofes ambientais atingem diretamente os indígenas. Um exemplo são as enchentes do início de 2021, que destruíram as plantações, arrastaram o gado deixando os indígenas sem água potável. Isso os forçou a buscar alimentos na cidade, expondo-os à contaminação pela Covid-19. Os sistemas de comunicação também foram interrompidos, impossibilitando que os indígenas solicitassem auxílio aos órgãos responsáveis.

A reportagem “MPF quer proteção federal aos indígenas Munduruku atacados no Pará” divulga os efeitos do garimpo ilegal nas terras indígenas e a incapacidade do governo estadual em controlar o avanço das atividades ilícitas, bem como os atentados contra os povos. O trecho da reportagem reproduzido abaixo revela o nível de violência sofrido pelos indígenas.

No dia 19 de abril, uma comitiva de 102 indígenas Munduruku foi para Brasília para defender o garimpo ilegal em encontros com autoridades públicas. **Dois ônibus com crianças e idosos foram levados, enganados pela Associação Pusuru, para a capital federal.** Apoiado pelo governo de Jair Bolsonaro e por empresários da mineração, o grupo minoritário Pusuru pretende barrar uma possível operação que está sendo articulada pelo MPF para conter a atividade mineradora em terras indígenas (Aragão, 2021, grifos nossos).

Algumas associações indígenas emitiram nota de repúdio a esses indígenas, afirmando que a Associação Pusuru representa o direito dos garimpeiros. A reportagem apresenta uma série de denúncias, como, por exemplo, a falta de fiscalização para conter o avanço do garimpo ilegal no território Munduruku, no Alto e Médio Tapajós, estado do Pará, o que leva os

indígenas a assumirem a responsabilidade pela proteção integral de seus territórios. Além da falta de políticas públicas efetivas, as invasões também são incentivadas pelo discurso inflamado do então presidente Bolsonaro.

Algo bastante enfatizado ao longo da reportagem são os diversos níveis de violência sofridos pelos indígenas, como ameaças, intimidação e destruição de sedes de associações de luta, a exemplo do vandalismo na sede da Associação das Mulheres Munduruku Wakoborũn, no município de Jacareacanga (PA). “As mulheres indígenas viraram alvo dos criminosos porque assumem a linha de frente da defesa dos seus territórios e dos direitos humanos dos seus povos. Elas recebem constantes ameaças, intimidações e tentativas de criminalização” (Aragão, 2021). A violência foi uma tentativa de silenciar as mulheres Munduruku que se opõem à mineração ilegal em seus territórios.



Imagem 36 e 37: A sede da Associação de Mulheres Indígenas Munduruku foi atacada
(Foto: AMIM- Wakoborũn) - Amazônia Real (2021)

Um dado importante apresentado pelo texto é que, em 2018, uma perícia realizada pela Polícia Federal, em Santarém, apontou que os impactos da mineração na região Oeste do Pará já provocam consequências semelhantes aos danos causados por mineradoras no Sudeste do Brasil.

Nos garimpos da bacia do Rio Tapajós, temos um despejo estimado de no mínimo 7 milhões de toneladas por ano, o que equivaleria dizer que a cada 11 anos a atividade garimpeira despeja no Rio Tapajós a mesma quantidade, em massa, de sedimentos que a Samarco despejou no Rio Doce quando do rompimento das barragens de rejeitos, expõe a perícia (Aragão, 2021).

Outro estudo, realizado pelo Monitoring of The Andean Amazon Project (MAAP), revelou que o desmatamento está diretamente ligado à mineração no interior das TI's. Isso corrobora as hipóteses sobre o ciclo do desmatamento: o desmatamento é consequência da mineração; em seguida, as áreas de TI são convertidas em pastagens e, por fim, destinadas ao

plantio de soja. Além de todas essas questões, os indígenas apresentam níveis elevados de metais pesados no organismo.

A reportagem de 05 de maio “Indígenas do Amazonas vão denunciar genocídio em fóruns internacionais” denuncia que ataques às comunidades indígenas e ribeirinhas no rio Abacaxis ameaçam a sobrevivência dos povos isolados da Terra Indígena Vale do Javari no município de Atalaia do Norte (mesma comunidade de isolados que Bruno Pereira buscava proteger). Denuncia também a omissão em relação à saúde dos indígenas em contexto urbano (negligência sanitária; falta de dados; negação de vacina; distribuição de kit Covid, etc.).

O objetivo da acusação é responsabilizar o Estado brasileiro por descaso e por atos que configurariam genocídio, como a morte do Aruká Juma por Covid-19. Aruká foi o último homem do povo Juma e faleceu devido a dificuldades no acesso a tratamento médico. O texto deixa evidente variadas formas de violência que os indígenas do Amazonas sofrem, incluindo ameaças de traficantes de drogas. Diante desse contexto, a Polícia Federal solicitou que a Polícia Militar (PM) fizesse a proteção do local, mas a PM está sendo acusada de participação no massacre. O Vale do Javari é palco de diversos crimes ambientais e as lideranças indígenas comparam esse período ao da ditadura militar, quando ocorreu uma drástica diminuição populacional de indígenas. Segundo eles, os invasores são encorajados pelo governo federal, uma vez que o então presidente Bolsonaro se posicionava contrariamente aos direitos indígenas. A denúncia apresentada ao longo da reportagem permeia a situação de calamidade do Vale do Javari, que abriga diversos grupos indígenas isolados (uma questão que ganhou grande destaque no jornalismo *mainstream* após os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Philips).

7.2.2 Amazônia Real 2022

A reportagem “Bolsonaro usa guerra da Rússia para forçar mineração em terras indígenas”, publicada em 03 de março de 2022 - único texto a ocupar a página de “Política” -, destaca que o líder do governo protocolou um requerimento para que o Projeto de Lei 191/2020, que libera o garimpo em territórios indígenas, para tramitar em regime de urgência. Os indígenas consideraram essa a maior investida anti-indígena promovida pelo governo federal (referindo-se à potencial aprovação de mineração em TI). O argumento utilizado foi a existência de potássio (mineral essencial para produção de fertilizantes) em terras indígenas e a iminente escassez desses produtos com a guerra na Ucrânia.

Para a oposição, que praticamente jogou a toalha diante do trator governista e do lobby do agronegócio no Congresso, o PL 191/2020 é o golpe mais articulado contra

a autonomia territorial dos povos indígenas. Uma vez aprovado, passará a ser permitida a “exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos” em reservas indígenas. O principal argumento de Bolsonaro é o aproveitamento econômico dos territórios indígenas (Amazônia Real, 2022).

Há também destaque para a fala de Bolsonaro de que “o índio não pode continuar sendo pobre em cima de terra rica”. O texto explica de forma detalhada o conteúdo do PL 191/2020 e relembra a visão negativa da comunidade internacional sobre a agenda anti-indígena do governo Bolsonaro. “O Brasil de Bolsonaro se tornou emblemático na violência contra os povos indígenas” (Amazônia Real, 2022). Esta é a única reportagem analisada que não possui assinatura de um jornalista específico.

O texto de 09 de março intitulado “Governo Bolsonaro ignora Ato pela Terra e aprova tramitação do PL 191” aborda a aprovação, em regime de urgência, do PL 191/2020, mesmo diante da mobilização “Ato pela Terra”, convocada pelo músico Caetano Veloso e que estava acompanhado de dezenas de artistas e lideranças da sociedade civil. O ato ocorreu no gramado da Esplanada dos Ministérios durante a votação, não gerando qualquer tipo de recuo por parte dos parlamentares, e o projeto apelidado de o “PL da morte” foi aprovado por uma espécie de rolo compressor no Congresso. Ao ser mencionado ao longo da reportagem, Arthur Lira é identificado como “o agropecuarista Arthur Lira”.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) apelou para a guerra da Rússia contra a Ucrânia como forma de acelerar a tramitação do PL 191, de autoria do próprio Executivo. No falacioso argumento, o Brasil enfrentará dificuldades se não permitir a mineração em terras indígenas, uma vez que se refere à presença do mineral no rio Madeira. O País importa da Rússia cerca de 20% do potássio necessário para a fabricação de fertilizantes. Porém, a maior parte não se encontra nas terras indígenas (Ávila, 2022).

O deputado Ivan Valente é citado como fonte, afirmando que o Brasil possui reservas de potássio para mais de 100 anos, e apenas cerca de 10% dessas reservas estariam em terras indígenas. Os agentes do agronegócio são caracterizados como trogloditas. A ativista Txai Suruí também figura como fonte, afirmando que os indígenas vivem uma verdadeira guerra com 20 mil garimpeiros na terras Yanomami, 6 mil cabeças de gado na terra Uru-Eu-Wau-Wau e garimpeiros em sua terra, Sete de Setembro, em Rondônia. Ela enfatizou as contaminações por mercúrio decorrentes da exploração de garimpos no país e as ameaças de morte enfrentadas pelos povos que resistem na defesa de seus direitos constitucionais. E afirmou que esses projetos em tramitação no Congresso teriam como objetivo beneficiar os criminosos ambientais.

O terceiro material analisado, “Povos indígenas se mobilizam no Acampamento Terra Livre contra ataques de Bolsonaro”, destaca que 2022 será o último ano do “governo genocida”. A reportagem informa que, com toda agenda anti-indígena em andamento no Congresso,

principalmente a proposta de abertura de territórios tradicionais às mineradoras pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), e a retomada do julgamento da tese do marco temporal pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a duração do 18º Acampamento Terra Livre (ATL) foi ampliada em seis dias, ocorrendo de 4 a 14 de abril, em Brasília. A cada ano, o evento se consolida como uma expressão cada vez mais representativa das mobilizações populares indígenas. Em 2022, voltou a ser presencial, após dois anos realizado virtualmente por causa da pandemia da Covid-19, e contou com a participação de mais de 5 mil indígenas de vários territórios. O ponto central do ATL foi a defesa da demarcação de terras e o objetivo de “aldear a política”. O texto destaca, por diversas vezes, os vários projetos que compunham o chamado pacote do rolo compressor do governo de Bolsonaro e, toda vez que se refere a Arthur Lira, então presidente da Câmara, o identifica como o “agropecuário Arthur Lira”.

A reportagem de 05 de abril (publicada durante o ATL de 2022) inicia com a fala de uma das maiores lideranças indígenas do Brasil: “Não temos dinheiro para comprar deputados” e destaca a necessidade de os indígenas coletarem 1 milhão de assinaturas para barrar o que é descrito como o pacote de destruição de Bolsonaro. A liderança indígena Megaron Txucarramãe discursou na plenária do acampamento e foi enfático ao dizer, dirigindo-se aos brancos, que a riqueza para os ricos é pedra - se referindo à atividade garimpeira. “O acampamento levanta a bandeira da demarcação de terras como principal foco em seus 18 anos de luta, mas desta vez os indígenas decidiram reagir a essa ameaça direta e frontal aos direitos dos povos originários” (Ávila, 2022). Um dos principais destaques do texto foi a publicação de uma carta aberta em três idiomas (português, inglês e espanhol) denunciando o PL 191. No documento argumentava-se que o projeto pretendia beneficiar grileiros com a regularização de terras invadidas, apresentando “evidentes problemas jurídicos e de inconstitucionalidade” e desconsiderando tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. O texto denuncia ainda a situação de 19 mil indígenas em cerca de 140 aldeias, que estariam cada vez mais afetados por doenças como diabetes, diarreia, malária e, principalmente, pelas consequências da contaminação por mercúrio, utilizado na extração de ouro. Os Mundurucu denunciam que criminosos escondem armas e drogas em seu território e que, muitas vezes, fazem disparos de armas de fogo e ameaçam pessoas de morte.

A reportagem “Brasil é denunciado na ONU por violações aos direitos dos indígenas” destaca a denúncia feita junto ao Parlamento Europeu e à Organização das Nações Unidas (ONU) referente a violações dos direitos humanos dos povos indígenas. Em audiência internacional online, lideranças alertaram que esses ataques têm ocorrido de forma sistemática

e seriam desencadeados com o incentivo do governo Bolsonaro e de setores do Congresso. A audiência ocorreu no terceiro dia do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, evento marcado pela preocupação dos indígenas em discutir e encaminhar as questões judiciais que os afetam. A interlocução com representantes dessas duas instituições globais serviu também como um alerta à comunidade internacional. Diversos pronunciamentos foram feitos no ATL, antes da marcha principal (Ouro de sangue: marcha contra o garimpo que mata e desmata). Os rituais foram descritos e as falas das lideranças indígenas ganharam destaque. O relator da ONU afirma que o Brasil está sendo envenenado por agrotóxicos e que crimes são cometidos por grandes corporações e ficam impunes. Destaca-se o papel dos advogados indígenas, que têm feito a diferença, mas ressalta-se a necessidade de um número maior desses profissionais atuando nos tribunais. O texto ressalta que, diante de tantos ataques proferidos aos indígenas durante o governo Bolsonaro, eles decidiram participar mais ativamente da vida política, como o lema de aldear a política. Trecho de destaque:

Desde o primeiro dia, o ATL tem demonstrado uma preocupação crescente dos indígenas de participar mais ativamente da vida política. Será de suma importância potencializar e buscar amplo apoio para as candidaturas indígenas, uma vez que muitos pré-candidatos e muitas pré-candidatas são reconhecidas lideranças indígenas que já trazem consigo um respeitoso histórico de atuações na defesa dos direitos indígenas, do meio ambiente e da democracia, **e que agora investem na política partidária como uma potente estratégia coletiva de luta para prosseguir com este propósito**, explicou Samara Pataxó (Ávila, 2022, grifos nossos).

Ressalta-se que, novamente, ao mencionar a entrada dos indígenas para a política, esta é apresentada como resultado de um processo coletivo e de estratégia de sobrevivência, e que as candidaturas indígenas só são aprovadas após o aval da comunidade ou organização indígena à qual o candidato pertence.

A matéria “Pré-candidatas indígenas defendem suas causas e mostram força em Brasília” traz à discussão o tema das eleições. No texto, é enfatizada a reunião de mulheres indígenas que pretendiam concorrer ao pleito com Edson Fachin, então presidente do TSE. Os indígenas manifestam o desejo de participar das decisões do país e afirmam que não vão aceitar um Brasil sem a sua participação. Fachin disse que 2022 seria marcado pela defesa da democracia, com respeito ao diálogo e à igualdade, reconhecendo que a sociedade tem um déficit histórico com os povos indígenas. Ele enfatizou a necessidade da presença de mulheres no processo democrático. O presidente do TSE destacou a importância da terra como elemento vital e afirmou que, assim como dizem os povos indígenas, devemos ser fiéis a esse chamado. O texto narra que os indígenas decidiram se envolver na “política dos brancos” por não suportarem mais ver seus povos sofrerem e serem contaminados por mercúrio. O termo “Aldear

a política” é retomado diversas vezes, associado ao lema: “Antes de existir o Brasil da Coroa, existia o Brasil do Cocar”.



Imagem 38: Pré-candidatas indígenas na plenária do ATL - Amazônia Real (2022)

O texto destaca a reunião de várias mulheres, para além das pré-candidatas, fortemente pautado na concepção das indígenas comporem a mãe-Terra. Destacam-se duas falas que resumem a tônica desta narrativa, proferidas pela conselheira das bases da Apib de Tocantins, Gessira Krahô, e a outra por de Raquel Krahô, respectivamente:

Não sei escrever, mas sabemos o que queremos, somos donas das panelas, dos maridos, das roças, dos netos e por isso conhecemos nosso território. Os brancos pensam que somos cegas e surdas, mas eu tenho o sonho de que essa mulherada vai tomar conta do Brasil. Tenho certeza que vamos mandar embora esta gente que envenena as nossas terras. Quero meus netos se banhando em água limpa, comendo caça limpa e não esta carne de boi que eles dão injeção pra crescer rápido. Não sei nada de caneta mas, se uma destas quiser, o meu voto será dela. E os homens precisam de nós do jeito que precisamos deles. Eles são os pais de nossos filhos, mas somos nós que carregamos crianças na barriga e na tipoia. Não vejo eles carregando aqui nenhuma criança no braço. Eu não vou voltar pra traz, quero dar meus passos para frente junto com a parentada (Ávila, 2022).

Cansei de votar em brancos, vamos colocar nesses espaços nós mesmas, que sabemos o que queremos para nosso futuro. Eu sou liderança e quero dormir bem, viver bem na nossa terra. Na minha aldeia ando pelada e não tenho vergonha, danço e canto e quero votar pra ajudar a tirar desse Congresso aqueles que estão jogando veneno em nossa terra (Ávila, 2022).

O foco do texto concentrou-se amplamente nas indígenas, pois todas as participantes da plenária feminina - que se estendeu por todo o dia - demonstraram força em seus discursos e se configuraram como personagens importantes tanto quanto as pré-candidatas, trajando cocares, acessórios e pinturas tradicionais.

A reportagem “Lula promete criar Ministério Indígena”, publicada em 12 de abril, exalta que a APIB, enquanto um coletivo, decidiu dar apoio ao candidato Lula, mas a associação declarou que não aceitaria mais obras como Belo Monte. Destaca-se a fala de Sonia Guajajara, que era coordenadora-geral da Apib na época: “Estamos aqui prontas, estamos aqui prontos, para que não haja mais Belo Monte no seu governo. Não precisamos de Belo Sun. Não podemos ficar à margem da construção desse país” (Ávila, 2022). O texto esclarece que a usina hidrelétrica de Belo Monte foi repudiada, com repercussões internacionais, especialmente por parte dos Kayapó desde os anos de 1980, e foi inaugurada por Dilma Rousseff pouco antes do processo de impeachment, em 2016. Sônia Guajajara é apresentada como uma das principais lideranças, competindo apenas com Joenia Wapichana. O texto também destaca que as plenárias do ATL estavam sempre lotadas. O evento começou com 5 mil participantes e, nos dias finais, contava com 8 mil participantes de 200 povos distintos. Destaca-se outro trecho da reportagem:

A falta das demarcações de terras indígenas nos governos petistas e a hidrelétrica de Belo Monte são considerados “erros graves” por grande parte das organizações vinculadas às questões indígenas. Porém, esses erros ficam eclipsados diante do contraste com as medidas adotadas pelo governo Bolsonaro, já denunciado como genocida a organismos internacionais. Desde o ano passado, é comum ver nos acampamentos indígenas em Brasília até mesmo entre os povos mais críticos, como os Kayapó, sustentarem o apoio à candidatura de esquerda que possa derrotar o governo do atual presidente (Ávila, 2022).

A reportagem ainda destaca que Lula permaneceu no ATL por três horas e conversou com várias lideranças indígenas, afirmando reconhecer o que poderia ter sido feito e o que faltou ser implementado em prol dos indígenas. Acrescentou que se assumisse a presidência, nada seria feito sem o consentimento dos povos indígenas. O então candidato ainda assumiu o compromisso de fazer o “revogaço” (revogação de atos normativos). “Sem festejar as promessas do ex-presidente, o articulador político da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), Toya Manchinieri, disse à Amazônia Real que a ideia de um Ministério Indígena não é nada nova” (Ávila, 2022). Uma carta de compromisso foi assinada por Lula e ele recebeu saudações e “bênçãos” indígenas.

O oitavo material analisado, também publicado em 12 de abril, intitula-se “Garimpeiros caçam animais para ‘brincar’, diz indígena da TI Yanomami”. O texto aponta que os Yanomami são aliciados, sofrem abusos sexuais e padecem com o aumento de casos de malária. “Além de destruírem a floresta, contaminar os rios, causar conflitos e ameaçar e atacar comunidades, os garimpeiros que exploram ouro ilegalmente na Terra Indígena Yanomami (Roraima e Amazonas), a maior do país, também contribuem para tirar o alimento dos indígenas, que são

exímios caçadores” (Costa; Farias, 2022). A indignação dos indígenas se dá também pelo fato de os garimpeiros estarem matando animais de caça para brincar e jogar fora, como uma espécie de esporte. Além disso, um dos principais rios da Terra Yanomami também encontra-se contaminado, por isso não tem mais peixe. O texto destaca também que o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami registrou um salto de 46% em 2021. Em 2022, já havia um relatório elaborado pela Hutukara Associação Yanomami (HAY), com apoio do Instituto Socioambiental (ISA), que denunciava o estado de calamidade em que viviam os Yanomamis. O relatório “Yanomani sob ataque” mostra que a atividade criminosa do garimpo ilegal impacta gravemente a principal fonte de alimento dos Yanomami, que é a caça. Os indígenas estão abandonando as roças e, atualmente, dependem dos garimpeiros para obter alimentos. A relação, no entanto, é caracterizada por absoluta desigualdade.

O relatório traz também denúncias de aliciamento de jovens, abusos sexuais de meninas indígenas, contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, desativação de postos de saúde e explosão dos casos de malária. O documento, de 84 páginas, joga luz sobre a rede criminosa e os impactos recentes do garimpo no território de 9,7 milhões de hectares e que abrange os estados do Amazonas e Roraima. Afirma que 16 mil indígenas de 273 das 350 comunidades Yanomami estão diretamente afetados pelo garimpo ilegal, que está longe de ser uma atividade artesanal e de pequena escala, resultando não só em destruição ambiental e sanitária, mas também em abusos físicos e violência (Costa; Farias, 2022)

A Amazônia Real entrevistou o pesquisador responsável pelo relatório que enfatizou: sob o governo Bolsonaro, a situação da mineração piorou consideravelmente, e a internet facilita a interação entre os garimpeiros, sendo um meio pelo qual as operações são divulgadas. O relatório ainda denuncia a existência de indivíduos dentro dos órgãos responsáveis que integrariam a quadrilha (proporcionando informações aos criminosos sobre futuras fiscalizações) e possíveis associação com o crime organizado, mais especificamente com o Primeiro Comando da Capital (PCC). A reportagem adverte que os pesquisadores que elaboraram o relatório não podem ter suas identidades reveladas por questões de segurança. A Amazônia Real procurou a Fundação Nacional do Índio (Funai) para comentar o relatório, mas não obteve retorno. Ao portal G1, a Funai enviou uma nota na qual afirma desconhecer o estudo realizado pela Hutukara e atribui o aumento do garimpo na Terra Yanomami à presença de garimpeiros da Venezuela na região e ao “fluxo migratório decorrente da crise humanitária”.

O levantamento atribui a aceleração no avanço do garimpo a seis fatores principais: o aumento do preço do ouro no mercado internacional, falhas na regulação do mercado do minério no país, a fragilização dos órgãos ambientais e de proteção aos indígenas e às políticas do governo Bolsonaro, além da crise econômica e inovações técnicas nos garimpos, como o acesso à internet. Após a divulgação do relatório, o Ministério Público Federal (MPF) de

Roraima declarou que o povo Yanomami vivia uma “crise humanitária” e afirmou que o relatório da Hutukara evidenciava pelo menos três crimes: contra a dignidade sexual de vulneráveis, trabalho escravo e disseminação de bebida alcoólica entre povos indígenas de contato recente. “As comunidades indígenas estão cada vez mais próximas do garimpo e não podem usufruir de seu habitat tradicional, já completamente degradado pelo desmatamento e poluição dos rios” (Costa; Farias, 2022). Ressalta-se que, em 2023, quando o governo federal do na gestão do PT declarou a crise humanitária dos Yanomamis, a cobertura da imprensa *mainstream* frequentemente tratou o evento como uma ocorrência recente, desconsiderando o acúmulo de várias denúncias anteriores que foram invisibilizadas pelo governo “genocida” quanto pela própria grande imprensa, que nunca deu destaque para a situação.

A reportagem “Garimpeiros armados invadem aldeia dos indígenas Xipaya no Pará”, publicada em 15 de abril (e atualizada em 16 do mesmo mês), denuncia a invasão de garimpeiros armados na Terra Indígena Xipaya. Uma balsa de grande porte, equipada com maquinário para extração de ouro, adentrou o território O pai da cacica, ao tentar impedir a invasão, foi agredido. Destaca-se a fala da cacica: “A gente nunca tinha visto um maquinário desses por aqui, declarou Juma, contando temer a destruição ambiental do território Xipaya com o possível incremento da atividade ilegal de garimpo” (Pedrosa Neto, 2022). A reportagem reitera a discussão sobre as medidas anti-indígenas anunciadas pelo governo Bolsonaro. Vale ressaltar que, ao longo da semana, a maioria dos textos aborda a pauta anti-indígena do governo do PL ou, ao tratar de qualquer tipo de violência contra os indígenas, relaciona o ocorrido a essa pauta governamental. O texto destaca que a Terra Indígena Xipaya, com 179 mil hectares, foi homologada em 2012. A balsa que invadiu o território foi apreendida e os infratores foram entregues à PF. O texto também utiliza do recurso multimídia de um vídeo no qual a cacica Juma faz a denúncia por meios das redes sociais. A região sofre, há anos, com a pressão de garimpeiros, grileiros e exploradores ilegais de madeira. Esse acontecimento ganhou repercussão nacional, inclusive na grande mídia.

A última reportagem analisada de 2022, “Garimpeiros invadem aldeia no Vale do Javari e obrigam indígenas a tomarem cachaça e gasolina”, publicada em 20 de abril e atualizada no dia 25 do mesmo mês, denuncia que um grupo de garimpeiros invadiu a aldeia Jarinal, na Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas. Os invasores promoveram uma festa diante dos assustados indígenas, obrigando alguns deles a tomarem cachaça e até mesmo gasolina misturada com água. As cenas brutais aconteceram em fevereiro de 2022, mas somente em 19 de abril dois jovens da aldeia conseguiram comunicar o fato para outras lideranças indígenas,

ao chegarem na cidade de Eirunepé (a 1.159 km de Manaus) após viagem de barco de três dias.

Destaca-se o seguinte trecho:

A aldeia Jarinal está localizada no meio da mata na parte sul da TI Vale do Javari, à margem do rio Jutai. Nela vivem 160 pessoas do povo Kanamari e 47 indígenas **Tyonwük Dyapah (pronuncia Toshom Djapá), de recente contato**. A região acima de Jarinal também é habitada por indígenas isolados, entre eles os Warikama Djapá, possivelmente um subgrupo dos Kanamari que optaram por viver em isolamento voluntário. A cidade mais próxima de Jarinal é Eirunepé. As pequenas embarcações são o único meio de transporte utilizado pelos indígenas para seu deslocamento na região (Farias, 2022, grifos nossos).

A reportagem informa a pronúncia do nome da etnia “Tyonwük Dyapah (pronuncia Toshom Djapá)” e destaca que os indígenas temem não só a ingestão de bebidas alcoólicas e gasolina, mas também o abuso sexual contra crianças e mulheres. Enfatiza ainda que alguns territórios são de difícil acesso, e a única forma de comunicação é por meio de pessoas que levam mensagens até as aldeias mais próximas. Essa situação facilita a cooptação de indígenas e as ameaças se tornam ainda mais graves. O texto retoma a questão dos povos isolados do Vale do Javari, que se encontram cada vez mais vulneráveis. Existem denúncias que afirmam que dois grupos de indígenas não contactados já teriam sido exterminados por invasores e que essa situação se agravou durante o governo vigente à época. Diante de todas as denúncias referentes a este território, o mesmo onde Bruno Pereira atuava, pode-se dimensionar o nível de violência e criminalidade na área, financiado, sobretudo, por atividades ilegais. Menos de dois meses após a divulgação dessa reportagem, Bruno Pereira e Dom Phillips foram assassinados.

7.3 Algumas considerações sobre a cobertura jornalística da Agência Pública e da Amazônia Real

Ao avaliar os materiais publicados pela Agência Pública referentes aos anos de 2021 e 2022, é possível inferir algumas questões sobre a maneira como o veículo oferece inteligibilidade para a questão indígena. Em 2021 (período correspondente a dois anos sob governo Bolsonaro), os textos analisados enquadram a questão indígena sempre de forma muito positiva. O ano de 2021 foi marcado pela percepção de intensas mudanças climáticas no mundo todo. No Brasil, a Amazônia registrou o pior nível de devastação da década. Nesse contexto, o primeiro texto analisado pela pesquisa destaca que as Terras Indígenas apresentam como as áreas mais preservadas. Enfatiza, ainda, o papel crucial dos indígenas na mitigação da crise ambiental, a importância do manejo tradicional tanto para preservação quanto para o

reflorestamento, e o quanto a perda de anciãos em decorrência da Covid-19 prejudicou a transmissão de saberes ancestrais.

Outro destaque importante reside no tratamento dado às denúncias de violência em territórios indígenas. A Agência Pública (AP) não apenas divulga o nomes dos fazendeiros envolvidos e das propriedades, mas também estabelece uma ligação entre a violência que acontece atualmente nas TI's e eventos anteriores, como o assassinato de um cacique na mesma localidade anos atrás. Torna-se explícito que a violência inflingida aos indígenas origina-se da disputa por território. Adicionalmente, observa-se a recorrência no uso, explicação e a contextualização de termos indígenas. Ao propor-se a realizar um jornalismo investigativo, a Agência Pública faz várias denúncias de violências sofridas pelos povos originários. Um aspecto notável é que as publicações frequentemente partem de um contexto singular, que particulariza os acontecimentos em determinados personagens, para em seguida universalizar a questão - leia-se, o modo de produção capitalista/extrativista que historicamente vitimiza e mata os indígenas.

O ano de 2022, por ser eleitoral, portanto, conferiu destaque à necessidade dos indígenas entrarem na chamada “política dos brancos”. Um destaque importante evidenciado foi que a escolha dos candidatos indígenas para disputarem as eleições se baseou em uma decisão coletiva por parte dos diversos povos distribuídos pelo país. Reiteradamente, os textos deixam claro que a participação na disputa eleitoral não decorreu de uma opção, mas sim pela necessidade de constituir uma bancada do cocar para a defesa de seus direitos. A importância do ATL como evento político e que reúne, todos os anos, diversos povos para decidir os rumos da luta indígena, também foi fortemente evidenciada.

Ao compreender a entrevista como um relato das impressões dos chamados “agentes da cena jornalística” e/ou os “protagonistas do acontecer” (Maciel, 2021) destacamos que a escolha da Agência Pública por realizar várias entrevistas nos dois anos analisados procura conferir destaque aos agentes indígenas, posicionando-os como protagonistas na cena jornalística. Lembrando Sarlo (2010), a entrevista é o espaço “da voz e da autenticidade”, produzindo um efeito de proximidade em relação ao distante e sendo demarcada pelos ecos do testemunho. Marques de Melo (2006) caracteriza a entrevista como um “relato da alteridade” direcionado ao coletivo. No campo jornalístico, as entrevistas ocupam um lugar de destaque; o processo de escolha de uma personalidade para figurar nas antigas Páginas Amarelas da Revista *Veja* ou as Páginas Vermelhas das revistas *IstoÉ* e da *TPM* sempre foi marcado por uma série de determinações prévias que legitimavam a importância da pessoa entrevistada. Ao eleger os

indígenas para figurarem como agentes centrais na cena jornalística, ocupando um tradicionalmente espaço “nobre” do jornalismo, a Agência Pública deixa evidente que suas escolhas editoriais tomam partido. As fontes escolhidas para os textos também merecem ser salientadas: são majoritariamente lideranças ou outros indivíduos indígenas. Alinhado ao entendimento de Gonçalves (2014), podemos considerar tal prática como parte do processo da chamada revolução de fontes, que fomenta outra dinâmica de vozes no jornalismo. “Por um lado, segmentos outrora mudos, ou que raramente ganhavam voz, começam a se pronunciar” (Gonçalves, 2014, p.100).

Já ao examinarmos as publicações feitas pelo portal Amazônia Real nos dois anos correspondentes, outros movimentos para a compreensão da questão indígena podem ser percebidos. É importante ressaltar que em 2021, não houve reportagem sobre o Acampamento Terra Livre (ATL) - que foi realizado virtualmente - no período de coleta dos materiais. A maioria, senão a totalidade das reportagens, trata sobre a questão indígena de forma aprofundada, com bastante rigor e apuração. Os garimpeiros, madeireiros, grileiros, etc., são sempre nomeados como os “invasores” ao longo dos textos. Em 2021, a pandemia estava em seu momento de ápice, e, desta forma, o tema da maioria das reportagens apresenta relatos a respeito da alta contaminação de Covid-19 nos territórios, do descaso do governo com os indígenas e de que maneira as comunidades foram afetadas das mais variadas formas e não só pelo vírus. Além da crise sanitária, que atingiu os territórios indígenas de maneira catastrófica, eles estavam precisando lidar com queimadas, ameaças e invasões recorrentes, sobretudo, por se entender que esse era o momento ideal para “deixar a boiada passar”.

Os textos mostram-se sensíveis à causa indígena e fica visível, portanto, evidenciando-se assim um tipo de cobertura que se alinha aos pressupostos de uma abordagem mais humanizada. Um exemplo que destacamos aqui e ilustra esse apontamento é a reportagem que relata sobre a saúde mental dos indígenas no período da Covid-19. De todos os materiais analisados, tanto na Folha de S.Paulo quanto na Agência Pública, a Amazônia Real foi a única que deu destaque para essa questão e mostrou que os originários estão suscetíveis a problemas mentais. A reportagem “Um ano de pandemia: sem assistência psicológica para indígenas” demonstra os efeitos devastadores da pandemia no bem-estar psicológico dos povos, e mais uma vez, deixa explícito o total descaso do governo, que não fornecia vacina e atendimento médico - que seria atividade essencial -, tampouco atendimento para saúde mental. O Conselho Indígena de Roraima (CIR) foi o órgão que percebeu essa necessidade e decidiu prestar assistência às famílias de afetados pela pandemia e a demanda por essa assistência mostrou-se

expressiva. Destaca-se ainda a ênfase dada à distribuição de folders informativos sobre saúde mental, em português e na língua Wapichana, e ao fato de que a comunidade vivia luto diário e coletivo.

Os relatos analisados utilizam os indígenas como fonte principal, e a equipe de reportagem deixa explícito a procura por fontes “oficiosas”, expondo que quase sempre não obtêm respostas. Os agentes “invasores” e responsáveis por tragédias são nomeados ao longo das reportagens, e outro fato que também chama a atenção é que a Amazônia Real narra sobre diversos povos, de diferentes regiões do país e procura mostrar que cada povo tem suas especificidades.

Outro ponto que chama atenção, ainda na análise de 2021, foi a reportagem que aborda os “guardiões da floresta”, que realizam trabalho de proteção de seus territórios. Essa relação de defesa não é enquadrada como uma ação heroica, mas como fruto de mais um abandono do Estado e da necessidade de sobrevivência frente à total inércia dos órgãos responsáveis.

Já em 2022, ano eleitoral, as reportagens também abordam extensivamente na questão do pleito eleitoral e sobre as motivações que levaram os indígenas a “aldear a política”, destacando o caráter coletivo dessa iniciativa. Outra ênfase muito latente nos textos de 2022 são as diversas tentativas de Bolsonaro e seus correligionários de aprovar os chamados “PL’s da morte” e o quanto os indígenas seriam prejudicados caso ele fosse reeleito. É desta forma que a Amazônia Real justifica a mobilização dos originários para retirá-lo do poder e se aliar ao adversário Lula, que, mesmo no passado, ao aprovar a criação de Belo Monte, mantinha uma postura considerada mais favorável aos direitos indígenas. As reportagens sugerem que os originários têm consciência do que representou o governo do PT anos atrás, destacando falas como: “Estamos aqui prontos, para que não haja mais Belo Monte no seu governo. Não precisamos de Belo Sun. Não podemos ficar à margem da construção desse país” (Ávila, 2022); “Fazem 12 anos que estive na Presidência da República e a gente sempre aprende muito. Sabe o que fez, o que não fez e o que poderia ser feito” (Ávila, 2022). Assim, a todo momento, as reportagens explicitam um certo consenso entre o candidato e os indígenas, não os retratando como ingênuos no processo.

A Amazônia Real deu bastante destaque ao ATL de 2022, por ser o primeiro evento presencial após dois anos de realização virtual e pelo seu caráter político. Um apontamento muito importante nos textos da AR é a cobertura de diversos crimes e conflitos contra os indígenas, na qual o posicionamento editorial da agência evidencia que todos eles são provenientes da luta por território e também da presença do garimpo nas TI’s.

Chama atenção também a questão das fontes utilizadas tanto pela Agência Pública quanto pela Amazônia Real. Ressalta-se que a discussão sobre fonte é bastante polêmica no jornalismo e, segundo Gonçalves (2014, p.93), “isso pode ser percebido em jornais, programas televisivos e outros produtos midiáticos que fazem uso repetidamente das mesmas fontes, dão voz de forma privilegiada a alguns grupos e setores, ou mesmo indivíduos e acabam por naturalizar o seu discurso”. Por isso, mais uma vez, nos alinhamos aos pressupostos da autora sobre a chamada revolução das fontes. Em ambos veículos, a maior parte das fontes utilizadas são lideranças e/ou indivíduos indígenas, o que introduz uma nova dinâmica na composição da cena jornalística. Gonçalves (2014) alerta que essa subversão acontece porque hoje temos novos atores no cenário jornalístico e “trata-se do surgimento de complexas estruturas midiáticas, não comerciais, criadas para dar voz a atores e grupos com pouco ou nenhum lugar de fala no espaço midiático convencional” (p.100). Esses novos atores modificam o cenário tradicional da informação e possibilitam a divulgação de notícias que, muito provavelmente, não entrariam na pauta.

Salienta-se ainda que a Amazônia Real busca fazer, nas reportagens, um trabalho que se assemelha àquilo que se conceitua como jornalismo humanizado. Ao destacar a elaboração deste tipo de enquadramento, nos aliamos ao entendimento de Ijuim (2012), que afirma que a humanização não é apenas uma forma, mas um entendimento que ultrapassa a “fórmula”. O autor anuncia:

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. **Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas** (Ijuim, 2012, p. 133, grifos nossos).

Inferi-se, portanto, que o jornalismo elaborado pela Amazônia Real se aproxima desses pressupostos, principalmente quando se entende que a maioria das reportagens procura mostrar elementos mais essenciais à compreensão dos acontecimentos, não se limitando à aparência dos fatos. Os textos destacam os aspectos singulares dos acontecimentos, mas há sempre uma contextualização que busca compreender a realidade em suas múltiplas determinações. Por exemplo, a reportagem que trata da insegurança alimentar dos indígenas no Acre menciona toda uma cadeia de fatores que geraram aquela situação. É nesta dimensão que Ijuim (2012) ressalta a possibilidade de uma reorganização das narrativas capaz de proporcionar um

contexto esclarecedor e inteligível. Esta forma de fazer jornalismo possibilita um conhecimento alternativo sobre os fatos e se isenta de reproduzir visões estereotipadas e prejulgamentos, tornando a narrativa emancipatória.

Capítulo 8

COMO OS JORNALISTAS ENTENDEM A QUESTÃO INDÍGENA?

Capítulo 8 - Como os jornalistas entendem a questão indígena?

O exame da percepção dos jornalistas acerca do desempenho deles no trabalho de produção de notícias e reportagens se orienta, em alguma medida, por uma lacuna existente entre aquilo que eles atribuem como sendo um papel jornalístico e aquilo que, de fato, é materializado nas produções. Sabemos da existência de um conjunto de orientações e de regras a seguir, uma espécie de *script* que orienta o trabalho jornalístico. E a forma de produzir relatos está imbricada nessa série de procedimentos. Ryfe (2023) compreende essa lacuna indicando que o trabalho jornalístico distingue-se entre regras constitutivas e regulativas, formulações que procuram explicar como as práticas jornalísticas são internalizadas e por que as notícias podem ser homogêneas e variáveis simultaneamente. Enquanto as regras constitutivas definem o que se entende pela natureza do jornalismo e quais são seus pilares (noções de fato, verdade, relevância, por exemplo), as regras regulativas determinam os modos e procedimentos que devem orientar o fazer (definição de fontes de informação, procedimentos de entrevista etc).

Partindo desse entendimento, conversamos com cinco jornalistas que trabalham nos veículos analisados e que são responsáveis por eventualmente cobrir pautas relacionadas ao universo dos povos originários, procurando entender como tais profissionais formulam sua compreensão acerca da questão indígena e refletem sobre a maneira de transformá-la em relato jornalístico.

Destacamos que não é nosso objetivo justificar as narrativas publicadas por estes profissionais ou analisar o processo das rotinas produtivas; isso configuraria outra pesquisa. Nesse sentido, as entrevistas procuram indagar sobre ideais ou opiniões gerais acerca da cobertura, elas não se voltam para a reconstrução de processos específicos de produção de notícias ou na cobertura de determinados eventos por eles realizados.

Ao conversar com os jornalistas objetiva-se identificar elementos para relacionar os enquadramentos que inferimos de nossa amostra de materiais e a compreensão deles sobre a questão indígena. O uso de entrevistas permite conectar parcialmente as percepções de papéis jornalísticos (os ideais) que os jornalistas formulam com a reflexão sobre o desempenho real desses papéis, buscando compreender a reflexão crítica que é realizada pelos próprios jornalistas. Afinal, como pensam os repórteres que cobrem esta pauta diariamente? É possível pensar no jornalista como um instrumento de fratura no enquadramento noticioso?

Os profissionais que participaram da pesquisa não serão identificados, portanto, utilizarei números para sinalizar as falas¹⁷. O roteiro da entrevista teve um total de 20 perguntas e aqui serão destacados elementos que favorecem a compreensão daquilo que é privilegiado ou o modo particular como compreende-se que os relatos jornalísticos são construídos, evidenciando elementos para inteligibilidade dessas experiências e seu significado para os profissionais. Vale dizer que quatro entrevistados exercem a função de repórter e um deles atua como repórter e editor.

Ao serem perguntados se acompanham a cobertura da grande mídia sobre a questão indígena, os jornalistas indicaram que acompanham a cobertura jornalística sobre o tema variando o período e o tipo de envolvimento conforme o meio em que atuam. Eles destacaram:

Enquanto cobertura jornalística, acompanho há uns três anos, mais ou menos, talvez um pouco mais. Mas de fazer parte dela, faço parte há pouco mais de um ano, e daí eu acompanho assiduamente (Jornalista 1, 2023).

Sim, mas acompanho mais a cobertura em veículos alternativos (Jornalista 4, 2023).

Sim, acompanho bastante (Jornalista 5, 2023).

Quanto à chamada cobertura *mainstream* do tema, houve indicação de veículos que têm um trabalho com o tema mais recorrente, mas o claro reconhecimento de “novos meios”, considerados “independentes”, realizando um trabalho mais constante. Percebe-se um crescimento generalizado do interesse pelo tema “Amazônia”, o que significa lidar mais diretamente com a questão indígena. O contexto sócio-político, como o período do governo de Jair Bolsonaro, tem peso na modulação e interesse na cobertura. Ao perguntar sobre qual a avaliação que eles fazem da cobertura *mainstream*, destacam-se as seguintes falas:

De *mainstream*, que dá espaço pra isso é basicamente Folha e Globo, que eu vejo, não vejo espaço desse tema no Estadão, por exemplo. De tv, às vezes sai matéria no Fantástico, no Jornal Nacional, mas são coisas muito esporádicas. E veículos fora de *mainstream*, Sumaúma e a Pública fazem muita matéria, na realidade é onde mais tem matéria sobre isso e nos veículos regionais, essas coisas saem muito. Agora sobre conflito tem sempre mais destaque, sai muito no G1, por exemplo, mas porque o G1 do Acre cobre, porque o G1 do Amazonas cobre. A Globo News tem o Trigueiro lá, que fala na rádio também, mas é mais raro, né? Assim, acho que quem tem uma cobertura um pouco mais constante sobre o tema, eu acho que é o Globo e Folha mesmo (Jornalista 1, 2023).

Eu acho que teve um *boom* de interesse pelo assunto. Acho que a Amazônia tá muito em evidência, né? Então, uma cobertura da Amazônia, ela passa necessariamente pelas comunidades tradicionais. É impossível você fazer uma cobertura sem olhar com atenção e com um carinho especial para as comunidades tradicionais, especialmente para os povos indígenas, porque, de fato, as grandes histórias, as histórias necessárias estão nesses lugares. É importante para o jornalismo estar de olho nisso (Jornalista 2, 2023).

¹⁷ As entrevistas foram individuais e todos os profissionais foram informados da confidencialidade e anonimato da sua participação na pesquisa.

Assim, eu sou bem nova no meu campo de trabalho, que é o de repórter investigativa. E eu comecei trabalhando na Amazônia Real. Antes disso, eu trabalhava em assessorias, mas eu já discutia bastante essa questão. Mas eu só fui entender mesmo depois que eu comecei a atuar. Então, hoje em dia eu acho que eu tenho uma visão muito mais crítica dessa mídia considerada tradicional, né? A grande mídia que pauta... Na verdade, eu acho que hoje em dia, sobre povos indígenas, essa mídia tá sendo pautada pelo jornalismo independente e pelas mídias que estão atuando aqui na Amazônia ou em outros territórios (Jornalista 3, 2023).

Eu acho que essa cobertura, especificamente sobre povos indígenas, ela tem avançado, né? Antes ninguém falava. Agora já tem se falado mais. Acho que com o governo Bolsonaro houve um *boom*. Então, eu acho que tem alguns veículos tratando bem essa questão, sabe? Claro que sempre tem como melhorar, né? Tenho críticas pontuais, mas eu acho que a Folha tem feito um bom trabalho (Jornalista 5, 2023).

Ao serem questionados sobre problemas e equívocos da cobertura da grande mídia sobre a questão indígena, os jornalistas apresentaram variados argumentos e perspectivas. Indica-se um “problema de tradução” cultural, onde a lógica do “homem branco” e sua noção de tempo aparecem impostas na cobertura. Também se menciona o não entendimento de especificidades, com o trabalho sendo desenvolvido por profissionais que não acompanham o tema de forma recorrente. Com isso, aparecem erros básicos ou a reprodução de termos e expressões inadequadas ou já superadas para tratar do assunto. Mas evidencia-se também a presença de falas estratégicas no noticiário contrárias aos interesses dos povos originários. Percebe-se também que a fala dos povos indígenas têm menor valor como elementos de compreensão dos fatos relatados. A fala dos profissionais pode ser destacada nesses trechos:

Eu acho que tem um grande problema, é que não é o termo certo, mas assim, tem um problema de tradução, eu acho. Existe uma forma de lidar com o jornalismo de *hard news*, que é uma forma do homem branco, então a gente acaba fazendo isso, a TV faz isso muito, acaba noticiando as coisas de uma lógica do homem branco, quando elas não fazem nenhum sentido. Por exemplo, o caso dos Yanomami do ano passado, quando desapareceu uma aldeia lá em Roraima. Eu lembro que gerou um grande mal estar, porque primeiro falaram que tinha sido uma queimada, depois que todos tinham morrido, depois que tinha tido casos de estupro e mil coisas, de repente acharam os indígenas, eles estavam todos lá, só que eles tinham ido para outro lugar, porque parte deles tinha sido cooptada pelo garimpo e tal. E eu acho que está aí o grande problema é porque a noção de tempo, basicamente, do homem branco é totalmente diferente da noção de tempo do indígena (Jornalista 1, 2023).

Tem uma questão que não existe só uma Amazônia, a gente tem essas especificidades quando a gente fala sobre Amazônia, e nem todo mundo consegue entender sobre isso também, então eu acho que tem muita coisa que também surge desses equívocos. Eu acho que tem um milhão de problemas, é um pouco chato falar da produção dos outros, mas eu posso falar da minha também. Acho que você já tem todas essas respostas, porque você é daqui e fica vendo a produção jornalística feita por pessoas que não são daqui, então tem muita coisa ruim. Uma coisa que eu queria estar aqui, até para me sentir um pouco mais legitimado para produzir reportagens aqui na região, eu não queria ser um forasteiro que vem de tempos em tempos fazer reportagens na Amazônia, como é a regra, eu diria. A regra, não quer dizer que seja a unanimidade, existem coisas maravilhosas feitas por gente daqui, mas o mais

predominante pensando no mainstream, são as pessoas virem aqui, fazem uma coisa e vão embora. Ou nem vêm, fazem uma coisa à distância (Jornalista 2, 2023).

Eu acho ainda que é uma visão muito limitada que eles passam para a sociedade. Eu acho que tem erros muito básicos, às vezes eu leio matérias da Folha de S. Paulo e do Estadão e eles ainda estão usando termos como tribo e índio. E eu acho que isso ainda é uma coisa muito grave. Uma coisa que a gente poderia já ter superado no jornalismo, como forma de respeito, porque tá lá no nosso código de ética, né? Que a gente tem que respeitar e não discriminar as pessoas, considerando religião, etnia, raça, enfim. E aí ainda acontece esse tipo de coisa, erros que são muito básicos. E, eu acho que rola também muito interesse. Por exemplo, na mídia daqui, a grande mídia do Amazonas, não só a grande mídia, mas também os pequenos portais, não sei se pode falar isso, porque vai ficar incisivo, mas eu vou falar. Eu acho que são mídias compradas, são aliciadas e são construídas por meio de diversos interesses políticos, financeiros e econômicos. Então, quando eles vão falar da questão indígena, muitas vezes é uma visão preconceituosa, uma visão criminalizadora, porque eu mesma esse ano, fazendo a minha cobertura, eu me deparei com exemplos reais de como a mídia criminaliza pessoas indígenas, povos indígenas nas suas coberturas. Dá voz a empresários políticos, agropecuaristas, fazendeiros, e falam de forma pejorativa dos povos indígenas, das suas questões (Jornalista 3, 2023).

O legado do jornalismo ocidental para a Amazônia é muito forte. E isso se mantém até hoje na grande mídia ou na pequena, eu chamo de velha mídia. Na velha mídia, no olhar que se tem para determinados grupos sociais, como os povos indígenas, populações tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, pequenas famílias de agricultores, são sujeitos coletivos que não aparecem em lugar nenhum. Ou então, quando aparecem, sempre aparecem de forma muito criminalizada, pejorativa, estigmatizada, sem o protagonismo que ele tem direito. E, quando eu falo isso, não é só no sentido de ter espaço para ele falar. Porque, na Amazônia Real, por exemplo, a gente não coloca para falar sobre os indígenas, pessoas não-indígenas. Se faz uma matéria sobre um determinado povo indígena, tem sempre que falar com o antropólogo, como se fosse para legitimar a fala daquele indígena, como se ele precisasse disso. A gente não faz. É muito raro a gente entrevistar um antropólogo para falar sobre um determinado povo indígena. Não precisa. Eles mesmo podem falar por eles. Até porque, hoje, já tem muitos indígenas que são especialistas (Jornalista 4, 2023).

Que problemas eu enxergo nessa cobertura? Primeiro que ela é escassa ainda, eu acho. Aumentou muito a quantidade de conteúdos, a cobertura. Enfim, se fortaleceu nesses últimos anos por conta do Bolsonaro, eu acho. Já vinha aumentando durante o governo Temer, mas eu acho que durante o governo Bolsonaro, como o ataque foi gigantesco e daí as organizações indígenas, elas revidaram, né? Elas se articularam ali. Eu acho que se fortaleceu bem essa cobertura, mas ainda assim, eu acho que é pouco, sabe? Tanto que eu vim aqui pra Brasília para fazer a cobertura desses temas daqui. Vou continuar viajando, mas, enfim, a ideia era acompanhar esse momento da política indígena aqui, ocupando o Ministério e tal, e também o ambiente, né? E ainda assim, são poucos os repórteres que olham diretamente para isso, sabe? São sempre os mesmos, né? Então, a primeira coisa, eu acho que é escassa. Tem poucos repórteres especializados nisso ainda. E a segunda, eu acho que, como são poucos repórteres especializados nisso, que tem intimidade com esse tema e sensibilidade. Eu acho que pra você cobrir a questão indígena, tem uma série de coisas que você vai aprendendo, durante o tempo e no trabalho com esses povos (Jornalista 5, 2023).

E qual seria, na percepção dos profissionais, as razões para tais debilidades na cobertura jornalística? Retorna aqui o chamado “problema de tradução”, acentuado pelas dificuldades impostas pela lógica de produção jornalística e seu caráter imediatista. Interceptam tal realidade

o compartilhamento pelos profissionais de uma visão estereotipada dos indígenas, a recorrência da busca pelo exótico e a folclorização, em especial no caso da imprensa internacional, e o desconhecimento da complexidade que envolve a questão amazônica, para além do senso comum do chamado “manto verde”. Reconhece-se a existência e a inadequação de práticas de um “jornal branco”, com a imposição de suas referências e valores. Em relação a esses questionamentos, destacamos as seguintes passagens da fala dos jornalistas:

Já que é anônimo, os processos internos às vezes são engraçados. Muitas vezes pedem para a gente repercutir uma matéria, por exemplo, repercutir um fato com lideranças indígenas. Não dá, o pessoal está em uma aldeia, não existe essa noção de que você vai ligar para uma liderança, e ela vai te atender e vai te dar uma resposta. O indígena não vai atender eventualmente, ele vai responder daqui a três dias, é outro tempo. Eu acho que é um problema de tradução e um problema de lógica de produção mesmo. Os indígenas vivem em outro tempo, a cultura deles tem outro tempo e na hora também de expor, a gente acaba cometendo esse erro de tradução muitas vezes (Jornalista 1, 2023).

Eu vejo muitos problemas, por exemplo, entre os jornalistas gringos, por exemplo. A imprensa internacional tá muito de olho na Amazônia, o New York Times tem produção constante, o Washington Post tem produção constante, a Reuters vai transmitir uma produção de conteúdo da afiliada Globo pro mundo. O mundo tá muito de olho na Amazônia por muitas razões, bilhões de razões, e eu vejo muitas vezes uma visão estereotipada dos indígenas e uma dificuldade de tradução do que são essas comunidades, um apreço quase exclusivo pelo exótico, só o exótico conta, só as populações mais isoladas. Só, nossa: vamos contar a história dos indígenas que pouquíssimas vezes eles aparecem, então tem sempre esse gosto pelo exótico. Eu noto uma certa arrogância de quem vem de fora também, na maneira como retratar a região e essa visão da Amazônia como algo intocado, como se não existissem 35 milhões de pessoas na Amazônia, como se fosse somente um manto verde ou um manto verde destruído e um santuário ali que tem que ser preservado e as pessoas ignoram a Amazônia urbana. Manaus tem dois milhões e meio de pessoas, uma cidade caótica com milhões de problemas que precisam ser resolvidos, sabe, e não só as grandes capitais como Belém e tal, mas núcleos urbanos médios e pequenos também. Então, partem do pressuposto de que isso não existe, a gente não quer que exista essa realidade, mas a Amazônia é isso, existe isso. Então, esse, pra mim, é um dos principais problemas (Jornalista 2, 2023).

Eu acho que além dessas questões básicas que é falar tribo ou índio, essas palavras pejorativas, eu acho também que muitos produtos jornalísticos esbarram numa folclorização e exotificação dos povos indígenas, né? Que eu já acho errado também. Mas eu não sei, assim... Eu acho que são tantos exemplos, né? De como colocam a questão da cultura, a religião, a cosmologia dos povos indígenas falam de uma forma como se não existisse mais o seu afro-exótico, sabe? Como um folclore, mas eu acho que no geral ainda é assim (Jornalista 3, 2023).

Coisas muito básicas, tipo como falar, como entender, como fazer perguntas. Olha, eu vou te dar um exemplo. Eu não faço perguntas sobre idade. Isso é muita coisa de jornal branco, né? Tem que perguntar a idade. Por que eu tenho que perguntar a idade? Se ele não quiser dizer idade, não diz. Ele não é obrigado. O conceito de idade e o conceito de tempo é muito diferente. O ritmo, o tempo, a cosmologia é outra. Você tem que aprender e entender como é o olhar cultural, cosmológico, a cosmovisão de outros povos. Incluindo o tempo. Eu já entrevistei uma vez e fiz a besteira de perguntar. Qual é a sua idade? Ele não sabia. Aí, tá bom. Então, eu não sei. Aí alguém vai dizer, ah, mas é muito importante ter idade. Então, ele sabe e pronto (Jornalista 4, 2023).

Eu acho que às vezes saem uns erros mais crassos, assim. Eu sei que é um erro de linguagem, que parece pequeno, superficial, mas, por exemplo, o uso da palavra tribo, que ainda assim é muito utilizado na cobertura jornalística. Ainda você vê muitos veículos utilizando a palavra tribo, índio, que é uma coisa bem estabelecida há alguns anos, mas que nos últimos dois, três anos, os povos vêm apontando que eles não querem mais ser tratados assim. Como tribo, como índios. Eles querem ser tratados como povos indígenas, comunidades indígenas. Então, eu acho que isso é um pouco sintomático do olhar dessa grande imprensa para essa questão (Jornalista 5, 2023).

Os jornalistas reconhecem as debilidades que existem na cobertura da questão indígena e, desta forma, perguntamos se, diante dessas dificuldades, há alguma competência ou habilidade que torne um jornalista apto para lidar com essas questões. Há apontamentos que consideram a importância de maior aprofundamento sobre cosmovisão e línguas indígenas, para além daquilo que se obtém no cotidiano da prática profissional. Também os métodos de trabalho precisam considerar a necessidade de mais tempo para lidar jornalisticamente com o tema.

Eu acho que nenhum jornalista está preparado para cobrir cultura indígena, a gente não tem noção básica desta cultura. A gente entrevista um político, ele faz referências de cultura grega e de cultura cristã, a gente entende as referências. Se a gente entrevista um indígena e ele começa a fazer qualquer referência à cultura dele, a gente não vai ter noção. Eu acho que não é um problema que só eu enfrentei, obviamente, mas é um problema que qualquer um vai enfrentar, porque a gente não aprende cultura indígena, a gente não aprende língua indígena. Eu lembro uma vez que eu fui entrevistar o Raoni e foi muito decepcionante. Foi lindo, mas teve uma parte muito decepcionante que ele fala umas coisas, gesticula, ele é enfático, e aí o primo dele é quem traduz e o primo dele é muito legal, só que ele traduz de uma forma mono, entendeu? E o Raoni tava fazendo elucubrações malucas sobre espíritos e eu queria muito conseguir entender. Entender diretamente, sabe? Mas enfim, não tem nem chance disso acontecer, mas queria muito. Então, acho que saber a língua indígena ia ser essencial, mas também são muitas (Jornalista 1, 2023).

Quando eu vou para uma comunidade eu procuro ler. Os tempos são sempre curtos. A gente está sempre fazendo um milhão de coisas, mas eu tento entender o mínimo do que foi escrito sobre determinado povo e existem literaturas extensas. A gente foi numa terra indígena em Mato Grosso dos Kayabis e contar a história de como eles foram expulsos de um território, e os fazendeiros entraram lá e tem milhões de fazendas, para se analisar, tem umas 23 grandes fazendas e agora eles estão tentando retomar e aí está essa confusão e muito provavelmente eles não vão conseguir porque já está muito consolidada essa exploração dessas fazendas. Então assim, não dá para cada reportagem que eu vou fazer eu ler um ou dois livros sobre eles, mas eu procuro me informar minimamente, tentar entender porque esse exercício jornalístico é muito interessante, tentar entender não a origem, mas você tentar entender o mínimo dos movimentos que aquela população fez. Os Kayabis, por exemplo, são de um lugar aí foram levados para o Xingu e aí no Xingu já não curtiram muito porque a formação florestal ali era diferente aí já voltaram para as terras vizinhas então tentar entender minimamente esse movimento já é um passo importante para você historicizar minimamente. Então é uma coisa que eu procuro fazer. Talvez muito menos do que eu necessário, mas tento fazer o que é possível (Jornalista 2, 2023).

Primeiro de tudo, eu acho que isso começou na faculdade. Na faculdade, eu já me questionava muito. A gente não tem matérias específicas voltadas para povos

indígenas, para a questão socioambiental. Isso é muito grave, né? Porque a gente está aqui no meio da Amazônia exatamente. E a gente não estuda essas questões. Uma professora introduziu na minha turma a questão dos povos indígenas. E aí eu fiz uma reportagem, no meio da graduação, assim, sobre línguas indígenas, sobre as escolas do campo que tem aqui na região de Manaus, que estavam revitalizando as línguas e tal. Aí eu tive que me interar, né? Tive que estudar, eu comecei a pesquisar mais a questão indígena, o movimento, as lutas políticas mesmo. Porque eu já queria escrever mais sobre essa questão, né? Fazer esse tipo de cobertura. Quando eu entrei na Amazônia Real, eu comecei a me inteirar muito mais profundamente, né? Mas, antes de tudo, eu acho que tem que haver um estudo sim, porque a Amazônia e os povos indígenas não são uma coisa só. São várias etnias, várias culturas, vários modos de viver, de ser, comportamentos. Quando você vai falar com um povo que você não conhece, que você nunca teve contato, você tem sempre que perguntar como eles querem ser tratados, como é que se escreve corretamente, de onde aquele povo está falando. Então você tem que estudar o território, né? Você tem que pesquisar de onde é a cidade, onde que fica a terra indígena, quais são os rios que passam por lá. Envolve todo um trabalho, que é quase... É um trabalho de investigação mesmo, né? Que envolve até a geografia do lugar. Na própria redação da Amazônia Real, a gente é direcionado a sempre pesquisar sobre o povo, que a gente vai visitar ou vai trabalhar junto, vai entrevistar. Todas essas questões. Porque é muito diferente. Você chega no território e cada povo age de um jeito, né? Cada cultura é uma cultura. Mas essa é a minha experiência. Eu sempre procuro estudar e entender as questões específicas dos povos, das etnias e das pessoas, principalmente com quem eu estou trabalhando. Então, tem toda essa pesquisa (Jornalista 3, 2023).

Eu acho que é fundamental a leitura, compreender o lugar que você vive, ser humilde, ter concentração no processo de entender o seu lugar no espaço, o seu pertencimento, porque esse é o grande problema de quem vive na Amazônia, não se pertencer àquele lugar, não conhecer, não ir nos lugares. É fundamental ir nos lugares, conhecer e entender o quanto é diferente cada território indígena, já que esse é o foco do que você está falando. Então, é importante entender o lugar, a história do contato, a relação dos indígenas. A questão da autoridade, a hierarquia naquele povo, você não pode chegar em uma terra indígena sem autorização. Isso aconteceu muito durante anos no jornalismo, de chegar no lugar sem autorização, sem nenhum contato prévio. Até hoje, tem muito jornalista que faz isso (Jornalista 4, 2023).

Então foi a partir da prática mesmo, né, dessa experiência que eu tive, eu já gostava antes, já tinha alguma afinidade, mas teve esse marco de ter essa experiência que mudou a minha vida, abriu os meus olhos pra isso, e aí, desde então, eu venho tentando perseguir esse caminho, sabe? A Pública tem uma equipe muito sensível para essa questão indígena e outras, assim, de direitos humanos também. Então foi assim que eu me aproximei, e desde 2017 eu venho ali me especializando e acho que enfim, também é um assunto que me interessa para além do trabalho, sabe? Então eu vejo muito documentário, eu leio livro, ouço podcast, eu tô sempre tentando mergulhar nesse universo para além do trabalho, porque eu acho que isso inclusive ajuda o trabalho, né? Outra coisa importante é entender que é outro tempo, outra dinâmica, não adianta a gente jornalista chegar lá ou fazer contato por telefone, por whatsapp e achar que o indígena vai ser que nem um outro entrevistado aqui da cidade, que ele vai te responder naquele momento, que ele vai te responder rápido, que ele vai falar exatamente o que você quer ouvir ou o que você tá esperando. Acho que é a compreensão de lidar com outros mundos, com outras realidades mesmo, com outra dinâmica cultural que aparece muito nesses momentos, e que às vezes dificulta o nosso trabalho, porque o trabalho do jornalista é essa coisa meio rápida, que você quer um negócio, tipo, vai, liga, fala aí duas coisas e eu vou pôr aqui no meu texto, sabe, não é assim, nessa cobertura indígena (Jornalista 5, 2023).

Ao serem perguntados se a cobertura do seu próprio trabalho ou do veículo jornalístico em que trabalham é satisfatória, há certa convergência na análise. A avaliação do trabalho que

vem sendo realizado irá variar conforme o meio que é tomado como referência. De toda maneira, da parte dos profissionais, reconhece-se a crescente precarização das condições de exercício da atividade profissional, ao mesmo tempo acompanhada da expansão de meios que buscam realizar um trabalho mais dirigido para a questão indígena. Para o jornalismo, aponta-se com destaque a necessidade de investimento no gênero reportagens especiais, para tratar o assunto de forma mais adequada. Destacamos alguns trechos das falas. Os dois primeiros relatos são de jornalistas da mídia “alternativa” e os dois últimos são dos jornalistas da Folha de S.Paulo.

Eu acho. Inclusive é muito triste que seja uma das únicas, um dos únicos veículos que pautem de forma integral essa questão. Eu sei que estão surgindo outros veículos, o que eu acho muito bom, né? Inclusive veículos dos próprios indígenas, a mídia Índia que está surgindo aí e outras organizações de comunicação dentro dos próprios territórios. Mas eu considero que o trabalho que eu desenvolvo é muito satisfatório.

Eu acho que na pública, a gente tem um lema, um norte, um princípio que norteia o nosso trabalho, que é a gente estar do lado de quem sofre violações de direitos humanos. Esse é o norte do nosso jornalismo. Infelizmente, os povos indígenas frequentemente estão nessa posição, sabe? Então é isso.

Se eu acho que é satisfatório, eu acho que não. Mas aí também tem outro problema, para ser justo, que eu acho que pouquíssimas coberturas de jornalismo são satisfatórias em todas as áreas. A estrutura hoje é muito sucateada, mas acho que dentro dessa estrutura sucateada, a questão indígena é a mais sucateada.

Olha, sendo muito franco eu considero que a Folha tem milhões de problemas, todos os jornais tem, todos os veículos tem, mas é disparadamente o jornal que mais faz entre os brasileiros e entre os jornais. Não estou falando de publicações nativas digitais ou independentes, estou comparando entre os jornais brasileiros e é disparadamente o que faz o melhor trabalho jornalístico com a Amazônia, não há dúvidas. Primeiro que tem um repórter especial no corpo de repórter especial de jornal morando na Amazônia e cuidando exclusivamente de assuntos da Amazônia, nenhum jornal tem isso. Segundo que tem um fotógrafo que é o melhor fotógrafo para assuntos da Amazônia muito provavelmente da Pan-Amazônia, o cara que sabe fazer, que é cuidadoso, que é respeitoso e que faz isso há décadas. E terceiro que investe muito nas reportagens especiais, neste ano, por exemplo, já fiz várias reportagens especiais de Amazônia viajando para vários lugares, já fiz uma série sobre territórios não demarcados.

Quando instados a falarem sobre mídias produzidas por indígenas, os jornalistas apontam para universos distintos, fazendo menção ao trabalho mais geral das associações ligadas aos povos originários, à presença delas nas redes sociais, a produções esporádicas e a uma iniciativa caracterizada sobretudo como marcada pelo ativismo, e não reconhecida por todos os profissionais entrevistados também como ação jornalística. Sobre as mídias produzida pelos indígenas, destacamos:

O que eu conheço é basicamente o que as associações fazem, né? A APIB, Coiab, as próprias organizações Guarani todos esses têm os seus meios de comunicação. E acho ótimo que tenham, tem que ter, mas aí entra uma dificuldade do mundo atual que é

confundir redes sociais e jornalismo. São duas coisas completamente diferentes. A APIB faz um trabalho sensacional de divulgação e de produção de conteúdo indígena, mas não dá pra você considerar, com todo respeito, a APIB um veículo jornalístico indígena. Não é um veículo de comunicação, a APIB é uma associação. Enfim, acho que nesse sentido, o que eu conheço são essas associações. Sigo páginas no *Instagram*, no *Twitter*, enfim, tem o Mídia Ninja. Então, assim, são essas coisas, mas não tem jornalismo. E, assim, eu conheço o Caio da APIB, eu sei que ele é jornalista e eventualmente ele faz uma reportagem, mas não são lugares voltados à produção jornalística. Essa é uma diferença. Não é porque não é um veículo de jornalismo que ele não pode fazer jornalismo. Pode, beleza, pode. Mas existe uma diferença. Assim como a Folha, muitas vezes, se presta a papéis ridículos de fazer assessoria de imprensa travestida de jornalismo para alguns lugares, para algumas pessoas. Então, não é que uma coisa isenta a outra, mas não existe veículo de comunicação indígena até agora (Jornalista 1, 2023).

Eu acho que a gente chegaria num mundo ideal quando os indígenas tivessem produzindo suas próprias histórias e com habilidade e qualidade técnica, isso seria um mundo ideal mas a gente sabe que isso ainda não existe então é preciso que isso exista, é preciso que eles estejam ocupando espaços na universidade, nos veículos de comunicação etc. Eu noto uma presença muito grande deles nas redes sociais, comunicadores muito presentes nas redes, nas contas de *instagram*, de *tiktok* todas essas entidades têm uma produção de conteúdo própria, mas não necessariamente de jornalismo na minha visão. Mas eu volto no começo da conversa, eu acho que é um trabalho que está mais próximo do ativismo nas redes sociais do que propriamente de formulação de reportagem e investimento jornalístico. Está um pouco mais próximo dessa produção para as redes, o que não é desimportante, é importantíssimo porque é uma maneira de eles ocuparem espaços e de as pessoas começarem a enxergar os indígenas de uma outra maneira, sair um pouco dessa coisa do exótico mas eu acho que ainda é muito incipiente jornalisticamente falando e mais voltado para esse ativismo nas redes mesmo. Eu desconfio que elas não existem a contento e acho que ainda está muito nichado para as redes (Jornalista 2, 2023).

Aí tem uma discussão, já conversei com vários jornalistas que falam que não é jornalismo, é ativismo. Eu admiro e apoio trabalhos de vários comunicadores populares, que chamam, que fazem esse trabalho. Tem o Informazônia, que tem um pessoal mais profissional, aí tem organizações tipo a Anmiga, que é a articulação das mulheres guerreiras, que é uma mídia de organização indígena, tem coletivos que trabalham com comunicação. E sobre essa questão, se é jornalismo ou ativismo, eu realmente não sei. Se os povos indígenas estão tomando a frente dessa discussão, e que foi negada pra eles há muito tempo, esse acesso tanto dos equipamentos quanto da formação teórica, do que é a comunicação, de quem pode fazer comunicação, até porque também pode ser um trabalho em conjunto, porque ajuda os comunicadores populares que estão dentro dos territórios, eles ajudam o jornalista que está trabalhando na redação, na redação digital oficial, considerada oficial, há uma articulação, uma junção do trabalho, é importante. Eu acho que também o trabalho do jornalista que está na redação, também é ativismo, os jornalistas que estão trabalhando porque são indígenas na Amazônia, com certeza estão fazendo ativismo, porque não, né? A gente está advogando por uma causa, como comunicadora e como ser humano e pessoa que vive aqui nesse território. Eu acredito nessa causa, eu acho que também é uma forma de ativismo e defendo a luta dos povos indígenas. Eu não sei se todos os meus colegas concordam comigo, mas eu vejo dessa forma (Jornalista 3, 2023).

Então, você fez uma pergunta sobre produção das chamadas mídias indígenas. Olha, sinceramente, eu não conheço nenhuma mídia indígena. Mídia indígena, bem, o que tem são iniciativas de produção midiática que eu não sei, eu não conheço (Jornalista 4, 2023).

Questionamos ainda sobre o modo como os jornalistas entendem o significado de território para os povos indígenas. Percebe-se a centralidade que deveria ser atribuída à questão na cobertura jornalística. Ela pode incidir sobre as formas do trabalho jornalístico, ao se constatar a pouca ou não presença dos profissionais nesses espaços. Também pode implicar em um entendimento superficial dos vínculos que esses povos estabelecem com a terra e como isso é essencial à compreensão de sua cosmovisão.

Eu acho que existe... Eu acho que... Enfim, o território é o que eles dizem, eu não sou ninguém para dizer, mas o território é basicamente o centro da existência indígena, a vida deles se baseia na questão do território. E aí o que dá para dizer basicamente é que o jornalismo não está nos territórios. Então, de novo, não dá para fazer jornalismo decente sobre a questão indígena não estando nos territórios. Dá para cobrir o Marco Temporal, que é o julgamento do branco sobre o território. Dá para cobrir a demarcação de terra indígena, que é do mundo do branco. Mas o jornalismo tinha que estar nos territórios, e não está, e nada indica que vai estar no futuro próximo, por mais que se dê importância ao tema. Então, acho que justamente é uma falta de compreensão do jornalismo, porque o jornalismo é basicamente burguês e branco, nem consegue entender a importância do território, hoje em dia se tem um pouco mais de compreensão disso, mas não tem nem condição financeira de estar nos territórios, porque é caro, infelizmente. Então, eu poderia propor para o jornal que queria passar seis meses em aldeias, e acho que dava para fazer um trabalho sensacional, mesmo eu sendo um branco turistando lá. Mas não vou mandar, não vai acontecer, duvido que alguém consiga. Eventualmente se tem viagens de uma semana, só que são pessoas que têm uma carreira muito mais consagrada, muitas vezes por meios de financiamentos. Tem correspondente na Bahia, mas não tem correspondente no Xingu. Então, se for para debater a questão jornalismo, cobertura indígena e território, existe um não entendimento do jornalismo do que é o território e uma ausência, um afastamento do jornalismo dos territórios. A gente cobre o assunto território, mas, também cobre o assunto viagem na lua. Inclusive, talvez temos mais jornalistas capacitados para falar sobre a viagem na lua do que sobre a questão indígena (Jornalista 1, 2023).

Eu acho que esbarra em tantas questões quando você vai falar sobre território, Amazônia e povos indígenas, porque muitas pessoas não têm respeito por essas questões que elas estão tratando, como se fosse mais uma pauta qualquer sendo que você está lidando com a vida de pessoas, e muitas vezes com tragédias, com coisas que afetam muito a vida dos indígenas porque território é vida e, consequentemente, também afetam a vida do repórter, que está lidando com aquilo. E aí eu acho que rola realmente uma sensibilidade maior de quem está aqui acompanhando, cobrindo, mais de perto do que do repórter que está lá fora cobrindo de longe (Jornalista 3, 2023).

Eu me interesso muito por essa questão, porque eu genuinamente acho que não sei, eu acho que eles são.. eu não gosto de romantizar, de colocar os indígenas como se eles fossem resposta para tudo, para todas as crises, mas eu admiro muito o sistema de vida desses povos, admiro como eles contestam o sistema. Só pelo simples fato deles viverem ali, de ter toda a relação que eles têm com a terra, o respeito com o território, as cosmologias deles, isso me interessa muito. E pra mim transborda com certeza o interesse para além do trabalho, mas isso também retroalimenta o trabalho, porque daí eu fico mais interessada ainda (Jornalista 4, 2023).

Diretamente relacionado à presença dos jornalistas no território, indagamos acerca do problema da segurança dos profissionais para o trabalho de campo em áreas de conflito e

logística difícil. Foram feitas também considerações sobre os riscos presentes no tratamento jornalístico do tema em função do contexto de violência que envolve a questão. Os profissionais foram perguntados se haviam sofrido ameaças ao realizar algum trabalho.

O que mais eu tive que mudar e aprender foram questões relacionadas à segurança mesmo, de você estabelecer padrões de segurança e definir padrões mínimos para não acontecer nada porque são áreas de muito conflito, cuja logística é difícil, então você está sempre correndo riscos quando vai para o trabalho de campo. Então tenho tentado me informar mais e me equipar com equipamentos de segurança mínimos. Eu sou um cara muito urbano, todos nós somos muito urbanos então essa imersão na floresta exige também uma virada de chave que não é fácil. Tento garantir confortos mínimos para dormir na rede, por exemplo. Essas coisas parecem pequenas mas ali na hora elas são fundamentais. Questões que envolvem estar na floresta, estar nas comunidades e como chegar a esses lugares minimamente informados são fundamentais (Jornalista 2, 2023).

Já. Pode falar? Eu acho que foram umas três ou quatro vezes, mas foram só ameaças digitais mesmo. Ameaça física eu nunca sofri não. Eu acho que todas as ameaças que sofri foram feitas por homens. Eu acho bom citar isso: que foram por homens cis, pessoas mais poderosas, que queriam mudar o meu texto ou desmentir coisas que eu ia escrever. Eu acho que teve uma vez que chegou a ser a mais grave, porque foi meio que um assédio dessa pessoa. Eu escrevi uma reportagem sobre dois professores que foram fazer uma palestra em uma universidade em Tabatinga e eles falaram coisas super preconceituosas, eram dois professores bolsonaristas. Aí eu investiguei, eu recebi os áudios do que eles falaram durante essas palestras, fiz a minha apuração e, seguindo a conduta do jornalista, eu entrevistei eles, né, fui atrás de entrevistar eles pra saber o que eles tinham a dizer sobre aquilo. Aí acabou que um deles ficou me mandando várias mensagens no WhatsApp, depois que eu já tinha tirado um depoimento dele, negando o que ele tinha falado. Acho que recebi mais de cinquenta mensagens o dia inteiro, tentando ligar pra eu mudar o que eu tinha escrito na reportagem, pra eu tirar, que o jornalismo que eu fazia era um jornalismo sujo, que eu era mentirosa, que eu era falsa, que eu não tava fazendo o meu trabalho direito, me falou várias coisas e aí eu tive que bloquear ele no WhatsApp (Jornalista 3, 2023).

Outro aspecto reiterado pelos profissionais foi a questão da falta de investimento no trabalho jornalístico e também a rotina, que é muito corrida, o que resvala na elaboração de uma cobertura satisfatória sobre a pauta indígena.

Precisava de mais investimentos na cobertura indígena para o requisito básico. Até porque é uma cobertura que demanda investimentos. Não é para você fazer cobertura sobre a questão indígena por telefone. Você tem que estar, você tem que viajar, tem que ir para as aldeias. É outro mundo é outra realidade. Então, acho que, nesse sentido, nenhum lugar, nenhum mainstream, tem os requisitos mais básicos para fazer uma cobertura satisfatória disso. Fora a questão estrutural brasileira, que é a gente não aprende língua indígena, a gente não aprende cultura indígena, a gente não aprende história indígena, a gente não aprende música indígena, não aprende mitologia indígena, não aprende nada. Então, a partir daí, dá para dizer com certeza que nenhum repórter no Brasil hoje está devidamente preparado para fazer a cobertura indígena porque quase ninguém aprende isso (Jornalista 1, 2023).

Uma formulação presente nas entrevistas merece destaque: um dos jornalistas problematiza algumas vezes, ao longo do depoimento, um entendimento sobre o jornalismo ativista que entende como problemática. Para esse profissional, há uma diferença entre

jornalismo e ativismo, reconhecendo que os dois são atividades essenciais, principalmente quando o assunto é Amazônia. Ele relata:

Eu enxergo o ativismo jornalístico como um problema, porque para mim, pode ser um purismo que eu vá perder com o tempo, mas eu acho que são coisas inconciliáveis, não dá para você ser ativista e para você ser jornalista. Às vezes o ativismo deturpa um pouco a realidade e às vezes a gente tem que estar mais conectado como repórteres e menos como ativistas ou nunca como ativistas para que a gente consiga enxergar as histórias como elas são, então é muito comum a gente publicar uma matéria que é desfavorável ao governo Lula, por exemplo, e você nota o mau humor do jornalismo ativista, e não existe isso, os governos estão aí para serem fiscalizados, criticados e investigados. Então eu enxergo isso como problema (Jornalista 2, 2023).

Ele explica seu ponto de vista dando o exemplo sobre a cobertura da crise humanitária dos Yanomamis, na qual ele e o repórter fotográfico ficaram um mês no território, apurando e fazendo matérias a partir da visão do povo Yanomami. Ele reconhece que esse acontecimento foi o problema central e o caracteriza como genocídio. Mas afirma que também quis contar a história a partir do ponto de vista dos garimpeiros que estavam fugindo do início da operação.

E aí fizemos, acompanhamos os garimpeiros, fomos até o porto onde eles estavam chegando, pegamos a caminhonete com eles para fazer o caminho de volta, contamos as histórias de vários garimpeiros muito pobres, muito miseráveis, muito marginalizados, que compõem o problema e é preciso olhar para esses garimpeiros que são trabalhadores. A questão do garimpo ilegal, o foco da crítica e do combate principal deveria ser em quem explora o garimpeiro, que são os donos da logística. Eles estão explorando uma massa de trabalhadores miseráveis que vivem nesse garimpo num regime de trabalho escravo há décadas (Jornalista 2, 2023).

O profissional colocou essa questão como um exemplo de porque essas reportagens foram muito mal recebidas, como se não se pudesse falar dessa perspectiva também.

De novo isso? Como assim, você oculta uma realidade? Não, não fala disso, aqui só os Yanomamis são o problema, mas as realidades são muito mais complexas do que o ativismo às vezes traz. Ele traz muitas vezes o lado A e o lado B e a realidade é mais complexa que isso. Ela envolve lados infinitos e é preciso que o jornalismo esteja atento a tudo isso. Então, na minha visão, esses são os problemas que eu enxergo na produção jornalística da Amazônia. Sim, nessa questão eu concordo plenamente com você, porque na realidade não são eles, eles só são os agentes ali, são as pessoas mais miseráveis (Jornalista 2, 2023).

De acordo com o jornalista, a realidade ali daquele território é muito mais complexa, envolve muitos meandros, e essas histórias não foram contadas porque não se permitiu.

As histórias deles precisavam ser contadas também, porque os governos precisam olhar para essas pessoas também. Eles saíram da terra Yanomami e você conversa com todos: O que você vai fazer? A resposta é: Eu vou procurar um outro garimpo, eu vou para a Guiana, eu vou para o Suriname, eu vou para um garimpo no Paraná. Poucos dizem: eu vou voltar para casa no Maranhão. Acho que eu cansei dessa vida. Entende? Então, é algo que precisa ser olhado. É um movimento importante

social migratório acontecendo e de exploração do trabalho. Você tem que olhar para isso. E é tipo, não gostei. Sabe? Caguei. Não consegui fazer o que eu acho que tem que ser feito. E ainda acho que vou cometer muitos erros, porque o jornalismo é uma atividade dinâmica, ainda mais num jornal diário, que é um dos jornais mais importantes do país e tem muita repercussão, existe um cuidado extremo, precisa de um cuidado extremo com tudo. É óbvio que eu vou cometer os erros de avaliação, erros de informação em algum momento e espero que sejam poucos ou nenhum, mas isso uma hora vai acontecer. Mas quero seguir fazendo o que eu acho que tem que ser feito (Jornalista 2, 2023).

Nesse entendimento, a proximidade entre jornalismo ativista e a cobertura da questão indígena aparece como problemática pois se tratariam de ações com fundamentos inconciliáveis. Ao jornalismo caberia, reitera-se certa tradição, o papel fiscalizador de quarto poder. O ativismo produziria opacidade para a compreensão equilibrada da complexidade das questões.

8.1 Para pensar sobre o entendimento dos jornalistas

O que as falas dos jornalistas nos revelam sobre a inteligibilidade acerca da questão indígena? Os profissionais ressaltaram que é inegável o quanto esta pauta ganhou destaque tanto na mídia tradicional quanto na alternativa. Eles sinalizam dois fatores para esse *boom* de notícias acerca do tema: um deles é o fato de a Amazônia estar muito em evidência, principalmente para a imprensa internacional, e o outro motivo foi a existência de um governo que se posicionou totalmente contrário às causas indígenas desde a campanha.

Outro apontamento trazido por eles foi sobre a noção de tempo do jornalismo, que seria baseada na lógica “do homem branco”, e, muitas vezes, o indígena não vai atender o jornalista naquele momento do processo de produção porque a relação de tempo para eles é outra. A noção de uma Amazônia homogênea também foi outro fator sinalizado pelos jornalistas como um problema, pois, assim como sua dimensão continental, os povos que lá habitam também são heterogêneos e, mesmo assim, são jornalisticamente tratados como um único povo. A nomenclatura e certas terminologias como “índio” e “tribo” também foram apontadas como erro e que já são consideradas questões básicas e equívocos grosseiros. A ambição por retratar o exótico da imprensa internacional também foi mencionada, porque esse apego pelo excêntrico faz com que a região amazônica, em especial o estado do Amazonas, seja sempre noticiada como fenômeno natural intocável, ignorando-se que Manaus tem mais de 2 milhões de habitantes. E, aqui, faço um adendo sobre o imaginário que muitas pessoas têm da região

Norte, que é exatamente esse, como se ali existisse apenas a realidade da floresta, desconhecendo uma vida “urbanizada”.

A questão de veículos com forte alinhamento com interesses de grandes agricultores, agropecuaristas e mineradores também foi apontada como uma possível justificativa para uma cobertura inadequada, além da falta de jornalistas especializados em questões indígenas. Os jornalistas também mencionaram essa ausência de preparação para trabalhar com a questão, porque, em geral, não se recebe formação para entender a questão indígena em sua complexidade. Então, ao se tornarem setoristas das pautas relativas aos povos originários, há um ponto em comum a todos eles: foi preciso fazer muita pesquisa, estudar, se inteirar, buscar informações sobre os povos que vão entrevistar, pois existem especificidades e diferenças entre os territórios, entre línguas, etc.

O ensino de jornalismo na universidade também foi mencionado, pois não se tem formação específica para trabalhar com esta pauta. Aqui nos aproximamos novamente dos pressupostos apontados por Ryfe (2024) que, ao investigar a prática jornalística, especialmente na última década, pode detectar modificações que antes eram alicerçadas nas mesmas convenções profissionais. Ele aponta que, para haver uma transformação efetiva nas práticas jornalísticas, é importante a adequação de recursos “que incluem políticas e processos organizacionais, currículos em escolas de jornalismo, prêmios e distinções. Esses recursos ajudam a canalizar mudanças na prática de notícias” (Ryfe, 2024, p.3).

Outro fator determinante apontado pelos jornalistas como algo fundamental é o conhecer de perto o lugar, a cultura, o território, a língua, porque não há como fazer uma cobertura satisfatória se você não conhece múltiplas dimensões de uma realidade. A nosso ver, os profissionais fazem uma articulação relevante e percebem a tensão entre o que concebem como seus ideais de cobertura da questão indígena e as realidades que enfrentam no seu trabalho. Se, por um lado, há o desejo de uma cobertura aprofundada, respeitosa, que dê voz aos indígenas, supere estereótipos e promova a compreensão da complexidade da Amazônia e de seus povos, por outro lado, explicita-se uma realidade da lógica do “hard news” e da prevalência dos valores do “homem branco”, falta de preparo e conhecimento específico sobre culturas e línguas indígenas, escassez de recursos e investimento, e a influência de interesses políticos e econômicos não manifestos. Essas questões podem ser corroboradas a partir das formulações de Ryfe (2024) que afirma que para a prática jornalística passar por uma mudança verdadeiramente efetiva, é preciso investimento de recursos simbólicos e materiais, caso contrário, há uma possibilidade muito grande das notícias continuarem serem narradas de

acordo com antigas convenções.

Pode-se perceber uma sorte de reflexão crítica dos jornalistas sobre suas próprias práticas, em que eles identificam influências em diversos níveis. No âmbito mais micro e da experiência individual, suas próprias limitações de conhecimento, a necessidade de aprendizado contínuo, os dilemas éticos pessoais aparecem com destaque. Em termos organizacionais, da estrutura que sustenta o fazer jornalístico, destacam-se o peso das rotinas produtivas dos veículos, a falta de investimento, e a cultura editorial. Considerando o contexto social mais amplo, ainda se padece do legado do modos e valores do jornalismo ocidental mais tradicional, da desinformação estrutural sobre questões indígenas na sociedade brasileira, e da forte pressão de interesses políticos e econômicos de diferentes grupos sociais. Esses são pontos de referência que ancoram a percepção de papéis jornalísticos e de práticas efetivas na produção de enquadramentos sobre a questão indígena. “Por falta de tempo, experiência e/ou conhecimento, jornalistas podem não ser capazes de fazer a virada interpretativa mesmo quando preferem fazê-lo” (Ryfe, 2024, p.7).

Os jornalistas entrevistados mostram-se sabedores de uma tensão em relação às regras constitutivas dominantes. A crítica à cobertura *mainstream*, que foca em conflitos como episódicos ou no “exótico”, sugere um questionamento sobre o que é considerado notícia quando se trata de povos indígenas. Há um esforço reconhecido, especialmente na atuação de veículos alternativos ou jornalistas mais engajados, para ampliar essa definição, incluindo as vozes, as culturas, as lutas por direitos e as complexidades da vida indígena como inerentemente noticiáveis. A discussão sobre a validade da “mídia indígena” e se ela é “jornalismo” ou “ativismo” também toca em regras constitutivas sobre quem define o que é jornalismo e qual seu propósito fundamental.

Muitas dificuldades e autocríticas dos jornalistas referem-se às chamadas regras regulativas inadequadas ou à luta para estabelecer novas orientações para os processos jornalísticos. No campo da linguagem, o debate sobre o uso de termos como “índio” e “tribo” é uma clara tentativa de mudar regras regulativas sobre a linguagem apropriada. Também no caso da definição de fontes de informação, ocorre a prática, no caso da iniciativa “Amazônia Real”, de priorizar fontes indígenas sem favorecer “especialistas brancos” para validar suas falas. Trata-se de uma subversão de uma norma comum ao jornalismo *mainstream*. Também nas referências temporais dos processos jornalísticos, percebe-se a inadequação da noção de tempo jornalístico tradicional com a realidade indígena, carecendo de processos de apuração mais longos e imersivos que apontam para a necessidade de renovação de princípios

jornalísticos, de que eles sejam mais flexíveis e adaptados.

No que se refere ao conhecimento e preparos necessários para a realização da cobertura, a constatação da falta de formação específica e a consequente necessidade de “estudar o território” e “perguntar como os indígenas querem ser tratados” indicam esforços para construir princípios baseados no respeito a outros povos e a outros modos de vida. O que não se dá sem tensão e conflito, como transparece na discussão proposta por um profissional sobre a cobertura da situação dos garimpeiros na Terra Yanomami e a complexidade dessa realidade. Isso mostra que o jornalismo contemporâneo deve refletir sobre suas regras que, na maioria das vezes, se contrapõem à necessidade de contextualização profunda e interpretativa. Ao mesmo tempo, é válido dizer, algumas dessas imposições profissionais resultam do jornalismo *mainstream* impedindo que um repórter, como vimos no exemplo acima, relate um acontecimento mostrando a questão de forma mais abrangente.

Por fim, lembramos novamente Ryfe (2024) que, ao refletir sobre a prática profissional dos jornalistas, assegura que as mudanças que ocorreram, especialmente na última década, resultam do surgimento de outras práticas, que se localizam um pouco distantes das regras de mercado, proporcionado assim, a produção de notícias por meio de uma lógica mais humanizada e menos mercantil. Se trata de uma perspectiva que encontra reverberação em outros atores. De acordo com Ijuim e Ojeda (2024), além das mudanças na prática profissional, os jornalistas precisam desenvolver o que os autores chamam de consciência ética-epistemológica, tendo o ser humano como ponto de partida e de chegada na narrativa jornalística. “(...) Seu trabalho deverá respeitar as diferenças de qualquer natureza e se isentar de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos. A narrativa poderá adquirir um caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato será humanizador” (Ijuim; Ojeda, 2024, p.164). Podemos inferir, portanto, que os profissionais jornalistas entrevistados têm consciência que a questão indígena é uma pauta complexa, com meandros que ultrapassam a lógica mercantil do jornalismo “moderno/branco” e representam a vontade de fazer outro tipo de cobertura. Na fala dos jornalistas da Folha de S.Paulo, percebemos que existe a tentativa de compreensão da pauta indígena a partir de outro prisma, mas a forma do jornalismo *hard news* impede sua concretização. Já na narração dos jornalistas das mídias alternativas, vemos uma outra consciência que parte de uma epistemologia que os próprios meios permitem. E as falas dos jornalistas que moram na região amazônica são ainda mais críticas porque a forma de conhecer articula diferentes maneiras de proximidade (espacial, cultural, afetiva, política etc.),

permitindo, assim, uma inteligibilidade renovada sobre o tema.

Considerações Finais: qual a inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena?

Ao final do percurso, chegamos a um ponto de inflexão: qual seria, nos materiais examinados, elementos característicos da inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena no contexto brasileiro contemporâneo? Para compreender a chave desta problemática, colocam-se algumas determinações.

A primeira delas é o fato inegável de que a pauta sobre as questões indígenas ganhou destaque nas chamadas imprensa *mainstream* e alternativa, principalmente nos últimos cinco anos, durante e pós-governo Bolsonaro - publicamente contrário aos direitos originários. Outro fator que levou a efervescência do tema foi o ganho de notoriedade pela política climática, alavancado pelas crescentes e reiteradas catástrofes climáticas pelas quais o mundo passou nos últimos anos. Ao anunciar a existência de outra era geológica, a comunidade científica também coloca em destaque o papel fundamental das áreas de proteção, as chamadas APA's, bem como as terras demarcadas. Depois das conclusões científicas de que vivemos no Antropoceno, como explicado no capítulo quatro, inúmeros estudos foram realizados para provar que o mundo precisa de áreas de proteção e que as terras indígenas demarcadas conservam ainda mais a vegetação nativa. “Ainda que os bolsões de negacionismo sejam persistentes, atores políticos de diversas matizes estão se voltando para a questão” (Fraser, 2024, p.121).

Portanto, mais uma vez, os originários tornam-se peças-chave para que o “céu” não caia. Fraser (2024) corrobora este pensamento, afirmando que os povos indígenas ganharam apoio em suas lutas, após o reconhecimento da importância delas como ecológica. “Há muito engajadas na defesa de seus habitats, meios e modos de vida contra a invasão colonial e o extrativismo corporativo, essas comunidades encontram hoje novas e novos aliados entre quem busca formas não instrumentais de se relacionar com a natureza” (Fraser, 2024, p. 121).

A segunda questão que apontamos aqui é que os indígenas se afirmaram como protagonistas no cenário da história global contemporânea. Se tomarmos o Acampamento Terra Livre - ATL como um marcador temporal, nossas suposições podem ser constatadas, pois o evento ganhou proeminência e adesão, tornando-se a maior assembleia dos povos e organizações indígenas do país. Atualmente, reúne milhares de originários, vindos de todas as regiões do Brasil, que ocupam por dias a Funarte em Brasília, agregando ainda outros movimentos sociais em seus atos e marchas pelas ruas da capital federal. Em 2024 (ano da realização da pesquisa de campo deste trabalho, descrita no capítulo cinco), o evento completou 20 anos de existência. Na sua primeira edição, em 2004, o encontro reuniu 150 participantes.

Na edição de 2024 foram mais de 10 mil e neste ano de 2025 estima-se que mais de 8 mil indígenas de todos os biomas do país participaram da assembleia. E foi assim, que o ATL se tornou um marco histórico e inaugurou uma nova era para o Movimento Indígena Brasileiro. De acordo com informações da Revista Terra Livre, publicada em 2022, e analisada nesta pesquisa, no capítulo três, o acampamento surge por meio de uma ocupação feita no sul do país em frente ao Ministério da Justiça, que logo ganhou apoio de várias lideranças indígenas que não tinham a dimensão da proporção que o evento tomaria.

O ATL, portanto, começa a reverberar dentro e fora do Brasil, não sendo possível que os meios de comunicação ignorem 10 mil indígenas marchando na Esplanada dos Ministérios. Gatto e Antunes (2024), ao analisarem as edições impressas do jornal Folha de S.Paulo durante os dias de realização do evento, constataram que apenas uma notícia relatou o acontecimento, na versão impressa do maior jornal do país. Os autores problematizam a insuficiência da cobertura por parte do veículo, mas ao olhar de maneira mais ampla para o fato e dentro do contexto do resultado dessa pesquisa, infere-se que, mesmo de maneira ínfima, o jornal não pode ignorar o acontecimento.

Por isso, é inegável dizer que, nos últimos seis ou sete anos, a luta dos povos originários ganhou corpo e fôlego e o movimento coletivo adentrou as diversas esferas da sociedade civil. A representação e a presença indígena na política, nas universidades, nas produções audiovisuais, nos meios de comunicação - com criação de veículos feitos pelos povos e com surgimento de vários *influencers* indígenas -, no direito constitucional, nas novelas, nos programas televisivos, na música, na publicidade, nos debates nacionais e internacionais. Um terceiro fator importante para a compreensão de como a inteligibilidade jornalística se delineia na contemporaneidade parte de um argumento mais contextual, político e ideológico. Diante de um contexto de tensão e disputa entre perspectivas neoliberais e progressistas, as pautas de grupos sub-representados, e isso inclui o movimento indígena, estão no coração dos conflitos, sendo eventualmente percebidas e “acolhidas” dentro dos sistemas de representação e midiático. Nessa lógica, os indígenas se tornaram uma pauta candente para se noticiar, o que não significa, necessariamente, ter uma cobertura satisfatória segundo a perspectiva dos povos originários.

Destaca-se ainda que o sistema do capital entende muito bem as lutas que têm capacidade revolucionária e as incorpora à sua lógica, resolvendo na “aparência” determinadas opressões, sem chegar na essência fenomenológica da questão. “Esse neoliberalismo progressista propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, e se harmoniza perfeitamente

com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade” (Aruzza et al., 2019, p.37). A preocupação aqui se situa na esfera de que, ao transformar a política em ação instrumental e localizar o debate apenas no terreno dos valores, oculta-se que a reorganização integral da sociedade permanece fora do horizonte e, desta forma, as lutas podem ser capitaneadas e rapidamente incorporadas à lógica do sistema vigente. A crítica aqui exposta baseia-se no pressuposto de que movimentos feitos apenas para se obter representatividade tendem a criar uma nova geografia estanque de lugares de poder, ocultando as contradições do capitalismo e tornando-nos impotentes frente a demandas reais de mudanças. “Em larga medida, a luta por reconhecimento funciona atualmente como uma espécie de compensação à inexistência de um discurso econômico com clara força de transformação e com capacidade de implicar as classes empobrecidas” (Safatle, 2022, p. 45).

As pautas são profundamente justas, mas acabam nos fazendo acreditar que a única mudança concreta a ser feita é a incorporação de grupos marginalizados ao sistema, transformando-os em agentes de uma luta por um espaço que é hegemônico. Safatle (2022) ratifica tal argumento afirmando que “uma das formas fundamentais de domesticação das lutas por reconhecimento é fazer da indústria cultural o espaço privilegiado de seu exercício” (p.49). Pensando de forma crítica, o movimento indígena pode ser capturado e se transformar em uma luta apenas por representatividade - que também é importante - às quais algumas pessoas se identificam, são solidárias e apoiam a causa. Reafirma-se o argumento de que, no contexto político vigente, no lugar de valores até então tradicionais, “o neoliberalismo progressista promove o multiculturalismo, a igualdade entre gêneros, a diversidade sexual, um mundo “pós-racial” e um ambientalismo mediado pelo mercado” (Nunes, 2022, p.115).

Recentemente, duas propagandas do Banco do Brasil¹⁸ - “A gente se importa” e “O BB se importa com um mundo melhor” - contaram com o mundialmente conhecido DJ Alok como figura central e utilizaram como fundo musical as composições feitas por ele em parceria com cantores indígenas. Os dois comerciais são exemplos bem singulares de um quadro discursivo característico. Dizem, de certa forma, o quanto o banco se importa com um futuro sustentável e com os povos indígenas, reafirmando que é preciso saber ouvir a floresta, usar a tecnologia junto com a sabedoria dos povos originários, porque o “futuro é ancestral”. Em um dos comerciais apresenta-se uma árvore de IA generativa e, como já apontado na pesquisa, as *big techs*, grandes empresas de tecnologia, estão diretamente envolvidas na exploração de minérios e recursos naturais e, portanto, responsáveis direta e indiretamente, por invasões de territórios.

¹⁸ [Propaganda 1](#) e [Propaganda 2](#).

Outro argumento que não se pode descartar é a discussão mais atual sobre a grande quantidade de água utilizada para manter os *data centers* - que são a infraestrutura física das *big techs*. Vários estudos e reportagens têm sido realizados mostrando o impacto ambiental da tecnologia, que, para muitos ainda, aparece apenas como uma “nuvem”, sem reais consequências materiais. Segundo reportagem investigativa do *The Intercept Brasil*, desde o início do governo de Lula, o presidente fez uma série de reuniões, das quais o Ministério do Meio Ambiente nunca participou, para viabilizar instalações dessas estruturas no país. Vale destacar que esses “estudos” seguem a cartilha do ministro da Economia do governo anterior, Paulo Guedes, que os encomendou visando atrair investimentos para o setor – e uma das sugestões foi justamente a dispensa de licenciamentos pelo Ministério do Meio Ambiente, para “desburocratizar” a implementação de tais iniciativas.

Atualmente, em maio de 2025, o governo brasileiro faz uma série de investimentos e anúncios de isenção de impostos para incentivar a instalação de *data centers* no Brasil, com o argumento de que o país seria um destino sustentável para as instalações, já que temos uma matriz energética hidrelétrica limpa, que não emite carbono. Exemplo real desses incentivos é a criação de uma mega estrutura do tamanho equivalente a 12 campos de futebol na cidade de Caucaia - município que sofre há anos com a seca e estiagem, no Ceará. O investimento é de 55 bilhões, com promessa de geração de emprego e renda. O aparato servirá como suporte para o funcionamento da infraestrutura da plataforma de rede social e de entretenimento do *Tik Tok*, com computadores funcionando 24 horas por dia, sugando uma enorme quantidade de energia e água, necessárias para o processo de esfriamento dos supercomputadores. No ano de 2024, o Brasil enfrentou a pior seca de sua história. A falta de chuva derrubou os níveis nas bacias hidrográficas, e o governo chegou a anunciar medidas de contingência, como o aumento do uso de usinas termelétricas — que são movidas a combustíveis fósseis e mais poluentes.

Ao longo dos últimos anos, as estiagens têm se tornado mais intensas e menos espaçadas — reflexo das mudanças climáticas. Aqui cabe um adendo: destaca-se uma reportagem analisada pela pesquisa e publicada pela Agência Pública em 2022, que abordava, entre outras questões, os impactos da seca nas comunidades indígenas do Acre, tais como a falta de alimentos como o peixe e a dificuldade de manter a plantação. Em 2024, a seca histórica no país atingiu mais uma vez os povos indígenas do Acre, sobretudo os isolados. Segundo dados da Funai, a seca dos rios, a ação de madeireiros peruanos e a escassez de alimentos forçaram os Mashco Piro, maior povo isolado do mundo, a se deslocarem e adentrar o território do povo Manchineri, causando vários conflitos entre eles.

Esta digressão reflexiva que começa com a discussão do neoliberalismo progressista, menciona a busca por representatividade de grupos marginalizados, reconhecendo a importância da existência de lutas que questionam práticas seculares de exclusão que foram naturalizadas como universais, visa problematizar o fato de que o movimento indígena tem sido transformado muitas vezes em uma pauta de representação. Trata-se de fazer a crítica a esse regime de visibilização, que hoje tem se tornado hegemônico, e que, na realidade, conforma um discurso falacioso, onde pretensamente todos podem ser representados. Ao mesmo tempo, essas formas de representação capturam as subjetividades em relação às questões que implicam transformações reais. Então, é “inovador” e “disruptivo” vender a ideia de um banco “sustentável”. Mas até que ponto? Talvez até o limite que os patrocinadores permitam. Por isso, a discussão sobre o modelo econômico e político fica de fora do debate. De acordo com Nunes (2022)

É um movimento certamente positivo, mas que também comporta perigo. Um deles é o da esfera das questões ditas “identitárias” se constituir como algo à parte da discussão de modelo econômico e político (...). Outro é o fato de que ter as redes sociais como veículo por excelência torna esse tipo de ativismo uma presa fácil para dinâmicas - de disputa pela economia da atenção; de formação de *in-* e *out-groups*; de desumanização de interlocutores; de redução de complexidade e memeficação; de hiperindividualização e criação de celebridades - altamente prejudiciais a uma prática política coletiva (Nunes, 2022, p. 197).

Pontua-se novamente que a luta indígena não deve ser entendida apenas como mais um movimento por representatividade, tornando-o específico, quando, na realidade, a questão é coletiva. O movimento é mais do que “luta” por espaço; ele está intrinsecamente ligado à existência material da vida originária e dos outros povos. A redução dessa luta à disputa por representação nos diversos espaços da sociedade colide diretamente com o cerne da questão dos indígenas: a demarcação dos territórios. Então, trata-se de se perceber que a disputa simbólica é uma disputa real que liga a existência desses povos à preservação de suas terras. E, como elencado no capítulo quatro, a forma comunal que os indígenas vivem e a propriedade privada burguesa do capital apresentam-se totalmente incompatíveis e, para o capital avançar, o choque entre elas tem que acontecer - e tem acontecido - todos os dias em diversos territórios indígenas do Brasil. “As (...) terras indígenas são a última fronteira a ser arrastada pelo capital, a nossa derradeira chance de recompor a Terra como lugar de vida e não de morte” (Pinassi; Di Guastalla, 2022, p. 92). Assim, ao tornar essa pauta destacável, pode-se inferir que existem fraturas nas inteligibilidades propostas pelo sistema de representação midiático *mainstream*, mas elas são afetadas pelas formas concretas da questão, que tem a ver com os territórios que precisam ser demarcados para a sobrevivência desses povos (e para a nossa).

Quando elegemos trabalhar, em nossa investigação, com o conceito de território, como tema revelador das relações entre o jornalismo e a abordagem de assuntos referentes aos povos indígenas, partimos da hipótese de que a luta pela terra apresenta-se como aspecto articulador da ação dos indígenas e define-se como moldura privilegiada e um lugar chave de conflito entre os povos originários e os atores que patrocina as lógicas de exploração do território contemporaneamente. Nesse sentido, tal questão se transformou em um lugar característico para produção de acontecimentos jornalísticos, nos permitindo realizar um recorte metodológico para a pesquisa, tomando-o como um elemento temático específico para mobilizar e examinar os enquadramentos nos discursos noticiosos. Essa hipótese, a nosso ver, se confirmou ao longo das análises, pois todas as matérias pertencentes ao *corpus* da investigação, mesmo as que não falavam especificamente sobre a temática, de alguma forma remetem ou são interceptadas pela questão do território.

Outra hipótese de pesquisa partia da noção de que a *práxis* jornalística passou por avanços nos últimos anos, mas, a depender do assunto noticiado, os enquadramentos repetem o padrão de estereótipos e silenciamentos das populações tradicionais, reiterando o discurso hegemônico. Ao desenvolver as análises, em parte esse pressuposto se confirma. É inegável que a *práxis* noticiosa avançou em alguns aspectos, destaca-se especialmente o esforço na utilização de outras nomenclaturas que sejam capazes de nomear os originários de maneira não estereotipada. As trocas dos termos “índio” por “indígena” e “tribo” por “povos” demonstram parte desta mudança. Recuperando uma das discussões realizadas no capítulo dois, onde Gonzaga (2021) afirma que é de extrema importância que mitos sejam quebrados para que se tenha outras reflexões não estigmatizantes e menos discriminatórias em relação aos indígenas, lembramos “que o emprego do termo ‘índio’ é indevido e desrespeitoso. (...) As etnias indígenas foram invisibilizadas e sobre elas foi mantido um ‘apelido’ pejorativo que perdura desde Colombo” (Gonzaga, 2021, p. 2).

Nesse sentido, podemos destacar algum avanço na inteligibilidade permitida pelo jornalismo. Na parte da análise de enquadramento da questão indígena no noticiário, é perceptível que esses estereótipos mais grosseiros não apareceram. Mas quando o assunto foi demarcação de terras, na mídia *mainstream*, por exemplo, o discurso de “que indígenas têm muitas terras” aparece, ainda que de forma sucinta, e reforça o discurso hegemônico.

Se Folha de S.Paulo, por exemplo, noticia sobre os indígenas, percebe-se que existe um movimento muito grande de pressão a partir de um ponto de vista “internacional”, como vimos, por exemplo, no ano de 2021, onde a questão perpassava, na maioria das vezes, o suposto

embate “Bolsonaro X Biden”. Os agentes de mineração e agronegócio também nunca são mencionados, como se existisse um “agente desconhecido” que invade territórios indígenas e contamina os rios com minérios. Krenak (2020) ajuda-nos a pensar sobre essa questão afirmando que, “para que não fiquem pensando que estou inventando mais um mito, o do monstro corporativo, ele tem nome, endereço e até conta bancária. E que conta! São os donos da grana do planeta, e ganham mais a cada minuto” (p.20).

Um parêntese deve ser destacado para um jornalista entrevistado, da Folha, que foi impedido de noticiar acerca da realidade dos garimpeiros trabalhadores como parte do problema e não como “o” problema, já que não são os donos do negócio. O veículo limita-se também, ao publicizar o acontecimento, a tratar pontos que não interfiram nos *business* da empresa. Ao contrário da Agência Pública e Amazônia Real, que não têm tais agentes interferindo de forma direta e intensa na cobertura e, por fazerem um jornalismo nativo digital, tornam-se insubordinadas financeiramente ao “legado da indústria de mídia”, recorrendo ao financiamento coletivo.

Nossa pesquisa também classificou a Agência Pública como uma mídia semi-estabelecida que, segundo Mattoni (2017), distingue-se de uma mídia tradicional e uma mídia alternativa, não só como um conceito, mas na forma do fazer jornalístico, do alcance e da repercussão. A mídia semi-estabelecida também tem um viés político editorial bem definido, operando na intersecção entre jornalismo e política. Ao localizarmos a Agência Pública nesta categoria, nossa hipótese em parte se confirmou. Eles se empenham na produção do chamado jornalismo investigativo, levando o processo de apuração à exaustão. Utilizam diversas fontes, inclusive as oficiosas. Reproduzem uma espécie de grande reportagem que fica entre o trabalho da mídia tradicional e o da mídia alternativa. As reportagens da Agência Pública são disponibilizadas em diversos veículos da grande mídia. Portanto, corroboramos esses elementos indicados por Mattoni, que afirma que a mídia semi-estabelecida “(...) tem uma posição intermediária, pois depende parcialmente do mercado para sustentar o negócio, tem uma circulação relativamente mais ampla do que a mídia alternativa, mas não é capaz de alcançar o público de massa como a mídia tradicional” (2017, p.81).

A Amazônia Real se situa como mídia alternativa, e se auto-intitula como alternativa às narrativas da grande mídia. Por isso, as reportagens são narrativas ditas contra-hegemônicas, que priorizam, sobretudo, fontes e especialistas indígenas. Em um dos trechos da entrevista com uma das pessoas atuantes na Amazônia Real revela-se um incômodo com a atuação da mídia tradicional, que, ao retratar os indígenas, sempre procuram especialistas “brancos” e

nunca uma pessoa indígena. Os originários são capazes de falar sobre variados assuntos, estão dentro das universidades, se formando e se especializando em variadas áreas. Nesse meio, adota-se uma política editorial que prioriza ouvir as pessoas envolvidas na questão e não consultar, aprioristicamente, o “especialista antropólogo”, que muitas vezes não conhece a realidade do território em suas múltiplas dimensões. Outro destaque sobre a produção da Amazônia Real é a adoção de um critério de proximidade. Por estarem localizados na Amazônia, os modos de se aproximar e compreender as questões que envolvem os povos originários devem ser outros.

Ao elegermos tais lugares da mídia informativa para analisar como a inteligibilidade jornalística acerca da questão indígena foi construída/narrada/documentada, partiu-se do pressuposto da existência de uma materialidade histórica e concreta por trás dos “quadros” que foram investigados. Por isso, a questão do enquadramento como referência conceitual perpassou todas as fases da pesquisa. Acredita-se que, para o jornalismo exercer a atividade da qual ele se propõe, que é tornar o mundo inteligível, ele precisa lidar de forma diferente com a realidade, percebendo-a como algo mais complexo, definido por múltiplas determinações, e buscar nos acontecimentos, elementos que muitas vezes não se apresentam de forma evidente na realidade. Desta forma, talvez se possa pensar em uma cobertura jornalística sobre os povos indígenas cujos quadros não camuflem tais determinações sócio-históricas do capitalismo, que impulsiona as tragédias climáticas. Que se proponha a mostrar que temos o “mundo civilizado” sob a “dupla conectada ameaça de um revival fascista e de uma catástrofe ecológica global” (Krenak, 2020, p. 81)

A pesquisa partilhou ainda da constatação de que “as disputas pelo território têm sido historicamente palavras-chaves na constituição desse movimento social e de suas organizações” (Santi; Araújo, 2022, p.154) e, por isso, é que se considera a luta indígena como o maior conflito territorial, econômico e político no Brasil contemporâneo.

Para tanto, a inteligibilidade jornalística acerca da questão indígena na contemporaneidade alcança, ainda que de forma variável e incipiente, todas essas determinações anunciadas ao longo da pesquisa: o protagonismo do movimento indígena; a luta territorial; o ATL como um definidor de parâmetros e marcador temporal e histórico; a produção dos próprios indígenas; o Antropoceno como uma realidade; o neoliberalismo progressista; o entendimento dos próprios jornalistas; a importância de veículos variados que façam um trabalho mais apurado e extenso; a multiplicação de outras fontes de informação que fraturam a ideia de noticiabilidade.

Trata-se, então, de continuar tentando interceptar, em certos momentos e lugares, processos jornalísticos que ponham em circulação outros enquadramentos que normalmente estão fora da chamada grande imprensa comercial, tensionando as narrativas, apresentando os povos indígenas como sujeitos e sob outra ótica e, de certa forma, forçando, por exemplo, a cobertura jornalística hegemônica a não ignorá-los.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, M. R.; CRUZ, F. de S. **A identidade dos povos indígenas na mídia**: um comparativo da cobertura de G1 de Carta Capital no Acampamento Terra Livre 2017. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 20., Porto Alegre, 2019. Anais [...].Porto Alegre: Intercom, 2019. p. 1-15.

AGÊNCIA Senado . Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/23/terras-indigenas-lula-veta-marco-temporal-aprovado-pelo-congresso#> Acesso em: 12 de março de 2024.

ALVES, J. E. D. Concentração de CO2 na atmosfera atinge novo recorde em maio de 2023. In: **EcoDebate**. ISSN: 2446-9394.

AMARAL, A. C. **A partir da Amazônia, Biden definirá se o Brasil ainda tem lugar no mundo**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 abr. 2021.

ANGUS, I. **Enfrentando o Antropoceno**: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre. Tradução de Glenda Vicenzi. São Paulo: Boitempo, 2023.

ANTUNES, E. **Enquadramento**: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 85-99, 2009.

ARAÚJO, B. C.; SANTI, V. J.. **Os territórios midiáticos e a territorialização do movimento dos povos indígenas no bios midiático**. Trayectorias Humanas Trascontinentales, n. 14, 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). Manifesto “**Nossa luta ainda é pela vida**”.Brasil, 12 mar. 2021.

BARBOSA, M. **Mundo do jornalismo e história do tempo presente**: um olhar sobre o jornalismo dos anos 1980 no Brasil. Media & Jornalismo, Portugal, v. 21, n. 39, p. 101-116, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_5. Acesso em: 1 jul. 2023

Bassi, I. G. **Perspectiva Socioambiental no discurso jornalístico do site da Agência Amazônia Real**. *REVES - Revista Relações Sociais*, 3(3), 0107-0121, 2020. <https://doi.org/10.18540/revesv13iss3pp0107-0121>

BERGAMO, M. **Sonia Guajajara lança pré-candidatura a deputada federal pelo PSOL**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31 mar. 2022.

Braga CF, Campos PHF. **Invisíveis e subalternos**: as representações sociais do indígena. Psicol Soc [Internet]. 2012;24(3):499-506. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0102-7182201200030000>

Bragança, P. L. de. **Os agentes das narrativas nas reportagens da Agência Pública acerca dos projetos hidrelétricos do Tapajós**. *Aturá - Revista Pan-Amazônica De Comunicação*, 3(1), 164-180, 2019. <https://doi.org/10.20873/uft.2526-8031.2019v3n1p164>

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 191/2020**. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos[...]. [Retirado pelo autor]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023.

BRUM, E. **Banzeiro Òkotó**: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo, 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BRUNORO, M. de A.; TANNUS, R. M. **Festa e Guerra na Esplanada: sons da política num Acampamento Terra Livre**. Wamon-Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM, v. 5, n. 2, p. 135-146, 2020.

BONIN, I. **O Bem Viver Indígena e o Futuro da Humanidade**. Conselho Indígena Missionário - CIMI. Encarte Pedagógico X – Jornal Porantim Dezembro/2015.

CABECINHAS, R. (2002) **Media, etnocentrismo e estereótipos sociais**. In As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação. Lisboa: Vega (pp. 407-418).

CARVALHO, D. **Brasil não tem que ser mendigo, diz Mourão sobre pedido de apoio a Biden**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 abr. 2021.

CARVALHO, G.; BRONOSKY, M. **Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital**. Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 21-29, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007>. Acesso em: 6 jul. 2024.

Censo Demográfico 2022 : quilombolas e indígenas, por sexo e idade, segundo segundo recortes territoriais específicos : resultados do universo. -1940-. - Rio de Janeiro : IBGE, 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo:Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

CONFLITO **provoca duas mortes na Terra Indígena Yanomami, em Roraima**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 abr. 2021

Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil** - dados de 2022. Brasília: CIMI, 2022.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil** – Dados de 2023 / Conselho Indigenista Missionário. 21.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2024.

CHRISTOFOLETTI, R. **A Crise do Jornalismo tem solução?** - Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil:história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DA SILVA, M. P. **Uma forma como enredo no horizonte da desinformação: Pressões e hipóteses sobre a divulgação de informações não jornalísticas de expressão noticiosa**. **Razão e Palavra** , [S. l.] , v. 26, não. 114, 2022. DOI: 10.26807/rp.v26i114.1924. Disponível em: <https://revistarazonypalavra.org/index.php/rp/article/view/1924>. Acesso em: 7 de julho. 2024.

Dean, J. (2021). **Capitalismo comunicativo e luta de classes**. Lugar Comum–Estudos de mídia, cultura e democracia, 0(61), 115-138. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/46542>

DELACROIX, C. **A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180310232018005>. Acesso em: 1 jul. 2023.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. 2006. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Penso, 432 p.

DUARTE, G. S. M. **Inovação social nos veículos jornalísticos independentes: um olhar para as narrativas sobre povos indígenas na Amazônia**. Orientadora: Elaide Martins da Cunha. 2023. 108 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16143>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

DOWNING, J. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac Editora, 2002.

ENTMAN, R. B. (1993) **Framing: Toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, v.43, n.4, pp.51-58.

ESTEVES, B. In:Revista Piauí. **80% do agro brasileiro depende da chuva gerada pelas terras indígenas da Amazônia**, 2024.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**.Brasília: Editora da UNB, 2001.

FARIAS, D. O. de; GOMES, I. M. M.. **Fluxos ativistas indígenas: instabilizando a hipótese da guerra cultural a partir de afetos, territorialidades e temporalidades no Brasil**. Revista Eco-Pós, v. 24, n. 2, p. 277-308, 2021.

FIGARO, R. ; NONATO, C. **Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil** [recurso eletrônico] : organização, sustentação e rotinas produtivas / organização Roseli Figaro, Cláudia Nonato – São Paulo : ECA-USP : Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021. PDF (224 p.) : il. color.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos 16(2): 124-131 maio/agosto, 2014. Unisinos – doi: 10.4013/fem.2014.162.06

FLIK, U. 1998. **Qualitative research**. London, Sage, 256 p.

FRASER, N. **Capitalismo Canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. - São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2024.

FOLHA de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/como-fica-a-lei-do-marco-temporal-apos-congresso-derrubar-vetos-de-lula.shtml>. Acesso em 12 de março de 2024.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. 370 p.

FOSTER, J. B.; SUWANDI,I. **A Covid-19 e o capitalismo catastrófico**, 2020. Disponível em: <https://www.insurgencia.org/blog/foster-e-suwandi-a-covid-19-e-o-capitalismo-catastrofico-1-parte>

GATTO, Y; ANTUNES, E. **Primeira e única: a (in)visibilidade do ATL na edição impressa do maior jornal do país**. Anais do 47o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Univali - Intercom Nacional, 2024.

GÓES, C. **O Jornalismo e a experiência do Invisível: teoria, método e estudo de caso**.Curitiba: Appris, 2022

GONZAGA, A. de. A. **Decolonialismo indígena** - São Paulo: Matrioska Editora, 2021.

GOULART RIBEIRO, A. P.; GUIMARÃES MARTINS, B.; ANTUNES, E. **Linguagem, sentido e contexto**: considerações sobre comunicação e história. Revista FAMECOS-Mídia, Cultura e Tecnologia, v. 24, n. 3, 2017.

GROSSBERG, L. **Lutando com anjos**: os estudos culturais em tempos sombrios. MATRIZES, v. 9, p. 13–46, 2015.

Grohmann, R. (2020). **Plataformização do trabalho**: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação Da Comunicação E Da Cultura*, 22(1), 106–122. Recuperado de <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188>

GUAJAJARA, S.; TERENA, E. **A democracia é de nossa natureza**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12.abr.2022.

GUILHERME, Andrielle Cristina Moura Mendes. **Comunicadoras indígenas e a de(s)colonização das imagens**. Orientador: Juciano de Sousa Lacerda. 2022. 289f. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

GÜNTHER, H. 2006. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa**: Esta é a questão? Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, 22(2):201-210

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**; tradução Rogério Bettoni - 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRST, M. **A desinformação sob a ótica da Economia Política da Comunicação. Entrevista dada a Jonas Valente**. Revista EPTIC, vol. 23, nº 1, jan.- abr, 2021.

IJUIM, J. K.; FERREIRA B, L. **Imprensa x indígenas** : as tensões na cobertura sobre os protestos contra o Marco Temporal em Mato Grosso do Sul. Triade: Comunicação, Cultura e Mídia, Sorocaba, SP, v. 11, n. 24, p. e023009, 2023. DOI: 10.22484/2318-5694.2023v11id5212. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/5212>. Acesso em: 6 jul. 2024.

IJUIM, J. K; OJEDA, L. **Humanização do jornalismo requer humanização do jornalista**. Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, Ponta Grosso - PR, 2024. Acesse em: 30 mar.2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasília: **IBGE, 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 jul. 2023.

Kaseker, M., Nakamura Gallassi, A., & Ribeiro, L. F. (2022). Autorrepresentação indígena como política de identidades em luta. *Mídia E Cotidiano*, 16(2), 63-86. <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i2.53387>

KARPPINEN, K.; MOE, H. **What we talk about when talk about “Media Independence”**. Javanost- The Public, v. 23, n. 2, p.105-119, 2 abr. 2016.

KROHLING PERUZZO, C. M. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Galáxia, núm. 17, junho, 2009, pp. 131-146 Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

KOLLING, P.; MÜLLER, K. M.. **Práticas comunicacionais acionadas para a construção do movimento indígena brasileiro**. Contra Corrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, n. 17, p. 193-215, 2021.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**; tradução Beatriz Perrone-Moisés, 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **O espírito da floresta**; São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**, São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**, São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEAL, B. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-27.

LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. F. El acontecimiento como contenido de las noticias: repensando una metodología. **Estudios sobre el mensaje periodístico**, Madrid, v. 18, n. 1, p. 383-398, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.5209/rev_ESMP.2012.v18.n1.39377 . Acesso em: 01 jul.2023.

LIMA, V. **Existe jornalismo independente?** (2009) Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/existe_jornalismo_independente/ . Acesso em 27/07/2017.

MACIEL, A. Entrevista. In: **Tópicos em Jornalismo: redação e reportagem** / Organizadores: Angela Zamin e Reges Schwaab; Prefácio de Rogério Christofolletti – 1. ed. – Florianópolis, SC : Editora Insular, 2021.

MANSO, B. P. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

MAPBIOMAS. **7 Fatos sobre Terras Indígenas no Brasil**. Edição Abril de 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/05/03/documento-sobre-terras-indigenas-no-brasil-e-atualizado/>. Acesso em 05 de março de 2025.

MARQUES FILHO, L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3ªed. revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. tradução Rubens Enderle. - 2.ed. -São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, C. et al.,. **Nota Técnica - Manutenção das Terras Indígenas é fundamental para a segurança hídrica e alimentar em grande parte do Brasil**. Instituto Serrapilheira, 2024.

MEDINA, C. Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MELO, P. B. **O índio na mídia: discurso e representação social**. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

MELO, J. M. de. **Gêneros de comunicação massiva**. 2006. (Notas de aula).

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. **Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>. Acesso em: 01 jul.2023.

MENESES, S. **A operação midiográfica: da escritura da cena pública à inscrição do acontecimento no tempo: a mídia, a memória e a história**. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). História do tempo presente. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 231-257.

MILHOMENS, L. **Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: uma história de luta, mobilização e resistência.** Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, 1(148), 2021. P.191-208. doi:<https://doi.org/10.16921/chasqui.v1i148.4575>.

MORAES, C. **Luiz Zerbini recria massacres de um Brasil que o governo Bolsonaro busca repetir.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 mar. 2022.

MURA, F.. **À procura do “bom viver”** : território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa / — Rio de Janeiro : Associação Brasileira de Antropologia, 2019. 632 p.

NEVES, I.; CORRÊA, M.; TOCANTINS, R. **A invenção do índio na mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades.** MOARA -Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, v. 2, n. 40, p. 5-21, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v2i40.3281>. Acesso em: 01 jul.2023.

OLIVEIRA, I. C. G. de et al. **Emergência indígena: comunicação de resistência na pandemia de Covid-19.** Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 26, n. 2, ago. 2023. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/13415>>. Acesso em: 17 jan. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v26i2.13415>.

OLIVEIRA, L. de. **Na aldeia, na mídia, na rua: reflexões sobre a resistência Kaiowa e Guarani em diálogo com o contexto de golpe político no Brasil e com o campo hegemônico da comunicação.** Mídia e Cotidiano v. 12, p. 109-131, 2018.

OLIVEIRA, L. de. **Cosmopraxis comunicacional dos povos indígenas Kaiowá e Guarani: resistência e luta por visibilidade.** Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, 2020, p.19-33.

OTRE, M. A. C. **Comunicação alternativa entre os indígenas de Dourados/MS: mobilização social ou interferência nas hierarquias comunicativas?** Inovcom -Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-42, 2007.

OVIEDO, A.; DOBLAS, J. **As florestas precisam das pessoas.** Instituto Socioambiental (ISA), 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/florestas-precisam-das-pessoas> Acesso em: 05 de março de 2025.

PEREIRA, E. da S.; DI FELICE, M. **As qualidades ecológicas das redes indígenas no Brasil.** Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 147, p. 201-220, 2021.

PERUZZO, C. K.. **Comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital: entre utopias freireanas e distopias.** In: Anais do 31º Encontro Anual da Compós, 2022, Imperatriz. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/comunicacao-popular-comunitaria-e-alternativa-na-era-digital-entre-utopias-freir?lang=pt-br>> Acesso em: 10 fev. 2023.

PINASSI, M. O.; DI GUASTALLA, I. **A solidão indígena no mundo-inferno da Amazônia.** Revista Margem Esquerda - Revista da Boitempo, n.39, 2022.

PORTO, M. F. de S.; ROCHA, D. **Neoextrativismo, garimpo e vulnerabilização dos povos indígenas como expressão de um colonialismo persistente no Brasil.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, n. 133, p. 487-500, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213317>. Acesso em: 01 jul.2023.

RAPOZO, P. **Necropolitics, state of exception, and violence against indigenous people in the Amazon region during the Bolsonaro administration.** Brazilian Political Science Review, São

Paulo, v. 15, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100020003>. Acesso em: 1 jul.2023.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. - 7ª ed. São Paulo: Global, 2017.

RIZZOTTO, C; PRUDENCIO, K. **Corpos sem cabeça, sujeitos sem razão**: análise multimodal da Marcha das Vadias. Conexão – Comunicação e Cultura: UCS, Caxias do Sul, 2017.

SALVO, F.; FRANÇA RODRIGUES, M. F. (2021). **Jornalismo e Sociedade**: as concepções de Amazônia nos Discursos da Agência de Notícias Amazônia Real. *Jamaxi*, 5(2). Recuperado de <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/5993>

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. **A EtnoMídia Indígena na Construção dos Territórios EtnoMidiáticos**. Revista Comunicação, Cultura e Sociedade, v. 7, n. 2, p. 122-142, 2020.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. **Cartografias das práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima**. In: Anais do 31º Encontro Anual da Compós, 2022, Imperatriz. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/cartografia-das-praticas-etnocomunicativas-do-conselho-indigena-de-roraima?lang=pt-br>> Acesso em: 10 fev.. 2023.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record, 2001.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge/Malden: Polity Press, 2016.

STEENSEN, S.; FIGENSCHOU, T. U.; IHLEBÆK, K. A. **Playing the mainstream game**. A language-game analysis of “mainstream” as a possible boundary object in journalism studies. *Digital Journalism*, v. 11, n. 4, p. 653-671, 2023.

SOARES, M. C. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA FILHO, C. F. Marés de. **Terra mercadoria, terra vazia**: povos, natureza e patrimônio cultural. In: *SURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 57–71, 2015. DOI: 10.26512/insurgencia.v1i1.18789. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18789> . Acesso em: 29 mar. 2024.

TIBLE, J. **Marx Selvagem**. São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

WAINBERG, J. A. **A comunicação dissidente e os atos que falam**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/23589/15004>. Acesso em: 20 abr. 2023.

WOSNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. **Frames, Stories, and Images**: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. *Environmental Communication*, Dec. 2014.

XU, Yangyang; RAMANATHAN, Veerabhadran. **“Well below 2°C: Mitigation strategies for avoiding dangerous to catastrophic climate changes”**. Pnas, 14/IX, 2017.

Anexos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Senhora ou o Senhor para participar da Pesquisa **“Mudanças e fraturas na inteligibilidade jornalística e a mobilização dos povos originários na luta pelo território no Brasil: disputas, aproximações e tensões de uma cobertura”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Yasmin Gatto e do pesquisador Elton Antunes, a qual pretendem refletir sobre a maneira como a produção jornalística trata do tema “luta dos povos indígenas na defesa da vida”.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista gravada aos pesquisadores acima citados em que irá relatar episódios relacionados à cobertura jornalística realizada no período de 2021 e 2022.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para aprofundar a análise das formas como o relato jornalístico tem lidado com as manifestações dos povos originários na luta pela defesa do território e suas questões específicas.

Se depois de consentir em sua participação a Sra. ou Sr desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da entrevista, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. A Sra. ou Sr não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, a Sra. ou Sr poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Campus da UFMG, Prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, sala 4234, pelo telefone (31) (3409-5072).

Se você tiver questões relacionadas à ética na realização dessa pesquisa pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG - COEP - Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005 - Campus Pampulha - Belo Horizonte, MG - Brasil - 31270-901. E-mail: coep@prpq.ufmg.br - Telefone: telefax 31 3409-4592

Eu, _____, fui informada/o sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

_____ Data: __/ __/ __

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Roteiro das entrevistas realizadas:**Questionário**

1. Nome e idade:
2. Qual sua função atualmente?
3. O que você conhece ou acompanha da cobertura jornalística *mainstream* que fala das questões indígenas?
4. Conhece exemplos de bons trabalhos jornalísticos da grande mídia que lidam com a questão?
5. Lembra ou sabe mencionar profissionais específicos?
6. Que problemas ou equívocos você percebe quando se depara com produções jornalísticas que lidam com a questão indígena na grande mídia?
7. Quais são os problemas mais sérios que você vê nesse tipo de cobertura?
8. A que você atribui a existência desses problemas?
9. O que você considera grandes dificuldades ou debilidades para lidar com o assunto?
10. E quais são as competências/habilidades específicas que você adquiriu para lidar com o tema?
11. Você considera a cobertura do seu próprio trabalho ou do veículo jornalístico que você trabalha satisfatoriamente?
12. E nos meios não tradicionais, a cobertura é satisfatória? Por que?
13. O que se destaca nela em termos positivos e negativos?
14. Há diferenças na cobertura se considerarmos regiões específicas do país?
15. Pensando na aquisição de competência para um profissional lidar com a temática indígena, o que ela/ela deve fazer para aprimorar a qualidade do seu trabalho?
16. O que você conhece da produção jornalística das chamadas mídias indígenas?
17. As chamadas mídias dos povos originários conseguem suprir os problemas que a cobertura jornalística tradicional traz?
18. Você já foi ameaçada por causa de algum trabalho realizado?
19. Qual a principal contribuição da mídia alternativa/independente na representação dos povos indígenas?
20. Para você, como jornalista, como enxerga a questão de território para os originários?

